

CONRADO NEVES SATHLER

ESCRITA DISCIPLINAR E PSICOLOGIA:
laudos como estratégia de controle das populações.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada, do Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, para obtenção do título de Doutor em Lingüística Aplicada, área de Concentração - Ensino e Aprendizagem de Língua Materna.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria José Rodrigues Faria Coracini.

Campinas

2008

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

Sa82t

Sathler, Conrado Neves.

Psicologia e escrita disciplinar : laudos como estratégia de controle das populações / Conrado Neves Sathler. -- Campinas, SP : [s.n.], 2008.

Orientador: Maria José Rodrigues Faria Coracini.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Discurso. 2. Subjetividade. 3. Arquivos. 4. Escrita. 5. Psicologia. I. Coracini, Maria José. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

tjj/iel

Título em inglês: Psychology and disciplinary writing: report as strategies to populations' control.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Discourse. Writing. Report. Psychology. Subjectivity.

Área de concentração: Língua Materna.

Titulação: Doutor em Lingüística Aplicada.

Banca examinadora: Profa. Dra. Maria José Rodrigues Faria Coracini (orientadora), Profa. Dra. Leda Verdiani Tfouni, Profa. Dra. Deusa Maria de Souza Pinheiro Passos, Profa. Dra. Márcia Aparecida Amador Mascia e Profa. Dra. Patrícia Regina da Matta Silva. Suplentes: Profa. Dra. Carmen Zink Bolognini, Prof. Dr. Ernesto Sergio Bertoldo e Profa. Dra. Elzira Yoko Uyeno.

Data da defesa: 25/09/2008.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada.

BANCA EXAMINADORA:

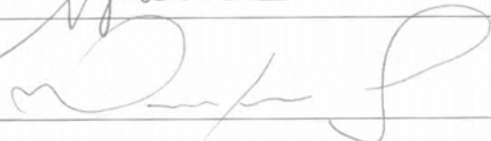
Maria José Rodrigues Faria Coracini



Leda Verdiani Tfouni



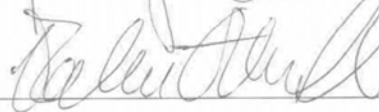
Deusa Maria de Souza Pinheiro Passos



Márcia Aparecida Amador Mascia



Patrícia Regina da Matta Silva



Carmen Zink Bolonhini



Elzira Yoko Uyeno



Ernesto Sérgio Bertoldo



IEL/UNICAMP
2008

DEDICATÓRIA

À Nílzira

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que participaram da construção desta tese ao longo da trajetória de seis anos, desde a disciplina de Introdução à Análise do Discurso na Universidade de Taubaté -UNITAU onde conheci a Professora Dra. Maria José Coracini que no ano seguinte acolheu a proposta de pesquisa nesta Universidade (UNICAMP), até os examinadores e orientadores dos trabalhos de qualificação de projeto e de tese que contribuíram com suas preciosas leituras e sugestões.

Agradeço, muito especialmente, a oportunidade de ter participado dos grupos de orientação e ter recebido o auxílio direto de tantos companheiros de pesquisa. Cada participante tem sua parte nessa pesquisa.

Aos professores do Centro Unisal que indicaram e cederam material para análise; aos colegas da biblioteca que deram prioridade aos pedidos de compras de livros e revistas, e aos colegas de viagem que ativamente participaram das elaborações desse texto. - Muito obrigado.

A minha família, não tenho palavras – vocês foram maravilhosos.

A VISIBILIDADE É UMA ARMADILHA

MICHEL FOUCAULT

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise de Laudos Psicológicos como textos construídos num imbricamento de discursos científicos, técnicos e administrativos e que são, hoje, na sociedade brasileira, motivo de tensões dentro da categoria profissional dos psicólogos e, também, nas instituições onde são exigidos, requeridos, discutidos, ensinados, regulamentados, rejeitados, refutados e transformados em elementos de disputas jurídicas para reconhecer ou não sua validade. Filiada às teorias da subjetividade, esta tese parte do pressuposto de que o sujeito é um efeito do discurso, construído, portanto, pela linguagem; logo, essa escrita constrói um sujeito em linguagem psicológica; no entanto, o sujeito hegemônico no Laudo Psicológico é o sujeito disciplinar - posto em circulação em linguagem psi -, segundo a lógica dicotômica moderna e, conseqüentemente, sujeito adequado ou inadequado, normal ou anormal, produtivo ou improdutivo ou, em última análise, sujeito disciplinado ou indisciplinado, apropriado ou não, segundo critérios desse dispositivo de poder. Por se tratar de um dos agentes do Biopoder, o Laudo Psicológico se insere nas estratégias de controle da população e nos arquivos do Estado. Porém, estando na ordem do discurso, o próprio Laudo é objeto de controle e o Manual de Elaboração de Documentos Escritos por Psicólogos – *corpus* da presente pesquisa - se inscreve como instrumento de controle discursivo, enquanto modelo de escrita, e disciplinar, enquanto norma regimental. Ao afirmar que o sujeito é construído em linguagem psi, pode-se ter a impressão de que esse sujeito é definido segundo uma linguagem técnica ou profissional; contudo, na análise de 5 laudos psicológicos, observa-se uma panacéia em discurso já disseminado e naturalizado. As conseqüências éticas e sociais da disseminação do discurso psi vão da banalização dos laudos até o enfraquecimento dos processos jurídicos, educacionais e administrativos neles baseados.

Palavras-chave: Discurso. Subjetividade. Arquivos. Escrita. Psicologia.

ABSTRACT

This project presents an analysis of Psychological Findings such as texts built in imbricated scientific, technical and administrative discourses, and that today, in the Brazilian society, are reason of tension within the psychologists professional category and that also in the institutions where they are demanded, required, discussed, taught, regulated, rejected, refuted and transformed in elements of juridical disputes to recognize or not its validity. Affiliated to the subjectivity's theories, this thesis understands that the subject is an effect of the constructed discourse, therefore, by language; ergo, this writing builds a subject in psychological language; however, the hegemonic subject in the Psychological Finding is the disciplinary subject - put in psi language, according to the modern dichotomic logic, and consequently, adequate or inadequate subject, disciplined or undisciplined subject, appropriated or not, in accordance to the criteria of this power device. For being one of the Biopower agents, the Psychological Finding is inserted in the population control strategies and in the State archives. However, being in the discourse order, the Finding itself is object of control and the Documents Written by Psychologists Elaboration Manual - corpus of the present research - can be considered an instrument of discursive control, as a writing model, and disciplinary, as a regimental model. When affirming that the subject is built in psi language one can have the impression that this subject is defined according to a technical or professional language; nevertheless, in the analysis of the five psychological findings it is observed a panacea in a already disseminated and naturalized discourse. The ethical and social consequences of the psi discourse dissemination go from the banalization of the findings to the enfeeblement of the juridical, educational and administrative processes based on them.

Key words: Discourse. Writing. Report. Psychology. Subjectivity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP – Código de Ética Profissional dos Psicólogos

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CID – Manual de Classificação Internacional de Doenças

CRP – Conselho Regional de Psicologia

DDM – Delegacia de Defesa da Mulher

DM – Deficiência Mental

DSM IV – 4ª. Edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

FD – Formação Discursiva

M1 - Resolução CFP Nº 030/2001 - Manual de elaboração de documentos ...

M2 - Resolução CFP Nº 017/2002 - Manual de elaboração de documentos ...

M3 - Resolução CFP Nº 007/2003 - Manual de elaboração de documentos ...

PCC - Primeiro Comando da Capital (facção do crime organizado São Paulo).

SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	01
1. - UMA CARTOGRAFIA PARA A PSICOLOGIA BRASILEIRA	05
1.1 - Lugares e fronteiras	05
1.2 - Discurso e Psicologia: a construção de um texto e de uma profissão	10
1.3 - Foucault: Uma teoria sobre o Discurso e sobre a formação do Sujeito	15
2. - FRONTEIRAS VIVAS E DISPUTAS	19
2.1. - Do entre-lugar de onde se fala	19
2.2. - Da linguagem e das práticas	21
2.3. - Do problema da escrita em Psicologia	23
2.4. - Do corpus e dos procedimentos de análise	27
2.5. - Do percurso da pesquisa	30
3. - LINGUAGEM, TEXTO E ARQUIVO	33
3.1 - Um sistema em desequilíbrio	33
3.2 - Texto: curvas de enunciação	34
3.3 - Arquivo: a construção da memória	41
4. - A CONCEPÇÃO DE SUJEITO E DE SUBJETIVIDADE	51
4.1 - Sujeito e subjetividade	52
4.1.1 - Um Sujeito: essencialismo e sujeito antropológico	54
4.1.2 - Do Suposto Sujeito à negatividade	56
4.2 - Sujeito: da Substância ao Vazio.	62
4.3 - Sujeito do Desejo e Sujeito da Pulsão	79
4.4 - O “Eu” Construído e a Sociedade de Controle	87
5. - A ESCRITA DOS LAUDOS PSICOLÓGICOS	103
5.1 - A Normalização do Laudo Psicológico	103
5.2 - Laudos: Caracterização dos <i>Corpus</i>	132
5.2.1 - Laudos - uma resposta social	133
5.2.2 - Ser sujeito, estar sujeito e tornar-se sujeito	140
5.2.3 - A Escrita Disciplinar da Norma	146
5.2.4 - Biopoder: uma escrita sobre o corpo	160
5.2.5 - Lei Vazia, Sujeito Vazio	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	199
ANEXOS	219

APRESENTAÇÃO

O conhecimento, fundado em dados psicológicos, passa por um período de grande valorização social, em nosso meio, sobretudo nos últimos tempos. Pode-se observar, nas falas populares ou em qualquer meio de comunicação, como se disseminam os discursos que se fundam, se referem ou utilizam um vocabulário dito psicológico. Digo “dito psicológico” porque, embora apropriadas por grupos ou sociedades de discurso, as palavras não têm um lugar específico, ocupam brechas, deslizam e escapam à servidão, migram e são disputadas, apagam objetos e apagam-se a si mesmas frente às ameaças e perigos que representam, frente às construções e conspirações que alojam ou expropriam.

O mundo atual, com suas características identificadas como pós-modernas, transforma as pessoas com seus valores, mitos, histórias, corpos e relações em produtos de mercado. Os discursos se tornam, de igual forma, produtos, pois são, como tudo, objetos de consumo e de valor volátil e não cumprem mais o objetivo de manter as referências, antes norteadoras, aos destinos humanos. O sujeito psicológico, aquele que emerge inclusive nos laudos, é ele próprio, uma construção que possibilita uma visibilidade, um regime de escrita e um regime de poder que o alcança e estabelece sobre ele normas de decisões práticas, além de lhe permitir falar de si e se diferenciar como indivíduo.

Buscando discutir a produção do texto psicológico, esta tese focará especificamente os laudos emitidos por psicólogos, alunos em treinamento ou profissionais

e analisará laudos oferecidos como modelo pelo próprio Conselho Federal de Psicologia (CFP). Escolhemos esses textos por serem campos discursivos que envolvem muitas disputas, principalmente nas esferas jurídica e ética; a primeira, nas varas de justiça do Estado e a segunda, nos órgãos de classe da categoria profissional dos psicólogos, o que indica que são espaços discursivos onde há alguma disputa de poder ou lugar onde o poder tem um foco particular de interesse.

Além disso, os laudos psicológicos trazem em seu bojo os conceitos de sujeito psicológico quando respondem as questões que os motivam ou quando o autor escolhe uma determinada teoria ou abordagem psicológica para fundamentar seus argumentos. Essas escolhas acabam por se tornar, também, uma pequena amostra da história da psicologia, na medida em que se observam, ao longo do tempo, mudanças no padrão de escrita.

Nesta tese, almejamos possibilitar uma visibilidade daquilo que, paradoxalmente, nos é tão visível e corriqueiro que passa despercebido, inclusive aos psicólogos que estão envolvidos pelos discursos psi, especialmente pelas vertentes da Psicanálise, da Psiquiatria e da Psicologia Clínica, que são dirigidos por eles e não se percebem assim conduzidos. Como psicólogo, muitas vezes, paixões, desejos e resistências próprios da profissão, que me constituem, serão observados neste texto e percebidos como estranhos a outros profissionais; no entanto, a temática desta pesquisa atinge diretamente uma preocupação profissional genuína e de interesse, principalmente, em vista do exercício da docência. Não há a ambição de tornar visível aquilo que passa despercebido a muitos leitores, apenas há a intenção de lançar um olhar sobre um material de trabalho imensamente complexo. Material que despertou um estranhamento e provocou uma busca de compreensão, não por meios externos ao material, mas a partir dos desdobramentos das práticas do uso do material e do ensino da profissão.

A linguagem psicológica naturalizou-se de tal forma que não apenas os indivíduos, mas também os grupos e as populações se autodefinem em termos tipicamente psicológicos. A naturalização dessa linguagem favorece sua repetição e seus efeitos são tomados como verdades, muitas vezes, incontestáveis. A naturalização dessas verdades psicológicas cola atributos aos sujeitos, muitas vezes considerados atributos naturais,

genéticos, orgânicos, inatos e estruturais, por exemplo, e retiram, portanto, a distância que permite enfrentar a articulação entre linguagem e práticas que constroem subjetividades.

A linguagem psicológica está, portanto, imbuída da construção de sujeitos e controle das populações e, como pretendemos averiguar, os laudos podem constituir instrumentos de poder que não só constroem e classificam sujeitos psicológicos, mas também instauram discursos sobre a profissão, sobre suas funções, sobre suas técnicas, seus métodos e verdades que se enveredam institucionalmente e delimitam, também, as técnicas dos arquivos, as formas de classificar e julgar os conhecimentos e os sujeitos desses conhecimentos, numa tentativa de fazer permanecer ou apagar aquilo que deve, ou não, ser visto pela sociedade e pela história.

Um complexo jogo de linguagem se instala e permeia as relações para se manter um determinado poder, seja ele um *status* pessoal em um grupo, seja uma teoria hegemônica. Mas essa assertiva não pode ser considerada precisa, visto que poderia ser expressa de outras formas que dispõem de outra ordem para esses elementos, ao mesmo tempo em que manteria em pauta essa mesma idéia: jogo de linguagem, relação e poder. O que é uma relação, senão um jogo de linguagem ou posições frente a um poder? ou o que é um poder senão um jogo de linguagem ou uma posição ocupada nas relações? Posto dessa forma, temos a impressão de uma relação de conceitos sinônimos, ou seja, linguagem é poder e relação; relação é poder e linguagem e assim por diante.

É nesse jogo de linguagem, nessa relação entre elementos, no uso de um poder que surgem sujeitos e que também ganham visibilidade algumas de suas variadas faces, enquanto outras apenas sobrevivem e, ainda, outras desaparecem. Nesse jogo de linguagem, imbricam-se ciências, lógica, cultura, ética, instituições e práticas. É dentro dessa perspectiva que pretendemos desenvolver a presente pesquisa.

CAPÍTULO 1 - UMA CARTOGRAFIA PARA A PSICOLOGIA BRASILEIRA

1.1 - Lugares e Fronteiras

Iniciamos nosso trabalho com a apresentação dos termos que compõem a presente temática discutindo uma questão: o que vem a ser o conhecimento psicológico? A psicologia tem início como ciência há pouco mais de 100 anos e, mesmo sabendo que o dado cronológico pouco significa, uma vez que a história da psicologia se escreve como intertexto, imbricando os textos médicos e filosóficos com os de historiadores da cultura e das idéias, reapresentamos o vocábulo psicologia, para efeito de marcação de uma certa tradição, como aparece em um dicionário etimológico, cientes de que há aqui, provavelmente, um viés de instrução doutrinária. A palavra “Psicologia” tem sua história ligada a um período de reformas, segundo o *Dicionário Etimológico de Cunha* (1997); o termo, que deriva “do latim ‘*psychologia*’, foi criado pelo reformador alemão *Melanchton* (1497 – 1560) e vulgarizado nos fins do séc XVI...”, indicando ser seu uso recente na história. Seu significado deriva do radical grego *Psych*: alento, sopro de vida, alma, e foi introduzido na linguagem científica internacional, a partir do século XIX.

No âmbito das ciências humanas, ao estudarmos o objeto, fazemos algo análogo ao estudo da história do objeto. Já na biologia ou na física, ou nas ciências da natureza, existem as possibilidades de estudo da história da vida ou da história da natureza, bem

como de estudos da história da biologia e da história da física enquanto ciência, como conhecimentos distintos.

O objeto da história da psicologia é a história do texto da psicologia (ABIB, 2005). Assim, estudar a história do texto da psicologia é estudar a própria história da psicologia ou, ainda, a história do objeto psicológico. Tratamos, então, o texto não em sua materialidade bidimensional (de signos ou significados); pelo contrário, nossa crítica nos leva a examinar o texto em seus percursos: como nasceu e como foi criado, que caminhos percorreu, o que aconteceu com ele, onde foi publicado e por quem foi lido, a que outros textos se referia, que outros textos foram esquecidos ou por ele apagados e como se deram seu declínio e seu esquecimento. Dessa forma, podemos pôr os textos lado-a-lado com as instituições, os monumentos e as práticas sociais.

Pode-se dizer, seguindo essa abordagem, que o discurso sustenta um texto. Mas um discurso também se constitui por uma multiplicidade de dizeres disseminados por enunciados que atravessam inúmeros outros discursos; portanto, é composto por já-ditos e por um maquinário calcado em um arquivo. Não que haja qualquer fixidez em um arquivo; é o oposto disso: é preciso que seja continuamente apagado para que seja renovado (DERRIDA, 2001b). Por isso, ao estudarmos um texto qualquer, tendo em vista sua emergência e sua sobrevida, não basta examinar a coerência interna, a coesão textual ou outros mecanismos conceituais internos; temos que, além disso, compreender o caráter tridimensional da linguagem e perceber as relações com os mecanismos políticos que estão lá, contextualizando o texto.

Então, ao focalizarmos os textos psicológicos, consideraremos também o momento histórico de que são produtos, quer dizer, a sua categoria de emergência. Antunes (2005), ao abordar a história da Psicologia no Brasil, observa que as condições do surgimento dos discursos psicológicos sofrem dois atravessamentos cruciais do ponto de vista local: 1) a Independência do Brasil e a instauração da República que, juntos, propiciam uma aproximação do país à França (sem intermédio de Portugal), centro de produção intelectual indiscutível na época e, também, a busca de uma identidade nacional; 2) a urbanização e os modos de produção capitalista que instauravam novas formas de

habitação, educação, controle sanitário, modos de trabalho e, ao lado disso, novos modos de controle das populações.

De um modo mais global, a fisiologia e a filosofia avançavam fortemente no velho mundo, propiciando um novo discurso sintetizador. Esse espaço discursivo foi sendo, então, ocupado pela psicologia, instrumentalizando um conhecimento sobre o indivíduo, sobre como se poderia compreendê-lo e intervir sobre ele.

Birman (2000) põe em pauta, para a mesma época, que a cultura do progresso, legitimada pela revolução francesa e pelo racionalismo da modernidade, se serve dos dispositivos da educação moderna e da medicalização dos corpos como meios de transformação do infante humano, de ser da natureza, em ser da cultura. Portanto, as instituições pedagógica e sanitária mediarão o projeto de normalização dos espíritos e dos corpos, projeto esse que constitui a imagem do homem moderno.

Os entrelaçamentos observados entre ciências e práticas sociais, entre modos de produção e controles da população são largamente implicados nas teorias da subjetividade. Isso porque as teorias que tratam o sujeito como construção, a partir de atravessamentos diversos, principalmente na abordagem de Foucault, permitem compreender as relações entre poder/saber e linguagem, quer dizer, entre o conjunto de valores que regem um período e as formas que o sujeito tem de se perceber, de se enunciar e de existir.

Na modernidade, a Psicologia ocupa um lugar crucial. O sujeito psicológico, enquanto ser constituído de atributos específicos, é tomado como sinônimo de indivíduo (uno, único) que, entre outras coisas, significa sujeito singular ou, ainda, sujeito particular, implicando uma noção de acontecimentos que ocorrem subjetivamente, quer dizer, diferenciadamente para cada sujeito.

O primeiro trabalho de psicologia, cientificamente reconhecido, se deu mediante estudos laboratoriais, na Alemanha, com Wilhelm Wundt (1832 – 1920). Wundt preferiu utilizar o conceito de Psicologia como ciência da consciência e pendeu para a explicação das experiências através de aspectos subjetivos, quer dizer, exclusivos àquele sujeito da experiência (WERTHEIMER, 1982).

Quase simultaneamente, Sigmund Freud (1856 – 1939) deu início às suas especulações sobre o funcionamento da mente ou da linguagem, que se tornaram uma disciplina - a Psicanálise. Ressaltamos que no texto *A Interpretação das Afasias*, Freud (1891 [1977]) chama de “aparelho de linguagem” o que mais tarde nomeou “aparelho de memória” e, posteriormente, “aparelho de pensar”, o que indica a proximidade dos objetos da psicologia aos da linguagem ou uma porosidade entre esses campos. Freud, ao contrário de Wundt, tratou das questões do inconsciente, da resistência e dos sintomas relacionados aos mecanismos de recalçamento das idéias (LONGO: 2006).

Talvez, pelos motivos apontados por Foucault (1988), a saber, dispositivos que apontam para o declínio e substituição da confissão católica pela “psicoterapia” como novo aparato das tecnologias de si, houve uma sensível popularização dos conceitos da psicologia e, mais que isso, uma dispersão das práticas psicológicas nos aparelhos de interpretação e controle dos indivíduos.

O percurso da Psicologia no Brasil passa, primeiramente, pelo ensino nos cursos de medicina. Logo no início do séc. XX, no Rio de Janeiro, já havia a disciplina da Psicanálise e, nos anos quarenta, iniciou-se a formação psicanalítica, tanto no Rio de Janeiro, quanto em São Paulo, restrita, inicialmente, aos médicos. Depois disso, nos anos de 1950, havia nas escolas, principalmente nos cursos que formavam as professoras do ensino primário, aulas de psicologia do desenvolvimento e da educação.

Com o início da industrialização, cresceu a necessidade de tornarem mais técnicos os processos de seleção de pessoal, de treinamento da mão de obra e de se implementarem técnicas de administração, seja na adequação do homem à função ou na formação de lideranças para as empresas, para cujo trabalho o psicólogo foi convocado (RUSSO, 2002; ANTUNES, 2005).

Logo após o início desse tipo de trabalho, foi regulamentada a profissão, em 1962. Assim se inicia também a exigência do laudo psicológico para admissões, promoções e deslocamentos de pessoal nas empresas brasileiras. Esse processo se expandiu muito rapidamente e, concomitantemente, nas escolas, os psicólogos foram sendo incorporados, também com a função de avaliar crianças, montar classes e encaminhar, por meio de

laudos, para as escolas especializadas, aquelas com problemas de aprendizagem ou desenvolvimento.

A escrita dos profissionais psicólogos é, nos dias atuais, foco de grande atenção. Em qualquer ambiente que esteja atuando, o profissional em Psicologia, está cercado pela demanda de laudos, perícias, relatórios, estudos de caso, atestados e declarações; além disso, nos meios de comunicação, são requeridos artigos, resenhas, críticas, ensaios e, também, alguns textos de aconselhamento, esclarecimento e auto-ajuda.

Tem-se, pois, a impressão que a escrita psicológica é objeto de um processo no qual seu conjunto de saberes regula as relações sociais, desde as esferas mais corriqueiras do homem mais comum que educa seus filhos, até as esferas administrativas governamentais mais controladas pelo estado, como os regimes jurídicos e de seguridade social.

Foi no exercício da docência universitária, principalmente no trabalho com a disciplina de Ética Profissional, a partir de 1998, que o tema desta tese foi ganhando forma. E, para a busca de maior compreensão do sentido das práticas psicológicas, esse tema, de preocupação docente, transformou-se em projeto de pesquisa científica, acolhida não na área psicológica, mas no campo da Lingüística Aplicada, que estuda a língua em seus usos, e, mais particularmente na disciplina da Análise de Discurso, que ofereceu possibilidades de investigação de tais conteúdos.

O objeto de estudo, especificidade da Lingüística Aplicada, que se constituiu em nosso interesse, e ao qual nos debruçamos, são as políticas da escrita, neste caso, da escrita psicológica, seja no ensino, seja nas instituições sócio-jurídicas e não sobre os conceitos psicológicos ou as teorias psicológicas envolvidos nas práticas profissionais. O poder da escrita profissional e os problemas relacionados a ela, além de tema de interesse pessoal, como profissional da área e envolvido com a escrita, se constituía, a partir do ano de 2001, em tópico de discussão em sala de aula, visto que, nesse ano, o CFP instituiu o *Manual de Escrita de Documentos Produzidos por Psicólogos*; além disso, aumentou o número de Processos Ético-Disciplinares, que são processos jurídico-administrativos internos aos órgãos de classe profissional, que podem, inclusive, como pena máxima,

impedir o exercício da profissão com a cassação definitiva do registro profissional daqueles que cometem delitos, entre eles, aqueles percebidos na produção de Laudos.

Buscamos, no primeiro capítulo, apresentar as fronteiras discursivas da Psicologia. Explicitamos, nos limites que os discursos nos permitem apontar, uma problematização da função disciplinar, normatizadora e excludente dos textos psicológicos, que são nossos pressupostos. Vamos esclarecer o método da pesquisa e os percursos teóricos deste trabalho.

1.2 - Discurso e Psicologia: a construção de um texto e de uma profissão

A história da ciência não passa somente pelo desenvolvimento de um método de busca da verdade, mas passa também, e podemos ver isto em R. Descartes, A. Comte e S. Freud, por uma classificação dos conhecimentos. Um conhecimento precisa, mais pontualmente a partir do racionalismo cartesiano, de uma composição lógica que o explique. Com o fortalecimento do positivismo, o esquadramento dos objetos de estudo, segundo o método cartesiano, foi sendo requisitado e a religião, a filosofia e os mitos foram postos à margem do processo de busca da verdade. O que conta agora e o que procuramos fazer em busca de conhecimento e reconhecimento da verdade é o que chamamos de ciência. A ciência moderna nasce como a possibilidade de deter um conhecimento que controla e domina a natureza.

O objetivo, aqui, não é refazer a história da ciência moderna, nem tampouco discutir seu valor. As inquietações que nos conduzem a este preâmbulo são da ordem da constatação de que a lógica que, hoje, nos rege é a lógica científica. O homem não abandona seus mitos ou religiões, visto que são eles, também, buscas da verdade ou de verdades. No entanto, a ciência se põe a problematizá-los como se não fosse ela também um mito ou uma prática carregada de crenças que se mostram irracionais com o passar dos anos. Uma nova verdade substitui a anterior: assim caminha o saber científico.

O método científico não permite que a verdade seja alcançada de forma irreparável e inquestionável. O método científico, pelo contrário, pede que sejam formuladas perguntas, perguntas que sejam verificáveis e analisadas por partes, no dizer de Descartes (1999: 40 - 50 [1637]), das mais simples às mais complexas. E, assim, busca-se com maior segurança o conhecimento. Com isso, há uma proposta de composição de um texto, um texto científico.

Outrossim, o reconhecimento de um texto como científico passa, necessariamente, por um conjunto de regras lógicas. O campo da ciência sugere um saber esquadrinhado, traduzido em linguagem matemática e uma escrita dentro de normas: as regras gramaticais propostas pela *Grammaire Générale et Raisonnée de Port-Royal* e as composições estruturadas por capítulos sequenciais em que, após a confirmação de uma primeira parte analisada e aprovada, segue uma outra, a ser verificada e, após nova confirmação, parte-se para as subseqüentes, que são demonstrações desse funcionamento.

Este trabalho constitui-se de uma análise sobre a produção de textos - os textos científicos nas ciências psicológicas. Para realizá-lo, tomaremos os laudos psicológicos como objeto de estudo, já que consideramos serem eles textos representativos do discurso psicológico e, também, por serem foco de tensões sociais, de classificações de populações e, por fim, por serem considerados, em diversas instituições, como principal instrumento técnico de administração das condutas. Muitas perguntas podem ser feitas a respeito do texto psicológico. Nem todas, porém, podem ser respondidas. Antes de tentar respondê-las, faz-se necessário delimitar os termos da questão proposta.

Os termos “texto” e “psicologia” são amplos e variáveis em sua história e acepções. Para cumprir o objetivo introdutório de dizer do que trata este projeto, faremos algumas considerações conceituais importantes para esta tese.

A relevância do tema e a motivação que gerou o interesse em se discutir o tema composto pelos termos “texto” e “psicologia” vêm, principalmente, do momento político-institucional que atravessa a profissão no Brasil. Faremos uma breve retomada dessa história, para que o leitor possa melhor se localizar.

Como já assinalamos, a Psicologia foi reconhecida no Brasil como profissão no ano de 1962 (Lei nº 4.199, de 27/08/1962)¹ e, nesses anos de existência, seu reconhecimento social estabeleceu-se e vem se ampliando, contando, hoje, com mais de 130.000 profissionais no país, sendo mais de 75.000 só no Estado de São Paulo.

Desde a regulamentação da profissão, em janeiro de 1964, uma das prerrogativas e atribuições privativas do psicólogo é a função de perito². Não é sobre a perícia que este trabalho versa, mas sobre a escrita. A perícia é apenas uma das funções; porém é clara a evidência da importância da escrita na profissão.

Para ilustrar o que significa e qual o valor social do laudo psicológico no momento atual, podemos esclarecer que, desde 1994, o laudo passou a ser reconhecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) como atestado que justifica a concessão de licença de saúde ou afastamento junto à Previdência Social, órgão securitário federal que concede esses benefícios. Nesse mesmo ano, foi instituída a regulamentação das condições para concessão de atestados psicológicos, para efeito de licença-saúde (Resolução CFP nº 007/94). Em 1996, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) regulamentou a concessão de atestado para tratamento de saúde por problemas psicológicos (Resolução CFP nº 015/96); e, em 2001, instituiu o Manual de Elaboração de Documentos Produzidos por Psicólogos Decorrentes de Avaliações Psicológicas (Resolução CFP nº 030/2001).

As tensões causadas pela escrita psicológica vão desde aquelas relacionadas com a justiça, até às que incidem sobre as relações com outros profissionais também peritos, como médicos e assistentes sociais, passando também pelos profissionais da própria categoria. Abaixo, seguem textos de jornais dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) sobre essa questão.

O Jornal de Psicologia (CRP, out/99), no artigo “Psicologia Acrescenta Subjetividade ao Judiciário” afirma que o laudo psicológico tem contribuído para o

¹ Informações referentes à legislação profissional colhidas no *Manual do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo* de 1999.

² Decreto nº 53.464, de 21/01/64, art. 4º 1-6. (Esse decreto lei regulamenta da lei que dispõe sobre a profissão de psicólogo).

tratamento individual nas decisões dos juízes, que sempre se basearam em leis eminentemente coletivas e, por isso, eram tidas como burocráticas, frias e cartoriais³.

O Jornal de Psicologia, (CRP, jan/mar/2002) traz a seguinte matéria: “Laudos Influenciam as Decisões Judiciais” em que relata:

dentre os documentos decorrentes da avaliação psicológica, pode-se destacar o Laudo Psicológico – também conhecido como relatório psicológico ou laudo pericial – que é solicitado por instâncias judiciais, tendo a finalidade de subsidiar os juízes em decisões como guarda de filhos ou adoção de crianças.e,... a psicóloga afirma que, em casos de adoção, os juízes acatam a decisão do psicólogo em 90% dos casos.(sic)

Por fim, o Jornal do Federal (CFP –Nº 60/1999), na seção “Ciência e Ética” aponta que laudos mal elaborados geram problemas para a população, para os profissionais, para a imagem da categoria e para a imagem dos serviços da Psicologia em geral.

Esta questão vem preocupando o CFP que, no ano de 1998, julgou 16 recursos de processos éticos, dos quais sete diziam respeito a problemas causados por Laudos Psicológicos mal elaborados.(sic)

Ao configurarmos tensões referentes ao laudo psicológico, vimos necessidade de discuti-lo nos pontos de vista em que nos toca, sendo eles: a subjetividade e o paradigma científico da modernidade, o poder e as relações institucionais a partir do discurso psicológico, o ensino da redação técnica e a formação do psicólogo enquanto profissional que detém uma linguagem.

O ponto de partida teórico em que se fundamentam estas discussões seria, então, a princípio, sujeito e subjetividade na contemporaneidade. Isso significa compreender que os seres humanos se tornam sujeitos de diferentes formas. A modernidade (a)firmou um sujeito poderoso e unificado pela consciência racional; sujeito cujas deliberações, calcadas na racionalidade, continham a única possibilidade aceita de ordenação do mundo e de instituição da verdade. Mas, seguindo uma outra perspectiva, a do discurso, podemos enunciar o sujeito não mais centrado e uno, mas descentrado, conforme adverte a psicanálise, e despojado de uma identidade fixa, essencial e permanente, também denominado sujeito pós-moderno (COSTA, 2000: 31-32; ELIA, 2004).

³ Faremos oportunamente problematização acerca da presença dos termos “tratamento individual”, “leis eminentemente coletivas”, no texto de jornal, apontados como avanços.

Não que a discursividade esteja livre da racionalidade, mas essa racionalidade, agora, está subordinada à história e aos sistemas de relações que socialmente produzem poder. O paradigma da linguagem (*virada lingüística* ou *linguistic turn*) formula a concepção de que as culturas e sociedades são dirigidas por poderosas ordens discursivas que regem o que pode ser dito e o que deve ser calado. Além disso, estabelece que a linguagem, os textos e narrativas não somente descrevem ou falam sobre a realidade, mas, ao fazerem isso, instituem a identidade das coisas. O sujeito, conseqüentemente, não está fora disso (COSTA, 2000: 32-33). Essa construção do sujeito da linguagem é que nos leva a problematizar os escritos sobre o sujeito das ciências enquanto saber estável, estabelecido ou como saber consciente, ou conhecido.

A partir de um discurso sobre o sujeito, discurso aceito, legitimado, mas também disputado e repartido, regula-se e institui-se poder nas instituições sociais. O poder e as relações entre os laudos psicológicos e as instituições jurídicas que decidem com base nas verdades contidas neles, além da lógica e da racionalidade cartesianas, constituem saberes historicamente contingentes cujos efeitos produzem poder. Sobre essas relações de poder, Foucault (1999: 08 [1973]) afirma que

as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento.

A escrita psicológica, no entanto, não se restringe aos laudos e pareceres oficiais, tampouco aos escritos dos profissionais psicólogos sobre suas atividades em outros campos, como clínica, instituições de saúde, educação, entre tantos outros. A escrita vai cunhando, num imbricamento de textos, os saberes/poderes, uma identidade e tensões sobre a profissão, sobre seus conhecimentos e sua importância na legitimação da profissão e de outros mecanismos sociais de administração dos corpos e dos dizeres sobre o homem contemporâneo.

O presente estudo aponta, então, pela análise da materialidade lingüística de alguns laudos, para desdobramentos dessa complexa rede de discursos: como a escrita legitima este poder/saber, como se constitui o discurso sobre o sujeito psicológico e como o põe em questão na sociedade. As tentativas de controle, as resistências, os debates e

atravessamentos de outros discursos contrários a ele também se revelam presentes nos textos e indicam as constantes lutas pelo poder e pela valorização (dos discursos) da profissão.

Além disso, no laudo, essa materialidade discursiva revela faces da identidade profissional dos psicólogos, ou seja, dá corpo à profissão e a dispõe diante de outros corpos-escritas, corpos que se localizam num mesmo campo social, numa arena de conflitos que formam os discursos que são ouvidos e os que são rejeitados, ou os corpos que são aceitos ou excluídos.

1.3 - Foucault: uma teoria sobre o Discurso e sobre a formação do Sujeito

O presente trabalho poderia ser preparado em muitas perspectivas teóricas e em outras grandes áreas de conhecimento, dentre as quais a Psicologia Social e a Educação; no entanto, a intenção era, desde o princípio, discutir as questões referentes à linguagem, a escrita, especificamente ao poder associado à constituição de subjetividades. Recorremos, então, a um campo que se define, sobretudo, por sua interdisciplinaridade, às Teorias do Discurso.

Como o problema central era o da escrita ou, mais especificamente, do poder atrelado à escrita psicológica, não cabia a discussão da constituição do sujeito na sua relação com as instituições ou com o meio sócio-político como se faz na psicologia social -, nem a discussão das políticas de educação – próprias da área de Educação.

Antes, porém, de definir o sujeito do discurso, seria recomendável definir o discurso. Assim, poderíamos seguir a lógica de afirmar que o sujeito do discurso é aquele que se apropria ou torna-se sujeito ao ser portador de um determinado discurso. Se dessa forma procedêssemos, incorreríamos em dois problemas conceituais. No primeiro, poderíamos supor que o discurso é homogêneo e completo, passível de ser apropriado por alguém de forma consciente e controlada, ou pronunciado como um mantra, repetido de forma igual e em qualquer lugar. No segundo, daríamos a impressão de que o sujeito é (ele

próprio) contínuo e coerente. Ou, ainda, conceberíamos um sujeito à moda da antropologia cultural que considera que o sujeito nasce imerso numa cultura, num universo simbólico que o coloniza, que cria nele sentidos e, nesse universo, o homem se cria conformado à cultura e portador de uma identidade.

O sujeito, visto pelo vértice da teoria do discurso de Foucault, não se identifica com os enunciados acima, visto que o sujeito não é uma essência, não é um receptáculo, não é origem e não é causa ou consequência dos dizeres. Antes, o sujeito é uma função chamada de função vazia. Por isso, Foucault foi acusado de operar a morte do sujeito. O sujeito não é nada em si mesmo; é uma construção da linguagem, uma construção discursiva.

O problema é, então, compreender a que nos referimos quando evocamos o conceito de discurso para não incorrer nos primeiros erros apontados nessa discussão sobre o sujeito do discurso.

O discurso designa, a princípio, um conjunto de regularidades dos dizeres. Mas discurso é, também, poder. Não vamos nos alongar na teoria do discurso, vamos somente tentar sintetizar sua dinâmica para caracterizar o sujeito. Portanto, seguindo essa linha de raciocínio, vamos focar o discurso entre a regularidade dos dizeres e o poder.

Em “A Ordem do Discurso”, aula magistral proferida por Foucault (1996 [1971]), em sua posse como professor do *Collège de France*, em dezembro de 1970, há uma exposição que reflete essa dinâmica entre regularidade e poder. As regularidades são analisadas pela via dos controles do discurso, controles internos e externos. E a dinâmica, é analisada por suas condições de emergência e pelos jogos relacionados à heterogeneidade constitutiva do discurso.

No que diz respeito aos controles, vamos apenas reafirmar que não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa em qualquer lugar e momento. Há uma lógica a ser seguida, há interditos sociais e dizeres que sinalizam e prescrevem a exclusão social. Há, também, as doutrinas, as sociedades de discurso e os problemas de autoria. Com isso, quer-se apontar que, para ser reconhecido, um discurso precisa ser proferido ou escrito em um determinado lugar, com endereçamento a determinados ouvintes ou leitores e formar enunciados seguindo as regras e os rituais historicamente delineados para sua aceitação.

No que tange à heterogeneidade ou ao interdiscurso, que são características intrínsecas a qualquer discurso, vamos advertir sobre a necessidade de um discurso ser renovado, expandido e discutido para que tenha sobrevivência e para que possa continuar a ser proferido. Mesmo um discurso fundador, ou seja, um discurso que inaugura uma forma de se dizer algo, já em sua emergência, depende de uma certa relação com outros discursos já aceitos, para ser ele, também, compreendido. Por exemplo, Freud, quando iniciou seus escritos sobre a psicanálise, utilizou fragmentos (enunciados) da linguagem da física, da medicina e da metodologia científica para ser ouvido e reconhecido.

Como o sujeito é um efeito do discurso, poderíamos dizer não só que o sujeito é uma função vazia, mas um lugar vazio que se constitui ao dizer algo. Mas, esse algo é heterogêneo, mutante e descontínuo. Por isso, o sujeito não é uma unidade, é também disperso, visto que o discurso se dissemina. O sujeito, não nos esqueçamos, é um efeito do lugar, ou seja, o sujeito ocupa uma posição discursiva diferente, segundo a condição do campo discursivo em que está. Logo, em lugares diferentes, ocupa posições discursivas diferentes, o que indica descontinuidades e heterogeneidade, tanto no discurso quanto na própria constituição subjetiva.

CAPÍTULO 2 – FRONTEIRAS VIVAS E DISPUTAS

2.1. - Do entre-lugar de onde se fala

Houve, no ano de 2000, uma grande mobilização da categoria dos psicólogos sobre os problemas gerados pela escrita profissional. Como tentativa de criar uma resposta para muitas queixas éticas que foram apresentadas ao órgão de representação da categoria (CRP) e, para se envolver toda a categoria nesta discussão, um Fórum foi convocado para debater e corrigir os problemas causados pela escrita profissional.

Desse Fórum resultaram algumas atitudes do CFP. Entre elas, talvez a mais expressiva tenha sido o *Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica*⁴. Como professor de Ética Profissional percebi que algumas questões se refletiram imediatamente em sala de aula. Era preciso agora se ensinar aos alunos uma escrita dentro dos padrões do CFP. É desse lugar de ensino

⁴ Esse manual será apresentado e analisado no capítulo 5 desta tese.

que surge a necessidade de se pesquisar a escrita psicológica e a justificativa maior desse trabalho.

Havia, naquele momento, porém, uma tensão: os psicólogos depositavam em uma única perspectiva teórica a concepção de escrita, de leitura e de interpretação de toda a categoria profissional – concepção formalista -, como veremos. Além disso, surgiu outra inquietação: o problema que estava sendo discutido não seria, de fato, outro: o Poder?

Afinal, não é por outro motivo que se luta. Não é porque haviam sido aumentadas as queixas éticas ou, ainda, não é porque o saber psicológico estava sendo posto em dúvida; não é, também, porque os psicólogos escrevem mal; é porque, sendo a escrita sistematicamente refutada, havia um sinal de que o poder do profissional escritor estava também sendo posto em dúvida. Talvez fosse um poder ameaçado por outra categoria profissional “psi” ou por outras do campo das ciências sociais: direito, serviço social e economia.

Esta pesquisa surge, então, da necessidade de analisar e problematizar os textos que são produzidos por psicólogos, na situação específica de elaboração de laudos. Pressupõe-se que os textos revelam algo sobre esse profissional escritor e sua formação, sobre as relações entre esses profissionais e a sociedade, sobre essa profissão (enquanto identidade e instituição social) e sobre os objetos construídos por ela. Os textos revelam, também, o que os profissionais fazem com esses escritos e com outros textos que os constituem e os circundam, gerando tensões e efeitos outros de sentido.

Os laudos psicológicos são sustentados pelos discursos profissionais psi e jurídicos, entre outros discursos, e pelas instituições sociais que deles se servem, além de utilizarem a concepção de um sujeito psicológico construído para administrar indivíduos e coletividades em suas condutas. Esse imbricamento dos discursos psicológicos e administrativos, desde a formação até a atuação profissional em instituições jurídicas, com as práticas sociais e com os agenciamentos da subjetividade, em nossa sociedade, é o que define o campo de pesquisa do presente trabalho.

Nos debates provocados pelo Fórum, observamos que as concepções de linguagem, ciência, sujeito e texto desses profissionais são diversas e deixam marcas nos

escritos, marcas que revelam efeitos de sentido outros, que os constituem para além de seus objetivos esperados.

Por este vértice, o psicólogo poderia ser considerado, por excelência, um profissional do campo da linguagem. Ou, ainda, a psicologia poderia ser considerada uma profissão de produção de sujeitos-objetos pelos discursos por ela constituídos.

Localizamos, então, dois problemas interpenetrantes: o problema da escrita, do qual decorrem as tensões sociais relativas ao poder, e o problema teórico de concepção da própria linguagem, de onde surgem os problemas relativos aos conceitos de sujeito e de ciências.

2.2. - Da linguagem e das práticas

Não é por acaso que a obra de Foucault tem início com um livro chamado *Doença mental e Psicologia* (FOUCAULT, 2000 [1962])⁵. O estudo da Psicologia está presente desde o princípio de sua obra porque a principal questão nos seus estudos sempre foi a de se mostrar como se formam os sujeitos, os conhecimentos e as relações entre poder-saber que permitem a constituição das subjetividades. Foucault não criou nenhuma teoria psicológica ou teoria sobre a construção das subjetividades, mas, como grande crítico, num primeiro momento, observou e detalhou os mecanismos discursivos que permitiram a criação dos conhecimentos sobre o sujeito moderno, o que ele chamou de arqueologia e, num segundo momento, criou a genealogia, essa sim apontando mais diretamente para a subjetividade. Talvez esse seja o tema central de toda obra foucaultiana: a subjetividade. Mas Foucault não fez, também, uma teoria sobre a subjetividade, da mesma forma que trabalhando arqueologicamente problematizou os discursos, genealogicamente problematizou o sujeito e sua formação (PRADO FILHO; TRISSOTO, 2006).

⁵ Em sua primeira edição francesa, em 1952, este livro se chamou “*Maladie Mentale et Personnalité*”. Posteriormente (1962), Foucault modificou a primeira parte, reescreveu completamente a segunda parte e adotou o título “*Maladie Mentale e Psychologie*”.

Seguindo os passos de Foucault, compreendemos que existem condições que possibilitam a emergência de um determinado tipo de sujeito e de dispositivos de poder ligados aos processos de formação de subjetividade. Os laudos psicológicos não escapam a esses processos, pois eles dão visibilidade a um sujeito psicológico e põem em movimento esse sujeito juntamente com as forças que o constroem e também alteram suas rotas, suas composições e seus sustentáculos (DELEUZE, 2005: 83-96).

O objetivo geral desta tese é contribuir para a formação profissional dos psicólogos, na medida em que problematiza os laudos psicológicos que, como vimos, são objetos de disputas e conflitos dentro da profissão dos psicólogos e entre os psicólogos e outros profissionais que trabalham também como peritos em várias esferas sociais. Esses laudos põem em circulação uma face do discurso psicológico fortemente identificada ao poder do Estado.

Para se problematizarem os escritos psicológicos, é necessário compreender arqueologicamente a Psicologia, isto é, compreender sua formação textual, compreender que discursos permitiram sua emergência e sua legitimação: essa arqueologia configura-se como o primeiro objetivo específico desta tese. Foucault destaca o papel da ciência psicológica como disciplina da norma; ciência moderna que se estabelece por meio da formulação de enunciados sobre um sujeito adequado ou não, ajustado ou não às normas. Mas não apenas isso, suas técnicas não só descrevem o sujeito, mas criam sobre ele um saber que faz com que esse sujeito se aproxime da regra, quando, por algum motivo, seu comportamento dela se distanciou.

A Psicologia, vista pelo olhar crítico de Foucault, naturalizou a normalização e, por meio de práticas discursivas, instalou uma tradição já familiarizada de um sujeito que se enuncia através de uma linguagem psicológica, um sujeito que será tanto melhor quanto mais adequado for às estatísticas da Psicologia. Essas estatísticas têm como ponto referencial a curva normal e, a partir do dispositivo da disciplinaridade, o sujeito passa a compreender-se, enunciar-se e existir sob essa perspectiva: o sujeito normal.

A disciplinaridade, enquanto dispositivo de poder, não teve como única consequência o esquadramento do corpo do sujeito, como veremos adiante no capítulo 4, nem tampouco a internalização da vigilância introduzida pelo modelo arquitetônico do

panóptico, mas trouxe a possibilidade da referência disciplinar, como norma de conduta individual, como padrão para a administração coletiva: a governamentalidade (FOUCAULT, 2003: 303 [1978]). A disciplina que rege o sujeito transforma aquele que bem administra seu corpo e sua família em norma para a administração social, norma do governo do Estado. Apontar para as relações dos enunciados que se formam a partir dos conceitos ditos psicológicos com as regras da administração coletiva internalizada, ou seja, com a governamentalidade, constitui nosso segundo objetivo específico.

Por fim, objetivamos tratar da questão dos processos de subjetivação. Enquanto disciplina de aplicação da norma, a Psicologia, com seus processos de escrita de classificação e administração de corpos, vai criando também subjetividades. A Psicologia vai enunciar a subjetividade dentro de saberes legitimados cientificamente que distribuem os indivíduos, uns em relação aos outros, dentro de uma política de administração das subjetividades. É essa a visibilidade, dentro das curvas de distribuição das populações, dentro das médias e desvios, que a psicologia vai enunciar a normalidade, o desvio, e até a patologização de cada indivíduo. Em última instância, é essa técnica de documentação ou essa técnica de arquivo, que se faz presente nas escolhas profissionais, nas habilitações para motoristas, nos exames admissionais, nas avaliações escolares, é essa técnica que vai decidir até nas esferas jurídicas, um lugar adequado a cada sujeito.

2.3. - Do problema da escrita em Psicologia

Na concepção de Foucault (1979: 231), vivemos em uma sociedade que “marcha, em grande parte, ao compasso da verdade”, quer dizer, uma sociedade na qual circulam verdades. Os discursos que circulam e fazem circular as verdades que eles mesmos constroem são discursos carregados de um saber e, por isso mesmo, de um poder específico.

Esse poder-saber ou essa vontade de saber-poder, visto que os discursos mudam incessantemente, mantendo os dispositivos de verdade, estão disseminados pelos

vários segmentos sociais. Estes não são células separadas e distintas umas das outras, mas são inter-atuantes, inter-influenciadas e inter-dependentes. A vontade de saber liga-se, hoje, à psicologia, visto que é, através do discurso psicológico, que o sujeito pode saber-se. Ou melhor, é através da escuta psicológica que o sujeito é dito ou se diz. E é através da escrita psicológica que ele se analisa e se reconhece como intérprete ou interpretante.

O poder disseminado que constrói as células sociais também as mantém. Essas células sociais são partículas da microfísica do poder localizadas nelas mesmas, em suas dinâmicas e em suas agências. O exercício do poder se dá no corpo social e não sobre o corpo social que, de forma capilar, atinge os indivíduos, seus corpos, seus gestos, seus discursos, seus hábitos cotidianos e, como vemos em Foucault (1979), não produzem somente dominação, mas produzem subjetividades.

O poder disseminado constrói seus próprios dispositivos de disseminação e legitimação. A Psicologia, como ciência e profissão, está nesse campo de lutas e emaranhado de disputas pelo discurso do controle social. Não isoladamente, pois os jogos de linguagem carecem de legitimações múltiplas. Então, o discurso psicológico deve ser legitimado pelo discurso jurídico; este deve legitimar o discurso psicológico e ambos devem ser legitimados pelo discurso científico, seja no campo penal, comercial ou da família. Esse mecanismo de legitimações se dá entre os múltiplos campos e saberes, entre educação, religião e saúde. Ou, ainda, entre moralidade e normalidade.

O discurso psicológico ocupa um lugar central em muitas áreas, visto que, hoje, ocupa o lugar da escuta e da subjetividade. Por outro lado, é um ponto nodal de conflitos e tensões sociais. Mas, a sexualidade, a normalidade, a loucura e as vinculações e exclusões sociais são objetos privilegiados de análise da psicologia e campos cobiçados pelo poder.

Como constituintes de todo discurso⁶, observam-se, *a priori*, dois esquecimentos na atual psicologia brasileira: em seu discurso científico, esquece-se de que

⁶ Essa menção aos esquecimentos do discurso psicológico nos remete, como um desdobramento, aos esquecimentos apresentados por Pêcheux (1988). Esses esquecimentos se traduzem, em primeiro lugar, no recalcamento subjetivo da origem do dizer, o que dá ao sujeito a ilusão de, ele próprio, ser a origem do dizer; e, em segundo lugar, no apagamento da heterogeneidade discursiva, pois, ao selecionar um entre tantos dizeres possíveis, o sujeito tem a ilusão de que o dito tem apenas um significado.

a linguagem é constituinte do sujeito psicológico, com todas as conseqüências que advêm dessa constituição; esquece-se de que o profissional faz parte de um contexto social e histórico, presente nos jogos de linguagem e nos discursos dos dispositivos de poder.

Pode-se observar que o apagamento da constituição do sujeito da linguagem está nas duas proposições acima citadas. Esse sujeito, pertencente, então, a um contexto social imaginário é descrito por um profissional (psicólogo) que está constantemente em luta política, social, ideológica, etc. no seu campo profissional. O sujeito da linguagem, disseminado em sua gênese, surge, conseqüentemente, no texto psicológico resultante do trabalho profissional como uma construção heterogênea, aberta, mutante, carregada de sentidos outros e de natureza não controlável. Partimos desse pressuposto teórico para a investigação que aqui relatamos.

A quem servem as ciências? No entender de Lyotard (1998), as ciências e as pesquisas científicas constituem um saber e vinculam-se à produção de tecnologias de comunicação: o poder não está vinculado ao estado, mas ao poder econômico globalizado na figura das grandes indústrias da produção de tecnologias. Por outro lado, o Estado se serve da economia e dos discursos globalizantes e cabe a eles, associados ao poder econômico, a produção de conhecimentos e controles de consumo.

Outro dispositivo de poder, também presente na pós-modernidade, na visão de Bauman (1999: 90ss), Moraes e Nascimento (2002), Giddens (2006), Huming e Guareschi (2002), versa sobre o controle do que chamam de risco⁷. A temporalidade moderna se modifica e os controles estratégicos da governamentalidade sobre os indivíduos se duplicam. Não há mais um único controle voltado somente para o comportamento presente, mas a esse controle soma-se nova modalidade que antecipa o futuro; um jogo estratégico projeta o futuro, simula suas conseqüências e cria novas categorias de enquadre

⁷ A Sociologia do Risco representa, na atualidade, uma importante disciplina e seu propósito é o de estudar o comportamento da sociedade em relação ao meio ambiente e à saúde, tendo como pano de fundo o futuro. A este respeito ver: Layrargues, P., *Sociologia do Risco*. Discurso cientificista a respeito da energia atômica ameaça a democracia: Razão e emoção em torno da tecnologia nuclear – *Revista Ciência Hoje* – set/ 2001; e, Kantorski, L. P. A Reforma Psiquiátrica: um estudo parcial acerca da produção científica. *Rev. Eletrônica de Enfermagem* (online), Goiânia, v.3, n.2, jul-dez/2001. Disponível: <http://www.fen.ufg.br/revista/revista.html>

para que os indivíduos mudem seus hábitos, num efeito reforçador de prazer, tendo em vista os comportamentos esperados no futuro.

Ao apagar o sujeito da linguagem, o psicólogo apaga também o sujeito da cultura, da política; apaga, enfim, o sujeito inserido no mundo do consumo, da imagem, do excesso de desamparo e, conseqüentemente, constrói, no discurso, um sujeito centrado em um mundo interno, desvinculado do mundo externo. Discurso esse, até certo ponto, valorizado pela sociedade disciplinar, ao mesmo tempo que é efeito é efeito desta, a quem interessa a responsabilização individual dos sujeitos, ou seja, dos sujeitos desvinculados do meio social, político e histórico no qual foi formado. (BANDEIRA, 2005; OLIVEIRA, 2005; COIMBRA; CUNHA, 2005).

A hipótese geral que dirige esta pesquisa é a de que a escrita de laudos psicológicos legitima, na sociedade, um sujeito hegemônico e, ao fazer isso, constrói um lugar de discriminação que se constitui num dispositivo de poder para (as)segurar o sujeito no centro (a responsabilidade social sai do grupo e vai para o indivíduo).

Poderiam ser articuladas inúmeras questões para se averiguar a pertinência da hipótese formulada; há, porém, um caminho que pretendemos percorrer na busca de algumas marcas do discurso ou do texto psicológico.

Para orientar esta busca, levantamos as questões que se seguem:

- Que concepções de linguagem, de texto, de sujeito e de ciência podem ser rastreadas nos laudos psicológicos?
- Como se constituem e como funcionam as regras de escrita que permitem a emergência e o efeito de verdade sobre o sujeito psicológico nos discursos profissionais psicológicos que emergem nos laudos?
- Que efeitos de sentido, do ponto de vista ético e social, decorrem da escrita dos laudos psicológicos?

2.4. - Do corpus e dos procedimentos de análise

Estabeleceremos a metodologia da presente tese como um gesto interpretativo. Trata-se de uma busca de posições e articulações possíveis frente a um conjunto de textos selecionados e pesquisados por suas características e funções em relação à psicologia. Estaremos centrados em textos produzidos no Brasil, o que não significa uma tentativa de discriminação do nacional, mas somente a consideração de que os textos, além de serem construídos numa relação com o espaço e o tempo, numa acumulação de saberes regradados pelas comunidades de discurso, são também uma construção histórica e política, portanto, parte da construção de uma sociedade e de suas verdades. Os textos, como veremos, não têm um começo ou um fim, tampouco são apenas marcas gráficas inscritas em um papel, mas intersecções, tangenciamentos e oposições, sempre relacionados a um conjunto de discursos e textos outros que, embora distintos em sua materialidade, também o compõem.

Por se tratar de um estudo da escrita em psicologia, vamos considerar sua construção como um recorte em suas especificidades. As características que marcam essas especificidades são relacionadas, a princípio, aos binarismos e dicotomias advindas das regras de produção das ciências positivas⁸. Assim, veremos como os textos são desenvolvidos neste lugar instituído e naturalizado, percebido como a-histórico, neutro e objetivo, próprio do dispositivo de poder de um sistema de produção que opera discriminações calcadas nas oposições entre as categorias essencialistas de indivíduo/sociedade, objetivo/subjetivo, interno/externo, controlado/descontrolado, ajustado/desajustado, produtivo/ improdutivo, ...

A crença nessas essências, pilares das subjetividades hegemônicas no capitalismo, também está presente nas práticas psi, afirma Coimbra (2003: 10). Assim, podemos relacionar a sociedade disciplinar de Foucault às práticas psi como um poder-saber constituinte das produções de sujeitos, objetos e práticas, característicos das sociedades pós-modernas.

E, ainda, por se tratar de um estudo da escrita em psicologia, de forma mais ampla, vamos considerar que a psicologia se refere aos discursos sobre o mundo interno do

⁸ Sobre as regras da escrita das ciências, veja-se Coracini, 1991.

homem. Compreenderemos, porém, esse “interno” como uma construção moderna que implica em uma dobradura do que é também externo, uma dobradura que torna interno o que é externo e vice-versa; refere-se, ainda, à linguagem que compõe os laudos psicológicos em sua especialidade ou à enunciação sobre um sujeito como um objeto compreendido, em sua normalidade ou anormalidade psíquica. Sendo esses conceitos de normal e anormal, fixados pelos poderes que permitem a circulação e valorização das regras sociais como saberes portadores de uma verdade e, também, esperando trabalhar não só dentro dos limites do que reitera o que já é conhecido e aceito pela sociedade, mas em suas fronteiras, nas suas esquivas, nas extravagâncias que pretendem nomear e dominar, vamos procurar relacioná-los à escrita, aos limites, aos dispositivos de poder-saber e às verdades que circulam veiculadas como saber psicológico (DOMÈNECH; TIRADO; GÓMEZ, 2001: 113 e ss).

Isso significa que lá onde está uma indefinição é que uma nova definição se enunciará em acordo com uma ordem discursiva, cumprindo uma exigência social ou técnica e estabelecendo nova fronteira. Lá, onde não se supunha ser necessária uma intervenção, pelo desejo de poder é que será imperativo que se escreva algo, para que os escritos técnicos remarquem os limites da profissão. Ou, lá, onde a linguagem profissional é submetida a interditos, ou, ainda, onde diagnósticos são inéditos pelos “novos” sujeitos que criam ou, ao contrário, lá onde os diagnósticos não alcançam seus tentáculos e deixam sujeitos além das suas fronteiras, lá está o lugar em que a luta pelo poder vai ser exercida, para demarcar campos, especificar princípios de funcionamento, conectar objetos às práticas discursivas ou gerar verdades.

É nessa fronteira da linguagem, nesse limite do saber, que a interpretação, antes tida como mera especulação, e, conseqüentemente, pouco confiável, que os conflitos vão ser apagados ou as disputas vão gerar rivalidades entre os poderes que se autorizam a classificar e administrar os sujeitos que, por isso mesmo, vão digladiar entre si. É nesse ponto que centraremos nossos esforços, pois a linguagem não apenas classifica, mas cria novos sujeitos, modela comportamentos e instrumentaliza as práticas institucionais que normalizam, silenciam, recriam, incluem e excluem o “novo” sujeito, ou seja, produz discurso sobre o “novo” sujeito.

Os textos que compõem nosso *corpus* são amostras desse conjunto. Iniciamos nossa análise pelo texto que enuncia as regras explícitas da escrita profissional psicológica, ou seja, a regra das regras, as normas publicadas pelo CFP que devem ser seguidas sob pena de não reconhecimento, caso não sejam consideradas. Esse primeiro material é o *Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica*, de autoria do próprio CFP, na forma de Resolução. Além desse *Manual*, temos cinco laudos analisados, sendo dois laudos de alunos, estagiários de psicologia jurídica – um da esfera familiar e outro da esfera escolar; dois laudos de profissionais, um referente à admissão profissional e o outro da área da educação, ambos expostos no Manual de 2001, como modelos a serem seguidos pelos profissionais; e, por fim, um laudo de um psiquiatra, fruto de uma solicitação jurídica, da esfera criminal, em resposta a um laudo de uma psicóloga.

O manual foi submetido a uma análise dos conceitos de linguagem ali contidos; como estamos analisando os conceitos de linguagem, texto, escrita e sujeito, recorreremos à filosofia da linguagem para discutir algumas questões referentes à fundamentação teórica contida, mas não explícita, na resolução normativa do CFP.

A escolha dos laudos foi feita em circunstâncias de ensino. Dois laudos constam do Manual do CFP e são apresentados como modelos por outras entidades que discutem o tema, como a Associação de Psicólogos Peritos que os apresentam em seu *site* na *Internet*, como referência. Esse material normativo do CFP é, normalmente, discutido em sala de aula, tornando-se conhecido pelos alunos em formação e pelos profissionais que emitem laudos e pareceres. Outros dois laudos são resultados de atendimentos e avaliações feitas por estagiários da disciplina de Psicologia Jurídica; foram escritos por alunos e corrigidos por professor especialista, antes de serem encaminhados aos órgãos solicitantes; portanto, esses laudos têm validade no sistema jurídico-social; o primeiro, em Conselho Tutelar e o segundo, em uma DDM – Delegacia de Defesa da Mulher. E o último laudo, por nós analisado, foi emitido por um psiquiatra, após ter sido solicitado por um juiz para contrapor a outro laudo realizado por psicólogo.

Fica claro, portanto, que esses laudos foram escolhidos para serem avaliados por constituírem exemplares muito significativos, porque circulam e são aceitos como

modelos, porque circulam nos meios de ensino e profissional e, também, são de autoria de padrão reconhecido dentro e fora da profissão.

2.5. – Do percurso da pesquisa

Antes de partirmos para a apresentação de resultados da análise do material colhido, realizaremos um percurso teórico relativamente longo, referente aos fundamentos da filosofia da linguagem. O motivo que nos levou a essa pesquisa teórica foi a tentativa de adquirir alguma familiaridade com o tema da linguagem que embora seja tema freqüente nos cursos de Psicologia, é sempre tomado a partir de algumas teorias psicológicas, de forma que a história da Filosofia foi deixada de lado. Lacuna que tentamos preencher minimamente com as leituras que estão expostas em parte no capítulo 4. Embora esse capítulo trate da história do sujeito, compreendemos que haja um imbricamento entre os temas do sujeito e da linguagem e, por esse motivo, a expomos.

Sem anteciparmos as análises, podemos afirmar que até mesmo por mecanismos de memória lingüística, encontramos muitos princípios enunciados no Manual que estão relacionados a pensamentos filosóficos da linguagem expostos desde os pré-socráticos. O que nos chamou a atenção e permitiu alguma relação com os textos analisados foram mantidos no capítulo 4.

O capítulo 4, como dissemos, busca fazer uma breve descrição da história do sujeito, ou da história dos processos de subjetivação. Nesse capítulo, após esse percurso histórico, desenvolvemos, buscando esclarecer, o que encontramos de tendências atuais para a compreensão do sujeito no mundo contemporâneo. Um desafio teórico foi aí posto: o imbricamento do sujeito do desejo com o sujeito do gozo, tema discutido longamente com o grupo de pesquisa do qual participamos, e cujo resultado se apresenta no subtítulo 4.3 intitulado “Sujeito do Desejo e Sujeito da Pulsão”.

O Capítulo 3 contém uma elaboração de conceitos e pensamentos que se apresentam de forma difusa em autores de nossa base teórica, razão pela qual nós os

reapresentamos, tentando organizá-los para atender aos interesses desta tese. O processo de escrita do Capítulo 4 tem a característica inversa. Nele, os conceitos fundamentais são desenvolvidos ou organizados; são re-apresentados os processos de construção de algumas teorias acerca do sujeito. Esses aspectos teóricos são apresentados de forma resumida e funcionam como introdução conceitual às análises dos capítulos subseqüentes.

A análise foi realizada e sua apresentação final, neste texto, no capítulo 5 segue ao seguinte princípio: no item 5.1 está o resultado da análise do Manual de documentos escritos por psicólogos; esse material foi alvo de análise principalmente sobre as concepções de linguagem e sujeito.

Do item 5.2 em diante, apresentam-se resultados de análise dos laudos. Essa análise não se baseia em categorias, pois as categorias poderiam tornar difícil o trabalho de relacionar temas fronteiriços, que ainda não se constituem categorias já firmadas. Mas, tomando por base conceitos foucaultianos ou conceitos de outros teóricos pós-estruturalistas, formamos eixos de análise que nos permitiram fazer uma leitura transversal dos laudos, observar o interdiscurso e outros mecanismos que permitem enunciados ganharem valor e serem postos como verdades psicológicas.

CAPÍTULO 3 – LINGUAGEM, TEXTO E ARQUIVO

3.1 - Um sistema em desequilíbrio

A linguagem transforma o homem em sujeito da cultura, expropriado da natureza e inserido na ordem de um universo de símbolos. A linguagem impõe ao homem um sofrimento insofismável, pois, ao balizar a constituição humana, transforma o homem em um construto histórico.

Os conceitos lacanianos de *parlêtre* (falasser) e sujeito barrado versam sobre essa condição do ser como efeito de linguagem. *Parlêtre* designa o próprio sujeito, efeito da linguagem: “não um ser que fala, mas um ser transformado pelo ato de falar” (SOLER, 2002: 9) e o conceito de sujeito barrado atribui à cultura essa diferença, já que expressa que “a linguagem é feita para nos fundar frente a um Outro, e também para nos impedir radicalmente de compreendê-lo” (LE GAUFÉY, 1996: 178). Assim, o sujeito paga o preço de sua condição humana de sujeito da linguagem, cuja verdade é construída nos jogos de linguagem, o que lhe inaugura o desamparo.

Nesse jogo, percebe-se que a definição de linguagem é tão impossível quanto a definição da verdade. Logo, sem a pretensão de defini-la, apenas caracterizá-la para falar dela mesma, a linguagem é uma condição humana, um muro entre os homens e as coisas, posto que suas representações nunca representam de verdade aquilo que desejam e o forçam a continuar tentando alcançar o valor do objeto em si e, conseqüentemente, como afirma Barthes (1996 [1978]), um poder fascista, um poder que nos obriga a dizer, que nos força a uma tomada de posição; na medida que nos impede de dizer outra coisa, nos limita a dizer aquilo que seu código permite que seja dito, percebido e pensado.

Como condição humana, a linguagem força o sujeito a dizer algo, ou seja, somente quando diz algo é que o sujeito se funda frente a um Outro. Esse ato de dizer institui posições discursivas e, somente ocupando uma dessas posições, esse sujeito convoca um *eu* a se representar ou, dito de outra forma, ocupando essa posição no discurso, o sujeito pode enunciar algo e, ao enunciar, enuncia-se. Nesse sentido, ao dizer algo, se diz, e, também, faz-se corpo. O corpo é pré-condição para a fala, mas, ao mesmo tempo, a linguagem, ao passar pelo corpo, deixa uma marca no real do corpo.

Assim, uma representação ou um traço, além de ser uma (a)presentação construída no sujeito e pelo próprio sujeito que, apesar de toda heterogeneidade, deixa marcas da singularidade desse sujeito, é, também, um ato sobre a realidade; o sujeito, modificado pelo ato de falar, modifica, por conseqüência, a realidade, deixando nela suas impressões ou interpretações que a constituem: “Nunca conseguiremos deixar de ser, ao mesmo tempo, corpo e representação, o que implica que há uma modificação do corpo pelos nossos atos (de representar) e vice-versa” (COSTA: 2001, 66).

3.2 Texto: curvas de enunciação

Ao tentar delinear uma unidade para um determinado discurso, poderíamos supor que haveria um ponto qualquer que garantisse uma invariância interpretativa. Ora, a letra, a palavra, a frase, o enunciado, o parágrafo, são elementos estruturais que servem, se

considerarmos a tradição filosófica moderna, ao desenho da permanência e da continuidade, mas que também apagam os pequenos desvios e preenchem as lacunas, dando a impressão de que a história se escreve em grandes blocos unitários.

Essa unidade pode se apresentar em variadas formas: um mapa, um croqui, um desenho, um catálogo, um documento, ou em muitas outras configurações. Mesmo assim, seja ela qual for, seja qual for o mecanismo de registro, o texto é uma tentativa de representação da realidade, a tentativa de fazer-se um traço real e não a realidade em si.

A escrita é um processo do sujeito, é um produto do sujeito. Frente a essa constatação, há considerações a se fazer. Já que o sujeito é um efeito do discurso e o texto, um produto do sujeito, o texto é um recorte, um resultado material que se inscreve em discursos e é por eles constituídos.

Vamos, então, esclarecer as conseqüências irremediáveis da relação texto-discurso-sujeito que acima glosamos com a concepção de escrita como forma de registro de uma representação. O conceito de representação não pode ser tomado aqui como uma re-apresentação da realidade no pensamento do sujeito, mas somente uma marca deixada por traços ou impressões que alteram, minimamente que seja, a memória e a percepção do sujeito. Essa representação, no entanto, não é uma marca fixa; pelo contrário, é um efeito das relações entre os traços e o desejo do sujeito, cuja interpretação é sempre *a-posteriori*.

Partindo da noção freudiana de sujeito clivado e empregando a psicanálise para discutir os demais conceitos, percorreremos a trajetória da formação do símbolo, para, então, avançarmos para a escrita e, dessa forma, chegarmos até as concepções de discurso e texto.

A primeira distinção que fazemos à Psicanálise ao entrarmos nesse universo da linguagem é não considerá-la, exclusivamente, participante das propostas epistemológicas das ciências positivistas. Isso não significa que a Psicanálise despreze a lógica ou a experiência. No entanto, além dos conhecimentos positivos, conscientes e controláveis, a Psicanálise considera os efeitos do negativo, do inconsciente e do inominável, que incidem sobre a compreensão dos fenômenos e sobre a própria noção de ciência.

Ao discutir a instância da letra, seja como registro recalcado e inconsciente, seja na composição da escrita como abertura e não como registro fixo, a Psicanálise põe em pauta a incompletude do simbólico e exige um deslocamento das concepções científicas de verdade e realidade, controladas a favor da idéia do “há mais”, desse sempre algo mais, o devir.

Não desejamos tratar a Psicanálise como um discurso homogêneo nem defini-la em sua aparente totalidade. Mas sabemos que ela trabalha com uma lógica, tal qual as ciências ditas puras ou ciências formais. Há, nela, uma preocupação com a lógica: os *mathemas* em Lacan e a grade em Bion, por exemplo. Entretanto, na sua dispersão, há teóricos que se preocupam com outros paradigmas científicos, como as ciências empírico-formais. Alguns desses teóricos se identificam com a observação e com a experimentação (Donald. Winnicott); outros trabalham com os exames e com os testes projetivos (Didier Anzieu) e, por fim, há aqueles que se incluem entre os hermeneutas, que trabalham com a interpretação, com o discurso, com o sentido (Paul Ricoeur).

Mesmo assim, ainda trabalhando com a lógica, com a experimentação ou com a hermenêutica fenomenológica, há sempre, na Psicanálise, a consideração da incompletude, um devir que torna esse saber parcial e inalcançável em sua plenitude.

No entanto, se considerarmos que uma ciência se constrói em uma destas categorias epistemológicas, a psicanálise se localiza não em uma, mas nas três categorias (formal, empírico-formal e hermenêutica), pois nenhuma delas lhe é suficiente. As três categorias também não bastam, porque talvez seu objeto não seja o positivo, o palpável. O objeto de que tratamos, em psicanálise, está nas formas negativas: o simbólico, o representável, a falta e a ausência. Por isso, podemos pensar que a psicanálise é pós-paradigmática: os paradigmas estão nela, mas vão além deles. Pode se ver esta concepção mais claramente em Rezende (1999a; 1999b e 2000).

A razão disso é que as ciências positivas buscam a compreensão, a explicação, a descrição precisa, a consistência e o domínio do que seja palpável e demonstrável pelos princípios lógicos, por um princípio universal que rege os acontecimentos. Apesar disso, a psicanálise se preocupa com o que escapa à lógica e à regra, com a singularidade, com o único; ela é, por assim dizer, a ciência do individual e do não generalizável.

Há, na Psicanálise, uma quebra de paradigma. Para além do positivo e da lógica, estão o simbólico e o Outro. Para além do dito estão o não-dito e o inter-dito. A subversão do sujeito que se expressa no “Penso onde não sou, sou onde não penso” (LACAN, 1998 [1960]; 1988 [1964]; MILLER, 1999) tem a ver simultaneamente com uma mentira, um sou onde não sou. Entretanto, tal enunciado poderia ser posto também na perspectiva do interdito. O interdito⁹, mandado com que o juiz segura alguém da violência iminente de turbação ou ordem de privação judicial da livre disposição de seus bens, aqui assume acepções jurídicas. Mesmo assim, ambos os sentidos significam proibição: alguém que proíbe o outro, alguém que diz ao outro quem ele pode ser, que interrompe e diz pelo outro.

Os símbolos são ligados ao interdito; o homem nasce imerso no universo dos símbolos e, na nossa tradição cultural e religiosa, a admissão do sujeito nesse mundo simbólico, mundo culturalmente castrado e limitado, se dá logo ao nascer, com a instituição do batismo: “eu te batizo em Nome do Pai”. Ou seja, eu te nomeio pela autoridade cultural que me foi delegada. É dessa forma que se apresenta alguém à comunidade e se introduz o sujeito no mundo cultural, com nome próprio, com a promessa dos pais de educá-lo segundo uma tradição e em um mundo simbólico com linguagem, rituais e leis. O mesmo ato que castra, re-une: esse é um ato de re-ligião (*lt.: religare*), uma re-união: em si mesmo, um ato simbólico.

Nesse sentido, “a língua, com seu poder identificatório, constitui-se como objeto, instrumento único de comunicação, estruturando uma forma própria de pensar, sentir e criar, afirmando-se de certo modo como uma singularidade e sendo por isso um lugar de conexão” (AMARAL DIAS, 2000: 161). Mas conectamos o que está, na sua origem, separado. Diz, ainda, o autor:

As palavras são modos de lidar, dominar e representar no macrocosmos da mente a representação das coisas. A natureza combinatória inerente à fala faz da linguagem uma relação conclusiva com o simbólico, abrindo-o à multiplicidade de significantes onde ele pode ser contido. A imaginação e a criatividade passam também por aí (AMARAL DIAS, 2000: 234).

⁹ *Dicionário Mirador Internacional*. Interdito: (Adj) 1- Proibido. 2 – Proibido de exercer as funções do seu ministério. 3 (dir) – privado juridicamente da livre disposição dos seus bens e de sua pessoa. [...] (s.m.) *I geral* - *proibitório*: mandado judicial com que o juiz segura alguém da violência iminente de turbação... (p. 978).

Linguagem é condição humana, condição para re-ligação e para construção do sujeito (*parlêtre*). Ao mesmo tempo é condição de função falha, pois jamais se diz o que se quer dizer. A linguagem não é transparente e homogênea. A introdução no mundo da linguagem, no mundo do simbólico, é uma condenação e uma salvação. O homem condenado à cultura será salvo pela possibilidade de crescer e criar; é um novo significante e produzirá novos e intermináveis sentidos em deslocamentos e deslizamentos que o acompanharão.

Para pensarmos a psicanálise como ciência do negativo e no nascimento do simbólico no pensamento humano, remetemo-nos novamente a Amaral Dias (1999: 40 ss) que coloca o símbolo não como um objeto ou representação do objeto, pois não substitui o objeto no mundo interno, mas como uma representação da frustração, uma elaboração da ausência no pensamento, na ausência do objeto pensado e não existente. De modo que o que se elabora é elaborado a partir do não, do negativo: a não coisa.

Podemos ilustrar o que ocorre a partir do *Fort/da*¹⁰ (FREUD, 1980: 25-28 [1920]) e, na sequência, repensarmos a constituição do sujeito. A criança se alegra no *fort/da*, mas alegra-se porque se ilude, pensa que, agora, finalmente, está no comando, já que, puxando o carretel, o objeto volta. Ilude-se, porque ela não está no comando; seu objeto, neste caso, é uma extensão de si mesma e, então, “penso, logo existes”. Mas, há um sacrifício do objeto para que se possa pensar simbolicamente ou para que se funde um sujeito do simbólico: o objeto-carretel não é a mãe, é a não-mãe. Penosamente, sofre, logo existe, pois é na ausência do objeto que se sofre e que se pensa, uma vez que não se está no comando. Esse sofrimento é equivalente, na vida adulta, ao sofrimento do sujeito neurótico.

Aquele que se realiza e tem seu objeto de volta quando pensa nele e seu pensamento o comanda é o sujeito psicótico. Esse tem as coisas e as palavras no mesmo

¹⁰ *Fort/da* é uma referência ao jogo do carretel, brincadeira infantil narrada por Freud (1980 [1920]) na qual observou que seu neto (Ernestl) costumava divertir-se, quando sua mãe se ausentava, atirando para longe da cama os objetos pequenos que estivessem ao alcance de sua mão. Esse gesto era acompanhado por uma expressão de satisfação que assumia a forma vocal de um “o-o-o-o-o” prolongado, no qual se podia reconhecer o significado alemão *fort*, isto é, “fora”. Um dia, conta Freud, o menino se entregou a essa mesma brincadeira de sumir usando um carretel de madeira, preso a um barbante: atirava o carretel, acompanhando o movimento com seu famoso “o-o-o-o-o” e depois, puxando o barbante, fazia-o voltar, saudando o carretel com um alegre *da* “aqui”! Mediante essa brincadeira, Ernestl parecia transformar uma situação em que era passivo, e sofria o perigo ou o desprazer causado pela partida da mãe, numa situação da qual era senhor, fosse qual fosse o caráter doloroso do que se repetia nela (ROUDINESCO; PLON, 1998: 486).

plano: as palavras substituem as coisas no mundo psicótico massivo e não simbolizado. Sem álibi.

Há um certo desejo ao se querer localizar a psicanálise como a ciência que deu voz à loucura, a um discurso ou a um sujeito. Não obstante, a psicanálise não deu voz ao não-dito, mas deu voz a um interdito dito e não-dito, um dito pelo Outro que submete a todos - sãos e loucos (embora de formas distintas). E deu voz à frustração de não se poder dominar o que se diz; a elaboração da frustração é a nascente do que é singular, na saúde e na loucura.

Ainda mais: Freud chamou de ilusões as tentativas humanas de cura de sua separação, de sua clivagem. A religião (*religare*) é um sonho da mente, ou seja, a realização de um desejo. As ciências que se transformam em tentativas salvadoras, a própria medicina, o conceito de cura, a promessa marxista, enfim, tentativas de retorno ao paraíso perdido, onde tudo era ligado, são ilusões. O homem está irremediavelmente partido e sofre; as tentativas de religamento são ilusórias. O homem saudável é o que sente dor e a elabora, que simboliza, mas no gerúndio, caminhando, pro-curando, em busca do negativo, suportando que o negativo permaneça negativo.

De alguma forma, estabelece-se um problema metodológico que podemos encontrar em vários momentos e em vários autores que mostram essa diferença e essa impossibilidade de lidarmos com uma única psicanálise. Citaremos alguns exemplos de estranhamento e estranhamentos entre autores que trabalham dentro desse grande edifício que chamamos psicanálise.

Mezam (1985), em *Recordar Foucault* refere-se à psico-sexualidade e não à sexualidade tal como é tratada por Foucault. Na psico-sexualidade, podemos ver a questão da diferença, ou seja, a separação que nos faz pensar em diferenças não conciliáveis. Birman (1991) refere-se à Psicanálise como mediadora da problemática dos discursos levantados por Foucault, mas a verdade que se busca pela psicanálise não é a verdade do sujeito ou do objeto ou, ainda, a clínica psicanalítica não busca a verdade objetiva, distanciamento da subjetividade dado pelos exames, mas busca a elaboração do desmentido, desmentido de que o objeto não está presente. Forrester (1990), ao elaborar as relações de poder a partir de *Totem e Tabu*, poderia ser relido pelo prisma do simbólico, da

elaboração do pai ausente, falho na tentativa da presença com os filhos abandonados: não há um pai, o pai não retorna, há um abandono criado por ilusão deles próprios. E, por fim, Derrida (2001a), que desconstrói a lógica da psicanálise como não cartesiana, no objeto ausente (*nothing*), observa que há uma lógica e a lógica do não-objeto (*no-thing*) é outra. É sobre a não-coisa que se encontra a formação do símbolo.

Sempre há uma diferença no universo simbólico e, ao buscar a singularidade, faz-se uma outra composição. Novos significantes ilusórios e falhos se apresentam. Então, voltamos ao *cogito* subvertido: sou onde não estou, estou onde não sou.

Com essa reflexão, esperamos mostrar um pouco de uma outra perspectiva, a do negativo, que não busca espaço no positivismo. O próprio Freud se excluiu da medicina, quando elaborava os conceitos da segunda tópica, por não mais se identificar com o conceito de cura médica¹¹. Assim, posicionamos-nos por uma psicanálise que não trata da história ou da linguagem positiva, mas dos hiatos e das falhas, nos traços da angústia, na função falha que é a linguagem.

Esperamos, também, firmar uma concepção de texto como uma materialidade aberta ao negativo. Mesmo que ali se registrem ou imprimam signos, dos quais esperamos significados compartilhados, o texto está aberto aos sentidos discursivos, sempre em formação. E, mais que isso, a própria condição da linguagem não nos permite identificar nos textos outra coisa senão a própria falha constitutiva da linguagem, a negatividade do próprio sujeito que lá onde pensou que se identificaria, descobriu um outro lugar no qual ele não está.

A distinção desta modalidade de interpretação é o não-lugar. Não há origem, há caos, há babel (DERRIDA, 2002), há um poder-saber que delineia os sentidos que podem ser aceitos e camufla aqueles que não o são, constitui um objeto que contém inconsciente e que também produz inconscientes.

Da mesma forma que não há ponto de partida, não há ponto de chegada. Há mais: há o negativo que compõe o texto tanto quanto o positivo. O negativo é, em parte, o inconsciente e, em parte, o inconsciente-inominável, o infinito. Se há um ponto a se chegar, esse ponto não é a resposta positiva para a questão, é, sim, a elaboração de uma nova

¹¹ Freud chegou a escrever um ensaio sobre essa questão, em 1926, chamado “A questão da análise leiga”.

formulação para a mesma questão originária. A negação do *cogito* cartesiano: Penso, logo, duvido.

3.3 - Arquivo: a construção da memória

O conceito de arquivo, seja em Foucault, em Derrida ou em Freud, versa sobre um sistema de regras e dispersões discursivas que permite a formação e a transformação da memória e faz com que os enunciados circulem, permaneçam, se repitam, se modifiquem ou desapareçam, além disso institui as regras de coexistência, de deslocamentos e simultaneidades discursivas. Embora não tenha utilizado o termo arquivo, Freud (1980: 293-294 [1937]), afirmou que o trabalho do analista é comparável ao trabalho de um arqueólogo, isso quer dizer que o objeto de trabalho do analista é um tipo de trabalho interpretativo sobre uma espécie de arquivo.

O arquivo, de forma geral, expressa o universo de conservação dos enunciados, o domínio do já-dito. Mas esse já-dito não se mantém estável e com significados constantes; ao contrário, adquire formas e sentidos novos em cada situação de uso.

Exploraremos a idéia de arquivo para os autores acima mencionados, em suas especificidades teóricas e empreenderemos algumas das possíveis aproximações, intersecções e tensões, identificadas ou presumidas, mas abordaremos também as contribuições que esse conceito pode oferecer à nossa compreensão sobre a construção dos textos e sobre a dinâmica dos discursos.

Em Foucault, o conceito de arquivo é apresentado e discutido na obra *A Arqueologia do Saber* (2002a [1969]), mas esse conceito aparece, por assim dizer, de forma derivada, uma vez que o que Foucault vinha realizando desde sua tese de doutorado era uma arqueologia. Ao afirmarmos que o arquivo aparece como conceito derivado, não intencionamos criar uma hierarquia entre o conceito (arquivo) e o método (arqueologia); apenas ressaltamos que o arquivo é uma pré-condição para que se faça uma arqueologia.

A arqueologia é o método de investigação de Foucault em algumas das suas primeiras obras: *História da Loucura* (1997 [1961]), *Doença Mental e Psicologia* (2000 [1962]), *O Nascimento da Clínica* (2003 [1963]), *As Palavras e as Coisas* (1999 [1966]) e *A Arqueologia do Saber* (2002a [1969]). A palavra “arqueologia” aparece no título ou no subtítulo de alguns desses livros, embora a tradução brasileira a omita em alguns casos. O nome da obra *O Nascimento da Clínica*, em francês, *Naissance de la Clinique: Une archéologie du regard medical*; *As Palavras e as Coisas*, é *Les Mots e les Choses: Une archéologie des sciences humaines*; e *A Arqueologia do Saber*.

As palavras “nascimento” e “história” também aparecem em títulos e essas palavras se referem à origem ou ao passado (*Arché*). Mas temos implicações diferentes de seus usos, porque essas palavras indicam olhares distintos sobre o objeto em questão. Mesmo em *História da Loucura* (FOUCAULT, 1997 [1961]), obra que tem a palavra “história” em seu título, o interesse não era o de fazer a história médica da loucura, nem a história dos loucos ou dos hospitais. O que se vê nesse livro são as descrições das condições sociais, econômicas, políticas, religiosas e dos pensamentos filosóficos e médicos vigentes em cada época que permitiram a emergência, a transformação e os meios de tratamento do que foi, em cada período, considerado loucura.

Da mesma forma, no livro *Doença mental e Psicologia* (FOUCAULT, 2000 [1962]), o foco era discutir a interpretação neuro-sócio-psico-existencial, na qual se autorizava uma constituição de uma doença mental, ou seja, como essa interpretação emergiu, como o homem se relacionou consigo mesmo e com esse saber, ou como se desenvolveu e se naturalizou essa vertente interpretativa no decorrer do séc XIX.

Na seqüência, Foucault lançou *O Nascimento da Clínica: Uma arqueologia do olhar médico* (FOUCAULT, 2003 [1963]), o primeiro livro que traz em seu título a palavra arqueologia. Nessa obra, Foucault trata do discurso médico e suas relações com a política e com a administração (FOUCAULT, 2003: 223-240 [1977a]). Entendemos, então, que, a essa altura, já está consolidado o método arqueológico e, como decorrência, a diferença entre esse e a História enquanto ciência positiva; entre a epistemologia, enquanto fundamento filosófico para o saber científico, e a ontologia que servia de base para as explicações dos fenômenos humanos.

O termo “arqueologia” foi utilizado intuitivamente. Diz Foucault (2005: 145 [1969]) que foi um feliz acaso, já que expressa a descrição do arquivo. O arquivo, nesse texto, é definido como

o conjunto de discursos efetivamente pronunciados; e esse conjunto é considerado não somente como um conjunto de acontecimentos que teriam ocorrido uma vez por todas e que permaneceriam em suspenso, nos limbos ou no purgatório da história, mas também como um conjunto que continua a funcionar, a se transformar através da história, possibilitando o surgimento de outros discursos.

Nossa compreensão é que essa definição de arquivo em muito se aproxima da idéia de Freud sobre a fala, sobre o discurso do sujeito, sobre a emergência do inconsciente na fala consciente ou, até mesmo, sobre os mecanismos que se denominam, em Lacan, de formações do inconsciente. Tudo isso que a psicanálise diz a respeito do sujeito, sujeito que existe ao falar, parece-nos muito próximo ao que Foucault propõe ao pensar o arquivo, mas arquivo como condição para a emergência da genealogia, a condição da instauração de um sujeito.

Há uma diferença entre a noção de arquivo em Foucault e em Freud, mas facilmente se pode observar que, nesse assunto, a psicanálise influencia Foucault, porém muito mais pela via lacaniana, que pela freudiana. Se Freud fala em escavação e nos dá a imagem de que o trabalho arqueológico empreendido pela psicanálise é um trabalho de escavações subterrâneas, e que, portanto, o inconsciente está nas profundezas, Foucault se associa a Lacan ao dizer que o arquivo ou o inconsciente estão na superfície. Lacan nos diz que o inconsciente está na ponta da língua e Foucault, por sua vez, não se propõe a procurar aquilo que supostamente estaria oculto no discurso, mas a analisar o que está na superfície e, às vezes, invisível, exatamente por estar tão superficial. Foucault acredita que há regras que permitem essa visibilidade, a existência, a coexistência e os sistemas de funcionamento das práticas discursivas.

A história tradicional, a história que considera verdadeiro o documento ou considera consciente o sujeito que fala (sujeito transcendental, dono do seu saber), é colocada em cheque. Então, tanto a psicanálise quanto a arqueologia enfrentam (de forma a deslocar) o que está aparente na fala e nos documentos, uma vez que esses dois métodos consideram que os objetos analisados não são descritos pela linguagem, mas são objetos

criados pela linguagem; dessa forma, o centro do processo interpretativo torna-se a própria linguagem.

Essa é uma razão pela qual Foucault vai renomear os documentos chamando-os de monumentos. Os documentos são arquivos típicos de uma historiologia que busca a continuidade nos acontecimentos, que se baseia na verdade linear e nas relações complementares entre os níveis ou entre as categorias analisáveis. A economia, a política e a demografia, por exemplo, com seus mapas, estatísticas e demais descrições seriam lidos unidirecionalmente, como se houvesse uma única entrada aos documentos, aquela entrada apontada pela sua lógica e coerência lineares.

Os monumentos, por sua vez, permitem várias entradas, já que servem à análise, não pela sua lógica coerente ou por sua descrição correspondente exata da realidade, mas porque apontam relações com outros fenômenos que seguem regras organizadas, para serem discursivizados e postos, assim, em cena. São essas regras que permitem que os enunciados emergjam em pontos diferentes e com/sobre objetos diferentes, mas categorizam, marcam e põem os discursos numa lógica epistêmica específica e permitem sua formalização até que se componha uma formação discursiva¹² distinta, uma verdade pronunciável de um tempo e estabelecadora de práticas discursivas e não-discursivas permitindo, sobretudo, a formação de novas subjetividades.

Pode-se observar na obra de Foucault, para exemplificar os processos de arquivos como regras discursivas e formadoras de novas subjetividades, como a mudança do suplício público para a prisão se relaciona com novos sujeitos, novas práticas de vigilância, nova concepção de Estado e de governo, novas política e percepção de justiça. Ou como as regras de hospitalização e medicalização se relacionam, não só com saúde e doença, mas, também, com esperança e terror, exclusão e morte, religião e ciências e com novas formas de subjetivação voltadas à estética da existência.

Como já mencionado, há novas formas de subjetivação alcançadas pelo método arqueológico. “Novas formas” dizem respeito a rupturas, a mudanças e a deslocamentos.

¹² “E quando, em um grupo de enunciados, é possível observar e descrever *um* referencial, *um* tipo de defasagem enunciativa, *uma* rede teórica, *um* campo de possibilidades estratégicas, pode-se então estar seguro que eles pertencem ao que se poderia chamar de uma *formação discursiva*.” Sobre a Arqueologia das Ciências: Resposta ao Círculo de Epistemologia. In: *Ditos e Escritos II*. (FOUCAULT, 2005: 106 [1969]).

Há descontinuidades, e a arqueologia, ao analisar as múltiplas variáveis e múltiplos discursos que envolvem os fenômenos, favorece essa compreensão de que as formações discursivas são instáveis e dispersas, embora sejam organizadas por regras e se definam por suas regularidades.

É esse também o motivo da escolha dos arquivos infames ou da história dos homens infames. Diz Foucault (2003: 211 [1977b]), ao justificar seu texto:

...Trata-se de documentos que datam, todos, mais ou menos da mesma fonte: arquivos do internamento, da polícia, das petições ao rei, das cartas régias com ordem de prisão. Suponhamos que se trate de um primeiro volume e que a vida dos homens infames possa se estender a outros tempos e a outros lugares.

Escolhi esse período e esse tipo de textos por causa de uma velha familiaridade. Mas se o gosto que tenho por eles há anos não foi contradito e se retorno a eles ainda é porque conjecturo um começo; em todo caso, um acontecimento importante em que se cruzam mecanismos políticos e efeitos de discurso.

Esse texto trata não só da definição e da razão da escolha do homem infame para se discutir uma cena arquetípica¹³; trata da definição do homem infame pelo seu anonimato e por recebermos dele poucas notícias. E, como razão de escolha, o texto aponta que essas histórias foram selecionadas exatamente por serem de homens infames, quer dizer, por suas práticas que expunham à comunidade algo que desagradava, mas alerta também, que muitos se tornaram famosos pelos seus atos banais, crimes e escritas infames (FOUCAULT, 2003: 210 [1977b]).

O problema é que os “famosos infames”, como Sade, por exemplo, de quem se tem grandes relatos e sobre quem há muitas discussões, trazem consigo, além de suas características, outras que foram agregadas por meio das lendas que se formaram em torno de seus atos, tornando a cena por demais impura. Já não se sabe se seus atos foram próprios ou se foram invenções que compunham um quadro que os tornaram aquilo que hoje representam. Claro, essas invenções são discursos que se acoplaram a uma personagem por meio de uma política, uma literatura, uma teatralidade, que fazem do cenário não um local genuíno da cena, mas um local que compõe a visibilidade da cena de forma mais

¹³ Chamo de cena arquetípica o lugar para onde se dirige o olhar do pesquisador para caracterizá-la, mais fortemente, como um lugar (antigo) onde caberiam sujeitos outros, porém preservando o cenário, permitindo a construção de um outro tipo de história, mais voltada à vida cotidiana; seria também mais descritiva e, portanto, mais efeito de um olhar analítico sobre um monumento.

estratégica. Logo, para Foucault, quanto menor a fama do escolhido, mais intocada parecia ser a cena arqueológica e, portanto, mais reveladora da política e dos discursos que trazia consigo.

O tema da cena é também escolhido por Derrida para se falar do arquivo. Antes de entrarmos nas questões postas em *Mal de Arquivo* (DERRIDA, 2001), discutiremos alguns pontos que já vinham delineando essa questão em Derrida, e quiçá, seguindo a trilha de Foucault e Freud, discutiremos o problema do poder e do sujeito apontando algumas diferenças do pensamento de Derrida.

Para Derrida, desde a *Gramatologia* (1997 [1967]), a questão da cena é discutida. Mas, depois, também é discutida e aprofundada em *Farmácia de Platão* (1991), e René Major a retoma para discutir as possibilidades de uma psicanálise derridiana em seu livro *Lacan com Derrida* (MAJOR: 2002).

Para Derrida, há um problema que torna toda a filosofia ocidental tributária da mesma lógica - o binarismo: “externo/interno, imagem/realidade, representação/presença, tal é a velha grade a que está entregue o desejo de desenhar o campo de uma ciência... como todo o sistema das oposições que aí se encadeiam necessariamente...” (1999: 41 [1967]), e, daí em diante, ocorre a dicotomia e a hierarquização dos conceitos. Não só os problemas da fala e da escrita estão expostos, mas também o valor de cada enunciado, que será tido hierarquicamente como primário ou secundário e, também, mais ou menos verdadeiro, mais ou menos correto, segundo o valor do *locus* e da forma de sua enunciação. Derrida acredita, como Foucault, que o problema do dizer ou escrever algo se relaciona com o poder e com a resistência. É assim que, em *Farmácia de Platão* (1991), a questão é discutida e a escrita é apresentada como *phármakon*, como remédio e veneno. O Rei, personagem do Fedro, de Platão, protagonista do conflito que é retomado no livro de Derrida, desconfia que a escrita possa substituí-lo na cena da ordem. Quem garantirá que a ordem será cumprida na ausência do rei? Assim, a escrita é garantia da presença da fala do rei, mas não garante a força presente no rei, não o substitui enquanto presença.

Isto é, a escrita substituindo a presença do rei não mantém a cena da ordem: a cena é modificada. Mas Derrida (1999: 58 ss [1967]) vai adiante, ao afirmar que o símbolo sempre é um processo, um vir-a-ser-signo do símbolo, que sempre há um resto jamais

assimilado, e que, por esse motivo, a cena primária não retorna jamais. Isso quer dizer, também, que a letra é um espaçamento, um vazio, um deslocamento, uma conjunção que, como tecido, se tece e destece inúmeras vezes. Há uma escansão, um “duplo cruel” que é, ao mesmo tempo, uma reunião e um sinal da desunião, um *double bind* que adia indefinidamente o sentido e que faz crescer a linguagem: é uma dívida e uma libertação (DERRIDA, 2002: 41).

A escritura é, então, não mais que uma tentativa de dar corpo ao dito ou à cena; é uma possibilidade incompleta de tradução do sensível ao inteligível que não se realiza como um todo; é sempre um vir-a-ser; é sempre um por-vir. A escritura, enquanto ato, pode também ser vista como uma cena que traz à baila o próprio sujeito que se duplica em escritor e leitor, entre personagem da narrativa e escriba e, por fim, ao retomar o estranho (*unheimliche*), Derrida aponta para a heterogeneidade da cena inconsciente. Esse duplo desconhecido é sempre mais que um, pois é sempre um conhecido estranho e um estranho familiar que surpreende e faz nova cada cena supostamente conhecida pelo sujeito.

Não se observa, nesse ponto, diferença entre o que Derrida e Freud afirmam. A carta 52, de Freud a Fliess (FREUD, 1980 [1896]) cita que os traços mnêmicos, de tempos em tempos, se modificam e que a memória é constituída a partir de uma perspectiva atual de identidade do sujeito. Para Derrida, a memória segue também as leis do inconsciente, com deslocamentos e condensações dos traços. No entanto, se considerarmos a fala de Lacan, na qual afirma que um significante só possui significação frente a outro significante, e que há um significante mestre, temos uma possibilidade de conflito, uma vez que a letra aparentemente permanece, mesmo que alterando seu significado. Para Derrida, o que está na ordem do impossível é o lugar do traço, pois o arquivo já é sempre transcrição, sempre escritura, trabalho que circula como uma energia psíquica entre o inconsciente e o consciente (MAJOR, 2002: 16-17; DERRIDA, 1972).

Já em *Mal de Arquivo* (DERRIDA, 2001), o que se observa é que também há diferenças entre Derrida e Freud, mesmo que mais sutis. Pois, Derrida, ao desconstruir a pulsão de morte, indica que essa está também a serviço da vida. Essa pulsão é muda, não registra falas ou silêncios; tenta apagar os traços, portanto, o *locus* não permanece o mesmo. A cena sempre se altera e, nela, outros traços são registrados. Para que haja

sobrevida, é preciso alteração dos traços; a morte é condição para a sobrevida, ou seja, para que haja vida é preciso que haja sempre retranscrição. Só há sobrevida para um texto lido, relido, transformado, decomposto e alterado.

Não obstante, sofremos do “mal de arquivo”, temos um desejo de memória, porém não há arquivo sem um lugar instituído no qual se faz a impressão e a guarda do material impresso, ou, aonde as forças do poder (os arcontes) manipulam, recalcam, reprimem e clivam leituras. Dessa forma, o arquivo nos remete à memória futura, àquilo que gostaríamos que sobrevivesse, mas o arquivo é instituidor e conservador. Precisa articular-se ao presente, nunca se imprime sem intenção ou com uma intenção neutra; é sempre uma inscrição presente e uma vontade futura, uma promessa e uma responsabilidade sobre o amanhã.

Para articular o presente e o futuro algumas escolhas são inevitáveis, como: o local da impressão, o meio de circulação (hoje, sobretudo, se meio virtual ou papel), e é preciso apagar alguns traços lingüísticos de filiações políticas ou filosóficas, de associações ou dissociações doutrinárias, enfim, sumir com aquilo que pode transformar uma impressão inviável política ou economicamente.

Já se faz presente aí uma pulsão muda que, paradoxalmente, guarda dados para o futuro. Esse paradoxo tem outra face. É preciso fazer viver, inscrever no arquivo, sem que a face da origem seja revelada. Essa origem, esse arquivo, traz marcas das intenções e das lutas já travadas no passado para a sobrevivência de uma idéia, de uma identidade; é preciso arquivar sem deixar à mostra as regras do arquivamento: deformar, deslocar e dividir traços, - o inconsciente é o mestre nessas operações. Veja-se, por exemplo, que, no Laudo 3, que analisaremos adiante, o psicólogo avaliador, ao emitir diagnóstico, designa seu avaliando de paciente, e, mesmo assim, esse laudo consta dos exemplos de escrita do CFP.

Afirma Major (2002: 20), ao discutir essa questão:

Sem abrir mão da possibilidade de um recurso ao arquivo, àquilo que se inscreve em nós ou fora de nós de maneira idiomática, explícita e fora do alcance da tradução, a psicanálise sempre procura voltar à origem viva dos rastros que o arquivo perde ao guardá-los em uma multiplicidade de lugares. Não haveria impulso de conservação sem um impulso em sentido contrário, de destruição que pertence ele próprio ao processo de

arquivamento. E, se a autoridade do princípio que renova essa lei do arquivo, sua instituição, sua domiciliação, é desconstruída por Freud, uma lógica patriarcal, igualmente freudiana, renova sua estratégia institucionalizante.

Derrida tem, em Freud e em Lacan, aliados na medida em que a divisibilidade e a possibilidade de decomposição de qualquer conceito é condição de sua existência e, portanto, a *différance* seria a tese principal da desconstrução, mas, ela própria, seria também uma evocação do *a posteriori* freudiano e dos três momentos da interpretação¹⁴ de Lacan (1998 [1966]): instante de ver, tempo de compreender e momento de concluir, que implicam em um adiamento de sentido ao tornar sempre incompleto o dizer e sempre impossível a associação do dizer ao querer dizer.

¹⁴ Esclarecimentos sobre essa questão podem ser encontrados no capítulo intitulado “Temporalidade e Dissimetria” (p. 20-58), primeiro capítulo do Livro de Costa, Ana Maria Medeiros da. *A Ficção do si mesmo: interpretação e ato em Psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998.

CAPÍTULO 4 – CONCEPÇÕES DE SUJEITO E DE SUBJETIVIDADE

Compreender as conseqüências da virada lingüística e das formas de pensar o mundo atual será o objetivo deste capítulo. Empreenderemos um breve percurso do que nos será, essencialmente, necessário à análise dos laudos psicológicos.

Primeiramente faremos uma explanação do que compreendemos por sujeito e subjetividade, para depois entrarmos nos aspectos conceituais. Faremos, também, neste capítulo, alguma consideração sobre o conceito de linguagem. É evidente que há, entre os conceitos de linguagem e sujeito, uma íntima relação após a virada lingüística, no entanto, é somente após essa mudança desse paradigma que se verificou tamanha relação.

Como nos interessa observar no *Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo*, a(s) concepção(ões) de linguagem subjacente(s) procuraremos, a seguir, elaborar as principais concepções, retomando a Aristóteles e seguindo com Descartes e os pensadores da pós-modernidade.

4.1 - Sujeito e subjetividade

Para se falar de sujeito é preciso partir de uma teoria. O sujeito é sempre um efeito teórico, como bem ressalta Badiou (1994: 44). Ao longo da história, os filósofos foram criando teorias e sujeitos. Com as evoluções ou rupturas das teorias, no limiar entre uma concepção e outra, nova dimensão se constitui e nessa transposição, nessa fratura, novo sujeito se enuncia.

Vamos relacionar alguns desses enunciados e perseguir o efeito de sujeito em abordagens filosóficas para embasarmos as discussões sobre o sujeito nos textos psicológicos, objeto de nossa análise. A razão disso é que a hipótese, da presente tese, versa sobre “um sujeito hegemônico para a psicologia”.

O sujeito não tem o mesmo efeito de sentido para a filosofia, para a psicanálise ou para a psicologia, na medida em que as disciplinas se fecham em suas verdades ou saberes. Também não é o mesmo ao longo do desenvolvimento de cada área mencionada, embora as teorias se pretendam estáveis, se é que isso é possível. Não foi por um motivo qualquer que a disciplina que estuda as questões do sujeito na filosofia foi batizada como Antropologia Filosófica. Mesmo assim, cabe-nos, ainda, indagar se o sujeito social, o sujeito psicológico ou o sujeito do direito são apropriações de um lugar para falar do sujeito ou diferentes sujeitos.

O “Suposto Sujeito” ou o “Sujeito Suposto” é uma tautologia, diz Nancy (2001: 26), em quem basearemos nossa argumentação inicial. O sujeito só pode ser suposto; aliás, sujeito quer dizer “suposto”, uma fórmula que não estranharia os escolásticos. O suposto poderia ser dito como “o ser substancialmente completo em si”, ou ainda, a substância primeira singular.

O *subjectum* é suposto. Colocado sob algo ou abaixo de alguma coisa. Sobre o que se fundamenta o sujeito? Pergunta que novamente estranharia o falante do latim, “fundamento” e “sujeito” podem ser a mesma palavra, pois ambas indicam algo por debaixo. Suporte, fundamento e sujeito. Um *status* está posto, o sujeito está sob algo, subordinado a algo, está suposto. É uma suposição e sobre ela precisamos supor algo.

O “sujeito”, visto pela perspectiva gramatical, pode ser tanto um adjetivo – estar sujeito, aquele que se sujeitou, que está por baixo –, quanto um substantivo – ser, ao qual se atribui um predicado. O “sujeito” pode ser, numa série de suposições, o ser sobre o qual se supõe algo que o predica. Por fim, o sujeito pode ser compreendido como o objeto que foi sujeitoado.

Ao vermos a possibilidade da dispersão do conceito de sujeito, podemos estar mais seguros em tratar do sujeito como uma construção que vai se fazendo aos poucos, ou seja, por apropriações, unificações, agregações a um objeto com diferenças e pretensões delineadas pela filosofia, pelas ciências positivas e pelos desdobramentos das tensões decorrentes nas ciências que poderiam ser chamadas de ciências do sujeito¹⁵. Ciências nas quais, de alguma forma, o objeto é o próprio sujeito, ou, o Sujeito é o sujeito.

Tal qual sugere Nancy (*op. cit.*,: 30), para iniciar a problematização conceitual e histórica, tomaremos como primeira significação que, mais ou menos, unifica ou está presente em outras concepções de sujeito, a noção de “qualquer um” que pode ter representações ou volições. Ressalta-se, nesse qualquer um, o “Um”. Isto é, sabemos que, nesta tese, muitas noções de sujeito serão deixadas de lado, a tentativa é de focar naquilo que foi possível identificar preliminarmente como relevante às análises que se desenvolverão posteriormente.

O conceito de sujeito ocupa um lugar central nas Ciências Humanas, incluindo aqui as teorias da linguagem. Quem é o sujeito ou qual a concepção de sujeito nesta ou naquela teoria, como se constrói um sujeito, onde está localizado são perguntas feitas frente aos textos.

A concepção de sujeito, que nos servirá de referencial final na análise deste trabalho, será a de Foucault, ou aquelas que, seguindo a trilha foucaultiana, trazem a perspectiva de um sujeito construído num processo de subjetivação. Falar do sujeito, numa perspectiva foucaultiana, não é falar de um sujeito em si, como proposto nas teorias que chamamos antropologizantes, é falar de um lugar em sua descontinuidade e dispersão. O sujeito não antropológico, aqui sugerido, é um efeito do discurso, uma posição assumida na

¹⁵ A este respeito ver apresentação de: Farias, Francisco R.; Dupret, Leila (Orgs.) *A pesquisa nas ciências do sujeito*. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

discursividade que tenta manter-se com certa regularidade. Essa será a base para nosso estudo, opção que não dispensa algumas digressões, visto que, em psicologia e em ciências humanas em geral, outras concepções ou construções estão presentes com seus deslocamentos, como referências ou como memórias e esquecimentos e, em função disso, muito frequentes nos textos. Mas, como construções, são passíveis de uma desconstrução.

Inevitavelmente, há equívocos, uma vez que linguagem é equívoco, uma construção feita a partir da falta da coisa-em-si, que pretende representá-la, mas não é como pretendem os formalistas ($A = A$). Radicalmente, para a psicanálise, a palavra é o lugar onde a coisa desaparece. Então, linguagem é equivoco porque é a elaboração de algo com o qual nós temos uma relação inalcançável (o real) (AMARAL DIAS, 1999: 17).

4.1.1. - Um Sujeito: essencialismo e sujeito antropológico

O sujeito aparece como conceito fundamental na filosofia ocidental desde seus primórdios. A questão que se colocou desde que os pré-socráticos iniciaram suas argumentações. Esses filósofos atribuíram ao sujeito uma substância universal, uma essência que os tornava seres ou entes. Essa essência, primeiramente, foi identificada com elementos da natureza. Então, o que tornava o humano um ser, era sua composição física, ligada à água, à terra, ao ar ou ao fogo. Outros filósofos, como Empédocles, afirmavam que não era um único elemento que caracterizava o ser humano, mas uma combinação de elementos na medida certa.

Depois disso, foram se acrescentando outras noções, dentre as quais, achamos significativas na Grécia Antiga, a idéia do *noûs*, um princípio organizador dos elementos já que não eram únicos e uniformes, mas possuidores de variadas qualidades que, relacionadas, compunham a natureza. Não creio que possamos falar, ainda, de sujeito nas bases deixadas pelos filósofos pré-socráticos; porém, já notamos alguns pressupostos organizadores, que poderiam ser dados pela própria natureza: água, fogo, etc, ou o *noûs*,

absolutamente não natural, algo posto sobre a natureza para ordená-la, um princípio que põe em ato a ordem (NANCY, 2001: 34).

Com Platão (427 – 347 a.C.), inicia-se um primeiro sistema filosófico, ou seja, inicia-se uma preocupação de dar-se respostas de forma mais sistemática e confiável, seguindo princípios mais estáveis que dessem alguma segurança ao conhecimento. Quanto à concepção da linguagem, para Platão, a palavra possuía uma natureza ontológica; sequer há verossimilhança ao real. O filósofo considerou as imagens apenas imitação da imitação. Se tomarmos o mito da caverna como referência, perceberemos que o que podemos ver (as imagens) são apenas sombras e o que escrevemos a respeito, imitação das sombras. A mímese foi depreciada por Platão. No entanto, as palavras devem, sim, imitar, no seu conteúdo, a realidade das formas e das idéias primigênicas.

Aristóteles (384 – 322 a.C.) se opõe a Platão e ensina que nada alcança a consciência se não passar pelos sentidos. Estes, porém, precisariam ser treinados. A lógica e as experiências viriam em socorro do espírito. Sua concepção de linguagem também deixa marcas fundamentais.

Para Aristóteles, há uma possibilidade de representação, uma identidade entre o real e o conhecimento do real, uma mímese.

Aristóteles transformou a obra numa produção subjetiva e carente de empenho existencial e alterou, com isso, a relação que ela apresentava com a sacralidade original. De ontológica, a arte passa a ter, com ele, uma concepção estética, não significando mais “imitação” do mundo exterior, mas fornecendo “possíveis” interpretações do real através de ações, pensamentos e palavras, de experiências existenciais imaginárias. Afastada da perfeição, da divindade e da primigênia, a mímese afirma-se como representação do que “poderia ser”, assumindo o caráter de fábula. O critério do verossímil, que merecia a crítica de Platão por ser apenas ilusão da verdade, torna-se, com Aristóteles, o princípio que garante a autonomia da arte mimética (COSTA, 1992: 6).

O período clássico da filosofia grega tem seu fim com a morte de Aristóteles. Esses filósofos, porém, têm sido estudados exaustivamente ao longo da história.

Desse período histórico podemos depreender o caráter “substancialista” da concepção de mundo, de Deus e do homem. Também notamos a tendência antropologizante, quer dizer, ao mesmo tempo mundo e homem são compostos que

resultam em uma essência, cuja preocupação filosófica são os fins últimos, com uma identidade permanente, com referências, se não estáveis, pelo menos com invariante ou com princípios regulares e controlados pelo conhecimento.

Esses dois primeiros sistemas filosóficos (platônico e aristotélico) foram os alicerces do pensamento ocidental até Descartes e, até hoje, é possível observar as marcas deixadas em todos os campos do saber. A linguagem e a psicologia também fazem parte desses conhecimentos que carregam essas marcas referentes à identidade e ao sujeito como essências, em muitas abordagens teóricas.

4.1.2 - Do Suposto Sujeito à Negatividade

Foi no Séc. XVII que se construiu o pensamento moderno, um pensamento que se configura pela afirmação do método cartesiano, resultante de uma associação entre a matemática e a reflexão filosófica que procura garantir ao sujeito a certeza do conhecimento. Descartes (1596 – 1650 d.C.) influenciou toda a Europa com sua forma de investigar a relação corpo-alma e a segurança do conhecimento através do método, a saber, a capacidade de duvidar, isto é, a capacidade de pensar: penso, logo existo.

O método analítico proposto por Descartes indicava que o todo era constituído de partes, que estas deveriam ser analisadas através do cálculo racional, com critérios de clareza e distinção. O sujeito, portanto, seria esse conhecedor, lógico, com consciência dos conteúdos. O que caracteriza, porém, o sujeito cartesiano é sua capacidade de duvidar, de examinar exhaustivamente cada parte através da intuição, da análise, da síntese e da enumeração. “A essência do homem consiste no pensamento”, afirma Descartes (1999: 61ss, [1637]; MONDIN, 1981:70).

Do ponto de vista histórico, aí se localiza um erro, melhor dizendo, uma aproximação: Descartes não falou em sujeito, essa palavra não lhe era própria - o Ser (Ente) da fala era a substância, para Descartes. Eis a provável causa da aproximação entre as palavras substância e sujeito: substância - *hipokeimenon* - que quer dizer também essência,

a mesma palavra usada por Aristóteles que expressa o-que-está-colocado-embaixo. É alguém ou “cada um”, posto abaixo de suas próprias características, e é pelas suas características que ele se conhece (NANCY, 2001: 44).

A contribuição de Descartes está no fato de que, antes dele, pensava-se que a substância pensante não poderia ser conhecida por si mesma. Na formulação “*cogito, ergo sum*” (*ego sum – disse Lacan*), o atributo do pensamento não se distingue da substância pensante. Temos, assim, uma equivalência da propriedade com a coisa mesma.

Descartes influenciou inúmeras áreas do conhecimento: da biologia à matemática e à própria teologia. Influências equivocadas também ficaram, visto que sua concepção de mundo e de homem era tal qual a de uma máquina: o corpo humano se compararia ao relógio, por exemplo (FERREIRA, 2000: 34-35). Descartes é também o pai da filosofia moderna. A razão desse título está no fato de centrar sua orientação na epistemologia, que discute o valor do conhecimento, enquanto a filosofia antiga estava centrada na ontologia (MONDIN, 1981: 62).

As imagens da natureza e do próprio homem se alteraram consideravelmente nessa época. A natureza deixa de ser casa-mãe para ser um espaço de domínio, de controle e de exploração produtiva. Ao homem nada deve escapar. Melhor dizendo, se o homem utilizar seu potencial de tradução da natureza em linguagem matemática, nada escapará ao seu domínio. A alteração da imagem humana está contida nessa forma: a consciência humana é capaz de tudo compreender e de tudo dominar por meio da lógica intuitivo-matemática. Para tudo há uma explicação; o modelo é mecânico e a dominação é o fim último do homem.

O empirismo surgiu a partir de uma divergência na compreensão da aquisição do conhecimento. Não que houvesse total discordância acerca do método, mas era preciso, segundo essa nova corrente, surgida no século XVIII e com muita força, especialmente na Inglaterra, um controle sobre o objeto do conhecimento, submetê-lo aos ensaios e, a partir disso, afirmar suas propriedades.

A mente desprovida de idéias inatas (*tabula rasa*) foi uma concepção desenvolvida especialmente por Locke (1632 – 1704 d.C.). Todo conhecimento seria proveniente da experiência sensível ou da reflexão. A obra de Locke contribuiu para o

desenvolvimento do associacionismo psicológico e das correntes que concebem os homens como iguais ao nascer, diferenciando-se paulatinamente, segundo suas experiências com o ambiente.

O sujeito acede ao objeto, o sujeito agora é o centro do processo do conhecimento e ocupa, a partir de Descartes, o centro de todo processo de pensamento e construção da verdade.

O sujeito, com histórias, experiências, necessidades e desejos conscientes, formula hipóteses a partir das quais o objeto será lido e constituído. O objeto não existe sem um sujeito que dê sentido a ele. O centro do processo é a teoria formulada pelo sujeito acerca do objeto.

O objeto só existe enquanto fenômeno controlável e experimental. Se houver uma autonomia do objeto enquanto coisa, ele não será objeto de leitura, apenas fenômeno de especulação e será, ainda, um objeto sem uma definição científica, ou, em última análise, o objeto será científico somente nos aspectos controláveis laboratorialmente. Então, quando em determinadas condições controláveis, com variáveis verificadas e determinadas, a compreensão se tornará também unívoca, clara e estável. Com tal fundamentação, vai se construindo a busca racional de controlar a escrita e a interpretação, o texto e a natureza.

As correntes de pensamento como o interacionismo, o behaviorismo e a semiótica que, a partir de Umberto Eco, se estabelecem, são herdeiras desses princípios empírico-experimentais, citados nos parágrafos anteriores. A concepção de código e decodificação, para somente depois constituir uma interpretação ou superinterpretação, faz parte do controle experimental, visto que, mesmo seguindo uma construção mental, o critério de verdade pretende corresponder à realidade externa. A metacognição, como possibilidade de controlar o próprio processo de cognição, de forma consciente, também, é aí concebida e retomada na segunda metade do séc. XX.

Ainda no empirismo inglês, temos Hobbes (1588 – 1679 d.C.) que afirma: “as paixões são as mesmas em todos os homens e é a mesma razão” e que através da introspecção pode-se alcançar a realidade, para além de toda a subjetividade. Um sujeito universal está, assim, pro-posto (SOARES, 1995: 211-218). Essa idéia de que todos os homens seguem os mesmos princípios, sejam paixões ou razões, influenciou fortemente a

psicologia, e veremos isso tanto nas regras de escrita propostas pelo CFP, como nos laudos psicológicos analisados.

Se, na perspectiva aristotélica, a essência do ser (das coisas) poderia ser captada pelos sentidos, com Hobbes, definitivamente, essa idéia vai se romper. Postulando que a essência do objeto não é arremessada ao sujeito sob as formas adequadas aos cinco sentidos humanos, constata-se que, numa trajetória acidentada, a essência se extravia. A representação não corresponde a seu duplo ontológico, pois objetos e aparências se desligam. O mundo fraturado repõe a continuidade pelo viés da dinâmica material, isto é, pelos incessantes jogos de força dos impulsos encadeados. O equilíbrio estético da ordem cósmica é substituído pela mecânica: desta forma, o pensamento não é a reapresentação do objeto, mas da sensação.

Na filosofia moderna tivemos alguns deslocamentos em relação à essência que definia o sujeito. Se, em Descartes o pensamento era o que diferia e definia o sujeito, com o empirismo, a experiência tornava-se o centro do processo de compreensão do mundo e de si. Mesmo que houvesse essa mudança dos centros dos processos, permanecia sempre uma noção essencialista. Ou seja, a essência, após ser identificada com o pensamento racional, passou a ser a experiência; de experiência passou à percepção unificada pela razão, e, por fim, com Kant (1724 – 1804 d.C.) um sujeito transcendental, sujeito que cria conceitos.

A analítica transcendental cria os conceitos, quer dizer, os conceitos não são retirados da experiência, são da ordem do pensamento e da razão, e essa, em categorias fundamentais (quantidade, qualidade, relação e modalidade), torna possível os juízos (KANT, 1971 [1787]: 107). A dialética entre a sensibilidade e o intelecto tem como consequência a consciência na forma de imperativo categórico. Com isso, são valorizadas as ciências positivas para o sujeito transcendental.

Mas, com Kant, ocorrem dois deslocamentos que terão consequências radicais: o primeiro diz respeito à representação. Tanto os objetos, quanto o sujeito são representações; já não há mais um sujeito-em-si, o sujeito é transcendental. “... A consciência da minha própria existência é ao mesmo tempo uma consciência da existência de outras coisas externas” (*idem ibidem*: 257). Isso significa dizer que o sujeito é também

uma representação ou uma projeção, enfim, uma ação e não uma essência, visto que a representação está aberta à constante alteração de sentidos.

Essa é, então, a raiz da segunda consequência: essa representação ou essa projeção, agora tomada como sujeito, ganha forma em uma identidade, a identidade que era até então vista como essência ou com características fixas; agora, ela se torna um atributo do sujeito transcendental que confere ao objeto um significado. Esse sujeito dá ao objeto um sentido ou, em outras palavras, intui o objeto. O objeto abre ao sujeito um novo sentido e se renova, na medida em que ganha novo sentido. O subjetivo se traduz na objetivação do sujeito e na subjetivação do objeto. Iniciam-se, assim, os estudos voltados à hermenêutica e ao conceito de símbolo.

Temos, então, o crepúsculo do sujeito antropologizante ou essencialista. A partir de Kant, o sujeito passa a ser uma representação, uma submissão à razão e à experiência (LEONI, 1971).

Com o fim da compreensão do sujeito como essência, criaram-se as condições para se pensar o sujeito como um processo ou uma construção. Buscamos em Hegel (1770 – 1831 d.C.) o conceito de negatividade para introduzir as consequências desta formulação nos campos da subjetividade e, em especial, da linguagem.

Compreender que se os conceitos são retirados da realidade, que são uma construção secundária e que são mais pobres que a realidade, é algo a ser refutado porque os conceitos são a própria atividade do sujeito. A realidade não é racional, mas precisa ser trazida à razão; e os conceitos devem ser formulados de forma mais rica que a realidade: devem abarcar a realidade e opor o sujeito a ela própria.

Nesse sistema dialético, que permite a formação de conceitos e o exame racional da realidade, são incluídos o positivo e o negativo do objeto: cada coisa só é, na medida em que, a todo o momento, se revela algo que ainda não é e que vem a ser, que agora é e passa a não ser, como processo.

O movimento do sujeito o torna, então, o devir-a-si-mesmo. Da mesma forma, supõe a linguagem como uma intuição do imediato. As palavras não podem conter o que nelas está contido; como uma passagem, as palavras tornam-se outro, tornam-se puro devir, retornam a si e são apenas uma mediação. (HEGEL, 1999: 304 [1807]).

Tal pensamento sobre o sujeito está calcado não mais em qualquer idéia substancialista, mas numa idéia processual que inclui a negatividade e a positividade que, em movimento, promovem a síntese que é o próprio sujeito. Assim, “o sujeito se produz ao passar pela sua própria negatividade” (NANCY, 2001: 50). O grande modelo de sustentação desse pensamento é o cristianismo: “O Cristo torna-se o que é quando atravessa a morte, que é a negatividade de sua condição finita” (idem *ibidem*).

A negatividade se estabelece como condição em oposição ao positivismo. Com o desenvolvimento da filosofia, da lingüística e da psicanálise, o conceito do simbólico se afirma com diferenças. O símbolo já não representa o objeto na ausência dele, mas representa e não representa: há sempre um resto jamais captado pelo símbolo, jamais capturado pela linguagem e esse resto é a negatividade, aquilo que jamais será alcançado pelo conhecimento positivo.

Nesse corte epistemológico, que ocorre entre as duas correntes de concepção de sujeito: antropologizantes e não antropologizantes, há uma mudança radical. Se, na primeira concepção, o sujeito é uma substância cosmológica, um espírito, idéia ou razão, na segunda, há uma produção de subjetividade. Logo, o sujeito não é um dado pronto, não possui uma natureza essencial, como nos diz Badiou (1994: 43) ao delimitar o conceito de sujeito como uma *nova* categoria filosófica:

- 1) O sujeito não é uma substância, um ser, uma alma, uma “coisa pensante”, como diz Descartes. Ele depende de um processo, começa e acaba.
- 2) O sujeito não é tampouco um nada, um vazio, um intervalo. Ele tem uma consistência, podem-se determinar seus componentes.
- 3) O sujeito não é uma consciência, uma experiência. Ele não é a fonte do sentido. De fato, ele é constituído por uma verdade, e não fonte da verdade.
- 4) O sujeito não é invariante ou necessário. Nem sempre há sujeito, ou sujeitos. É preciso para isso condições complexas, e particularmente eventos, que são frutos do acaso.
- 5) O sujeito não é uma origem. Em particular, não é por haver sujeito que há verdade, mas, pelo contrário, porque há verdade há sujeito.

Faremos agora um percurso da noção de sujeito enquanto subjetividade, efeito de uma produção. Pretendemos apresentar problemas relativos à formação das subjetividades, a partir da noção foucaultiana de sociedade disciplinar, até a

contemporaneidade discutida por Bauman (1999), passando pela sociedade de risco e pelo sujeito vazio de Lipovetsky (1989-b).

4.2 - Sujeito: da Substância ao Vazio.

Os filósofos existencialistas do século XIX tinham a perspectiva de que a liberdade era o destino humano. Lançar-se às próprias experiências, buscar um sentido que justificasse a existência, fazer alguma coisa de si que transcendesse as próprias condições de vida era o desafio. No entanto, nada disso levava em conta que o homem estivesse condicionado a desejar, pensar e avaliar a partir de um ponto, de um lugar ou de uma condição que não houvesse escolhido. É a partir desse lugar, sujeito a determinadas condições, portanto, um lugar assujeitado a um poder aleatório, que pensaremos o sujeito.

O poder foi largamente estudado por Foucault: no entanto, não era sua intenção elaborar uma teoria sobre o poder, ou sobre a legitimidade de um poder central, sobre a distribuição, a obediência ou as técnicas ou estratégias de obtenção ou manutenção do poder. O foco do pensamento foucaultiano era a formação do sujeito, mais que isso, que técnicas de controle e sujeição garantiam a legitimidade de certas configurações sociais (FOUCAULT, 1987 [1975]).

Em *Microfísica do Poder*, Foucault (1979) apresenta também uma análise não só do poder enquanto instância localizada e identificada a um centro de poder, mas também a um constante conflito de poderes distribuídos em resistências e dispositivos de controle. Essas resistências e dispositivos quebram a tradicional visão de um nexos causal entre a dominação e os corpos e pensamentos dos dominados que dispõem de métodos de sujeição ligados a um sistema de produção apropriado a cada época e sociedade.

Mais do que um método repressivo, o poder cria um sujeito produtivo e não somente ligado a um sistema de poder central, mas ligado, sobretudo, aos métodos capilares de sustentação de um sistema produtivo. Quem exerce o poder, o faz para que o outro aja,

pense, sinta, analise e se posicione a favor de seus interesses. O poder não age diretamente sobre o outro, mas sobre a ação do outro.

Dessa forma, encontramos uma concepção na qual nada é dado pronto, de forma natural. O poder que é exercido, sempre no presente e na ação, cria e recria realidades, objetos e corpos, e aí encontra os contra-poderes, as resistências que, novamente, criam e recriam novos corpos e novas subjetividades que tentam escapar ao controle exercido sobre eles.

O poder disciplinar que emerge na modernidade está atrelado a um corpo produtivo, a um modelo fabril com um governo central burguês. Nesse campo, os valores e discursos são imbricados de maneira específica, formando subjetividades e valores que permitem a implantação do modo de produção capitalista.

A esse respeito, Foucault (1999 [1973]), relata o cotidiano de instituições pautadas na disciplina de horários, modos de produção, condutas religiosas, lazer, etc., voltados para a manutenção de um sistema de produção. E não importava qual fosse a instituição, o controle era tal que escola, conventos, prisões, hospitais e fábricas funcionavam com os mesmos princípios. A vigilância e o exame se estabeleciam e permanecem, até hoje, como um poder-saber.

No *Panopticon* vai se produzir algo [...] Vigilância permanente sobre os indivíduos por alguém que exerce sobre eles um poder – mestre-escola, chefe de oficina, médico, psiquiatra, diretor de prisão – e que, enquanto exerce esse poder, tem a possibilidade tanto de vigiar quanto de constituir, sobre aqueles que vigia, a respeito deles, um saber. Um saber [...] que determina se o indivíduo se conduz ou não como deve, conforme ou não à regra, se progride ou não [...] Ele se ordena em torno da norma, em termos do que é normal ou não, correto ou não, do que se deve ou não fazer. (FOUCAULT, 1999: 88)

Essa base de poder-saber vai abrir espaço aos conhecimentos da observação e, conseqüentemente, ciências como a psiquiatria, a psicologia e a sociologia vão se estabelecer.

Esse poder-saber inaugura uma sociedade disciplinar que se vale da norma como referência. O indivíduo normal é vigiado, punido e valorizado segundo sua formatação a um corpo útil e produtivo em um ambiente previamente estudado e preparado para que haja um modelo ideal a se seguir. As “boas performances” são observadas,

comparadas, medidas e descritas, e, ultrapassando as barreiras institucionais, ganham a forma de lei. Assim, os valores da moral, da justiça, do trabalho e a penalidade são valores normatizados.

O corpo (humano e social) passa a ser esquadrinhado, medido e comparado com outro. O corpo deixa de ser objeto uno, dado pela natureza, e passa a ser objeto heterogêneo, treinado, utilizável segundo suas qualidades isoladamente úteis e preparado para a produção, valorizando-se suas diversas habilidades em qualquer de seus detalhes e enquadrando o corpo nos mínimos procedimentos fabris.

A disciplina se aplica ao corpo numa perspectiva de experiência de espaço e tempo. A normatização do sujeito alcança seu auge no momento em que o taylorismo transforma os corpos em peças de uma linha de montagem, segundo um padrão de qualidade e produtividade. As relações de trabalho deixam de ser relações sociais e se tornam relações de produção.

Nas sociedades ocidentais, há tamanha evolução do poder-saber que são disparadas campanhas sobre o comportamento e sobre os modos de viver que possam ser empreendidos pela população. O biopoder traz as normas de sexualidade e reprodução como norma do indivíduo desejável e valorizado socialmente (FOUCAULT, 1985).

Os movimentos de resistência ao padrão, ao poder-saber que controla os indivíduos também começam a se manifestar. Por toda parte, surgem movimentos de libertação feminina, de estudantes, de jovens, de negros, enfim, de uma série de indivíduos que não se enquadram no padrão macho-forte-adulto-branco-disciplinado da normatização ocidental.

Movimentos mundiais de contra-cultura emergem e ganham força e a massa de excluídos se manifesta ameaçadoramente. Os hippies, as revoluções fundamentalistas islâmicas, os movimentos de libertação pedagógica, os movimentos antimanicomiais, entre outros, se espalham.

Juntamente com isso, há uma recusa ao consumo padronizado, tão bem demonstrado na ironia do dito popular do “escolha o automóvel que quiser, contanto que seja um Ford preto”.

O auge da modernidade coincide com o que podemos chamar de pós-modernidade. Para discutir essa questão, vamos explorar dois itens apenas, de um conjunto complexo de mudanças que aparecem: 1- O esgotamento da proposta moderna e sua ambigüidade, segundo Bauman (1997); 2- A mudança dos meios de produção devido à resistência à modernidade disciplinar, segundo Maffesoli (2000) e Moraes; Nascimento (2002).

Bauman (1997) define a relação entre modernidade e pós-modernidade não pelo sentido cronológico sugerido pelo “pós”, que poderia indicar o sentido de sucessão ou substituição. O sentido proposto é o de que os esforços modernos de unificar na e pela racionalidade todas as decisões humanas fracassaram. Assim, os esforços e trabalhos nessa direção vão se mostrar enganosos e a dúvida e a dubiedade que deveriam ser sanadas retornam. Quer dizer, o vazio deixado pela ausência de validação pelo sagrado que deveria ser obturado pela razão, substituindo o Deus da Antiguidade, mostrou-se ambíguo. As decisões racionais são em si mesmas fragmentadas, dado que a análise de uma circunstância qualquer se faz pela especificidade de cada um de seus elementos tomados isoladamente.

Assim, uma decisão pode ser correta e não econômica, uma prática pode ser saudável e não prazerosa, enfim, pela racionalidade, uma situação em si mesma pode ser boa e má, certa e errada, um paradoxo insolúvel ou aporético.

Em outra obra, que trata das consequências humanas da globalização, Bauman (1999) analisa a idéia de unidade trazida pela globalização. Essa unidade se reflete na ilusão de que todos habitam o mesmo espaço, numa mesma aldeia global que encurta as noções de tempo e espaço e que indica que o mundo é o mesmo para todos os seus habitantes. Mas, é devido à velocidade e à facilidade tecnológica de transmissão de dados que se constrói a ilusão de que, a um só tempo, todos, em qualquer lugar, se relacionam ou se informam sobre algo e se envolvem com o(s) mesmo(s) fato(s). O que para uns significa liberdade de estarem onde desejam, para outros significa prisão, pois sempre estão em um espaço conhecido e do qual é impossível sair. Essa é uma outra marca de contradição da pós-modernidade.

O segundo item proposto diz respeito aos novos meios de produção e de consumo. Identificaremos duas facetas: a pós-modernidade e a hipermodernidade. Segundo Lipovetsky (2004a: 53), a hipermodernidade é identificada como a era do hipertexto, do hipermercado, da hiperpotência, na qual tudo se torna hiper.

Nesses tempos hipermodernos, o comércio muda radicalmente. A velocidade com que o capital muda de destino e que os meios de produção se deslocam é assustadora. A capacidade de criar desejos, manipulados pelos meios de comunicação de massa, se pulveriza. Essas são algumas marcas perceptíveis desses tempos. O que está hoje em pauta é a possibilidade da transformação; o corpo, a morte e a vida são objetos de comércio e de pesquisas de mercado com imensa relativização de valores. A cirurgia genética, o tratamento com células-tronco, o suicídio coletivo agendado via *internet*, os alimentos transgênicos, a psicofarmacologia cosmética e as cirurgias plásticas associam-se ao hipermercado que traz tantos produtos que permite que cada indivíduo se transforme, crie a sua própria moda ou se enquadre num padrão mais tribal ou mais *fashion*.

Maffesoli (2000) menciona uma mestiçagem. Ao tomar a arquitetura pós-moderna, que mistura estilos numa mesma criação, como citações góticas, romanas, barrocas e modernas simultaneamente como referência, discorre, também, sobre uma vida de mestiçagem de valores e atitudes. O uso de computador para falar com espíritos, o cientista místico, o McDonald's na praça de lazer, a liberação dos costumes que convive com o racismo são alguns exemplos dessa mestiçagem.

Moraes e Nascimento (2002), analisando as mudanças dos meios de produção, também apontam para a mudança operada com a implantação do *just-in-time* que permite que ocorra um produto industrializado sob medida, uma linha de montagem que faça, por exemplo, um automóvel personalizado.

Esse caminho, que partiu da normatização para controlar os indivíduos, hipertrofiou-se. Com a hiper-oferta de produtos, gera-se uma contrapartida de necessidade de hiper-demanda no indivíduo que já não se contenta com a obtenção de algo, mas precisa ter o exclusivo, o imediato, o prazeroso e o mutante. No lugar da repressão, o operador social é a sedução.

Essa hipertrofia moderna traz conseqüências humanas e sociais. O indivíduo não deixa de ser controlado; o controle, porém, já não é mais somente o panóptico. Surge o sinóptico como modelo de controle. O resultado do panóptico é a internalização da regra; já o fim do sinóptico é que cada um seja, ao mesmo tempo, o controlador e o controlado. Para que isso ocorra, é necessário que cada indivíduo seja incitado a querer ser ao mesmo tempo observador e observado, modelo idealizado, e que seja impelido a entrar no novo jogo do consumo. Fica evidente que o desejo de ser um modelo implica em conseqüências narcísicas (VIOLANTE, 2002; BIRMAN, 1998; REIS FILHO, 2001).

Outra análise dessa hipertrofia é realizada por Bauman (2004: 26) que afirma que o controle sobre o consumo não mais se faz na intenção de que não se consuma, mas, pelo contrário, que se comprem produtos por impulso. A administração dos centros de compras procura meios de despertar desejos que se satisfaçam de imediato, que não precisem de maturação, que sejam atendidos no mesmo ambiente em que foram despertados, ou seja, enquanto caminham pelos corredores entre as lojas. Lipovetsky (1989a: 229) dá a esse sujeito a denominação de neonarcísico, por sua labilidade e não-estabilidade de convicções. Esse sujeito, subordinado pela mídia, torna-se permeável e flexível, pronto para abandonar suas opiniões e aberto para a novidade e para o consumo, vetor de uma potência superior de transformação coletiva e individual.

Em contrapartida, a saúde, a higiene, o estilo e a moda são hipervalorizados. Cada indivíduo, além de (con)sumir deve ter também a preocupação de não “sumir com”¹⁶, e manter-se sempre em condição de consumir mais. Um novo critério de controle de comportamentos se apresenta: o controle do risco.

Com isso, para além do controle do comportamento presente, o sinóptico faz a previsão e o controle do comportamento futuro. Gera uma previsão da capacidade de consumo de cada indivíduo e sua potencialidade produtiva; além disso, planeja um modelo idealizado de consumo.

¹⁶ O “sumir com” é uma referência ao desejo de aniquilar o objeto do consumo, ao invés de possuí-lo. Bauman (2001) faz menção a esse desejo do homem pós-moderno que faz desaparecer o objeto consumido, diferentemente do homem moderno que, ao consumir, incorpora(va) o objeto. Porém, ao sumir com os objetos de consumo, como a água, por exemplo, o sujeito aniquila, por conseqüência, a si mesmo; e, ao consumir alimentos em excesso, drogas e outros fetiches, o sujeito (com)some, diretamente, a si (consigo) mesmo. Logo, o consumo é um risco também passível de administração.

Se o sujeito da cultura clássica ocidental era possuidor de valores referenciais e percebido como criatura divina, filho-de-deus, agora é sujeito vazio. Nesse vazio estão expressas muitas características: vazio de valores, que o torna recipiente de religiões e filosofias que não o compõem, apenas o vestem transitoriamente; vazio de adjetivos herdados, sua pátria, sua religião e seu nome de família que, agora, são adornos, às vezes trocados por motivos práticos ou estéticos; e, também, vazio de experiências, nada do que faça ou deixe de fazer trará satisfação, recompensa ou acarretará uma mudança que o ponha num lugar imune à sensação de vazio generalizado e desejoso de consumo. O consumo da medicina e da odontologia estéticas permite que se abra a possibilidade da mudança étnica (como Michael Jackson), da mudança de sexo, da mudança de aparência instantânea e transmitida pela TV.

Qualquer coisa preenche o sujeito vazio, mas todo evento o esvazia novamente. O consumo e o hipernarcisismo criam a necessidade de um ser mutante: a cada evento, um visual, uma novidade imaginária – imaginária tanto na acepção de imagem como aparência, quanto na acepção de imaginário social.

O homem moderno, para manter sua imagem de provedor como o homem antigo, precisa ser forte. O homem contemporâneo precisa parecer mais do que ser forte e a isso se associam o consumo de esportes radicais e os corpos hipertrofiados. As novas tecnologias do corpo associam a hipertrofia às atividades primitivas: a escalada, o montanhismo, o *camping*, entre tantas outras atividades, são atualmente valorizadas.

O corpo já não precisa de força ou habilidade, posto que existem máquinas mais eficientes na execução dos trabalhos mais pesados. O corpo perde sua utilidade produtiva e ganha seu valor associado ao próprio consumo. Como tal, é descentrado e fragmentado excessivamente (VAISBERG, 2001). A moda dos *piercings*, escaras, tatuagens etc. põem o corpo como objeto de consumo. A anorexia, a bulimia e o consumo de anabolizantes são experiências extremas, resultantes do corpo excessivamente manipulado.

Correndo por fora, há imensa massa de excluídos que, impedidos de locomoção ou de transformação, participam de novas tribos e guetos. Cada indivíduo

escolhe a sua “tribo” e estas são localizadas e possuidoras de seus próprios deuses e valores.

Até aqui, abordamos o sujeito tomando por empréstimo o corpo teórico psicanalítico e as análises sociológicas de Lipovetsky e Bauman. Estas proposições, que possuem um caráter explicativo, auxiliam a compreensão do sujeito contemporâneo. Podemos, por meio dessas explicativas, ligar o sujeito da substância ao vazio, numa perspectiva temporal de sucessão.

Cabe, neste ponto, um outro tipo de questão - O sujeito vazio, está vazio de quê? Podemos pensá-lo como um recipiente de valores? Um corpo vazio? Não estaria o vazio também preenchido?

O que assinalamos é que as concepções de sujeito ou dos processos de subjetivação, vistos até a modernidade, têm em comum, ou melhor, têm como suporte (ou suposto), um caráter antropológico.

Uma relação teórica tensa se nota entre as concepções de sujeito antropológico e processos de subjetivação vistos pelos dispositivos de poder apontados por Foucault. Para esse autor, o sujeito é uma função em uma formação discursiva (FD) e suas manifestações são aquelas permitidas e reconhecidas por esta FD.

Uma FD não é uma forma isolada de discurso ou uma categoria de limites de discursos. Ao contrário, o intradiscurso e o interdiscurso que a compõem promovem um movimento constante do discurso na relação consigo mesmo e com os demais discursos. Mas o discurso não é uma organização de dizeres aleatórios; o discurso se desenvolve em determinadas regras que o delineiam. Estas regras constituem o que Foucault (1996 [1971]) denominou “A Ordem do Discurso”, tema de sua aula inaugural no *Collège de France*, em 1970.

A ordem do discurso se apresenta como um conjunto de regras, de regularidades dos dizeres que são, em última análise, as formas estabelecidas do poder, do desejo de poder. Discurso é poder e poder é desejo de poder. Um poder para ser exercido e reconhecido prescinde de controles internos e externos. São externos os seguintes controles de exclusão: a palavra proibida – interdição; a separação entre o racional e o irracional - lógico/ilógico; e a classificação entre verdadeiro e falso - a vontade de verdade. Os

controles internos são identificados nas dimensões do acontecimento que incluem autoria e comentário, as disciplinas e as sociedades do discurso. Foucault localiza esses controles dos dizeres e analisa-os como moduladores do próprio desejo.

Seguindo esse propósito, Kehl (1998) relaciona, em seus estudos, o surgimento da Psicanálise ao corpo da mulher no século XIX enquanto construção social e os sintomas histéricos manifestos pelas doentes, afirmando o corpo como linguagem e a possibilidade da cura pela fala, fala esta que já estava presente em um corpo impedido de ser enunciado na sociedade da época.

O conceito de inconsciente e as regras do funcionamento da escrita, da leitura e da fala permitida às mulheres vão se constituindo como campo de formação de uma nova ciência. Uma nova ciência que deverá dar conta da relação do corpo – sexualidade – com os discursos vigentes e permitir a fala própria do sujeito neurótico. Ou seja, aquele corpo moderno - individualizado, treinado, esquadrinhado e, na concepção da psicanálise, com desejos recalcados - cria neurose, uma forma de expressão, na medida em que nos sintomas há uma expressão verdadeira do sujeito – retorno do recalcado, e uma forma de resistência, porquanto persiste falando (mesmo que numa linguagem deformada) algo que deveria estar calado, articulado aos sentidos sociais.

Com Freud, foi acrescida a noção do inconsciente. Podemos notar, como já nos alertava Foucault, que as ciências humanas se tornaram, de um modo ou de outro, ciências da *psyché*. Mais uma vez, arma-se a homogeneização do sujeito, uma repetição das formações de um objeto do conhecimento. Essa homogeneização que se centra no discurso da *psyché* é observada por Foucault:

...O que faz com que a simples descoberta do inconsciente não seja uma adição de domínios, não seja uma extensão da psicologia, é realmente o confisco, pela psicologia, da maioria dos domínios que cobriam as ciências humanas, de tal forma que se pode dizer que, a partir de Freud, todas as ciências humanas se tornaram, de um modo ou de outro, ciências da *psyché*. E o velho realismo à maneira de Durkheim, pensando a sociedade como uma substância que se opõe ao indivíduo que, por sua vez, é também uma substância integrada no interior da sociedade, esse velho realismo parece-me, agora, impensável. Do mesmo modo, a velha distinção entre a alma e o corpo, que valia mesmo então para a psicofisiologia do século XIX, esta velha oposição não existe mais, agora sabemos que nosso corpo faz parte de nossa *psyché*, ou faz parte dessa experiência ao mesmo tempo consciente e inconsciente à qual a psicologia

se endereça, de tal forma que, atualmente, no fundo, só há psicologia (FOUCAULT, 2002b: 223).

Foucault não vai se interessar pelo sujeito antropológico como tal; também não dá ao sujeito um *status* de senhor de enunciados ou de um ente: natural, psicológico, explicado, destrinchado, a ser revelado; não confere a ele características como identidade, saber ou autoria. Assim,

...o sujeito do enunciado é uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia, podendo ser preenchida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; e na medida que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos. (FOUCAULT, 2002a:107 [1969])

A clara distinção que Foucault faz é esta: o sujeito que lhe interessa é o sujeito do enunciado, aquele que está ocupando um lugar vazio que poderia ser ocupado por outro indivíduo, mas, naquele momento, naquela enunciação o indivíduo ocupa uma determinada função e enuncia algo.

Quando nos referimos ao conceito de indivíduo, estamos utilizando uma noção que é também uma construção social e não um dado natural. O conceito de indivíduo é uma construção social atrelada aos dispositivos de poder da disciplinaridade e, como tal, conceito forjado, construído socialmente na necessidade de se legitimar um certo poder identificado a um edifício social que legitima práticas que responsabilizam lugares demarcados, identificados como lugares de autoridade e resistência.

Esta mudança de regimento social foi analisada por Foucault em várias obras, dentre elas, *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1987), na qual assinala a mudança das formas de punição: do suplício público como punição ao crime até a punição do criminoso em cárcere privado. E esclarece que, ao identificar a falta cometida como uma afronta ao rei ou a outra autoridade, o crime é que era punido e não o criminoso porque o suplício público envolvia toda a comunidade na punição ao crime e todos os presentes participavam da punição: o carrasco, os representantes da lei, do rei e o povo. Nesse dispositivo, o crime era tomado como ameaça direta contra o rei, contra o regime e, dessa forma, contra a sociedade como um todo, ou seja, contra o poder legitimado que organizava e hierarquizava as relações.

A prisão individual se constitui como dispositivo que opera na esfera disciplinar e age, portanto, sobre o indivíduo e não mais sobre a sociedade. Já não interessa mais punir exemplarmente o crime e, sim, disciplinar o criminoso. Essa mudança se opera porque, anteriormente, além de quebrar a hierarquia social, o crime era legitimado como uma vantagem individual, um ato que privilegiava o criminoso e prejudicava os outros ou a sociedade. Numa sociedade que não mais funciona como um todo, porém tem, de um lado, indivíduos privados e, de outro, o Estado, as relações passaram a ser reguladas de forma inversa ao espetáculo, ou seja, instituindo-se a vigilância individual e investindo disciplinarmente nos corpos.

Para que, de fato, o poder fosse exercido sobre os comportamentos individuais, era necessário que houvesse mudanças nas táticas de poder. O panoptismo estabeleceu-se, então, como alternativa de ordenação das multiplicidades humanas, seguindo os critérios de ser econômico, pois um só agente poderia vigiar um grupo de forma discreta e, por isso mesmo, despertando pouca resistência; eficiente, na medida que levava os efeitos desse poder à sua máxima intensidade, sem fracasso, sem lacuna; e, por fim, ligava o crescimento “econômico” do poder aos aparelhos nos quais ele era exercido, (fossem os aparelhos pedagógicos, militares, industriais etc.), fazendo crescer a docilidade e a utilidade de todos os elementos do sistema (FOUCAULT, 1987: 179-180). As técnicas de exame (FOUCAULT, 1999) também foram instituídas aí como dispositivos individualizados. Essa mudança nos dá a mostra dos dispositivos que construíram o indivíduo como ator social e responsabilizaram-no por suas práticas.

Em *A Verdade e as Formas Jurídicas*, Foucault (1999: 27ss) pretende mostrar que a economia, a política e as condições dadas a uma sociedade é que formam o sujeito ou os sujeitos de conhecimento e as relações de verdade. O uso do termo “ideologia” poderia ser utilizado aqui como esta forma de imposição de verdades a partir do exterior do sujeito, mas seria arriscado, uma vez que estaríamos identificando a esta palavra o conceito marxista que traz, atrelado a seu corpo, outros conceitos, como luta de classes e todas as marcas da manipulação, do fetiche, das obscuras formas de manutenção do poder sobre aqueles que não teriam consciência de serem sujeitos sujeitados pelo poder. Na visão que propõe,

[...] só pode haver certos tipos de sujeitos de conhecimento, certas ordens de verdade, certos domínios de saber a partir de condições políticas que são o solo em que se formam o sujeito, os domínios de saber e as relações com a verdade. Só se desembaraçando destes grandes temas do sujeito de conhecimento, ao mesmo tempo originário e absoluto, utilizando eventualmente o modelo nietzscheano, poderemos fazer uma história da verdade (FOUCAULT, 1999: 27).

A disciplina é caracterizada pela forma individualizada do sujeito, esquadrihado em seus gestos mínimos; para tanto, o controle celular e capilar, ao longo dos séculos XVIII e XIX, vai naturalizando o indivíduo como sujeito desejável, pelas formas de controle, educação, responsabilização e produção social capitalista.

A crítica que se faz a Foucault é que ele opera uma morte do sujeito. Em sua obra, *A Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2002a [1969]), ele argumenta que os princípios do discurso não são tratados através da subjetividade, do sujeito falante ou do sujeito antropológico. Pelo contrário, mostra a possibilidade de que, nas mesmas práticas discursivas, ocorram diferenças, contradições e diversidades que não permitem um único discurso para uma dada época. As funções que o sujeito procura ocupar ou as posições discursivas tomadas não são sequenciais e lógicas, mas são diversificadas, carregadas de descontinuidades, exclusões, controles e derivações.

Grigoletto (2005: 99 - 102) articula os conceitos de função vazia e de posição de sujeito a partir de Foucault e Pêcheux. Para esta autora, esses conceitos aproximam-se das formulações *forma-sujeito* e *posição-sujeito*¹⁷ de Pêcheux. A diferença consiste no assujeitamento ideológico do sujeito pecheutiano. No entanto, o sujeito do enunciado é uma função vazia que pode ser preenchida por indivíduos diferentes, função preenchida conforme o lugar institucional, o papel assumido e a posição de onde fala:

Por isso, as diversas modalidades de enunciação remetem à dispersão e não à unidade do sujeito. E as posições de sujeito se definem pela situação que é possível ao sujeito ocupar em relação aos domínios ou grupos de objetos das práticas discursivas. Logo, "um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos" (FOUCAULT, 1979: 107), desde que ele esteja autorizado a ocupar a posição (que pode e deve) de sujeito (GRIGOLETTO, 2005: 82).

¹⁷ Grifos da própria autora.

O lugar vazio é ocupado pelo sujeito falante. Não há uma positividade na linguagem, o lugar ocupado não é regular e, tampouco, consciente, livre do imaginário, das transformações, da ideologia e do equívoco. Isso porque se tem a ilusão do controle dos dizeres, mas há um dialogismo¹⁸ e o outro vai compreender o dito segundo as formações discursivas em que se insere. Há, em todo discurso, uma porosidade na qual vazam sentidos indesejados.

A contribuição de Foucault, em última análise, se assim se pode dizer, é a de produzir, de forma abrangente, uma história do presente. Ou ainda, produzir uma história que permita analisar os diferentes modos de subjetivação que transformaram o ser humano em sujeito.

As palavras carregam em si sentidos outros, advindos da memória lingüística, das interdiscursividades, ou seja, das próprias formações interdiscursivas heterogêneas que acumulam sentidos. Portanto, não se trata de demarcar um limite ao sujeito ou sua forma, o que o homogeneizaria. Pelo contrário, assinalamos a heterogeneidade e a dispersão, não para privilegiar o esquecimento, mas para sinalizar, através das análises, as regularidades outras, o “novo” dito que traz em si o antigo e o sentido outro, a formação e as implicações dos conceitos numa teoria de práticas discursivas, dos contágios e dos entrecruzamentos impreterivelmente presentes.

O sentido que a psicanálise atribui ao vazio tem uma relação com o sujeito vazio, como já foi colocado. Mas não é o lugar vazio de Foucault ou o sujeito vazio de Lipovetsky. O vazio na psicanálise é apontado na relação do sujeito com seu desejo, muitas vezes denominado de patologia do vazio, uma nova forma de patologia que se traduz em desafio para a psicanálise. Como é possível observar em Kehl (1998), a psicanálise teve, num primeiro momento, a repressão e o interdito como condição de produção da histeria na mulher do século XIX, mas, nos últimos anos, com mudanças das condições sociais, as patologias do vazio são emergentes, nessa sociedade chamada de pós-moderna ou hipermoderna. Esta ainda recebe o nome de sociedade do espetáculo, na qual o sujeito

¹⁸ Expressão tomada no sentido empregado por Bakhtin. No dialogismo “qualquer enunciação, mesmo que sob a forma de escrita imobilizada, é uma resposta a qualquer coisa e é construída como tal. Ela é apenas uma malha de cadeia dos atos de fala. Qualquer inscrição prolonga as que a precederam, entra em polêmica com elas, espera por reações ativas de compreensão, antecipa-lhes, etc”.(MAINGUENEAU, 1997)

busca continuamente um brilho narcísico (DEBORD, 1967), dentre tantas outras denominações que podem ajudar-nos a compreender a sociedade contemporânea.

As patologias do vazio, segundo Brum (2004), incluem o diagnóstico dos transtornos *borderline* e narcisista de personalidade, além dos conceitos do falso *self* e autismo, nos quais o principal desejo do sujeito é não desejar. Há outros autores como Melman (1992) e Birman (1998) que classificam como patologias do vazio as depressões, as toxicodependências e o pânico. Vamos tentar esclarecer a relação entre as patologias do vazio e a sociedade do espetáculo, a cultura do narcisismo e os desafios que a psicanálise enfrenta na pós-modernidade relativamente às novas formas de subjetivação.

A modernidade, na medida em que esquadrinha o homem, esquadrinha também todo o conhecimento. A forma de conhecer é esquadrinhada, a composição é feita pela junção de partes. O diagnóstico obedece, hoje, a dois modelos teóricos: a psicanálise ou o psiquiátrico sindrômico (FIGUEIREDO; TENÓRIO, 2002). A psicanálise aborda o mal-estar ou a patologia pelo vértice etiológico, quer dizer, busca uma história na relação sujeito-discurso, enquanto a psiquiatria, seguindo o modelo científico moderno, agrupa os sintomas nas chamadas síndromes psiquiátricas: é um modelo médico. Há uma tensão discursiva entre os dois modelos. A medicina psiquiátrica atual se fundamenta na ação terapêutica medicamentosa. Birman (1998) discute a possibilidade de a conjugação do diagnóstico psiquiátrico ser uma nova forma de inscrição do sujeito no mal-estar pela sua exterioridade. Coerente com o esvaziamento do sujeito, neste contexto, as modalidades da subjetividade tendem ao silêncio. Vale, no diagnóstico, a imagem no espetáculo da cena social. Birman (1998) afirma que

[...] com isso, o que o sujeito perde em interioridade ganha em exterioridade, de maneira que aquele é marcadamente autocentrado. É neste sentido que o sujeito se transforma em uma máscara, para a exterioridade, para a exibição fascinante e para a captura do outro.

O sujeito psicanalítico é o sujeito do inconsciente. Há nessa constituição um desejo que sempre é irrealizável, uma satisfação inatingível. Quer dizer, uma vez que o desejo é constituído por um objeto idealizado, sua realização é impossível: a falta compõe a demanda. Assim, o sujeito pode saltar de objeto para objeto, à procura de algo não satisfeito. Isso ocorre tanto nas categorias objetais externas, que podem levar a um

consumismo desenfreado, quanto na satisfação interna de um corpo que sempre procura um prazer jamais encontrado (sujeito do desejo e sujeito da pulsão¹⁹) (SATHLER, 2004; MELMAN, 2003).

O interno e o externo, o objeto interno ou externo, o dentro e o fora do sujeito e a subjetivação são expressões que, entre tantas outras, se referem a essa possibilidade de constituição a partir do exterior. Mas nenhuma abarca tantas marcas, seja dos pontos de vista lingüístico ou psicopatológico, por refletir tão bem o momento atual, quanto à personalidade *borderline*²⁰ ou em estado limite. Tal qual a histeria na época de Freud, o transtorno *borderline* manifesta-se mais em mulheres do que em homens e, desde os anos 70, vem aumentando sua frequência.

A palavra “*borderline*” vem sempre associada à língua do outro, ou diz da língua do outro. Assim, *borderline* em inglês vem de “*bordure*”, palavra francesa; da mesma forma que seu sinônimo “*frontière*”; esta é derivada do espanhol “*front*”²¹. Essas palavras podem ser associadas ao que se habituou chamar atualmente de limites e, mais precisamente, de falta de limites ou, ainda, na expressão comum dos pais de hoje para seus filhos rebeldes: Você não tem litimes - será que falamos a mesma língua? (SATHLER, 2001). Um efeito de sentido possível poderia ser o falar a língua do vizinho ou, ainda, pode ser o sujeito fora-de-si em oposição ao sujeito dentro-de-si, tão bem assinalado por Birman (1998), ao circunscrever a psicopatologia à especificidade pós-moderna. O sujeito dentro-de-si e o sujeito fora-de-si revelam os conflitos espaciais e subjetivos no mundo em que as distâncias se encurtam e se tornam relativas, bem como os conflitos temporais de um homem, que já não se percebe senão como descartável, que se torna objeto como tantos outros objetos num mundo onde o que vale é a imagem e o momento presente.

O problema do interno e externo vem, porém, de longe e Freud os coloca como engendramento do que chama de realidade psíquica. A fantasia se encarrega do caráter de resposta ao inassimilável, irrepresentável e inominável, noção fundamental para

¹⁹ Estes conceitos podem ser encontrados nos verbetes “Desejo” (p. 146 – 148) e “Pulsão” (p. 628 – 633) do *Dicionário de Psicanálise*, de Roudinesco e Plon.

²⁰ Aqui vamos manter o nome em inglês, tal qual é nomeado na categoria de Transtorno de Personalidade no Manual de Diagnóstico de Saúde Mental –*DSM IV – TR*.

²¹ GOLDEMBERG, R. A fronteira se diz na língua do outro. *Psi – Jornal de Psicologia*, CRP/SP, ano 18, nº 123, jul/ago. 2000. (resenha de KOLTAI, C.. *Política e Psicanálise: o estrangeiro*. São Paulo: Escuta, 2000).

a estruturação do sujeito psicanalítico em sua origem trans-individual. O sujeito em sua estruturação depende irremediavelmente do Outro e uma dívida simbólica o joga frente ao destino de gerar sentido para sua própria origem.

O mito da horda primeva, exposto em *Totem e Tabu* (FREUD, 1980 [1913]) contém os ingredientes teóricos da dependência, primeiro de um pai vivo, poderoso, capaz de todo gozo e possuidor de uma força brutal que submete as mulheres e os filhos que o admiram, o invejam e o odeiam; no segundo tempo, após a morte do pai assassinado pelos filhos, como nenhum individualmente assume o lugar do pai, frente à ameaça de que um deles se torne tirano e submeta os demais, o pai ressurgue na forma da lei, na forma da lembrança. O culto à memória reorganiza as relações sociais. O Outro presente em cada membro da sociedade mantém as normas da cultura (ROZITCHNER, 1989).

Outra passagem em que o dentro e o fora estão presentes: Freud (1980 [1920]) narra, como já vimos na página 38 desta tese, o jogo de uma criança com um carretel, o *fort-da*. Retornamos a esse texto para clarificar, primeiramente, que o jogo é uma representação da conquista do símbolo. Pela palavra temos a coisa na sua ausência e mais, a coisa tem que estar ausente para que possa ser representada. O outro aspecto é que, na ausência da coisa, o pensamento deve se relacionar com a linguagem, um processo criativo, ao invés de relacionar-se com a coisa em si, ou como se a palavra fosse a presença da coisa, o que caracterizaria um processo psicótico. Na ausência do objeto, a criança não se relaciona pelo princípio do prazer, mas alivia sua angústia ao buscar significados simbólicos em suas atividades. Assim, um objeto (objeto transicional²²) pode representar a mãe em sua ausência, mas produz uma diferenciação entre os objetos e o sujeito.

Uma dialética sem fim se estabelece, pois há algo que não deixa de não se inscrever. O real não é inscrito em sua totalidade. Mais uma vez, a falta constitui o sujeito. Agora, podemos dizer que o sujeito da psicanálise é o sujeito da linguagem. O furo que constitui o sujeito é o furo da linguagem (CASTRO, 1992).

²² Objeto transicional – Conceito Winnicottiano que indica um objeto que está representando uma transição entre o mundo do imaginário e o da realidade, comumente consiste num bico, travesseiro, ursinho de pano, algum brinquedo e ocupa um lugar e uma função no espaço transicional (ou espaço de ilusão)... em: *Vocabulário Contemporâneo de Psicanálise*, Zimerman, D. E. Porto Alegre: Artmed, 2001.

As leis que regem a linguagem são as mesmas leis que regem o inconsciente. Para o inconsciente não há negação, não há tempo e os mecanismos de condensação e deslocamento são sua base; havendo desprazer, haverá um recalque. Porém, nenhum recalque é total: pode-se recalcar a idéia, mas o afeto permanece. Os investimentos em outras idéias trazem o afeto de volta por meio de associações às idéias recalçadas ou parte delas. Assim, Freud (1980: 77ss [1900; 1901]), ao explicar os atos falhos e os lapsos de língua, mostra que o falante não tem controle de sua fala nem de seus processos de pensamento e que os mecanismos que regem a linguagem são as associações, o recalque e a repressão, mecanismos inconscientes que constituem o pensamento. Freud (1980 [1891]), primeiramente, nomeia aparelho de memória, depois, aparelho de linguagem o qual, mais tarde, chamará também de aparelho do pensar.

Em entrevista à Revista *Percurso*, Rassial (2003/2004) focaliza o aspecto da aceitação, ou melhor, da denegação implícita à linguagem. Aceitação, porque o sujeito, ao aceitar a palavra como substituta do objeto, reconhece que perdeu o objeto; mas é também denegação, porque o objeto é substituído e há sempre um esforço para que a palavra seja suficiente para aplacar a angústia da falta. Chega mesmo a dizer que o autista é aquele que não aceita a palavra como possibilidade de vinculação; não aceita a palavra como substituta do objeto e se nega a sofrer em consequência dela.

Mas, talvez o autismo seja uma cura para o sofrimento humano, quer dizer, o autista se nega a aceitar a linguagem porque sabe que o real é inalcançável e, por negar-se a aceitar a linguagem, nega sua condição de sujeito que só se constitui pela negatividade.

Negação e denegação são expressões muito repetidas ao se falar da linguagem na psicanálise; isso se dá pelo fato de a linguagem conter em si a negatividade no sentido de Hegel. Um efeito dessa negação é o *Estranho (unheimlich)* (FREUD, 1980 [1919]), algo recalcado, portanto, não mais reconhecido: ao ser retomado na consciência, torna-se algo estranhamente familiar. Dentro da própria palavra (*unheimlich*), isso já ocorre, uma vez que o prefixo *un* é partícula de negação que, como sabemos, carrega em si uma afirmação.

4.3 - Sujeito do Desejo e Sujeito da Pulsão

Retomo os conceitos de Sujeito do Desejo e Sujeito da Pulsão, mas, agora, com ênfase no “e”, na intersecção, para trazer à baila uma possibilidade de funcionamento subjetivo na atualidade. Seguramente, essa reflexão tem como fundamento o pensar clínico-psicanalítico voltado à elaboração dos efeitos da pós-modernidade na constituição subjetiva. Essa posição precisa ser explicitada, devido ao provável estranhamento de linguagem que causará aos leitores, principalmente, àqueles mais habituados a trabalhar não com a psicanálise enquanto conjunto de conhecimentos, práticas e regras interpretativas, mas, sim, com uma ou outra escola psicanalítica, sobretudo, os filiados à escola lacaniana, mais presente nos meios acadêmicos ligados à Lingüística Aplicada.

A formação do sujeito, segundo Freud (1980 [1900]), se dá a partir de registros primários na mente do sujeito, chamados traços mnêmicos. Esses registros primários não coincidem com as percepções ou com os objetos reais; são marcas fragmentadas, marcas de naturezas diversas, traços que se organizam por associações em conjuntos que permitem, *a posteriori*, as percepções e a consciência.

Como esses traços mnêmicos não fazem sentido isoladamente, mas por meio das suas associações, cada traço unitário é um elemento inconsciente, o que não significa que esses traços sejam elementos inativos. Freud chamou de reminiscências esses elementos inconscientes ativos que, de alguma forma, se associam e despertam desejos, memórias e motivações; esses traços também estão presentes nas formações do inconsciente, como nos sonhos, lapsos, atos falhos, esquecimentos, sintomas etc... (AMARAL DIAS; ZIMMERMAN; REZENDE, 1998; LACAN, 1999 [1957-1958]).

A constituição do sujeito psicanalítico se dá, então, de forma clivada, desde o início do funcionamento do aparelho do pensamento. Os traços mnêmicos são elementos inconscientes, mas não só; há, também, memórias e pensamentos aos quais não se tem acesso consciente, seja porque não constroem, quando da sua reunião, um elemento pensável, pois, de alguma forma, torná-los pensáveis é ameaçador à própria identidade do sujeito, exigindo mudanças substanciais na narrativização de si, na própria identidade, seja

porque, em outra instância, sua auto-imagem identitária torna-se insuportável frente à moral social que, introjetada, constitui a si mesmo.

Um sistema consciente se constitui ao separar-se do sistema inconsciente e, então, divide o sujeito. Esses sistemas não são estáticos, são dinâmicos; não são independentes, muito pelo contrário, são relacionados e interinfluenciáveis; não obedecem às mesmas regras e princípios, pois a lógica do inconsciente é atemporal; não compreende o “não” como uma lei e seu princípio de funcionamento é voltado ao prazer imediato, enquanto o consciente é regido pelo princípio da realidade, o que implica na aceitação do tempo, do espaço, dos limites do corpo e das circunstâncias.

Uma consequência indelével desse funcionamento é o fato de os objetos externos jamais coincidirem com os objetos representados pelo sujeito. É esse mecanismo de formação de registros, chamado, inicialmente, de aparelho de linguagem (FREUD, 1977 [1891]), que será também chamado de aparelho de memória e de aparelho do pensar. Esses registros são substitutos dos objetos, representam os objetos; no entanto, enquanto aparelho constitutivo do sujeito, esses registros impõem a condição de aceitação da incompletude da linguagem.

Uma certa relação ou associação entre os traços que se constituem mutuamente torna-se elemento de linguagem. Essa relação é geradora de algum sentido; além disso, pode-se chamar de significante a (re)organização desses traços ou mesmo pode-se dizer que uma alteração de traços provoca, diretamente, uma reorganização da ordem simbólica, ou seja, da ordem dos sentidos. É certo que esses elementos isolados nada significam, são impensáveis, funcionam apenas como descargas de tensões mentais ou registros vazios, pois um significante só tem sentido frente a outro significante. O sentido está, portanto, na cadeia de significantes.

É a hiância entre coisa e palavra a mola geradora da falta, a causa da incompletude do simbólico, do equívoco na linguagem. E, também, é raiz do desejo, do desejo de completude, da demanda de encontro do objeto que se tornou idealizado devido ao superinvestimento do sujeito, do objeto representado que jamais será encontrado (BENTO, 2004).

Quando falamos que o objeto foi perdido, estamos afirmando que há uma morte do objeto. Morte que, em termos psicanalíticos, significa perda real ou imaginária de um objeto (FREUD, 1980 [1915]). Frente à morte de um objeto investido, o sujeito perde não somente um objeto externo, mas perde também o objeto representado no qual investe seu afeto e, dessa forma, precisa se reorganizar, encontrar outro objeto que mereça seu investimento, ou seja, é preciso fazer o processo de luto. Caso contrário, o sujeito poderá vir a investir na sua própria morte para não se ressentir da perda do objeto, o que caracterizaria o processo melancólico.

Um luto se impõe ao sujeito para que a linguagem se estabeleça enquanto mecanismo fundador de funcionamento psíquico. Isso significa que é preciso aceitar a perda de um objeto, permitir que haja o registro da ausência do objeto e promover a aceitação de outros objetos. Além disso, permitir-se a novas relações indica a aceitação da falta e a promoção de uma constante alteração de si mesmo por parte do sujeito, para que ele próprio não se mantenha melancolicamente perdido e em busca de seus objetos que já não existem mais. Esses mecanismos de funcionamento referem-se ao sujeito da falta ou ao sujeito do desejo (CORACINI: no prelo).

Recorrendo novamente a Freud²³ (1980 [1939]), para clarear a relação sujeito-objeto, vimos o surgimento de uma sociedade centrada na escrita e na lei, opondo-se a uma sociedade centrada na imagem. No êxodo e na fundação do Estado Judaico, o recalcamto da imagem (bezerro de ouro) foi essencial para o estabelecimento da lei-escrita e da interdição de se falar o nome de Deus-pai. Nesse caso, Freud pretende evidenciar o funcionamento da ordem simbólica: a perda de um objeto se fez pelo recalcamto da imagem, criando vias para o nascimento de uma nova ordem, uma ordem superior na qual o pensamento predomina sobre o sensorial (AMARAL DIAS, 2003c).

Até aqui falamos do sujeito do desejo e sua constituição, seja pela perda do objeto que exige o luto, seja pelo recalcamto da imagem que permite o nascimento do simbólico. No entanto, objetamos e contrapomos a esse funcionamento na presença do

²³ Embora saibamos que Freud não utiliza as palavras sujeito e objeto, introduzidas por Jacques Lacan e por Melanie Klein, mostramos como aparecem, desde os textos chamados pré-psicanalíticos, termos como representação-coisa e representação-palavra, termos que versam sobre o objeto daí até o final da obra, que fala da fundação do estado judaico e da escrita.

objeto e no predomínio da imagem, o que favorece um funcionamento da ordem do imaginário, ou seja, da ordem do sensorial e da experiência concreta do sujeito com os objetos. Há um forte apelo na sociedade de consumo e na sociedade das imagens: viver envolto às experiências sensoriais, o que facilmente se identifica em nosso mundo.

O sujeito do desejo está presente, o que não quer dizer que as experiências sensoriais sejam abandonadas. Há um mecanismo associativo que confunde o sujeito, fazendo deslizar um desejo, que é da ordem do simbólico, para a ação imediata, induzindo-o ao tamponamento da falta pela via do imaginário, pelo sensorial e pela re-interpretação de sua condição de sujeito da falta. Não há porque negar, hoje vivemos um mundo ceifado de imagens e, não raro, ouvimos que uma imagem vale mais que mil palavras, também estamos cercados pelas ofertas que estimulam o esvaziamento do sujeito falante e o põe em ação (*acting out*). A mídia e seus tentáculos estimulam o consumo e as ofertas favorecem o funcionamento do sujeito pulsional (BRAGAGLIA, s/d; JAMESON, 2006: 219 ss).

Há, conseqüentemente, outra forma de se relacionar com essa falta. Trata-se de uma forma que nega a perda do objeto, que substitui o objeto por outros que aliviam o sujeito, tamponando sua falta e provocando descargas rápidas de tensão psíquica. Assim, podemos caracterizar um sujeito pulsional, voltado à descarga de suas tensões, regido pelo princípio do prazer e pelo narcisismo. Note-se que as constantes trocas de objeto não significam alterações subjetivas; não há, nesse caso, uma mudança metafórica: o objeto não passa a ser representado de outra forma; é somente um objeto de consumo e consumo para prazer imediato.

Como não há alteração do objeto, visto que esse é consumido sem resistência, não há amadurecimento do desejo; ao contrário, há uma tentativa de exclusão do sujeito do campo do desejo e, conseqüentemente, o homem pós-moderno não está interessado em construir um saber sobre si, um saber sobre seu desejo, logo, há somente repetição, não há repressão nem gozo (fálico); há uma recusa à castração, ou seja, o mundo e seus objetos devem funcionar como um corpo materno, pronto para satisfazer os desejos imediatos do rebento, sem uma reorganização do próprio sujeito (OCARIZ, 2002; MARTINHO, 1992).

Essa maneira de defender-se da perda do objeto, substituindo, repetidamente, o objeto desejado por quaisquer outros que mantenham a função de prazer ou simplesmente descarga de tensão pulsional, não altera os sentidos nem alcança a função simbólica que altera o próprio sujeito, sendo essa substituição chamada de metonímia (FREUD, 1980 [1914]; BLEICHMAR, 1992).

Na relação metonímica não há luto do objeto, mas substituição, em relações intermináveis de analogia; não há “defesa depressiva” sobre a perda do objeto, nem contato do sujeito consigo mesmo ou elaboração do objeto do desejo. Há somente defesa repositória, que não admite a morte do objeto da falta ou do objeto real (*idem*).

Não podemos depositar todas as características desse sujeito pulsional em uma formação subjetiva própria da sociedade do consumo, na qual o sujeito atua como espectador passivo, ou em uma formação da sociedade da imagem e do espetáculo que, segundo Debord (1967) e Melman (2003), destroem os processos do pensar e arruinam qualquer privacidade. Como nas bases do pensamento psicanalítico sempre houve um sujeito relacionado a um corpo, a um Outro e a um gozo, supomos que sempre houve um homem entre uma linguagem e um sintoma, ou seja, entre a elaboração da falta e a recusa à castração, entre o desejo e o consumo. Então, podemos, isso sim, verificar como esses processos ocorrem na atualidade e apontar alguns eventuais mecanismos que se repetem (VILUTIS, 2002).

Vejamos, para exemplificar esse funcionamento subjetivo, como a introdução do dinheiro na economia faz um efeito intenso na economia psíquica do sujeito, provocando uma alteração no processo de luto. Antes da invenção desse papel, que se convencionou chamar moeda (metáfora que associa o papel a um metal precioso), um sujeito qualquer, para comercializar seus produtos, necessitava valorizar, comparar e oferecer um produto que fazia parte de sua própria história, da história de suas habilidades ou capacidade de produção, em troca de outro produto, resultado do tempo e dos insumos de um outro, que também valorizaria seu produto como parte de si mesmo.

O que vou oferecer em troca pelo casamento de minha filha? Quantos camelos eu oferecerei em troca para alimentar minha família? Essas perguntas, como ilustra Amaral Dias (2003a), faziam parte de um luto imperativo: identificar-se, valorizar-se e representar-

se com e sem o objeto para substituir seu objeto por outro que será, também, importante constituinte do próprio sujeito. O valor, antes da implantação do dinheiro, não estava só no objeto em si, mas estava no valor do trabalho e nas condições de trabalho para se produzir cada objeto. Logo, o valor de cada objeto recaía sobre o próprio sujeito; trocar qualquer objeto requeria uma reconstituição de si mesmo. Com o dinheiro, as trocas perdem o valor vivencial, o dinheiro se sustenta pelo seu valor mágico, valor simbolicamente válido para compra de qualquer objeto, em qualquer lugar e qualquer tempo, sem exigir em troca o luto por um objeto histórico.

Assim, com o dinheiro ou com o salário²⁴ (outra metáfora, agora referente ao sal), uma tarefa ou produção não identitária assume, de forma fragmentária, o valor de objeto, mas os objetos estão mortos, já não são constitutivos, são objetos voláteis, objetos de consumo substituíveis, pois são facilmente construídos e consumidos, apropriados para rápida circulação e fácil reposição.

Não supomos, portanto, a morte do desejo, mas outra forma de se lidar com o desejo, decorrente de um não amadurecimento da falta ou de uma negação do objeto do desejo, enquanto constitutivo. Desse modo, qualquer outro objeto, cujo consumo proporcione prazer, pode substituir o objeto da falta. Coexistem, prontamente, um sujeito do desejo e um sujeito pulsional. Embora o desejo esteja empobrecido devido a cultura do consumo, como nos afirma Bauman (2004), não se pode negá-lo.

O deslocamento não se faz somente pelo esvaziamento do desejo, há um novo mecanismo de funcionamento do gozo. O problema não se reduz ao gozar a qualquer preço, como sugere Melman (2003), embora esse seja o mote da sociedade do consumo. O gozo também sofre alterações, talvez não em sua economia, mas, sim, na sua dinâmica. O que propomos é pensar que o sujeito, cansado do desamparo e da falta, já não busque no gozo sua recompensa, mas sim na potência para o gozo o seu acalanto. Enquanto consome, diz o sujeito a si mesmo: eu posso.

²⁴ Salário: “ração de sal; soldo para comprar sal; soldo; emolumentos, tratamento, penhor, salário; por via culta”. (*Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de Machado, J.P., Lisboa: 1939 – Editorial Confluência). É uma referência clara ao sal como soldo do exército romano. Com o pagamento feito em sal o soldado mais bem remunerado tinha maior possibilidade de conservar alimentos e temperá-los, mas o salário se paga não pela atividade realizada, mas pela posição ocupada pelo sujeito que trabalha.

O sujeito, então, goza porque pode gozar enquanto potência e não porque efetivamente goza. Aí está uma face da confusão: com o dinheiro pode-se gozar, o dinheiro pode comprar um certo tipo de gozo sensorial, mas esse gozo sensorial que se confunde com o prazer sensorial não supre em nada o sujeito; só existe durante o ato de consumo; não há um gozo, mas, sim, um prazer associado à representação imaginária do gozo que, de qualquer forma, opera algo na esfera do imaginário e, talvez, na imagem propriamente dita.

Estamos falando de uma certa confusão entre a imagem sensorial e a vida do sujeito, o que não chega a ser uma novidade. Além do que já foi exposto por Baudrillard (2002), quando expõe a confusão entre as imagens da televisão, tomadas como realidade, e a realidade foracluída por não ser televisionada, podemos mencionar, para reforçar o argumento, a paráfrase “apareço, logo existo”.

Esquemáticamente, estamos falando do funcionamento articulado entre o sujeito do desejo e o sujeito da pulsão a partir de cisões e partes foracluídas ou denegadas. Vejamos, a seguir, três mecanismos característicos dessa intersecção.

Primeiramente, uma parte do desejo pode ser substituída, deslizando o objeto do simbólico para o imaginário e gozando pela potência - uma imagem faz gozar; note-se aqui que o desejo é o foco; então, para exemplificar, podemos supor assim gozar um homem rico e poderoso, mas de idade já avançada, que desfila, a cada semana, com uma diferente jovem modelo de passarela a quem trata como namorada. Há, aqui, um recalque sobre parte da realidade. Não é aceito, nesse caso, o passar do tempo e a idade, e a dinâmica se mantém pelo investimento em objetos substitutivos que mantêm a ilusão do gozo pela associação da potência com o gozo.

Esse é um dispositivo utilizado pela publicidade para alcançar consumidores, ou seja, associar o gozo a uma imagem de prazer ligada a uma potência imaginária. Podemos aventar mecanismos equivalentes no que tange a leitura e a escrita. Um indivíduo que não pode viajar por motivos de trabalho ou de finanças, pode assinar e ler revistas sobre turismo e também ser correspondente do editor, freqüentando as sessões destinadas ao leitor. Ou, ainda, um perito que, com todo o requinte da linguagem psicanalítica, escreve laudos que dizem as mesmas coisas sobre quesitos e casos diferentes, mas que lhe conferem, pela imagem, um estatuto de especialista.

O deslizamento do desejo do simbólico ao imaginário é um primeiro mecanismo e, como segundo mecanismo, a denegação do objeto será o foco. O sujeito nega que perdeu o objeto de desejo, conseqüentemente, não registra sua perda, não faz o luto; então, desliza do simbólico para o imaginário em objetos substitutivos. Para exemplificar, pensemos em um homem que perde a fortuna, mas, mesmo empobrecido, mantém seus hábitos que já não correspondem à sua realidade. Facilmente, podemos imaginar alguém já empobrecido, freqüentando festas elegantes com roupas esgarçadas e falando do passado, como se ainda fosse o seu presente. O desejo persiste, mas há denegação da perda do objeto do desejo e se mantém, na dinâmica, o comportamento relativo aos objetos já consumidos como se ainda fossem componentes de seu estilo ou de sua estética.

Em termos de escrita, essa denegação nos remete àqueles sujeitos que não registram a perda de um objeto que foi experimentado e investido por si. Logo, em seu imaginário, seu texto perdido se mantém inalterado por mais que lhe afirmem que seu texto esteja sem nexos, incompleto ou perdido. O escritor em questão escreve a mesma coisa sempre, usa argumentos diferentes, mas tenta conservar sempre a mesma tese, sequer percebe ou registra as mudanças, visto que isso implicaria no registro da perda do objeto amado.

Vejamos, enfim, o terceiro e último mecanismo característico dos chamados estados-limite ou transtorno *borderline*, no qual a parte foracluída não é a parte do desejo, nem do objeto, mas uma parte do próprio sujeito. O que se nega é uma parte de si mesmo. O sujeito vive, então, em busca de uma vinculação ou de uma identidade que faça sentido, que integre essa parte perdida, alguém que organize sua vida, alguém que realmente seja respeitável ou uma atividade ou sensação que diga, finalmente, “você está aqui e inteiro”. Daí, tantas vezes, o consumo de emoções e relações perigosas, a necessidade de um vínculo forte, mas que exija cuidados enormes para não se desfazer. O desejo não se relaciona com um objeto de desejo, mas com uma ansiedade ou angústia de tamponar algo que não faz sentido em si mesmo (AMARAL DIAS, 2004).

Nesse caso, não falamos em recalque, mas em repressão, um forte mecanismo que, além de dividir o sujeito, apaga-lhe parte de si mesmo e o impele a buscar em objetos externos essas partes perdidas de si, num mecanismo de identificação-projetiva. Assim, o

consumo se apresenta como sintoma de ansiedade e a pulsão como resposta a essa ansiedade. Ansiosamente se consomem os outros, as drogas, as emoções e a si mesmo em busca de sentido. Na ausência de um desejo simbólico, há a busca de algo que o faça desejante.

Um escritor de laudos, nesse caso, não faria seu trabalho buscando uma construção ou desconstrução de um texto, pelo contrário, buscaria um vínculo que o fizesse sentir-se presente. Logo, ao tratar de perícias criminais, por exemplo, agiria com rigor teórico, mas o verdadeiro interesse não seria o técnico, o teórico ou, ainda, o da responsabilidade social sobre seu gesto de escrita, mas seu interesse seria aquele lançado sobre o vínculo com o sistema prisional, sobre a relação direta com os criminosos, sobre a emoção e o perigo, sobre o risco que envolve a atividade profissional.

Do ponto de vista da economia psíquica, acreditamos que, enquanto, no primeiro caso, faz-se uma tradução indevida da letra ou, dito de outra forma, do traço mnêmico, no segundo, faz-se um recalque da letra, ou se denega a vigência de uma nova letra que substituiria a primeira; no terceiro, reprime-se o afeto que liga o sujeito ao objeto, visto que o objeto se confunde com uma parte do próprio sujeito.

4.4- O “Eu” Construído e a Sociedade de Controle

Os processos de subjetivação constroem os sujeitos e os põem em relação com a sociedade. Esse pressuposto tem implicações que atingem diretamente nossos objetos e objetivos de investigação. Não se trata, a partir das constatações feitas nas obras de Foucault e daqueles que seguiram suas trilhas, de delinear o sujeito, sua identidade, as conseqüências sociais, éticas ou da saúde desse sujeito, mas, sim, de verificar os mecanismos que o constroem, que permitem que ele se compreenda enquanto indivíduo construtor de si; e também se perceba sujeito de uma narrativa contínua e faça a tentativa de unificação e totalização que tornem possível a impressão de que existe uma substancialidade, uma vida anímica, ou um corpo como um lugar onde se inscreve uma

história, uma biografia, ou onde há um fundo psicológico. E, dessa forma, se perceba como responsável por uma organização individual que apague a exterioridade e valorize a interioridade, permitindo enunciar-se de forma compreensível e aceitável (POLITZER, 1998 [1968]).

A perspectiva teórica que se assume neste texto é referente ao pós-estruturalismo e, nele, discutiremos os estudos de Ó (2001, 2003 e 2005), Peters (2000), Rose (1996a, 1996b, 2001a e 2001b) e Hacking (2001-2002), tendo como pano de fundo as concepções de Deleuze e Foucault que, mesmo com suas diferenças, permitem avançar na compreensão da sociedade de controle e na elaboração do que vem a ser esse sujeito inventado.

Antes, porém, de abordarmos as questões referentes à sociedade de controle e do sujeito construído pelas tecnologias de si, pelos dispositivos de poder e práticas sociais, vamos explicitar o ponto de vista no qual nos apoiaremos: o pós-estruturalismo que será tomado como uma forma de abordagem na qual as noções de escrita, língua, texto e diferença vão pôr em dúvida a concepção de negatividade, derivada de Hegel, anteriormente posta.

Peters (2000:28) afirma que

o pós-estruturalismo pode ser caracterizado como um modo de pensamento, um estilo de filosofar e uma forma de escrita, embora o termo não deva ser utilizado para dar qualquer idéia de homogeneidade, singularidade ou unidade,

mas, acrescenta ainda esse autor que o estruturalismo e o pós-estruturalismo são inseparáveis. Com isso, quer apontar que o pós-estruturalismo volta seus argumentos contra o estruturalismo, apontando certas inconsistências em seu método que são ignoradas pelos próprios estruturalistas (*idem*: 28). Fica bem posto que o objeto de estudo do pós-estruturalismo é o próprio estruturalismo e que o primeiro é uma continuidade que tenta por o segundo na direção certa; ou seja, centrado nos pensamentos de Friedrich Nietzsche e Martin Heidegger, principalmente, o pós-estruturalismo busca descentrar as estruturas, tendência geral nas obras advindas do pensamento formalista e metafísico do final do séc. XIX (PETERS, 2000: 9-11).

São alguns pontos que essa crítica destaca: a idéia de “centro” que limitava o jogo da estrutura, sendo o homem o centro da análise, fonte ou origem do pensamento e da ação como em Lévi-Strauss ou uma estrutura como centro, sendo o homem apenas portador dessas estruturas, como em Althusser; o pensamento binário que traz em si, uma economia de valor e uma hierarquia que deverá ser denunciada. Aqui, fixa-se o conceito de diferença como elemento característico que permite substituir Hegel por Nietzsche, privilegiando os “jogos de vontade de potência” contra o “trabalho da dialética”; e, por fim, caracteriza o pós-estruturalismo como um movimento que enfatiza a pluralidade da interpretação e a interdisciplinaridade (PETERS, 2000: 30ss).

Esse deslocamento, que opera o pós-estruturalismo, permite pensar o sujeito não mais como lugar suficiente para uma compreensão dos movimentos de poder ou resistência, identidade coletiva ou posições nas lutas de classes, mas, admiti-lo como efeito de um jogo de políticas e práticas de formação de sentidos. Um sujeito que se instala a partir de estruturas sempre em um devir, visto que as estruturas são, também elas, inacabadas, descontínuas, descentradas e insuficientes na determinação dos sentidos. No entanto, nelas se inscrevem regras de produção de sentidos e também se limitam as fronteiras lingüísticas do sujeito. Essas regras de produção de sentidos contêm as tecnologias de dominação, um jogo sobre um saber-poder que instala identificações e que instaura sentidos na medida em que os discursos, no sentido das práticas discursivas, limitam ou validam o exercício do poder a serviço do controle do próprio corpo. Veremos como o desenvolvimento das sociedades disciplinares promoveu essa forma de dispersão dos sentidos e a instauração de um saber sobre o sujeito.

As sociedades disciplinares possibilitam a construção do conceito de indivíduo, bem como a operação sobre esses indivíduos por meio das instituições disciplinares como forma de governo e controle dos saberes, esses também divididos em disciplinas. Disciplinas, aqui identificadas, não aos saberes, mas às regras de escrita sobre esses saberes.

As sociedades disciplinares, além da característica de constituição por instituições fechadas, instituíram em sua arquitetura o panóptico que, ao mesmo tempo, massificava e individualizava os sujeitos. O poder hierarquizado e o assujeitamento a esse

poder modulavam comportamentos; no entanto, o panóptico consistia numa espécie de transparência do sujeito e opacidade do poder. Quem nos observa? Poderia perguntar o prisioneiro, o aluno, o paciente hospitalizado, etc. Os muros faziam parte da economia social, das regras de inclusão e exclusão, mas não só esses muros, outras fronteiras físicas também compunham os cenários. Os países se definiam por suas fronteiras e o estado comandava e administrava a partir de uma capital. As identidades se reportavam aos lugares, além, é claro, de se reportarem às regras e às leis.

Entretanto, essas características sociais vigentes na sociedade ocidental vêm sendo rapidamente modificadas. Os muros institucionais vêm sendo sistematicamente rejeitados como símbolos de uma repressão que cria marcas sem atingir o controle desejado e percebe-se uma simetria do funcionamento social dentro e fora das fronteiras. Não que a disciplinaridade tenha se perdido no tempo, apenas constatamos que, na sociedade contemporânea, há meios mais sutis e eficazes de controle dos comportamentos, com aparência mais dócil e aceitável. Supostamente mais aceitável em função do próprio discurso da individualidade e da liberdade individual que são alguns dos pilares do discurso da modernidade. Os movimentos em torno dos hospitais-dia, das escolas abertas ou do ensino à distância, as penas cumpridas em regimes abertos, tais como os serviços comunitários, a liberdade assistida ou a condicional, ganham força e representam essa resistência aos regimes institucionais fechados.

Também se ressalta, em oposição às instituições fechadas, o lugar não antropológico mais conhecido por “não-lugares”. Esse nome foi cunhado por Augé (1994), para definir os “lugares” nos quais as pessoas não se relacionam entre si, mas, em vez disso, se relacionam com as máquinas, com os letreiros, com placas de indicação e, também, onde não se identificam, quer dizer, suas identidades não importam, não criam identificações. Esses “não-lugares” podem ser encontrados no interior de lugares anteriormente identitários, mas é claro que os não-lugares são uma construção que provoca essa qualidade de vivência aos sujeitos e não uma possibilidade total; sempre há uma memória, um rito ou até mesmo uma descoberta de si, pois, mesmo numa situação passageira, o sujeito se põe em relação com alguém ou algo.

Um último comentário sobre a sociedade disciplinar e seus muros diz respeito à flexibilidade desses muros e pretendemos fazê-lo em duas etapas: a primeira, referente às instituições totais mencionadas e analisadas por Goffman (2001 [1961]) e a segunda, à flexibilidade das fronteiras das instituições atuais, como, por exemplo, o hospital em casa (*home care*) ou a escola em casa (cursos à distância ou semipresenciais).

Em relação às instituições totais, temos dois comentários: a identidade institucionalizada com seus traços diferenciados da sociedade extra-muros como: o uso de uniformes, a rotina pobre, os horários rígidos, o comportamento rude dos auxiliares que provocam uma adaptação individual e coletiva dos internos aos comportamentos chamados regressivos, alienados e colonizados, funcionando como um lugar estrangeiro dentro de uma comunidade; e o assujeitamento do interno que, até mesmo para sair da instituição, deverá mostrar-se dócil na relação com a autoridade que pode liberá-lo das fronteiras dos muros; no entanto, na vida além dos muros, suas atitudes de assujeitamento devem permanecer as mesmas, sob pena de retorno, ou seja, se não se comportar docilmente volta aos muros institucionais, ou ainda, se não se perceber como sujeito, quando não estiver posto nas relações sociais hierárquicas, tal qual nas institucionalizadas, também corre o risco de perder os parâmetros das relações e se despersonalizar ou se revoltar e, conseqüentemente, retornar aos muros onde estava mais adaptado. Com isso, tem-se o efeito de manter o mesmo comportamento dentro ou fora dos muros.

Lipovetsky (2004b), analisando as metamorfoses das culturas na passagem daquilo que nomeia de pós-modernidade para a hipermodernidade²⁵, aponta o hipernarcisismo e os fenômenos ligados à hiperindividualização (excesso de individualização) atual como marcas dessa nova fase que se inicia. Por exemplo, as tendências ao lazer doméstico e às atividades que exigem menor esforço pessoal, e, acrescente-se a isso a diluição das fronteiras institucionais ligadas às novas possibilidades da mídia, como o caso das escolas de idiomas, que favorecem o comportamento individual e, ao mesmo tempo, se promovem ao se autodenominarem possuidoras de métodos mais

²⁵ Lipovetsky (2004a) aponta que a lógica da hipermodernidade está focada nos contrastes entre o excesso e a moderação. Lógica essa regulada pelo mercado de capitais e globalização, por um lado, e pelo hiperindividualismo, por outro.

dinâmicos, interessantes e atuais por estarem na *Web* ou, noutro exemplo, o *home care*, com conforto e diminuição de riscos de infecções hospitalares.

Porém, como percebemos, a diluição das fronteiras na linguagem não se processam da mesma forma que a diluição das fronteiras físicas - os muros. Também não se constroem as fronteiras da mesma forma. Podemos acompanhar, seguindo as análises de Foucault (1988), como as fronteiras relativas à sexualidade vêm se transformando, desde a idade moderna até bem próximo aos nossos dias, por meio da linguagem. O que o autor assinalou foi uma lenta e progressiva transformação de um discurso sobre o qual, inicialmente, não se acumulava um saber sistematizado, para um saber organizado e fixado no qual se poderia estabelecer um governo, uma administração, um policiamento. Dessa forma, não houve um silenciamento do sexo, mas uma normalização e um controle dos dizeres.

Assim, o que era um dizer mais ou menos livre de regras de controle passa a ter uma regularidade com a confissão católica. Os fiéis, na modernidade, narravam em detalhes suas práticas sexuais, mas dentro de uma certa descrição e de um certo vocabulário, o que propiciou um conhecimento da sexualidade e das suas práticas vigentes a partir do discurso. Aos poucos, os discursos transformaram a sexualidade em práticas naturais ou perversas, na medida em que se compatibilizavam ou não com os interesses do poder eclesiástico. Porém, daí em diante, os discursos transformaram-se também em discurso pedagógico, que conduzia as crianças às regras ditas de autocontrole por meio de uma moralidade. Esse autocontrole e essa moralidade criaram uma fronteira entre as práticas normais e perversas, sendo as normais ligadas à reprodução e as anormais, aos prazeres não reprodutivos.

Logo, as práticas normais transformaram-se também em práticas naturais e as outras, as classificadas como amorais ou anormais, também chamadas pelos religiosos e médicos de não naturais, constituíram outra fronteira. Essa prática de criar fronteiras na linguagem, de normalizar e de normatizar acabou por gerar novas espécies de sujeitos, ou seja, os sujeitos não naturais, como os homossexuais que passaram a ser vistos e classificados não mais como reincidentes em uma prática, mas classificados em uma nova categoria de praticantes ou nova espécie portadora de sexualidade anormal, indesejável e patológica (FOUCAULT, 2001).

A produção de saberes, que é minuciosamente construída, põe essas práticas sexuais em outros discursos relativos aos campos de saber, ou melhor, em disciplinas que dela se ocupam. Dessa forma, o sexo passa de um discurso não normatizado para um discurso religioso, enquanto percebido como moral ou imoral, uma vez que, na confissão, o enunciador, que é o mesmo sujeito do enunciado, constitui-se frente à autoridade que o libera, consola, inocenta, etc.; e passa de um discurso religioso para um discurso médico, enquanto objeto de um conhecimento do funcionamento do corpo normal ou anormal; além disso, torna-se um discurso pedagógico, ao ser regulado para as crianças; e assim por diante.

É dessa forma que, com o passar do tempo, vêm sendo estabelecidos os padrões e as fronteiras até a perpetração de penalização jurídica das práticas que, em dado momento histórico, foram tidas como contrárias à moralidade social ou prejudicial ao desenvolvimento infantil, ou desviantes da normalidade social, improdutivas, geradoras de doenças, enfim, merecedoras de exclusão social por meio de internamento, prisão ou, de forma mais sutil, de uma discriminação que deixa o sujeito no convívio social, mas impõe a esse sujeito variadas e sutis restrições de circulação, de horários, de condutas e, principalmente, de silêncio.

Assinalaremos aqui uma certa semelhança entre aquilo que Goffman postulou e o que Hacking (2001-2002) vem apontando em seu texto *“façonner les gens”*, no qual relata os efeitos da classificação das pessoas em seu caráter interativo, o que pode alterar as características do indivíduo classificado.

O que esse autor relata é, em última análise, que todas as classificações humanas são construções sociais que afetam o próprio indivíduo classificado de forma direta. As classificações tratam de descrever as características humanas e, uma vez medidas, as qualidades são transformadas em quantidades. O mesmo acontece com os princípios ligados à biologização que procuram uma explicação de ordem biológica aos comportamentos ou aos problemas humanos. Trata-se de perceber que, mesmo o conceito de raça, considerado um conceito natural, é uma construção política e administrativa, advinda da colonização, definindo os sujeitos em função do domínio de um povo sobre outro; ou mesmo a trissomia, por exemplo, que caracterizava os portadores da *Síndrome de*

Down; em função dessa descoberta genética, os identificados com essa trissomia eram vistos como portadores de uma personalidade limitada. Entretanto, de 1960 para cá, os tratamentos especializados mudaram substancialmente: as características de desenvolvimento desses indivíduos já não são mais descritas como na época da descoberta da trissomia pelo Dr. Down.

A essa interação entre a classificação e o comportamento do sujeito, Hacking chama de *l'effet de boucle*. Esse efeito pode ser descrito até mesmo nos doentes que pensávamos serem portadores daquele transtorno caracterizado pela ausência total de interação social - o autismo. Hacking afirma que as crianças autistas sabem que nós pensamos que elas são autistas e que a tendência dessas crianças é a manipulação social. Invariavelmente, víamos seus pais sentindo-se culpados e vivendo em função de seus tratamentos. Hacking também relata que a descrição do autismo por aqueles que convivem com os autistas é muito variada e, segundo cada teoria diferente que trata a problemática autista, há uma descrição peculiar de comportamento autista.

Embora o texto de Hacking nos estimule a muitas considerações, vamos tentar reduzi-lo ao que nos é essencial: as interações entre as classificações e os sujeitos. As classificações atribuídas aos sujeitos, sejam elas administrativas, biologizantes, econômicas, normalizadoras ou qualquer outra, quando inseridas no universo das ciências sociais, provocam uma alteração do comportamento dos sujeitos classificados e dos classificadores em relação aos próprios classificados. Sendo a psicologia uma ciência que busca a nomeação, a descrição e a classificação dos comportamentos, esse pressuposto de Hacking torna-se relevante. A ciência psicológica, então, em sua finalidade última, acaba por gerar novos sujeitos na medida que altera as descrições continuamente.

O que aproxima, em nosso ponto de vista, Goffman de Hacking é essa reflexividade. As verdades contidas nas classificações científicas, que são transformadas em estatísticas, criam as fronteiras da linguagem e os muros institucionais. Ambos se servem das classificações e dos vocabulários reflexivos, que são autodescritivos das populações, tanto nas instituições totais, quanto nas classificações diagnósticas. São essas fronteiras, com seus maquinários e suas práticas, que criam os sujeitos. Estamos falando tanto em *governamentalidade* quanto em uma matriz gramatical que permite refletir tanto

os comportamentos individuais, quanto os modelos científicos. O que era visível para Goffman nas instituições totais agora é também visível pelas classificações diagnósticas, na visão de Hacking.

Essa reflexividade dessa matriz gramatical é assim vista por Izquierdo (1999: 2,3) enquanto efeitos econômicos na sociedade.

... el argumento de la Reflexividad estadística para tratar de especificar en mayor detalle los procesos de interacción perversa entre estos dos niveles de realidad: las estructuras macro sociales y sus auto-descripciones numéricas. En aquellos dominios sociales, como los mercados de capital y la política monetaria, donde la complejidad de las interacciones entre modelos teóricos, dispositivos de observación y estrategias de acción efectivas alcanza su nivel máximo, los usos micro sociales estratégicos que hacen los sujetos, las empresas y los gobiernos de las auto-descripciones estadísticas de la realidad macro social tienen consecuencias perversas visibles a ambos niveles.

Nós podemos imputar a essa estatística, que permite as ações efetivas dos governos, uma progressiva racionalização das técnicas e dos meios de governo que vêm acompanhadas de uma governamentalização dos vínculos sociais e das personalidades individuais. Dessa forma, os padrões normalizados de conduta estão postos, por exemplo, na curva de Gauss ou na proporcionalidade da distribuição das normalidades e a essa distribuição social se agregam tanto os atributos individuais quanto os valores sociais. Assim, faz-se estatística sobre tudo: ensino, administração, responsabilidades individuais, gestões, saúde, etc.

A lógica que processa as diferenças individuais vai merecer a atenção dos psicólogos, e as populações, como a população de escolares, por exemplo, passam a ser estudadas em relação aos sentimentos, sensações, força, vontade, atenção, entre tantos outros atributos que vão unir a ciência à subjetividade, dando valor de verdade a um estado “real” da alma humana (ROSE, 1996a; Ó, 2003: 125 ss e 2005).

Rose (2001b: 33) afirma que

O ser humano não é uma base eterna da história e da cultura humanas, mas um artefato histórico e cultural. Essa é a mensagem que vem de uma variedade de disciplinas, as quais têm salientado, sob diferentes formas, a especificidade de nossa concepção, moderna e ocidental, de pessoa. Sugere-se que, nessas sociedades, a pessoa é construída como um eu, como uma entidade naturalmente singular e distinta. De acordo com essa construção, as fronteiras do corpo delimitariam, como se por definição,

uma vida interior da psique, na qual estão inscritas as experiências de uma biografia individual.

Essa construção torna-se a base para se fundar e regulamentar a conduta. Quer dizer, esse “eu”, no qual se inscreve uma biografia carregada de emotividade, é tomado como um *locus* natural de crenças e desejos, algo evidente e naturalmente dotado de capacidade de decisão. A esse “eu” também se atribui o motivo e a origem das ações, valorizando seus aspectos de autenticidade e autonomia. Nele, baseiam-se nossos sistemas penais, com suas idéias de responsabilidade individual e intenção. Aí encontram-se moldadas, também, outras

formas de compreender e viver nossa experiência como seres humanos em nome de certos objetivos – masculinidade, feminilidade, honra, reserva, boa conduta, civilidade, disciplina, distinção, eficiência, harmonia, sucesso, virtude, prazer; a lista é tão diversa quanto heterogênea (idem, ibidem: 35).

Em seu livro *História da Sexualidade (I): a vontade de saber*, Foucault (1988), desenvolve uma genealogia da subjetividade partindo da história da sexualidade no mundo ocidental cristão. Nele relaciona, na evolução da prática da confissão católica, como uma prática de falar de si frente a uma autoridade, permitiu o surgimento de discursos normalizadores da sexualidade até o nascimento da psicanálise que, como disciplina em torno desse saber, constrói uma ciência. Ou seja, a psicanálise dispõe desse dizer de si numa linguagem científica e dele se apropria, de forma a tornar possível a circulação de uma verdade, um regime de práticas e saberes sobre essas práticas que deslocam, afirmam, classificam e permitem, sobretudo, um discurso auto-descritivo, validado como verdadeiro e correto. Nesse ponto, temos uma tensão entre Deleuze e Foucault, visto que Deleuze aponta para a psicanálise como mais um discurso normalizador e instituidor de verdades, uma tecnociência que permite articular novas formas de controle do sujeito contemporâneo (FERREIRA, 2004; SAFATLE, 2004).

Dessa forma, considerando o sujeito uma construção de uma narrativa que segue uma norma de escrita ou uma interpretação que se pratica numa ordem própria e com referencial pré-existente, instaura-se uma prática e um saber no qual os conceitos são

legitimados. A preocupação dos genealogistas ou mesmo dos arqueologistas²⁶ que vão pesquisar essas construções de sujeito

...não está centrada na idéia de pessoa, mas nas práticas pelas quais as pessoas são compreendidas e pelas quais se age sobre elas – em relação à sua criminalidade, à sua saúde e sua falta de saúde, às suas relações familiares, à sua produtividade, ao seu papel militar, e assim por diante (ROSE, 2001(b): 34).

A construção do eu ou os processos de subjetivação são processos formados por dispositivos que instauram verdades, permitem saberes, atribuem sentido à experiência humana e constituem sua própria história. Quer dizer, os dispositivos de “produção de sentido” – tabelas de visualização, vocabulários, normas e regimes de penalização - não são produzidos pelas experiências, mas são, eles mesmos, produtores das experiências. É a partir dos dispositivos que se direcionam e se refinam as regras, de forma requintada, que, com a estabilização e refinamento, passam a ser disseminadas e implantadas sob diferentes formas e nas diversas práticas sociais. Rose (*Idem, ibidem*: 26) afirma que “a história da subjetivação é mais prática, mais técnica e menos unificada do que supõem as análises sociológicas”.

Se considerarmos a construção dos “eus” por meio das práticas sociais e também dos agenciamentos, precisaremos rever e problematizar o papel da linguagem nas ciências sociais. Linguagem que, muitas vezes, tem sido posta como um condicionador ou limitador do pensamento que permite ou não os significados compreensíveis e legitimados através do mundo dos símbolos nos quais estamos mergulhados, a cultura. Se há símbolos pré-existent e se os seres humanos são dependentes de uma linguagem para se pensarem como entes, há também uma tirania da linguagem que nos condiciona a pensar dentro de um texto pré-construído e limitado. Isto é, não se trata de saber o que se interpreta, não há nada anterior ao signo para ser interpretado, tudo já é interpretação, como afirma Foucault (2005: 50),

A Morte da interpretação é o crer que há símbolos que existem primariamente, realmente como marcas coerentes, pertinentes e sistemáticas. A vida da interpretação, pelo contrário, é crer que não há mais do que interpretações.

²⁶ Utilizamos os termos arqueologistas e genealogistas para caracterizar a filiação das práticas de pesquisa próprias da teoria foucaultiana, diferindo da genealogia e arqueologia ligadas à História tradicional.

Antes, então, de se procurar saber o que algo “significa” ou o que “quer dizer”, devemos verificar como funciona,

...Num livro, como em qualquer coisa, há linhas de articulação ou segmentaridade, estratos, territorialidades, mas também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação. As velocidades comparadas de escoamento, conforme estas linhas, acarretam fenômenos de retardamento relativo, de viscosidade ou, ao contrário, de precipitação e de ruptura. Tudo isso, as linhas e as velocidades mensuráveis, constitui um *agenciamento*. Um livro é um tal agenciamento e, como tal, inatribuível. É uma multiplicidade... (DELEUZE; GUATTARI, 1995: 11,12 [1980]).

Com isso, não queremos sugerir que se despreze o discurso construído com suas regularidades, variações enunciativas e todas as suas análises, e sim que se pense de outra forma, não focalizada no que o discurso contém em si, mas naquilo que a linguagem faz. Que ligações o discurso permite, que conexões são privilegiadas e quais são desqualificadas? Que práticas, que agenciamentos permitem pensar, diagramar, fantasiar, desejar e perceber uma existência de forma regular? Quais os agrupamentos, restrições, modelos e perspectivas nos capacitam identificar os sexos, as famílias, as vestimentas, as brincadeiras das crianças, a maternidade e a paternidade, as ilusões e as decepções? Que cortes e recortes criam os médicos, as máquinas de curar, os terapeutas e seus clientes, as arquiteturas institucionais e os critérios diagnósticos? (ROSE, 2001a: 159).

Uma leitura opera um corte em um texto e, como já nos apontou Birman (1991), a psicanálise também é um corte que apaga outros cortes. Mas, para além disso, temos que considerar a construção de um texto qualquer como um recorte, também. A escrita é um recorte, tal qual uma luneta que, quando direcionada para um objeto, ressalta suas características e despreza o que não está em seu campo de visão ou aquilo que seu foco não privilegia. Isto é, a escrita sobre um tema qualquer é um recorte de uma realidade inalcançável em sua totalidade; é apenas um toque em sua superfície que arranca desta algo possível de ser representado em um imaginário social.

As regras da escrita são construções que permitem a criação de corpos. Se tomarmos os mapas como referência de escrita, poderemos reconstruir seus componentes como órgãos de um corpo. Os rios e as cadeias de montanhas, ao receberem um nome, ao serem desenhados como fronteiras nacionais ou, simplesmente, ao serem destacados por

uma linha ou uma coloração, deixam de ser um elemento qualquer do planeta e passam a ser um fenômeno geográfico, um objeto político com funções específicas cujo nome, associado à localização, à fronteira que representa, põe em funcionamento um maquinário, um conjunto de representações, identificações e posicionam os sujeitos com características antes impensáveis.

Esse maquinário é o que permite, por exemplo, um corpo celeste “esférico” como a terra, que não tem em sua geometria um centro, nomear e estipular um ponto que seja considerado o seu meio. Mediterrâneo, o nome de um mar, vira exatamente isso: o meio da terra, um veio central de escoamento, muitas vezes escoamento de sangue, ou um órgão vital, local de disputas de canais, de ilhas etc.

A criação de fronteiras permite não só a nomeação, a instauração de funções, a classificação de saberes em múltiplas categorias e sua conseqüente noção de pertencimento e identidade, mas sobretudo a noção de dentro-fora. Assim, pode-se dizer que um país atua dentro ou fora de suas fronteiras ou que um governo atua dentro de seu programa ou que um conhecimento esteja dentro de uma ciência ou disciplina e, também, que um sujeito esteja dentro ou fora-de-si.

Mais uma vez, retorna nosso objetivo. Não é o caso de se dizer que a arqueologia e a genealogia possam encerrar, em seus limites, uma verdadeira história de um verdadeiro ser humano, com sua história, sua liberdade e sua subjetividade (ARAÚJO, 2001). O que temos é a história de um alvo de trabalhos múltiplos no qual os cortes, as intensidades e os diferentes vetores instauram uma superfície descontínua de uma espécie de dobramento e desdobramento (ROSE, 2001b).

Deleuze e Guattari (1995, vol I: 15 [1980]) propõem que “os agenciamentos coletivos da enunciação funcionam, com efeito, diretamente nos agenciamentos maquínicos, e não se pode estabelecer um corte radical entre os regimes de signos e seus objetos”. E essa leitura ampla permite múltiplas visões, indeterminadas em suas conseqüências práticas. Os conceitos psicológicos, pedagógicos, administrativos, entre tantos, exigem novos instrumentos de linguagem em um deserto, a princípio, despovoado; nessas condições, a linguagem, em seus agenciamentos, encontra espaços para se criarem novas realidades.

Os conceitos dispõem em funcionamento operações binárias, nas quais o verbo “ser” gera as essências que vão se concretizar em linguagem. Isto é, o verbo “ser” se movimenta com seu oposto. Essa constância, fundada em princípios lógicos, determina a contingência dos objetos: isto é uma cadeira, aquilo é uma mesa e não, uma cadeira. Essas essencializações ignoram os processos segmentares e tudo o que é percebido se resume na abstração negativa da determinação. Como declaram Deleuze e Guattari (1997, vol II: 42),

Sempre houve uma luta entre o verbo “ser” e a conjunção “e”, entre “é” e “e”. Esses dois termos só se entendem e só se combinam aparentemente, porque um age na linguagem como uma constante e forma a escala diatônica da língua, ao passo que o outro coloca tudo em variação, constituindo linhas de um cromatismo generalizado.

Ao substituir a lógica do “é” pela lógica do “e” substitui também a identidade pela multiplicidade. Domènech, Tirado e Gómez (2001: 122) explicam como essa conjunção se aplica à noção de dobra, ao se tratar de subjetividades e afirmam que

[...] a geração de subjetividades não consiste na demarcação dos limites de um eu, enclausurado e interior, mas na idéia de que ele é o efeito de uma função ou operação que sempre se produz na exterioridade desse eu. O sujeito já não é uma unidade-identidade, mas envoltura, pela fronteira: sua interioridade transborda em contato com o exterior.

Essa figura de sujeito o mostra como uma dobra, uma conexão ou uma montagem do exterior, um dobramento que permite a noção de interior, mas o trabalho de desdobramento deixa claro que o interior é uma exterioridade apropriada, um espaço montado, havendo, assim, uma contínua pré-posição.

Esses dobramentos são, na ótica de Deleuze, uma forma de tornar o ser humano inteligível e colocado em conexões entre rotinas, hábitos e técnicas que permitem a criação de repertórios de condutas. Os agenciamentos são as localizações e estabelecimentos dessa multiplicidade de lugares, tecnologias, espaços, vocabulários e práticas.

Em seu último texto, Deleuze (1992) apontou para mudanças na sociedade disciplinar, calcada na concepção de Foucault. Para apresentar essas mudanças, discorre sobre os mecanismos das sociedades disciplinares como o confinamento e os princípios moduladores (como os salários por mérito) e vai também discorrer sobre a sociedade de controle como uma variação que rivaliza com os meios disciplinares mais duros.

A alteração que mais nos chama a atenção é a forma de identificação dos sujeitos. Se, nas sociedades disciplinares, a assinatura era uma forma componente da

identidade que, com a massificação, torna-se um mecanismo numérico que indica a posição de um indivíduo numa globalidade, na sociedade de controle, o indivíduo, muito mais divisível, passa a ser controlado como indivíduo através de uma senha. A importância dos códigos se transforma em uma coleira eletrônica. Um cartão magnético abre e fecha portas sem que o portador saiba dos motivos que as abrem ou as fecham.

Como Costa (2004) aborda em seu artigo, as recentes tecnologias de controle são capazes de rastrear as pessoas pelo planeta e substituem as identidades pelos perfis. Esses perfis localizam o indivíduo nas massas, não como um número apenas, mas como códigos em relação a seus hábitos, horários, consumo, preferências, *habitat*, rotinas, enfim, esquadrinha a vida enquanto interesse administrativo de qualquer instância que o capture em seus perfis eletrônicos.

A clausura em meio aberto e o controle sistemático vêm se naturalizando e a psicologia, com suas tecnologias de esquadrinhamento, não cessa de se desenvolver. Basta verificar os códigos diagnósticos que se multiplicaram nas duas últimas décadas e as práticas das tecnologias e cuidados de si que hoje ultrapassam as formas profissionais atingindo a todos categoricamente, criando novos sujeitos e novas formas de administração das populações (RUSSO; VENÂNCIO, 2006; SILVA, 2006).

Podemos discutir as formas atuais desse processo de controle. Essa discussão pode também seguir o caminho mais desenvolvimentista e indicar que a tecnociência permite a compreensão e a explicação teórica dos fenômenos sociais ligados ao aumento da tecnologia; entretanto, em nosso ponto de vista, o aumento da produtividade – fruto da tecnologia -, o desempenho mercadológico dos produtos e a minimização dos riscos envolvem a compreensão da sociedade e seu controle para tornar os comportamentos mais previsíveis e manipuláveis por parte daqueles que detêm o conhecimento.

Quer dizer, há, sem dúvida, nesse processo, uma associação dos conhecimentos sobre o controle populacional e de formações subjetivas ou, no dizer de Foucault, governamentalidade. Ressaltamos, aqui, visto que nosso objeto é o discurso da psicologia, a importância da naturalização de termos como: behaviorismo publicitário, biologia dos desejos, macrofísica das massas, menores em situação de risco, entre outros que são instrumentalizações que permitem controles e previsões de demandas sociais de consumo

voltadas para o hiperindividualismo, hipernarcisismo, ou outros tipos de sujeitos construídos pelos maquinários do consumo atual.

Não é o caso de gerar uma denúncia de que se estaria desvirtuando o ser humano. Pelo contrário, nunca soubemos o que é o ser humano. Qualquer das teorias apontadas anteriormente, dos pré-socráticos até nossos tempos, versa sobre uma construção; é um longo caminho que acumula saberes e, com eles, verdades sobre o humano. Somos ainda, de alguma forma, tomados como essências ou, pelo menos, há, até aqui, reações adversas e dificuldades de compreensão à idéia de um ser humano como Corpo sem Órgãos.

O racionalismo, o empirismo, o idealismo, a busca da verdade no interior, entre tantas outras construções, coexistem e têm em suas propostas uma essência ou, pelo menos, a tentativa de uma unidade, ou uma totalidade unificada, uma forma de ente contínuo e compreensível e, cabe a nós, nesta tese, trabalharmos em apontamentos sobre como essas construções se atualizam e quais as posições ocupadas pelos escritos psicológicos nessas construções de conhecimento e, portanto, de ser humano.

CAPÍTULO 5 – A ESCRITA DOS LAUDOS

5.1 A Normalização do Laudo Psicológico

É preciso analisar as regras do jogo, as regras das regras, e a gramática institucional que permite a escrita psicológica com todos os seus vícios e vieses.

Primeiro viés importante: considerar a linguagem como função simbólica e o psiquismo como estruturado em forma de uma linguagem. Nem sempre a linguagem é simbólica, há que se considerar o imaginário e as práticas sociais que regulam o gozo do indivíduo entre o narcisismo e a alteridade (BIRMAN, 2005: 273-287).

Segundo viés: apontar a gramática institucional do sistema jurídico ou de outros sistemas que solicitam o laudo como instrumento de poder, de disciplinaridade, de moralidade e de normalização dos indivíduos (CORACINI, 2007: 21).

Terceiro viés: assinalar os momentos institucionais em que a escrita psicológica passa a ser aceita ou rejeitada. Por exemplo: o sistema de seguridade que contrata os psicólogos quando percebem que fica mais econômico a des-hospitalização (des-institucionalização manicomial) do que a manutenção dos benefícios dos “loucos de todas as espécies”. Ou ainda, a suspensão dos laudos de progressão de pena quando o PCC

assume um maior controle no sistema carcerário no estado de São Paulo e o valor do comportamento, voltado à disciplina, ganha força nos presídios.

Apresento, a seguir, alguns recortes do *Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica*, mas como existem três resoluções que instituíram o Manual: Resolução CFP Nº 030/2001, Resolução CFP Nº 017/2002 e Resolução CFP Nº 007/2003, doravante os manuais serão denominados, respectivamente, M1, M2 e M3. Iniciaremos por eles, pois são manifestações recentes e oficiais sobre a escrita psicológica dos laudos.

O M1 foi publicado na Resolução CFP Nº 030/2001, de 1º de dezembro de 2001 e tem como subtítulo: *Institui o Manual de Elaboração de Documentos, produzidos pelo psicólogo, decorrentes de Avaliações Psicológicas*. O M2 foi publicado na Resolução CFP Nº 017/2002, de 17 de dezembro de 2002, portanto, um ano após o M1; este não contém subtítulo e não revoga a Resolução anterior. Porém, o M3, que foi publicado na Resolução CFP Nº 007/2003, de 14 de junho de 2003, tem novo subtítulo: *Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CPF Nº 17/2002*.

Atualmente, está em vigor o M3; porém, analisaremos os manuais desde sua implantação para apontar as diferenças entre eles. À primeira vista, essas diferenças são apenas correções referentes às questões de gramática normativa e pontuação e, também, à retirada dos exemplos de atestado, declaração, relatório, parecer e laudo, mantendo o conteúdo conceitual. No entanto, o que mais nos interessa nessa análise é perceber a emergência das diferenças entre as concepções de escrita e a relação do texto com a concepção de linguagem, de língua, de língua oficial, e, também, a constatação de como um manual nunca é suficiente para garantir padrão de qualidade aos documentos escritos, aqui especificamente, laudos psicológicos.

Os textos que serão analisados - M1, M2 e M3 - foram impressos via *on-line*, meio normalmente utilizado pelo CFP para a comunicação de suas resoluções. Portanto, não é cópia de texto do Diário Oficial da União, nem de texto do jornal impresso do CFP que também veicula as resoluções. Consideraremos, portanto, que, independentemente do meio da veiculação, a materialidade lingüística se manteve a mesma.

Essa consideração não implica na aceitação de que não importa o meio, mas apenas que a leitura, tanto em um meio quanto em outro, mantém as diferenças entre M1, M2 e M3. Segue abaixo um excerto de M3, primeira parte:

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA²⁷, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO que o psicólogo, no seu exercício profissional, tem sido solicitado a apresentar informações documentais com objetivos diversos;

CONSIDERANDO a necessidade de referências para subsidiar o psicólogo na produção qualificada de documentos escritos decorrentes de avaliação psicológica;

CONSIDERANDO a frequência com que representações éticas são desencadeadas a partir de queixas que colocam em questão a qualidade dos documentos escritos, decorrentes de avaliação psicológica, produzidos pelos psicólogos;

CONSIDERANDO os princípios éticos fundamentais que norteiam a atividade profissional do psicólogo e os dispositivos sobre avaliação psicológica contidos no Código de Ética Profissional do Psicólogo;

CONSIDERANDO as implicações sociais decorrentes da finalidade do uso dos documentos escritos pelos psicólogos a partir de avaliações psicológicas;

CONSIDERANDO as propostas encaminhadas no ***I FORUM NACIONAL DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA***, ocorrido em dezembro de 2000;

CONSIDERANDO deliberação da Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras em reunião realizada em 14 de dezembro de 2002, para tratar da revisão do

²⁷ Mantidos os grifos do texto original.

Manual de Elaboração de Documentos produzidos pelos psicólogos, decorrentes de avaliações psicológicas;

CONSIDERANDO a decisão deste Plenário em sessão realizada no dia 14 de junho de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º – Instituir o Manual de Elaboração de Documentos Escritos, produzidos pelos psicólogos, decorrentes de avaliações psicológicas.

Art. 2º – O Manual de Elaboração de Documentos Escritos, referido no artigo anterior, dispõe sobre os seguintes itens:

I. Princípios norteadores;

II. Modalidades de documentos;

III. Conceito / finalidade / estrutura;

IV. Validade dos documentos;

V. Guarda dos documentos.

Art. 3º – Toda e qualquer comunicação por escrito decorrentes de avaliação psicológica deverá seguir as diretrizes descritas neste manual.

Parágrafo único – A não observância da presente norma constitui falta ético-disciplinar, passível de capitulação nos dispositivos referentes ao exercício profissional do Código de Ética Profissional do Psicólogo, sem prejuízo de outros que possam ser argüidos.

Art. 4º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

O CFP é o órgão que normatiza e fiscaliza a categoria profissional dos psicólogos com atribuições legislativa e disciplinar. O uso das *atribuições legais e regimentais*, conferidas por lei, implica em lugar de poder, por um lado, e de mediador, por outro. Poder em relação à própria categoria e mediador da categoria com a sociedade que, em última instância, é quem lhe atribui o poder.

No uso desse poder, o CFP parece ter a necessidade de justificar-se na formulação da resolução do Manual, ou seja, justificar-se na criação de um guia prático de escrita, construído para ser, como todo manual, um instrumento que responda positivamente as dúvidas mais comuns e evite os erros mais frequentes. Por que, depois de tantos anos, só nesse momento, normatizar uma atividade tão corriqueira?

As atribuições legais datam de 1971, mas são os problemas e o momento atuais que justificam a normatização. Aparentemente, a publicação se deu às pressas ou emergencialmente, já que foram três resoluções, uma após a outra, sobre o mesmo tema, mas uma corrigindo a outra, apontando, dessa forma, para o desejo de resolver os problemas, embora cometendo erros e corrigindo-os, mas sem a devida reflexão sobre a linguagem ou sobre os acontecimentos sociais que exigem essa nova postura.

Um efeito de sentido que emerge das considerações que justificam o documento é o caráter técnico da escrita - *os documentos oficiais*, ou ainda, o aspecto teórico-técnico - *uma produção qualificada*. Claro que esses dois aspectos geram problemas éticos e sociais; no entanto, os problemas sociais e éticos não são resolvidos com a normatização da escrita. A atitude normativa é um efeito ideológico que apaga, nesses documentos oficiais, tanto a disputa de poder quanto a presença do controle capilar da escrita, do escritor e do sujeito-objeto inscrito. Como afirma Chauí (1984), ao apresentar a teoria marxista, a ideologia opera uma inversão na realidade. Neste caso, apontamos que o Manual serve para orientação dos profissionais; mas, sobretudo ao vigorar, o Manual serve como argumento normativo para a punição daqueles que não o cumprem, mesmo sendo autorizados a elaborarem laudos, pois, agora, frente ao Manual, não estão (ou podem não estar) qualificados a fazê-lo. O que, na aparência, protege a categoria pode, então, inversamente, puni-la.

Trata-se de uma luta de classes profissionais, uma disputa ideológica que precisa ser enfrentada. Essa disputa se traduz, entre outras coisas em: Quem tem o direito de escrever ou de fazer laudos? Quem tem o direito de ser remunerado por isso? Quem tem o direito de legislar sobre os comportamentos, sobre a saúde e sobre a saúde mental?

Abriremos aqui um parêntese para relatar o que se vê (novamente) em nossa sociedade a respeito das disputas de poder na área de saúde. Tal qual na década de setenta²⁸, um projeto de Lei chamado “Ato médico”²⁹ reivindica aos profissionais da medicina a exclusividade do direito de diagnosticar, tratar e prevenir, bem como a prerrogativa de comandar, projetar, avaliar ou encaminhar qualquer demanda da saúde, sob pena de exercício ilegal da medicina. Subordinar-se-iam aos médicos do serviço público: os psicólogos, os assistentes sociais, os fisioterapeutas, os terapeutas ocupacionais, os enfermeiros, os fonoaudiólogos, os nutricionistas, entre outros profissionais.

Na avaliação de Guilhaon de Albuquerque (1977) sobre essa questão em na década de setenta do séc. XX, as benzedeiras, os religiosos e as mães que dissessem aos seus filhos: “com esta benção vou te curar”, também estariam exercendo a medicina ilegalmente, pois a saúde seria propriedade médica.

A disputa também se faz por outra frente: o direito de assessorar julgamentos. Ao se verificar o valor do laudo psicológico e seu peso no sistema judiciário, pensamos, de pronto, no que se chama, nos corredores da profissão, de sentença psicológica. Essa expressão – sentença psicológica – revela quão carregada está de poder a escrita psicológica no sistema judiciário, lugar onde a sentença é a palavra final. Seguramente, esse sentido de sentença se dissemina e torna-se presente em outras instituições sociais onde o laudo é requerido.

Com isso, ao normatizar

***CONSIDERANDO** que o psicólogo, no seu exercício profissional, tem sido solicitado a apresentar informações documentais com objetivos diversos; tem sido solicitado [...].*

²⁸ Ver relato e análise, desse caso, no Livro de Guilhaon de Albuquerque – *Metáforas da Desordem*. Cujas data de publicação é 1978, e revela, portanto, que o momento atual é somente uma retomada de uma luta antiga, que possui, agora, novos ingredientes.

²⁹ Projeto Lei do Senado Nº25 de 2002, acesso online: www.pol.org.br

tem-se a impressão de que é uma atividade recentemente requerida; a repetição do verbo no gerúndio (“*considerando*”) enfatiza que o CFP justifica pontualmente a necessidade de instituir o documento, pois tem muitas considerações a fazer. O ponto-e-vírgula, empregado após a data, (... *Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971*) está gramaticalmente incorreto porque separa o verbo do sujeito numa mesma frase. No entanto, tal pontuação fez-se necessária para o destaque do termo “*considerando*”, como se estabelecesse uma enumeração, uma série ou uma sequência de itens a serem considerados e, implicitamente, essas considerações são emergências técnico-profissionais no momento atual.

O documento afirma haver *necessidade de referências para subsidiar a produção qualificada de documentos escritos*, o que anteriormente não havia; deduz-se, então, que as justificativas têm uma preocupação temporal - o hoje. Como a consideração seguinte aponta para a *freqüência com que as representações éticas* são desencadeadas, podemos supor que aumentaram as representações éticas porque os escritos psicológicos têm sido mais questionados ou têm diminuído a sua qualidade, ou as duas coisas simultaneamente. Essas representações éticas, notificações ou queixas éticas, são denúncias formais que o cidadão comum ou o poder judiciário abre, no CRP, contra psicólogos que, por meio de exercício profissional negligente ou por imperícia, possam ter prejudicado quem procurou por seus serviços profissionais.

Pode-se também observar, no texto do enunciado da resolução, o caráter normativo que indica a crença de que o problema seria resolvido através de normas ou punição aos psicólogos não cumpridores dessas normas, pois seriam responsabilizados individualmente. São, então, de alguma forma, intimidados, apontando para uma função disciplinar da norma; a atitude disciplinar e normatizadora pode indicar também uma emergência em se fazer algo para tirar a profissão das polêmicas em que está envolvida, e a primeira polêmica citada é a produção não qualificada de documentos, pois, *considerando a necessidade de referências para subsidiar o psicólogo na produção qualificada de documentos*, temos, segundo a lógica psicanalítica, uma primeira negativa: os textos não são uma produção qualificada.

A negatividade sobre as referências, presente nessa afirmativa, mas não apenas nela, como em qualquer outra, relaciona-se com a lógica que aponta ser a afirmação de uma

coisa apenas a negativa de outra coisa. Assim, uma coisa é isso porque não é aquilo. Como essa lógica diz respeito ao sujeito, ela será abordada mais à frente; por enquanto, atemo-nos à questão da linguagem. A produção qualificada de documentos é uma necessidade que será enfrentada em alguns parâmetros e não em outros; quer dizer, os critérios de qualificação serão estabelecidos por uma norma que não abarcará todas as formas de qualificação.

A negação da negatividade, por outro lado, pode dar este efeito de sentido: seguindo-se as normas, as produções estarão qualificadas e haverá (uma ilusão de) amparo ao laudo e a outros escritos psicológicos. O sentido sugerido e exigido pela norma pode ser, assim, glosado: “psicólogo, siga as normas e sua produção será qualificada”. Essa concepção indica a crença na positividade da linguagem, além de sua transparência, pois, desta forma, a escrita estaria qualificada para todos os fins.

As normas escritas são portadoras implícitas de falhas que os psicólogos cometem ao produzir textos e, em cada **CONSIDERANDO**, uma delas é aludida. Desta maneira, os textos não são qualificados porque, segundo M1, M2 e M3 que coincidem nessa mesma afirmação, há certa

freqüência com que representações éticas desencadeadas [...]

coloca(m) em questão a qualidade dos documentos escritos; [...]

evidenciando, na sua positividade, a má qualidade dos documentos escritos, o que desencadeia representações éticas freqüentes. Porém, na sua negatividade, essa situação constrange ao conselho (CRP), impelindo-o a processar os psicólogos, inscritos em sua jurisdição, pelos erros contidos em seus laudos e pareceres, o que denuncia, também, a má qualidade da formação profissional, a qualidade duvidosa dos demais trabalhos exercidos pelos profissionais nas clínicas, escolas, etc., enfim, apontam que a profissão está prestando serviços, no mínimo, pouco precisos, e que o CFP precisa tomar providências para corrigir o problema da qualidade.

Também a publicação desse Manual constrange não somente os conselheiros, mas todos os psicólogos, visto que o Manual, ele próprio, cujo lançamento visa diminuir os problemas da escrita, contém erros banais e seus exemplos, como veremos nas análises a seguir, são fartos em preconceitos. Então, paradoxalmente, a sua escrita e

suas reescritas precipitadas, como uma ressonância, trazem os mesmos problemas que ele se propõe a combater.

Outros pontos aludidos na justificativa dos Manuais são:

[...] os princípios éticos fundamentais e os dispositivos sobre a avaliação psicológica contidos no Código de Ética Profissional do Psicólogo; (CEP)

e

as propostas encaminhadas no I Fórum Nacional de Avaliação Psicológica (e deliberação) pela Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras.

A positividade dessas afirmações apaga a grande diferença existente entre o estrito cumprimento das regras da escrita, o cumprimento dos princípios fundamentais³⁰ do CEP e o desempenho exercido por profissionais habilitados e responsáveis pelas conseqüências éticas e sociais dos seus trabalhos, tendo clareza do valor e das implicações diretas sobre a vida de cada sujeito avaliado. Por fim, apaga, também, que a instalação de um Fórum de debates, que a revisão dos princípios, que a construção das normas (manuais), que a forma democrática de estabelecer essas regras e revisões podem não atingir aos profissionais, tantas vezes mal formados e empregados em condições precárias.

Não é, porém, o caso de se criticarem os meios pelos quais foram debatidos os problemas (Fórum) ou o Manual, enquanto recurso para auxílio prático aos profissionais. Normalmente, os manuais objetivam antecipar os problemas e orientar para o sucesso, passo a passo, fechando, ao máximo, as brechas, os desvios, para cumprir os efeitos (ilusórios) aos quais se propõe. Trata-se, apenas, de assinalar que, seja qual for o meio de discussão ou de orientação, sempre restarão as brechas próprias da linguagem. E, mesmo havendo algumas diferenças entre os Manuais M1, M2 e M3, há, neste último, problemas

³⁰ Princípios Fundamentais constituem bases éticas que dizem respeito à profissão Psicologia como uma instituição reconhecida no país. Formam o primeiro sub-capítulo do CEP e seu tema são os Direitos Humanos, a Constituição Federal e os valores que tocam a profissão não em suas especificidades de ação, mas em sua concepção como lugar social.

da mesma natureza que tenta suprimir nos primeiros. Novamente, a constatação, embora o Manual cumpra um papel orientador e o CFP um papel normatizador, sempre escapa algo; a linguagem é condição de incompletude e é impossível controlá-la.

Como já dissemos, O CFP tem função normatizadora e fiscalizadora da categoria profissional dos psicólogos com atribuições legislativa e disciplinar. O uso das *atribuições legais e regimentais*, conferidas por lei, implica em lugar de poder, por um lado, e de mediador, por outro. Poder, em relação à própria categoria e mediador da categoria, em relação com a sociedade que, em última instância, é quem lhe atribui o poder. O poder é uma questão central que será abordada a partir de duas reflexões, adiando, por enquanto, as questões do poder e do discurso sob o ponto de vista de Foucault.

A primeira reflexão que será apresentada basear-se-á no processo de legitimação e, para isso, apoiar-nos-emos em Gnerre (1998); já a segunda, estará centrada na política, questão incisiva no texto de Rajagopalan (2003), como veremos a seguir.

A reflexão de Gnerre (1998: 5) inicia-se com uma referência a Bourdieu (1977)³¹, que afirma “o poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-la num ato lingüístico”, mas esse poder recai também no ouvinte que é capaz de compreendê-lo; segue sua reflexão sobre o poder definindo a relação da sociedade com a língua e com a língua padrão, que é uma das variantes da língua, afirmando:

A língua padrão é um sistema comunicativo ao alcance de uma parte reduzida dos integrantes de uma comunidade. É um sistema associado a um patrimônio cultural apresentado como um ‘corpus’ definido de valores, fixados na tradição escrita. (GNERRE, 1998: 6)

Sendo assim, associamos a legitimação à autoridade e à língua padrão. Então, uma escrita será tanto mais valiosa quanto mais valioso for socialmente quem a escreve; além disso, a norma é dada por quem, em dado momento, está em posição de poder suficiente para ser aceito como produtor de um padrão. Desta forma, aquele que, na relação com o Estado ou instituições oficiais, usa a língua padrão é tido como idôneo e legitimado; é, também, aquele que alcança um *status* que permite usá-la e, assim,

³¹ Bourdieu, P. *L'économie des échanges linguistiques*. In: *Langue Française*, 34, Paris : Larousse, 1977.

diferenciar-se hierarquicamente. Embora a própria lei afirme que os cidadãos “sejam” iguais, eles são discriminados no acesso às leis.

Apontamos, a partir desse conceito de língua padrão, que o Manual remete, em sua materialidade, à linguagem (*O documento deve, na linguagem escrita..., ...expressões próprias da linguagem profissional..., ...evitando a diversidade de significações da linguagem popular...*); no entanto, percebemos tratar-se muito mais de questões que, teoricamente, se identificam com o conceito de língua padrão. Como apontaremos adiante, são questões ligadas ao uso da norma culta, enquanto forma legitimada de poder atrelada ao exercício profissional, portanto, forma de se criarem hierarquias dentro da profissão dos psicólogos.

Rajagopalan afirma que a “língua não é um objeto, muito menos um objeto pronto e acabado”, que ...“Língua é algo que a gente cria e molda à medida que vai falando. Língua é um abstrato *a posteriori*” e que “Língua é uma bandeira política que você ergue de acordo com suas conveniências políticas” (RAJAGOPALAN, 2003: 178). Frente a essa posição sobre a língua, com a qual nos alinhamos, compreende-se um outro lado da questão. A criação de normas, o estabelecimento de regras específicas para a escrita de documentos oficiais é um jogo político que atende a conveniências. Mas como a língua não é algo pronto e acabado, e como as suas modificações vão se fazendo no seu uso, no próprio acontecimento, as normas servem como orientação política; quer dizer, as normas refletem um desejo de controle de conveniências como, por exemplo, “nesse momento, convém dizer isso e não aquilo; ou, diga algo de forma x e não de forma y”.

O que nos chama a atenção na posição dos dois autores, Gnerre e Rajagopalan, é que, para cada um, à sua maneira, o problema da escrita é o problema do poder. Evidentemente, os manuais não tratam diretamente do que estão apresentando, pois não tratam do poder e, sim, da escrita, como se esta indicasse uma forma neutra e superior de manifestação da profissão diante da sociedade ou das instituições específicas que se valem, em algum momento, de algum discurso psicológico.

Ao indicar aos psicólogos que a escrita dos documentos deve

Garanti(r) a precisão da comunicação,[...] evitando a diversidade de significações da linguagem popular [...]

e

A comunicação deve ainda apresentar como qualidades: a clareza, a concisão e a harmonia[.]

O manual refere-se à linguagem e à língua como simples forma de comunicação, que deve ser “neutra”, “objetiva”, “clara”, “sem dubiedades” e “transparente”. Entretanto, desconsidera que haja um poder contido na língua padrão e que uma língua oficial, como qualquer outra, seja uma construção social constituinte e resultante de processos identificatórios, mesmo porque essa não é função de um manual, embora o poder e a identificação estejam lá como suas conseqüências. Há, portanto, um imbricamento do poder político e do discurso científico que também tratam a língua como neutra, exercendo um poder coercitivo sobre os profissionais.

Sobre a questão das relações de poder, o texto aponta para duas considerações: *As representações éticas que colocam em questão a qualidade dos documentos escritos e... as implicações sociais decorrentes da finalidade do uso dos escritos...*

Seja, então, na posição de fiscalizador da profissão, seja na posição de mediador social, são tidos como necessários subsídios normatizadores do padrão de qualidade e responsabilizadores das implicações sociais.

O Manual cumpriria, portanto, a função de qualquer manual - um resumo de orientações para se ter em mãos. Esse manual seria um antídoto contra a baixa qualidade dos escritos psicológicos e também um guia para excluir casos de representações ou notificações éticas. Até aqui, o poder, as questões éticas e as relativas à responsabilidade social, por exemplo, não foram tocadas diretamente, dando a impressão de que o mais importante é a forma ou o caráter formal do texto, em sua semântica e sua construção gramatical que revelam uma concepção de linguagem.

Do documento M3 – Terceira versão do Manual de Elaboração dos Documentos Escritos -, abaixo apresentado, analisaremos as concepções de linguagem apresentadas no texto intitulado: *PRINCÍPIOS NORTEADORES NA ELABORAÇÃO DE*

DOCUMENTOS. Do primeiro item, intitulado *Princípios Técnicos da Linguagem Escrita*, focalizaremos apenas a concepção ou concepções de linguagem nele contidas.

1– PRINCÍPIOS TÉCNICOS DA LINGUAGEM ESCRITA (M3)

O documento deve, na linguagem escrita, apresentar uma redação bem estruturada e definida, expressando o que se quer comunicar. Deve ter uma ordenação que possibilite a compreensão por quem o lê, o que é fornecido pela estrutura, composição de parágrafos ou frases, além da correção gramatical.

O emprego de frases e termos deve ser compatível com as expressões próprias da linguagem profissional, garantindo a precisão da comunicação, evitando a diversidade de significações da linguagem popular, considerando a quem o documento será destinado.

A comunicação deve ainda apresentar como qualidades: a clareza, a concisão e a harmonia. A clareza se traduz, na estrutura frasal, pela seqüência ou ordenamento adequado dos conteúdos, pela explicitação da natureza e função de cada parte na construção do todo. A concisão se verifica no emprego da linguagem adequada, da palavra exata e necessária. Essa “economia verbal” requer do psicólogo a atenção para o equilíbrio que evite uma redação lacônica ou o exagero de uma redação prolixa. Finalmente, a harmonia se traduz na correlação adequada das frases, no aspecto sonoro e na ausência de cacofonias.

A primeira condição da linguagem escrita qualificada, sugerida pelo M3, é a seguinte: *apresentar uma redação bem estruturada e definida, expressando o que se quer comunicar*. Essa redação foi alterada, pois nas versões anteriores do Manual (M1 e M2), constava a seguinte recomendação: *apresentar uma redação bem estruturada e definida, ou seja, expressar o pensamento, o que se quer comunicar*. Novamente, a positividade é tomada como parâmetro e persiste em todos os manuais (M1, M2 e M3) essa concepção de linguagem como instrumento de expressão.

Essa positividade - *expressar o pensamento, o que se quer comunicar* - como possibilidade completa e transparente, à primeira vista, recorre à concepção de linguagem como mímese, “*expressar o pensamento*” e tem como fundamento uma concepção de que a linguagem é uma faculdade distinta do pensamento, embora estejam relacionadas. Essa concepção de linguagem, baseada em Aristóteles, preconiza que a linguagem é uma possibilidade de imitação do real, uma mímese do pensamento, da interpretação dos sentidos e, portanto, uma possibilidade de interpretação que, quanto mais aperfeiçoada, quanto mais treinada, mais se aproxima do pensamento e do real. Portanto, tem como pressuposto que a linguagem é transparente e o sujeito é consciente e, por essa razão, pode ser “treinado”.

Assim, o enunciado indicaria uma *expressão exata*, um rótulo para que as idéias fossem identificadas como coisas através das palavras. Tal qual o texto das diretrizes aponta, identificamos uma proximidade com a teoria aristotélica que vê, na linguagem, substancialidade ligada principalmente à forma. Podemos pensar, então, que o texto exprime essa idéia; é possível identificar idéias como coisas concretas, que são expressas através da linguagem que seria um reflexo direto ou um rótulo.

Em sua obra intitulada “Poética”, Aristóteles (1999) afirma:

111. Falta falar sobre a linguagem e as idéias, pois dos demais elementos da tragédia já dissemos.

112. O assunto das idéias é mais próprio da retórica. Elas incluem resultados produzidos pelo uso da palavra e se dividem em demonstrar, refutar e suscitar emoções como compaixão, terror, raiva e outras, semelhantes, além de valorizar e desvalorizar as coisas.

Essas proposições de Aristóteles sobre as idéias e a linguagem, com sua tônica recaindo sobre a retórica ou sobre a forma e não sobre o conteúdo, permitem perceber que

entre linguagem e pensamento há uma relação direta. As idéias claras e lógicas são expressas da mesma forma. Quem pensa com lógica se expressa bem e o valor das idéias valoriza ou desvaloriza as coisas.

A precisão da comunicação, percebida pela forma do que é dito, também indica a precisão das idéias. Nota-se nas instruções a mesma direção do que dizia Aristóteles, a ênfase na forma, como se essa fosse a mímese das idéias, ou na retórica, preocupando-se com os aspectos sonoros da linguagem oral.

Esses aspectos podem ser observados nas citações abaixo retiradas de M3:

*o emprego de frases e termos deve ser **compatível com as expressões próprias da linguagem profissional...** ... A concisão se verifica no **emprego da linguagem adequada, da palavra exata**³² e necessária. Essa “economia verbal” requer do psicólogo a atenção para o **equilíbrio** que evite uma redação lacônica ou o exagero de uma redação prolixa. Finalmente, a harmonia se traduz na correlação adequada das frases, no **aspecto sonoro** e na **ausência de cacofonias**.*

Tais indicações implicam na preocupação com o caráter estético, como ser agradável, não cansativo e equilibrado, garantindo o valor da comunicação pela leveza e transparência da sonoridade, e conseqüentemente, das idéias enunciadas, além de enfatizar o grau da consciência que o psicólogo deve ter para que seu escrito atinja seus objetivos. Esses aspectos apontam para a concepção de sujeito consciente, capaz de controlar o outro (interlocutor, leitor) pela escolha deliberada dos elementos lingüísticos.

No manual, também observamos que há uma preocupação com *as expressões próprias da linguagem profissional*, o que, novamente, nos remete a Aristóteles que, na mesma obra, diz:

³² Grifos meus.

136. A maior qualidade da linguagem consiste na clareza, sem vulgaridade. Clara e vulgar é a linguagem formada pelas palavras correntes, como a poesia de Cleofonte e de Estênelo. Nobre e elevada é a que emprega termos raros. Denomino termos raros os metafóricos, os alongados, e todos os que fogem ao uso corrente.

Assim, poderíamos classificar a linguagem profissional como nobre e elevada, que emprega termos raros, ou seja, ao fugir do comum, a linguagem técnica se tornaria mais clara, menos vulgar, tornando-se mais especificamente endereçada aos interlocutores eleitos, aqueles que podem compreender inequivocamente seu conteúdo técnico-profissional. Constatamos que a preocupação com a forma está reforçada, pois a linguagem profissional não está identificada à linguagem corrente entre os profissionais ou àquela que emprega os conceitos específicos de uma abordagem teórica que remeteria ao conteúdo.

A concepção de sujeito e de texto na redação dos *Princípios Técnicos* traz a presença do UM como verdade e como saber construído. Trata-se de UM sujeito capaz de escapar da opacidade e da não-coincidência da língua. O texto também é UM texto. A tentativa é afirmar a possibilidade de fazer coincidir o enunciador com o enunciado *expressando o pensamento, o que se quer comunicar*; fazer coincidir as palavras e as coisas *garantindo a precisão da comunicação* e fazer coincidir as palavras consigo mesmas, *evitando a diversidade de significações da linguagem popular, ...a palavra exata* (AUTHIER-REVUZ, 1998: 13-28).

Fazer garantir o UM parece ser a tônica dos *Princípios Técnicos* e, para isso, são utilizadas, mescladas, confundidas e tomadas como similares várias concepções de língua e de linguagem que, tendo em comum, mesmo que somente a perspectiva do UM, são tomadas como próximas e pertencentes ao mesmo conjunto de pensamentos. Essa mescla é usada para justificar a possibilidade da escrita tal qual é proposta (UM) e, conseqüentemente, notam-se traços das variadas concepções nas orientações. Aponta-las-emos ao longo da análise.

Observa-se a influência do estruturalismo, na medida em que, no manual, recorre-se ao termo estrutura que aparece explicitado no segmento *redação bem estruturada e definida*, mas não só, pois ao longo do texto se insere a noção de que há

partes distintas que compõem uma totalidade ou, dito de outra forma, os elementos separados são componentes da estrutura. Assim, o texto propõe:

Deve ter uma ordenação que possibilite a compreensão por quem o lê, o que é fornecido pela estrutura, composição de parágrafos ou frases, além da correção gramatical.

Nesse excerto, o Manual separa a redação em elementos: parágrafos, frases e, depois, palavras – a *palavra exata*; e separa também as funções de cada parte, *pela explicitação da natureza e função de cada parte na construção do todo*, trazendo por fim, como uma espécie de organizador da estrutura, a gramática normativa - *correção gramatical* - como garantia de ordem, correção e compreensão. Podemos observar que, ao afirmar *além da correção gramatical*, o manual pressupõe que a correção gramatical é inerente à boa estrutura.

Temos, até aqui, três idéias imbricadas: a primeira firma a crença nas estruturas - parágrafos, frases e palavras - e, mais que isso, na função de cada elemento da estrutura, o que nos remete à função sintática (sujeito, verbo e complemento); a segunda idéia, calcada também na lógica da gramática normativa, pressupõe que, ao obedecer à lógica, cada elemento se relacionará de forma articulada aos demais³³; e, por fim, a presença das teorias da comunicação, aqui sem qualquer especificidade, que são a *garanti[a] [d]a compreensão*. Essas teorias, *grosso modo*, tomam a linguagem como instrumento e, conseqüentemente, procuram desenvolver habilidades de comunicação para garantir uma interação de sucesso.

Também, observamos que, ao trazer frases como:

O documento deve, na linguagem escrita, apresentar uma redação bem estruturada e definida, expressando o que se quer comunicar.

Deve ter uma ordenação ...

[...]

... garantindo a precisão da comunicação, ...

³³ Discutiremos mais adiante (p. 127) as influências da *Grammaire Generale et Raisonnée de Port-Royal*, esclarecendo a relação entre a lógica cartesiana e a gramática.

reforça-se a positividade que remonta aos princípios do estruturalismo.

As demais considerações versam sobre os encaminhamentos de um *Fórum Nacional* e sobre a deliberação de uma *Assembléia*. Quer dizer, o documento expressa a preocupação de responder a muitas questões e defende-se com a justificativa de que um *Fórum Nacional* e uma *Assembléia* desenvolveram o tema. Mais uma vez, a posição de poder normatizador e mediador é contemplada; houve uma mobilização em torno dos problemas da escrita, tanto para a discussão – *Fórum* –, quanto para a instituição – *Assembléia*.

Desta forma, o CFP resolve instituir o Manual, e no art. 2º especifica seu formato, disposto em itens. O primeiro item define os *Princípios Norteadores*, que focalizaremos agora, no próximo passo, com as ressalvas de que há a obrigatoriedade de *seguir as diretrizes (art 3º) e... a não observância constitui falta ético-disciplinar... (Parágrafo único)*. Uma junção das posições-sujeito de mediador e poder fiscalizador é observada neste artigo: são diretrizes que apontam para um caminho a ser seguido, cuja direção é obrigatória, pois diretriz³⁴ é o conjunto de instruções ou indicações, ou ainda, são normas de procedimento. Ou seja, a posição discursiva ora mediadora, ora fiscalizadora e normatizadora se cruzam, e o sujeito, nessa posição, exerce duas funções: orientação e fiscalização. A orientação e o fornecimento de subsídios são legítimos; a função fiscalizadora também; no entanto, são posições conflitantes no exercício do poder, pelo menos na aparência, visto que a orientação tem uma função de apoio a quem escreve e a fiscalização cobra e pune quem escreve. No entanto, se considerarmos os mecanismos de disciplinaridade, podemos apontar para os aspectos de controle e sujeição presentes em ambas as funções.

Então, o que era orientação e fiscalização se reveste de uma linguagem jurídica, que confere poder normativo ao manual; e o discurso de orientação, ao se cruzar com a linguagem do educador (que dá subsídios à escrita), nesse imbricamento, atribui o poder disciplinar e normatizador do CFP ao Psicólogo.

Essa junção traz, também, um efeito de unidade e de homogeneidade do discurso; evidencia que o sujeito é a origem do dizer e que o dizer é literal e transparente;

³⁴ *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

apaga a heterogeneidade própria da FD. Daí decorre que as diretrizes são únicas e corretas, que o seu cumprimento é o melhor a se fazer, como se ali não estivesse presente uma ideologia, um outro dizer social, uma outra relação de poder, ou, de desejo de poder, que constitui todo discurso e, principalmente, este que, embora de forma camuflada, se revela fortemente arbitrário e deontico. É, pois, possível aproximar essa idéia de unidade e de homogeneidade ao laudo, o que quer dizer que, se as diretrizes são assertivas, veiculam verdades inquestionáveis, resguardadas que estão por um discurso pedagógico; o próprio laudo deverá sê-lo também e sem marcas ideológicas, como se isso fosse possível.

A normatização, dada pela resolução, é reforçada pela escrita mesma das diretrizes. Como as diretrizes são resultado de um *Fórum* e de uma *Assembléia*, elas podem ser encaradas de forma planificada, homogênea e sem conflitos. O resultado é uma espécie de simulação da unidade sintética dos debates do *Fórum* e da votação em *Assembléia*. O efeito de unidade implica na pretensa evidência de ausência de contradições e, conseqüentemente, norma não ideológica, não histórica e não social, não inserida em relações de poder, mas natural e, por isso mesmo, válida para todos. Portanto, decorrem essas “normas” de relações de poder.

Sabemos, no entanto, que a imparcialidade, tanto do sujeito-autor quanto do sujeito-leitor são impossibilidades constitutivas, pois a ideologia está lá; não há texto sem subjetividade, a unidade é uma ilusão tanto do sujeito quanto do discurso.

No parágrafo de M3 intitulado: *PRINCÍPIOS NORTEADORES NA ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS* que introduz os *Princípios Técnicos da Linguagem Escrita* e os *Princípios Éticos e Técnicos*, está posto:

O psicólogo, na elaboração de seus documentos, deverá adotar como princípios norteadores as técnicas da linguagem escrita e os princípios éticos, técnicos e científicos da profissão.

O parágrafo acima é uma orientação relativa à linguagem escrita, partindo, de alguma forma, do que foi chamado de princípios. Não são princípios quaisquer, mas norteadores na elaboração de documentos, separando os princípios da escrita dos princípios éticos, técnicos e científicos.

A tônica do texto recai sobre o verbo “dever”, (verbo modal³⁵ – modalidade deôntica de dever ou obrigação) em todos os parágrafos:

*O psicólogo, na elaboração de seus documentos, **deverá...** O documento **deve...** O emprego de frases e termos **deve** ser compatível com as expressões próprias da linguagem profissional... A comunicação **deve...**[,]*

indicando uma relação cujo efeito implica em obrigação. O emprego do verbo “dever”, como posto nas várias situações acima, apaga o enunciador que não se compromete com a comunicação; é o objeto (documento, comunicação) que exige este ou aquele procedimento:

- ...o documento deve, ...a comunicação deve -,

entre outros enunciados, indica que a linguagem decorrente dos documentos é objetiva, independe do enunciador: *o documento deve naturalmente apresentar uma redação bem estruturada...*(CORACINI, 1991: 112ss). Observe-se que, a primeira vez que o verbo “dever” aparece, encontra-se no tempo futuro do presente, sinalizando uma mudança temporal, ou seja, indicando que, a partir do momento da enunciação, algo terá de mudar, provavelmente, porque algo (em dívida) não era observado na escrita dos laudos.

O que o profissional deve ou não fazer deixa de ser uma orientação sobre o que deve ser feito e passa a ser sobre como deve ser feito. Nos princípios éticos, técnicos e científicos, avançando numa ingerência totalmente descabida, as orientações pretendiam legislar até mesmo sobre a abordagem teórica e métodos de trabalho de quem escreve. Em M1 no subtítulo *Modelos de Introdução à Avaliação Psicológica* consta 1-

os relatórios que mais apresentam pontos críticos são aqueles oriundos da prática clínica de fundamentos filosóficos e instrumental técnico que não usam testes objetivos.

³⁵ Compreendemos a modalidade como “expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior ou menor força o que enuncia, ora comprometendo-se, ora afastando-se, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere” (CORACINI, 1991: 113).

E no item 3- ...

as dificuldades encontradas nos relatórios de fundamentação analítica.

Fica clara a discriminação das abordagens fundamentadas em teorias não positivistas, dentre as quais a psicanálise, talvez a abordagem produtora do maior número de trabalhos científicos em nosso meio. Ao justificar essa ingerência afirmando que são *oriundas da prática clínica* e que *não usam testes objetivos*, certamente, o CFP aponta para um foco de queixas éticas; aliás, estes são *os relatórios que mais apresentam pontos críticos* e, claro, queixas com defesas complicadas, posto que dependem de conhecimentos amplos e argumentação complexa, de natureza não positivista; além disso, como afirma Mannoni (1995), a experiência clínica não prova nada, não serve para generalizações, por ser uma busca do singular, mas talvez seja exatamente esse seu maior valor.

O que não era seguido e que deverá sê-lo são os princípios ou as *técnicas da linguagem escrita e os princípios éticos, técnicos e científicos da profissão*. Esses princípios funcionam como uma “ordem do discurso” (FOUCAULT, 1996), e essa ordem organiza os dizeres. Assim, Foucault a definiu:

suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (1996, p. 8-9).

A produção do discurso psicológico, enquanto discurso demarcador da identidade oficial da profissão para se caracterizar e ocupar um lugar de poder, lugar que está ameaçado, mas como outras sociedades de discurso, na busca do controle do que é dito, estabeleceu regras para o pronunciamento do discurso, ..“*ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer certas exigências, ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo*” (op.cit.; p. 36-37); dessa forma, por meio da fiscalização sobre as normas, operam-se os mecanismos de exclusão, de disciplinaridade e de oposição verdadeiro-falso, que são os mecanismos de controle externo do discurso (FOUCAULT, 1996).

O caráter do dever e de consenso contido no Manual dá a ilusão de que toda a sociedade faz parte da mesma FD. No entanto, a língua é constantemente modificada e

utilizada para atender as demandas sociais de cada grupo específico de uma dada sociedade, e os grupos que não participam do processo de legitimação da norma ficam excluídos do que é considerado oficial (GNERRE, 1998: 24ss).

Quando o texto explicita que

Deve ter uma ordenação que possibilite a compreensão por quem o lê, o que é fornecido pela estrutura, composição de parágrafos ou frases, além da correção gramatical

chama-nos a atenção o tom de aparente obviedade com o qual é referida a gramática. Esse *além da correção gramatical* pode significar que seja pressuposto que todos compreendam a gramática normativa ou que a gramática normativa faça parte consensual do universo dos psicólogos (ou da sociedade como um todo) de forma homogênea e bem distribuída e, que, por fim, todos estejam de acordo de que o primeiro passo para se ter um texto que garanta a compreensão unívoca de todos os leitores, com clareza, precisão, etc. é a correção gramatical.

De qualquer forma, existe uma língua com uma gramática normativa; essa gramática é oficial e legitimada pelos Estados e os documentos oficiais passam por seu crivo, mas a língua oficial pode também sofrer modificações e sempre veicula a idéia de que existe uma origem e um processo estável de transmissão da língua. Embora a justificativa apresentada pelo manual não se refira diretamente à gramática, o texto que reporta aos *princípios técnicos da linguagem escrita* possibilita-nos essa digressão. Também se mantém a crença de que uma cultura seja estável com seus valores e padrões de conduta, o que é chamado de tradição, fator inerente de legitimação da própria cultura.

Não pretendo discorrer sobre a cultura, mas, certamente, uma cultura, tanto quanto uma língua, nunca está pronta e acabada: é um processo em constante mutação e a psicologia, tanto quanto outras ciências, passou por um período de crise no final do século XX, não só em função das questões típicas da virada do milênio, relacionadas ao exoterismo, mas também em função das mudanças políticas e econômicas do país. Na

época, as chamadas abordagens alternativas³⁶, logo depois transformadas em práticas emergentes, foram fortemente questionadas e discutidas. Houve, ao final desse conturbado processo, a criação de uma nova profissão (1999), a do terapeuta holístico, representado pelo Sindicato dos Terapeutas Holísticos.

O que chamamos anteriormente de ingerência sobre as abordagens e métodos de trabalho pode aqui ser observado por outro vértice. Essa ingerência não é somente uma atitude sobre a atuação ou a opção teórica dos profissionais, mas esse vértice possibilita analisar como se constitui uma abordagem administrativa, ou seja, uma forma de legislar sobre o que pode ser considerado ou não como científico, ou porque algo é reconhecido pelos técnicos da administração do Estado como alternativo. Uma linguagem e um método alternativos criam um novo sujeito, o sujeito alternativo, mas a administração do Estado, pelo princípio da isonomia, pretende tratar todos os sujeitos pelos mesmos princípios; dessa forma, declara o que é considerado oficial e o que é alternativo; separa administrativamente os profissionais oficiais e alternativos e, por fim, submete os profissionais, reconhecidos pela administração, às abordagens e métodos com uma legislação sobre os instrumentos de trabalho, controlando, assim, a linguagem, os profissionais e, na ponta dos processos da administração, a própria população a ser diagnosticada.

Logo depois, no IV Congresso Nacional da Psicologia, em junho de 2002, seguindo essa mesma lógica, o CFP passou a credenciar as especialidades em Psicologia com a justificativa de que profissionais com esse título de especialista garantiriam a qualidade da profissão e que os clientes teriam maior garantia de qualidade de serviço e o direito de saber quem eram os especialistas; em outras palavras, quem eram os melhores profissionais, a saber, os aprovados nas provas dos conselhos regionais ou que comprovassem cursos de especialização credenciados.

Ainda nesse período, houve outra resolução normativa sobre a avaliação psicológica e novas exigências sobre a validação estatística dos instrumentos diagnósticos. As funções de psicólogo judiciário (do sistema carcerário, no estado de São Paulo) e de psicólogo do trânsito, ambos com a tarefa de avaliar, sofreram modificações que influenciaram o mercado de trabalho. Essas questões, ligadas ao mercado de trabalho, à

³⁶ Ver a esse respeito - *Práticas Alternativas, Campo da Psicologia*. São Paulo: CRP/06, 1998.

economia, às mudanças sociais nos âmbitos carcerários, hospitalares, entre outros, e os processos ligados às ciências forçaram revisões do que era considerado aceitável ou não, isto é, forçaram o surgimento de uma nova discursividade. Nova grade curricular foi implantada nas faculdades de Psicologia do país, com grande mudança no perfil dos egressos, desta vez, mais generalista.

Além disso, a eclosão da violência social (rural e urbana), o surgimento e consolidação do crime organizado, a instituição de milícias com porte de armas fora do controle do estado, a violência do trânsito, o fim de século com uma onda mística, entre outros fatores, associados com o incremento do SUS, com a Lei que institui o Código de Defesa do Consumidor e outros instrumentos sociais instalados a reboque da Constituição de 1989, a chamada Constituição Cidadã, provocam alterações sociais que exigiram mudanças na responsabilização das tarefas dos psicólogos, como, por exemplo, o maior rigor da avaliação psicológica para liberação do porte de armas, por um lado, e a interdição, por outro lado, da avaliação psicológica para a evolução do regime de pena.

Nesta análise, partimos do pressuposto de que há sempre novos atravessamentos, uma intertextualidade inevitável em cada discurso, que é carregado de significados, memórias discursivas, subjetividades e assim por diante. Logo, não é intenção dizer: é isto ou aquilo, mas, sim, quais dizeres perpassam o que é dito e em quais momentos os identificamos. Sabemos também que há outros dizeres não identificados, embora deixem traços, marcas sutis de sua existência e seria uma tarefa imensa identificar todos, mas pensamos que seria mais próximo do impossível ou do delírio tentar realizar essa identificação. Vamos nos ater a localizar somente o que é mais palpável.

Identificamos outra influência no texto dos *Princípios Técnicos da Linguagem Escrita*, no último parágrafo, que menciona à apresentação de qualidades como clareza, concisão e harmonia. Assim postas:

A clareza se traduz, na estrutura frasal, na seqüência ou ordenamento adequado dos conteúdos, na explicitação da natureza e função de cada parte na construção do todo. A concisão se

verifica no emprego da linguagem adequada, da palavra exata e necessária.

A respeito dessas qualidades, o que Grice (2007 [1975])³⁷ postula, como filósofo da Linguagem, que a comunicação implica em um *princípio de cooperação* e afirma: “Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado” (GUIMARÃES, 2002: 32) Esse princípio subsume quatro máximas conversacionais; são elas:

Máximas Conversacionais

Quantidade: 1. Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerido (para o propósito da conversação). 2. Não faça a sua contribuição mais informativa do que é requerido.

Qualidade: 1 Não diga o que você acredita ser falso. 2. Não diga senão aquilo para o que você possa fornecer evidência adequada.

Relação: Seja relevante.

Modo: Seja claro. Dada como supermáxima a que se submetem as máximas que seguem: 1. evite obscuridade de expressão. 2. evite ambigüidades.

3. Seja breve (Evite prolixidade desnecessária).

4. Seja ordenado.

Estas máximas, segundo Guimarães (2002: 33), sugerem que:

Este modo de tratar o sentido envolve uma concepção que considera que as frases têm um sentido literal que, dada uma situação particular, e tendo em vista os princípios conversacionais, levam ao sentido do enunciado na situação específica em que é usado.

O Manual instrui que se procure a *palavra exata* para o intercâmbio no qual se está engajado. Além disso, o princípio da cooperação implica numa suposição de conhecimento do sujeito interlocutor, o requerente, e um engajamento a um intercâmbio. Ao propor uma diferenciação entre a linguagem popular e a profissional, busca no engajamento a *precisão* e a *harmonia* necessárias ao sucesso da comunicação. Mais uma vez a positividade e a transparência da linguagem são tomadas como possibilidades incontestes. Tudo isso contraria nosso pensamento que aponta para a opacidade, a heterogeneidade e a ausência de controle consciente da língua.

³⁷ A esse respeito ver também: GUIMARÃES, 2002 e KOCH, 1997. Ressaltamos que esse texto aqui é representativo da obra total de Grice, tendo sido escolhido pelo motivo da semelhança com as orientações do manual.

Como o texto procura garantir *a compreensão de quem o lê*, remetemo-nos a outros possíveis enlaçamentos. São eles: a lógica do behaviorismo, na medida em que a linguagem pode ser vista como um comportamento (estímulo) que suscita respostas adequadas ou não; e o princípio dos esquemas mentais, que o interlocutor acessa quando é acionado. Esses modelos mentais ou esquemas são estruturas abstratas, construídos pelo próprio indivíduo como chave para representar o mundo, na interação com o meio. Esses esquemas são acionados e permitem variações que possibilitam novos conhecimentos (LEFFA, 1996; CAVALCANTI, 1989; QUELHAS, 1996). Essas intercessões são cabíveis devido à concepção de que é possível ao locutor adivinhar a capacidade de compreensão do interlocutor e assim dizer exatamente o que fará o sentido esperado. Procura-se também garantir dessa forma o UM, seja do texto ou do sujeito.

Essa busca de fechar todas as portas da equivocidade da linguagem faz com que o manual não empregue uma filiação única à abordagem teórica, mas busque, em uma gama variada de abordagens, todas as possibilidades de fechar a polissemia, de garantir a univocidade e impedir a dispersão dos sentidos. O emprego de teorias díspares no mesmo texto cria, na medida em que funde elementos de naturezas distintas, uma (con)fusão teórica. Temos, então, nos Princípios Técnicos do Manual, um primeiro vislumbre de uma panacéia teórica centrada nas teorias formalistas, incompatíveis entre si.

Desde o primeiro parágrafo, observamos que o texto do manual tem uma concepção de lógica. A expressão do título *Princípios Técnicos* já é um indicativo da inserção da lógica derivada do cartesianismo. Outras orientações tais como: primeiro parágrafo, *redação bem estruturada e definida*, (embora o intensificador “bem” tenha um caráter subjetivo e não definido),

*ordenação que possibilite a compreensão por quem o lê, o que é
fornecido pela estrutura, composição de parágrafos ou frases, além
da correção gramatical;*

no segundo parágrafo,

garantindo a precisão

e, no terceiro,

seqüência ou ordenamento adequado dos conteúdos, na explicitação da natureza e função de cada parte na construção do todo. ... e correlação adequada das frases, no aspecto sonoro e na ausência de cacofonias.

Quer dizer, há uma idéia fortemente fincada de que a lógica, a estrutura, a ordem (ordenação), a correlação, dentre tantos termos que derivam da lógica cartesiana e da gramática normativa, se definem como a arte de bem dizer e bem escrever; arte que remete a *Port-Royal*, garantindo, com a correção gramatical, a compreensão de quem lê. Mais que isso: dando um caráter técnico-científico à linguagem, insere-se na modernidade a redação de um texto que passa a ter um valor de verdade. Mas, todas as abordagens, vistas pela ótica das instruções, centram o sentido no sujeito-autor, sujeito consciente de suas verdades e de suas intenções; em contraposição, o sujeito-leitor é visto como receptáculo não resistente, capaz de captar o que o sujeito-autor pretende transmitir, desde que o sujeito-autor tenha, de fato, capacidade para fazê-lo através da linguagem – ao mesmo tempo transparente e reflexo do pensamento do autor.

É necessário que se faça aqui referência a Descartes que, em seu pensamento sobre o método, afirma que havendo rigor lógico em seqüência confirmada de etapas sucessivas, da menos complexa à mais complexa, (palavra exata, frases e parágrafos) nada escapa ao sujeito (sujeito-autor), ou seja, a consciência total dos conteúdos seria possível e é isso que aparece no manual quando registra que a estrutura e a correção garantem a compreensão do leitor.

Segundo Fávero (1996: 106), a *Grammaire Générale et Raisonnée de Port-Royal*, que é fortemente filiada à lógica cartesiana, tem o seguinte subtítulo:

*contendo os fundamentos da arte de falar, explica de maneira clara e natural as razões do que é comum a todas as línguas e das principais diferenças nelas encontradas...*³⁸

³⁸ Tradução do autor para o original em francês, abaixo reproduzido.
contenant les fondements de l'art de parler, explique d'une manière claire et naturelle, les raisons de ce qui est commun à toutes les langues et des principales différences qui s'y rencontrent ...

existe uma lógica subjacente à natureza, uma lógica natural e cabe a quem escreve compreender a natureza e expressar-se de forma lógica e natural.

A *Grammaire*, ainda segundo Fávero (1996: 113), aceita como um axioma a relação língua-pensamento: “essa relação é, como já disse, unilateral: o nível do pensamento é prioritário e três são as suas operações: conceber, julgar, raciocinar”. Com isso, leva-se a crer que a fala e a escrita são atos de escolha consciente e natural, que serão de melhor qualidade se captarem a ordem natural na qual deve ser exposta.

Um aspecto ainda não contemplado que parece significativo enquanto concepção de linguagem, que difere da concepção aristotélica é que se “vê claramente na *Grammaire* que os signos são elementos que representam as idéias”, logo significantes:

*A gramática é a arte de falar. Falar é explicar os pensamentos pelos signos, que os homens inventam pelo desejo*³⁹.

Dessa forma, em nossa história, a importância da *Grammaire* reside na aproximação entre a gramática e a lógica analítica; o paralelismo firmado entre linguagem e pensamento permitiu estabelecer uma teoria universalista, embora “impõe-se, algumas vezes uma distorção aos dados lingüísticos”⁴⁰

*Mas de outra parte, a obra de Lancelot e Arnauld se insere em uma mutação epistemológica que, partindo da filosofia crítica de René Descartes e da pesquisa racional com método rigoroso, ferem todas as ciências*⁴¹.

Por outro lado, a lógica gramatical correta indica que o que se diz também deve ser correto; dessa forma, ao sujeito sobre quem se fala são atribuídas características de lógica racional e, portanto, controle e domínio.

Como o texto se intitula *Princípios Técnicos da Linguagem Escrita*, pensamos que os comentários sobre os aspectos sonoros poderiam ficar de fora, pois são típicos de preocupações centradas na linguagem oral. Porém, o texto está tão direcionado para os aspectos de controle consciente e voluntário da ação do sujeito-autor que supõe que, ao dominar conteúdo, lógica e sonoridade, tanto na linguagem oral quanto na escrita,

³⁹ *La grammaire est l'Art de parler. Parle est expliquer ses pensées par les signes, que les hommes ont inventez à ce dessei. (FAVERO, 1996: 109).*

⁴⁰ *en imposant parfois une distortion aux données linguistiques.*

⁴¹ *“mais d'autre part, l'ouvrage de Lancelot et Arnauld s'insère dans une mutation epistemologique qui, partant de la philosophie critica de René Descartes et de la recherche rationelle d'une méthode rigoureuse, atteint les sciences” (Idem, p.133).*

indistintamente, a forma do dizer ganha a potência de controlar o incontrollável. Pois, através da total consciência domina a forma e pode garantir até a sonoridade; então,

(M3) Finalmente, a harmonia se traduz na correlação adequada das frases, no aspecto sonoro e na ausência de cacofonias.

Todos estes aspectos de controle são tributários do pensamento positivista. Os autores, mesmo recorrendo a formulações aristotélicas, modernas e empíricas, sem filiação clara, também consideram, em qualquer dessas possibilidades, o possível controle da linguagem, tanto falada quanto escrita, e excluem a negatividade da linguagem.

O que se nota, mais uma vez, é a tentativa de se fecharem os sentidos no UM: UM sentido, UM sujeito e UM texto, reclamando à profissão a construção de um saber sobre um objeto fechado em si e acessível às técnicas objetivas ou próprias da linguagem científica.

Constatamos que ficam de fora desse Manual as concepções mais atuais de discurso e, conseqüentemente, de linguagem, de sujeito e de texto; a escrita, como um corte, como uma leitura é, inevitavelmente, isto: ao preferir uma abordagem, necessariamente outras ficam excluídas; não caberiam todas concepções lingüísticas em um manual e se isso ocorresse, outros problemas seriam percebidos.

Mas consideramos, a partir de Hegel, da Psicanálise e da Análise do Discurso, que a linguagem é uma condição humana falha em sua natureza, falha na sua tentativa de re-ligação ao que nos foi separado. A condição humana a que me refiro é a condição do simbólico, da impossibilidade de estar no mundo sem ter as palavras para representar o cosmos. A construção de si mesmo também é mediada por palavras, pelos processos identificatórios que pensamos, criamos, sentimos e construímos a nós mesmos. A linguagem é um lugar de conexão e, de alguma forma, de uma singularidade que se significa frente ao mundo, ou seja, conectamos porque estamos separados.

Como resultado dessas opções observadas, temos no Manual, mais especificamente no subcapítulo *Princípios Técnicos da Linguagem Escrita*, concepções de linguagem, de texto, de sujeito e de ciência apontando para as abordagens positivistas. A técnica é apresentada como preocupação central, o que revela uma tendência pragmática e

de exterioridade da linguagem em relação ao próprio sujeito. Indica, assim, a noção de que com um revisor, com domínio da língua oficial, o texto melhoraria como texto psicológico. Esse desejo, no entanto, mostra-se paradoxal, pois o Manual, nas três versões apresentadas, aparece com erros gramáticas. O próprio manual não cumpre aquilo a que se propõe.

A idéia de UM sujeito, conseqüentemente, de sujeito consciente, herança da filosofia cartesiana, compõe, implicitamente, o quadro conceitual depreendido do Manual, uma vez que o desejo expresso pelo Manual é o de completude, de um sujeito consciente, capaz de controlar a linguagem e, certamente, também, capaz de garantir a compreensão do leitor; os discursos pedagógico e jurídico, imbricados ao discurso normatizador do manual, constroem efeitos de verdade que sustentam o Manual enquanto instrumento de orientação e referência normativa.

Ao tentar argumentos para garantir o Manual como ferramenta para o sucesso faz-se uma mescla teórica de propostas positivistas. Essa positividade exhibe, na aparência, uma unidade das abordagens estruturalistas. Assim, o imbricamento de fragmentos do discurso científico vem reforçar o caráter de confiabilidade do Manual.

A atitude normativa indica, por fim, a crença na concepção da eficiência do poder disciplinar, ou seja, o manual está calcado na idéia de um poder normatizador e normalizador, posto em jogo pelos processos identificatórios e excludentes, operados pela língua. Assim, o Manual, além de orientador, cumpre a função de parâmetro na fiscalização e esse efeito tem o cunho disciplinar, já que, ao controlar a escrita, controla também o lugar político ocupado pelo profissional na sociedade.

5.2 – Laudos: caracterização do *corpus*

Os laudos que analisaremos são textos construídos por alunos do curso de Formação de Psicólogo⁴², por Perito Judiciário⁴³ e por profissionais do CFP, responsáveis

⁴² O curso de “Formação de Psicólogo” forma o profissional psicólogo; é uma graduação superior para se atuar nas atividades clínicas, educacionais, sociais e do trabalho, entre outras, e se diferencia das demais

pela elaboração do Manual de Documentos Escritos por Psicólogos, dispostos na resolução que data de 2001 (M1)⁴⁴. Os laudos L1 e L2 resultam de atendimento realizado por estagiários de Psicologia em Órgãos de Controle Social e Judiciário (DDM); os laudos L3 e L4 foram retirados dos manuais do CFP, onde aparecem como modelos; o L5 é escrito por um psiquiatra. Esses laudos serão reproduzidos na íntegra, com sua grafia original (Anexo 1).

L1 e L2 são, antes de tudo, material trabalhado em sala de aula e em supervisão de estágio, portanto, são resultado de uma escrita coletiva e orientada por professor de Psicologia Jurídica. L3 e L4 são laudos das áreas escolar e trabalhista, respectivamente, sendo a primeira relativa à avaliação de aluno do Ensino Médio e a segunda de candidato a emprego em empresa privada. L5 é um relatório de perícia criminal. A redação dos quatro primeiros segue, pelo menos no que se refere à estrutura do documento, os parâmetros das normas de escrita publicadas pelo CFP.

Embora o Laudo 5 (L5) seja escrito por um psiquiatra, é um laudo feito para replicar outros laudos escritos por peritos psicológicos. Mas, L5 também é escrito para o mesmo endereçamento e função: esclarecer ao juiz da causa em julgamento os quesitos psicológicos do indiciado em um crime sobre quem se tem a suspeita de ser portador de transtorno psicológico.

5.2.1 - Laudos - uma resposta social

Nosso trabalho de análise não se pauta pela correção do texto, seja nos aspectos formais da língua ou pelas brechas dos significados. Nosso interesse centra-se nos

formações superiores, que são as licenciaturas, destinadas a formar professores, e dos bacharelados, que formam pesquisadores.

⁴³ Qualquer profissional de nível superior pode ser considerado Perito em sua especialidade e atuar como assistente em processos judiciais como assistentes técnicos de um Advogado ou Promotor de Justiça. Já o Perito Judiciário é um cargo exercido por profissional, que por aprovação em Concurso Público, exerce a função de esclarecer o Juiz naquilo que é exigido conhecimentos específicos.

⁴⁴ No item anterior (5.1) analisamos o Manual M3 de junho de 2003, que é, praticamente, revisão e correções do texto do M1.

discursos. Isso significa que temos claro que um texto não se compõe pelas palavras impressas no papel, visto que mesmo essas palavras não contêm em si um significado autônomo. Há discursos mutantes e dispersos, discursos que nos atravessam e alteram os sentidos das palavras, discursos que delineiam sentidos que deslizam e se encaixam ora em uma formação discursiva, ora em outra.

Nosso objetivo, nessa análise, é problematizar os efeitos de sentido. Não podemos concluir quais os sentidos, pois eles não estão colados aos registros gráficos ou à materialidade lingüística. São os leitores e os discursos que dão sentidos múltiplos e os inserem em formações discursivas que permitem interpretações em um dado momento.

Assim, compreendemos que os sentidos não podem ser coisificados, não podem ser identificados ou ligados diretamente à materialidade lingüística, como se esta constituísse um código de acesso a uma interpretação unívoca. Logo, entendemos que essa materialidade não funciona como uma constante de significados arbitrários impostos por um discurso dominante ou que seja constituído por uma essência semântica.

O texto escrito é composto por um conjunto de sinais gráficos. Em si mesmos, esses sinais nada significam, de forma que um sujeito qualquer que não seja alfabetizado saberá apenas que ali existem sinais, porém esses sinais nada significam, são vazios de sentido.

Ao dizer que “não há nada fora do texto”, Derrida (1999: 194 [1967]) não está definindo a positividade de um texto qualquer, está, sim, afirmando que o texto é construção interminável e, portanto, passível de desconstrução e reconstruções tão instáveis quanto o texto primeiro. A partir daí, podemos supor que não há somente pressupostos, inferências e marcas de outros discursos que se disseminam, alteram e deslocam os sentidos; há também o erro, o equívoco, o impossível, o inominável e o tabu, que são marcas da negatividade do texto e do autor, constituído pela falta, pela intraduzibilidade.

Segundo a psicanálise lacaniana, no texto está contido o real da letra e o real do corpo (*la langue*). O texto é cindido, a própria linguagem nos impõe a falta, nos impõe pelo *objeto a* e pelo resto da representação; e, segundo a psicanálise de Bion (1974), é permeado pelo inconsciente incognoscível, inconsciente que jamais encontrará expressão lógica em linguagem verbal organizada, mas será reconhecido pelas reminiscências, pela atividade

inconsciente ativa que não se alcança pela atividade psíquica consciente, mas são constitutivas do sujeito. Logo, há no texto um inconsciente.

Conseqüentemente, o texto é equívoco, é incompleto e a escritura é, também, equívoco. O texto se constrói pelos sinais gráficos, pela materialidade lingüística e segue leis discursivas: o que pode ser dito, como pode ser dito, onde pode ser dito. Para compreendê-lo, faz-se necessário discuti-lo, desestabilizá-lo ou, então, aproximá-lo, pelas marcas nele contidas, de outros textos que nele estão inseridos – o interdiscurso.

Os textos se compõem interdiscursivamente, relacionam-se com uma espécie de rede discursiva e compõem com os demais textos de uma(s) mesma(s) formação(ões) discursiva(s) ou de formações discursivas diferentes, redes instáveis, em constante (trans)formação.

Os discursos, como os textos, não são puros, nem tampouco fechados em si mesmos; pelo contrário, fazem parte e se constituem de outros discursos que, como veremos, se misturam e compõem novas possibilidades de escrita e interpretação que permitem novas interpretações e análises referentes aos arquivos que os constituem e aos poderes que os compõem.

Essas escritas específicas de laudos acabam sendo inseridas num universo de textos psicológicos, textos escritos por psicólogos ou outros profissionais psi (psiquiatras, psicanalistas, ...), textos que os leitores reconhecem como voltados a esse campo do saber tão requisitado nos dias de hoje. O aluno que o escreve também se insere numa ordem de discurso profissional, no caso, psicológico. Aliás, é assim que se inscreve na categoria profissional: escrevendo, sendo examinado e tendo seu texto aprovado.

O laudo é um texto que, juntamente com outros, constitui o discurso psicológico que se caracteriza pela presença de marcas discursivas, como o vocabulário técnico:

(L3§9): Através dos dados analisados no psicodiagnóstico não foram verificados indícios de Deficiência Mental, porém, dificuldades de ordem social e afetiva, piromania, fixação por objetos, obsessão, pensamento auto-destrutivo e oscilação de humor.

(L3§10): Diagnóstico: O paciente apresenta transtorno de personalidade anti-social, CID 10⁴⁵: F60.2 + F91.3.

(L4§3): ... dos campos de inteligência, saúde mental, personalidade e atenção.

(L5§2): o periciando não alucina, não delira, não tem distúrbios de *inteligência, sensopercepção, do humor e da afetividade... não possui registros em seu heredofamiliar de casos de socioneuropsicopatias ...*

Este excerto contém, como é possível observar, marcas do discurso científico, expressões próprias de um vocabulário profissional que constrói terminologias técnicas para identificar os fenômenos – “piromania, fixação, obsessão” - L3§9; “não alucina, não delira, não tem distúrbios...” - L5§2; códigos de classificação (CID 10: F60.2 + F91.3) e procedimentos técnicos (psicodiagnóstico), “através dos instrumentos psicométricos procedeu-se à investigação” - L4§3. Tais expressões raramente têm seu sentido compartilhado por trabalhadores de outras áreas de conhecimento.

No entanto, esse vocabulário técnico tem também um imbricamento político-profissional. Há um compromisso do autor com o leitor (diretor de escola, orientador escolar, ...) que pode ser percebido pela “escolha” do vocabulário. Assim, ao escrever, o autor emprega, desta forma, os termos

(L3§4): o examinado demonstrou excessiva tensão, irritabilidade, agitação, ansiedade, auto estima negativa,... (L3§9): Deficiência Mental, ... dificuldades de ordem social e afetiva, pensamento auto-destrutivo e oscilação de humor

que são termos usados no universo escolar para tratar de alunos; adjetivos que marcam alunos no discurso escolar, como por exemplo: sala de recursos para *D.M. (deficiência mental)*, alunos com auto-estima negativa; etc. Da mesma forma, o vocabulário empregado no laudo endereçado à empresa fala de *inteligência e atenção*, e o laudo endereçado ao judiciário apresenta um discurso imbricado com o discurso jurídico, como se observa no recorte abaixo

⁴⁵ *CID –10* Classificação Internacional das Doenças, na décima edição, expressa em códigos alfa-numéricos os diagnósticos clínicos baseados em categorias sindrômicas, ou seja, cataloga os diagnósticos baseando-se em conjuntos de sintomas agrupados, síndromes.

(L5§1): Sua Excelência, o Meritíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito, determinou realização de perícia, nomeando uma ilustre Perita, do Fórum..., para a função *de instruir o Juízo, facultando às partes indicarem os seus Assistentes Técnicos, havendo sido a nós o indicado pela parte de..., missão mui honrosa a que estamos dando incumbência.*(...)

Observe-se, nesse recorte, além do vocabulário próprio do judiciário, um estilo rebuscado que é peculiar ao texto jurídico, pertencente a um dos discursos que atravessam o discurso psicológico.

Essa necessidade de uniformizar e, também, de cientificizar, de delimitar e legitimar um campo de atuação, uma ciência, via uma escrita que corporifique essa ciência como um campo próprio e que apresente uma identidade, visíveis e visualizáveis em um Manual de Elaboração é, portanto, percebida nos laudos.

Há também, de forma paradoxal, os apagamentos dessa mesma linguagem técnica; melhor dizendo, a escrita é posta de maneira tão coloquial que se confunde com a escrita não técnica, planificando-a. Vejamos, em:

(L3§4): *o examinado demonstrou excessiva tensão, irritabilidade, agitação, ansiedade, auto estima negativa,...*

É flagrante a ausência de aspectos técnicos, pois L3 resulta de uma descrição de observação leiga. Nesse excerto, são utilizados termos não técnicos ou termos sem qualquer definição específica em Psicologia e, num mecanismo contrário a esse de definir e conceituar, o laudo em questão naturaliza de tal forma as construções conceituais da Psicologia que sugere uma total naturalização dessa ciência, como se houvesse uma aparição já confirmada das características psicológicas. Isso se observa pelo uso do verbo demonstrar (“*demonstrou*”), que remete à prova, demonstração como lógica matemática, racional; e não a uma interpretação daquilo que as construções da Psicologia instituem, nomeiam e classificam.

Os mesmos mecanismos de apagamento da multiplicidade de sentidos semânticos dizem, revelam, confirmam, implicitamente, pelo não-dizer, como que por

denegação, que, na língua, os sentidos são constitutivamente incontrolados-incontroláveis. Ao apagar, ao tentar esconder, revela-se.

Mesmo com essa diferença existente entre um texto em escrita técnica e um outro que se confunde com a linguagem do senso comum, ainda são identificados, nesses recortes, traços da linguagem psi já disseminada.

Já em

(L1§5): Foram realizadas entrevistas..., e

(L1§8): conclui-se que F.

temos o verbo utilizando voz passiva, característica de discurso científico, tanto quanto a impessoalidade que podemos notar nesses mesmos excertos e também em

(L1§5): Foram aplicados os testes Casa Árvore Pessoa (HTP⁴⁶)...,

(L5§3): Por esse motivo a psiquiatria forense compreende...,

Essas características de textos científicos apontam para a omissão da autoria, apagam as marcas da presença do entrevistador que seleciona as perguntas, bem como do selecionador, do aplicador e do intérprete dos testes psicológicos, apagando, assim, não só a presença física do autor do laudo que, certamente, interfere na expressão e auto-definição do sujeito avaliado, mas apaga sua própria filiação teórica. Filiação que inscreve esse autor numa ordem de discurso, numa ordem disciplinar e doutrinária que o impede de falar outras coisas sob pena de ser afastado, calado ou não compreendido.

Podemos identificar como marca desse imbricamento no discurso científico-profissional, nos recortes acima, o apagamento da autoria e o uso da terceira pessoa do singular, que tornam a linguagem impessoal. Podemos também identificar uma escrita semelhante a uma mensagem portada por um emissário pretensamente neutro. O enunciador não é quem escreve; quem escreve (sujeito da enunciação) se porta como escrivão de uma verdade enunciada por outros enunciadores (sujeito do enunciado), como em L3§5 –

procedeu-se à aplicação dos testes buscando a investigação...

⁴⁶ Teste psicológico baseado em interpretação de desenhos de casa, árvore e pessoa humana, técnica projetiva padronizada e validada estatisticamente.

No entanto, lá estão as marcas de um discurso reconhecido socialmente como de um psicólogo e, como não há uma autoria marcada, pode-se deduzir que é a própria Psicologia que fala, que a Psicologia como ciência e profissão diz alguma coisa que independe do sujeito que a enunciou.

Esses apagamentos compõem um discurso profissional inserido na formação discursiva da ciência. Esse interdiscurso produz um efeito de verdade, através de um jogo de linguagem, produção que faz parte dos discursos que reconhecemos, pelas suas marcas, como perícias, fundamentadas pela ciência, escritos de autoridades científicas que, no entanto, são produzidos, ainda, por alunos de graduação em treinamento e, ao mesmo tempo, alunos já autorizados a um certo exercício de poder. Esses alunos estão, pois, criando discursos e naturalizando sentidos, autorizados pela instituição universitária responsável por sua formação.

Do ponto de vista do campo em que se inscreve, portanto, esse texto faz parte de um universo já reconhecido socialmente como sendo de uma autoridade. É uma perícia. Uma perícia se define como uma técnica de exame especializada, um meio de prova solicitado por uma autoridade administrativa (securitária, jurídica, escolar...) que busca esclarecimentos técnicos e fundamentação para uma decisão e um juízo. Logo, a palavra do perito tem um valor diferenciado, de técnico especializado em exames⁴⁷. Uma perícia situa-se, pois, em um território interdiscursivo por natureza: é, ao mesmo tempo, técnico especializado, científico, jurídico e administrativo.

No entanto, (com)funde-se a palavra do perito com a linguagem da perícia e, uma vez naturalizada e disseminada, essa linguagem aparece em qualquer outro enunciado que precise de certa autoridade administrativa na escola, na justiça, no trabalho ou em tantas outras instituições; desta forma, psicólogos reforçam o valor de verdade de seus enunciados ao entrelaçarem e aproximarem os seus enunciados dos advindos dos discursos pedagógicos, jurídicos e científicos; e, do mesmo modo, pedagogos se servem de enunciados típicos do discurso científico da psicologia para imprimir confiabilidade aos seus encaminhamentos e, assim por diante. Dessa forma, produz-se uma rede ilimitada de

⁴⁷ Conferir as definições de perícia e dos papéis de assistente técnico e perito nos relatórios dos I e II encontro com psicólogos peritos e assistentes técnicos, realizado pelo CRP – SP em setembro de 2005 e maio de 2006.

desdobramentos e associações nas instituições sociais imbuídas da administração das populações.

5.2.2 - Ser sujeito, estar sujeito e tornar-se sujeito.

Já não se trata de saber se o laudo seria solicitado pelo juiz ou pelo próprio Conselho Tutelar (órgão de proteção e mediação), pelo diretor da escola ou da empresa. Trata-se de reconhecermos como se processam esses pedidos dentro dessas instituições e como são reconhecidos pelos sujeitos a ele submetidos. Trata-se, portanto, de compreender como se dão as relações de poder nesse contexto.

Consideraremos as modalidades de poder conforme analisadas por Foucault (1979:179-192; 1979: 277-293): o poder soberano e o poder disciplinar. Como já vimos nos itens 4.2 e 4.4.- “Sujeito: da Substância ao Vazio” e “O ‘Eu’ construído e a Sociedade do Controle”, o poder disciplinar não substitui o poder soberano; ele o sucede enquanto dispositivo de controle, sobrepondo-se ao primeiro; com ele compõe um novo quadro de controle das almas ou controle dos corpos, construindo a modalidade do indivíduo, para controlar o comportamento em seus gestos esquadrihados.

Freud (1980 [1913]) discute também o problema do poder que controla os comportamentos dos indivíduos. O mito do pai da horda primeva relata como o poder soberano do pai que, devido à sua tirania e seu despotismo, acaba gerando uma revolta entre seus filhos que se organizam secretamente e o matam. No entanto, como esses mesmos filhos sentem-se desprotegidos após o assassinato, já que agora todos representam ameaça uns aos outros, é mais ameaçado aquele que, porventura, ambicione assumir o lugar do pai. Desprotegidos e saudosos, então, os filhos trazem de volta o pai, agora na forma da lei, à qual se submetem como poder soberano. Mas, para que a lei seja cumprida, é preciso que o antigo pai seja internalizado pelos irmãos e já não precisem reeditar a mesma tirania, mas a respeitem pelo que ela significa. Quer dizer, é preciso que os filhos sejam

disciplinados segundo a lei, segundo a lembrança do pai que, embora ausente, se faz presente.

Para articular as noções de introjeção da lei e poder disciplinar, repetimos aqui a noção de Foucault acerca do uso do poder no governo do Estado Moderno, da família e de si mesmo, uma vez que, com o poder disciplinar, anula-se a distância e a exterioridade entre governante e governado. Assim, o poder assujeita na justa medida em que subjetiva. Assujeitar e subjetivar são, conseqüentemente, ações distintas, porém inseparáveis no exercício do poder disciplinar na modernidade (BENEVIDES; PASSOS, 2005).

Por esse raciocínio, podemos expandir a aplicação do princípio da introjeção e do processo de subjetivação. O laudo, como uma resposta social, se destina a uma autoridade jurídica; no entanto, havendo uma introjeção de seu valor ou uma subjetivação de seus princípios, enquanto instrumento norteador de uma sentença, já não se faz mais necessária a atuação do poder soberano, aqui no caso, o jurídico, já implícito na disciplina.

Ora, a governamentalidade se faz na medida em que os sujeitos participam ativamente da gestão de suas próprias vidas segundo interesses próprios dos Estados. Governar-se, governar bem a família e governar bem seu patrimônio indicam a cada sujeito seu grau de adequação e prestígio frente ao Estado. Assim, é sinal de autogoverno adequado, recorrer ao órgão competente quando se possui algum problema a ele relacionado. É sinal de bom autogoverno procurar esse órgão do Estado espontaneamente.

A Psicologia ocupa um espaço social privilegiado no controle dos indivíduos e os exames psicológicos estão presentes em muitas esferas, já naturalizados como necessários à adequação social. Esses exames estão presentes na vida de forma disseminada. Já assujeitado, cada indivíduo começa a pensar em estratégias para se sair bem nos exames psicológicos aos quais será submetido. Eis aí uma espécie de resistência já pressuposta no exame como relação de poder.

No texto do L1§2, observamos:

A Sra. L. A. M. procurou o Conselho Tutelar reivindicando os seus “direitos de mãe”. Esses direitos referem-se a guarda da menor F. M. S., que se encontra sob a guarda dos avós paternos, sr. J. S. e sra. B. A. S.

Segundo entrevista com os avós, a menor reside com eles desde seu sétimo dia após o nascimento, e...

Eis aí uma seqüência indiscutível: a procura por um direito, um apontamento sobre a questão familiar envolvida e a entrevista psicológica. Os movimentos observados, nesse excerto, indicam não somente a individualização da conduta, como também a integração dessa conduta à regra do Estado. O próprio sujeito busca o Estado (*A Sra. L. A. M. procurou o Conselho Tutelar – L1§2*) na resolução de seu conflito familiar e aceita, sem pestanejar, a intervenção psicológica. Observa-se aí um total assujeitamento à governamentalidade.

O autor de L5 assim se exprime:

(L5§1): Sua Excelência, ... determinou realização de perícia, nomeando uma ilustre Perita, do Fórum..., para a função de instruir o Juízo, facultando às partes indicarem os seus Assistentes Técnicos, havendo sido a nós o indicado pela parte de..., missão mui honrosa a que estamos dando incumbência.(...)

(L5§ 4): (O periciando) Examinado na cadeia pública na qual está recolhido, apresenta-se ao exame em bom estado de higiene e asseio corporal, penteado, barba feita. ... Está calmo, lúcido, atento, colaborante, orientado globalmente.

Percebe-se nesse recorte, a naturalidade com que os exames psi adentram e constituem o sistema judiciário. O juiz nomeia um perito, as partes podem indicar assistentes que acompanhem as avaliações e a construção dos laudos e, sem protestos, ao contrário, colaborante, o réu recebe o perito; essa aceitação tácita já é índice, para o perito, de que o periciando é sujeito disciplinado e adaptado ao meio social. Há uma continuidade entre os aspectos sociais e psicológicos (*penteado, barba feita. ... Está calmo, lúcido, atento, colaborante, orientado globalmente – L5§4*) e essa ausência de discriminação entre o social e o psicológico pode significar que por estar bem adaptado e socialmente disciplinado, o sujeito é psicologicamente saudável.

O princípio de funcionamento do dispositivo disciplinar é o de que um corpo disciplinado contém uma mente disciplinada; o corpo esquadrihado é o indicador do grau

de disciplina atingida pelo sujeito a ela submetido; logo, a ligação que se faz entre os aspectos sociais e psicológicos, no parágrafo acima, só se torna possível a partir do estabelecimento do dispositivo disciplinar. Então, o réu, que recebe resignadamente o perito, parece apontar para um saber sobre as leis que aceita tacitamente. Dessa forma, sugere que o réu não deve ser um sujeito perigoso, pois é conhecedor da lei e a ela obedece.

A ligação entre os aspectos sociais e psicológicos (*penteado, barba feita. ... Está calmo, lúcido, atento, colaborante, orientado globalmente* - L5§4) funcionam, de forma subliminar, como uma prova ou um indício de inocência do réu; afinal, ser disciplinado é exatamente isso: assujeitado à lei, à norma e colaborador da ordem social; ser “*colaborante*” com o perito, com a perícia, com o juiz e com a lei é ser sujeito participante da norma; logo, é ser normal frente à ordem social e psicológica.

A associação disciplinar entre a normalidade social e a psicológica continua nas conclusões e nos encaminhamentos dos laudos, mas, de forma semelhante ao que foi apontado por Goffman (2001), quando se trata do funcionamento da instituição total e da formação subjetiva dos internos, conforme apontado no Capítulo IV, no item 4.4 “O ‘Eu’ Construído e a Sociedade de Controle”, o sujeito institucionalizado e adaptado é portador das normas disciplinares dentro e fora da instituição e, caso esteja fora da instituição e altere seu padrão de comportamento, retorna à instituição para correção; de lá só sai quando novamente mostrar-se disciplinado. Com os laudos psicológicos ocorre algo semelhante. Tomemos as conclusões e encaminhamentos dos laudos a seguir:

(L2§34): *Sugere-se que ambos tenham um acompanhamento psicológico para conseguir elaborar suas vivências e desenvolverem a capacidade de resolver e nomear seus próprios conteúdos internos.*

(L3§10): *Encaminhamentos: Encaminhado para tratamento psicoterápico e acompanhamento psiquiátrico.*

(L5§10): *É preciso que seja encaminhada a uma boa psicóloga infantil, de preferência escolhida pelo pai, e que a mãe também tenha acesso e participação. Assim, juntos, traçarão o caminho seguro.*

O sujeito psicológico presente nas causas e justificativas dos problemas dos avaliados é de tal forma visto que o tratamento psicológico passa a fazer parte dos

encaminhamentos jurídico-familiar, escolar e criminal. Mas cada encaminhamento sugere um tipo de tratamento psicológico-psiquiátrico, com tal força social que parece apontar uma solução segura (caminho seguro – L5§10; *acompanhamento psicológico para conseguir elaborar suas vivências e desenvolverem a capacidade de resolver...*- L2§34) para todos os casos.

Há um discurso autoritário nos encaminhamentos, mesmo havendo modalização no discurso. O verbo “sugerir”, em L2§34, vem seguido da assertiva “*para conseguir elaborar suas vivências e desenvolverem a capacidade de resolver e nomear seus próprios conteúdos internos*”, o que significa que não há tal capacidade no momento e que só haverá possibilidade de resolver os problemas seguindo a “sugestão” do psicólogo avaliador. Chamam a atenção, em L3§10, as caracterizações “tratamento” e “acompanhamento”, que apontam para uma hierarquização entre o trabalho profissional psicológico e o psiquiátrico; o encaminhamento aos dois indica a gravidade do caso. Além de tratado por um, o sujeito deverá ser acompanhado, também, por outro.

Em L5§10, o discurso é diretivo: “*é preciso*” pode significar que é necessário ou que é devido para se traçar o caminho seguro. Em “*Assim, juntos, traçarão*”, o termo “*traçarão*” indica o desejo de projetar, esquadrihar ou demarcar um caminho futuro seguro.

Como solução para todos os problemas, os termos empregados nos excertos de L2§34, L3§10 e L5§10 apontam para mais uma implicação: em L2§34, sugere-se o acompanhamento para a elaboração de conteúdos internos; em L3§10, encaminha-se o sujeito para o enquadre disciplinar e, em L5§10, *encaminha-se a uma boa psicóloga infantil*, para garantir educação segura à criança. Sem discutir o que cada item significa, caracteriza-se uma panacéia, um remédio para todos os males, que está nas mãos do psicólogo, detentor de um poder-saber sobre o outro, legitimado e autorizado pela sociedade disciplinar.

Ora, uma panacéia pode ter dois sentidos em relação ao centramento do sujeito psicológico. Se, por um lado, o sujeito tem centrada em seus aspectos psicológicos a solução de todos seus problemas, por outro lado, esses mesmos aspectos indicam o descentramento do sujeito, ocorridos nos aspectos: sociais, jurídicos, da educação

disciplinar, da saúde, etc. e forçam que, no discurso, centre-se um sujeito que é, por condição, descentrado. É a ordem psicológica que dá essa ilusão de centramento subjetivo, de ordenamento biográfico e de continuidade lógica da vida. É, também, uma espécie de costura, uma tessitura de aspectos dissociados que se busca para responsabilizar o sujeito pela sua própria vida, seu sucesso ou fracasso nas áreas da saúde, da educação, da vinculação social etc..

A microfísica está presente, nas áreas dissociadas e nos relatos unificadores, simultaneamente, em múltiplos poderes que digladiam entre si e buscam, de forma capilar, controlar o sujeito em seus gestos. Os discursos psi veiculam, assim, o poder-saber do campo disciplinar, legitimando-se pelo imbricamento com outros discursos: jurídico, pedagógico e médico.

A passividade frente aos exames, a naturalidade dos encaminhamentos e os pedidos de avaliação nos variados campos de atuação indicam o assujeitamento e os efeitos da governamentalidade, bem como o valor instaurado da disciplinaridade e o preparo dos maquinários do Estado para responder as demandas do sujeito, das instituições disciplinares e dos Órgãos de Controle Social.

Esse novo componente da *Polizei*, a Psicologia Judiciária, se insere no cotidiano do homem comum. Na verdade, para Foucault (1987 [1975]; 1999 [1973]), seria mais um componente de uma tecnologia de saberes e produção política de sujeitos ativos e produtivos na ordem social. A racionalidade, já instalada em todos os campos, permite que a experiência pessoal seja suplantada e se instale em cada sujeito um desejo, um imperativo de um contrato social racionalizável, compreensível, segundo a linguagem das ciências; toda essa racionalidade é controlada pelos arquivos do Estado.

Não observamos, nesses laudos, recortes que tratem de um sujeito psicológico hegemônico. Se considerarmos o sujeito psicológico como o sujeito da percepção, do pensamento, da aprendizagem etc., ou, se o considerarmos, também, como aquele sujeito que constrói um mundo interno, uma dobradura do mundo externo ou uma projeção interna, com recalques, resistências e desejos, ou seja, um sujeito dividido ou psicológico-psicanalítico, veremos que há multiplicidade de concepções do sujeito psi. No entanto, o sujeito disciplinar prevalece nos laudos, esse, sim, um sujeito hegemônico, e os discursos

psi vêm responder pelas bases do comportamento disciplinar. A construção do sujeito psi é múltipla e dissemina-se em todos os discursos.

Observamos, nesses recortes, isso sim, uma panacéia, um discurso psicológico que constrói e trata o sujeito social, disciplinar, educacional, moral etc., como se o sujeito psicológico, essa panacéia, fosse a expressão da totalidade do sujeito e não uma face construída por um dispositivo de controle, relacionado ao poder disciplinar e aos agenciamentos do sujeito subordinado a esse poder.

Essa mesma imposição de leitura disciplinar construída pelos laudos psicológicos pode ser observada nas críticas que Derrida (2001a) faz à Psicanálise quando da convocação dos Estados Gerais da Psicanálise de Paris, na qual denuncia a violência da Psicanálise que, do seu ponto de vista, além de não investir na elaboração das graves questões da violência mundial, manifestadas pela intolerância ao estrangeiro, pelo terrorismo religioso e pelas discriminações raciais, ainda, violentamente, atribui resistência àqueles que não a aceitam como verdade para as análises pessoais.

Dessa forma, também, constrói-se uma hegemonia discursiva psi a serviço da disciplinaridade: ou o sujeito social, pela via do dispositivo disciplinar, se submete à linguagem psi e por ela é representado frente ao Estado, ou a ela é subjugado como sujeito resistente à verdade que ela mesma põe em circulação.

5.2.3 - A Escrita Disciplinar da Norma

Como vimos, as disciplinas instalam novos sujeitos e sobre eles há um regime de verdades que é identificado, de acordo com Foucault (2002b) e Rose (1996a), sobretudo, como o discurso das ciências psi, uma construção que remonta claramente ao séc. XIX. Essa forma de racionalidade, instalada nas práticas sociais e nos maquinários do Estado, viabiliza-se pelos dispositivos disciplinares, quer dizer, essa tecnologia se constrói pelos caminhos do biopoder e dos arquivos do Estado. Esses dispositivos disciplinares são encontrados nas mais variadas instituições do Estado, como por exemplo: nas escolas, nos

cartórios, nos postos de saúde e nos departamentos policiais que registram o esquadramento do sujeito em seus comportamentos e permitem que a lei, o poder, as técnicas de punição e reabilitação se engendrem nos discursos psi (BIRMAN, 2006: 279 ss).

Dentro do tema analisado nas páginas anteriores, podemos observar que, por seus objetivos, os laudos registram, nos termos da disciplina, a história do sujeito, bem como registram uma história da própria profissão “Psicologia” e, também, uma história dos dispositivos e dos mecanismos de controle do Estado.

Observe-se o início do laudo L1§2:

...a menor reside com eles (avós) desde seu sétimo dia..., e desde um ano e meio de idade, segundo os pais,... Os avós dizem que a menor foi deixada lá, sem conhecimento ou comunicação prévia. Já os pais dizem que a deixaram lá para que cuidassem dela enquanto a mãe trabalhava, e mesmo assim isso só ocorreu após o desmame da menor e o nascimento do filho mais novo.

Nesse recorte, a concepção de sujeito é a de um sujeito moderno. Isso é percebido na medida em que o autor do laudo compreende “a menor” como membro de uma família contemporânea, que adota procedimentos de educação infantil, típicos da modernidade. Os valores e modos de existir - maternos e familiares - são, também, próprios da modernidade (trabalho dos pais, aposentadoria dos avós, aleitamento materno), já naturalizados e narrados como verdade pelo autor do laudo. Emerge, então, em primeira instância, uma noção de sujeito que se inscreve no discurso psicológico como produto de uma disciplina e, por consequência, produto do enquadre de um corpo disciplinado.

O mesmo recorte busca informar se houve, ou não, uma decisão sobre o bem-estar da criança; entretanto, aponta para a necessidade instituída de cidadãos governarem suas famílias e a si mesmos: cuidados paternos (*enquanto a mãe trabalhava*), amamentação (*desmame da menor*) e apoio da família extensa (*a menor reside com eles (avós) desde seu sétimo dia*).

A inscrição do sujeito, frente ao Estado, vai recair justamente sobre sua capacidade de se autogovernar e, também, de administrar sua família, ou seja, a sua

inscrição se faz nos termos da governamentalidade. O cidadão, sujeito inscrito no Estado, é aquele que se auto-governa e, nesse caso, aquele que governa bem sua família, o que, na narrativa do autor do laudo L1§2, aparece da seguinte maneira:

Os pais dizem que a deixaram lá para que cuidassem dela enquanto a mãe trabalhava, e mesmo assim isso só ocorreu após o desmame da menor e o nascimento do filho mais novo.

Observe-se que o sujeito-cidadão, ao qual o excerto se refere, parece administrar bem sua vida: por meio do trabalho (*enquanto a mãe trabalhava*), pelas decisões planejadas e conscientes (*mesmo assim isso só ocorreu após o desmame da menor*) e pelo governo da família (*Os pais dizem que a deixaram lá para que cuidassem dela*). É assim que se constrói e se dirige o Estado moderno: a arte de governar-se é o sustentáculo da condução do próprio Estado.

Em L1§2, afirma-se que

...Os avós dizem que a menor foi deixada lá, sem conhecimento ou comunicação prévia. Já os pais dizem que a deixaram lá para que cuidassem dela enquanto a mãe trabalhava ...[.]

O enunciador acima diz que *a menor foi deixada lá*. O emprego do verbo “deixar” parece funcionar como marca de registro moral, ou seja, como produto de uma ética disciplinar; “abandonar” e “depositar” são verbos que apontam para uma certa imprevidência dos pais. Os avós não foram sequer sondados a respeito da possibilidade ou da disponibilidade de tomarem conta dessa criança; não houve, portanto, consulta nem diálogo, o que indica uma atitude irresponsável, impulsiva e arbitrária (*sem conhecimento ou comunicação prévia*) dos pais da criança. Além disso, o advérbio de lugar “lá” (*a menor foi deixada lá*) funciona como um demarcador de local, o que significa que a criança não foi deixada com os avós, mas, sim, na casa dos avós; este fato reforça a idéia de abandono; e a expressão *sem conhecimento e sem comunicação prévia* reforça marcas de pouco caso ou desleixo dos pais.

Já os verbos “cuidar” (*para que cuidassem*) e “trabalhar” (*a mãe trabalhava*) sugerem o oposto ao observado acima; no entanto, no laudo, tais palavras parecem constituir-se em marcas do processo disciplinar. Ter um emprego e cuidar de filhos são

formas instituídas de controle: garantem a regularidade no cumprimento das obrigações com horários, pagamento de impostos, contas e ainda a manutenção familiar. Essa tecnologia de esquadramento garante, além da prontidão e produtividade do trabalhador, o controle dos corpos e dos espíritos para a manutenção da ordem social.

O laudo reforça a individualização das responsabilidades. Em nenhum momento, o autor do laudo, que trabalha em um Conselho Tutelar, desloca o problema para a família extensa, ou seja, avós, tias ou demais parentes ou, talvez, para outras instituições, onde as dificuldades dos pais poderiam ser minimizadas. O que se observa é um reforço único na responsabilidade dos pais, mantendo a questão da tutela da criança na esfera individual e disciplinar, com ênfase na figura materna.

Há, ainda, no trecho inicial do recorte em análise (L1§2), um efeito de memória construída, não levado em consideração pelo autor do laudo. Vejamos:

(L1§2): ...a menor reside com eles (avós) desde seu sétimo dia..., e desde um ano e meio de idade, segundo os pais,... [.]

Como se observa, avós e pais prestam depoimentos contraditórios. No relato, o autor indica datas completamente diferentes para o período de início da estadia da neta na casa dos avós. Sabemos que o efeito de memória se dá, segundo a Psicanálise, em virtude de o processo dessa construção ser um evento atual que atende, seletivamente, ao desejo do sujeito e à sensação de identidade pessoal no momento da enunciação (FREUD, 1931). Além disso, a constituição da memória se faz por associações inconscientes, cujas operações básicas são o deslocamento e a condensação, tal qual as formações do inconsciente (cf. item 3.3 desta tese).

No entanto, o relato dos depoimentos parece assumir uma concepção de memória como registro fiel do fato ocorrido que, sem levar em conta os aspectos inconscientes, sugere haver uma mentira consciente em um dos relatos, já que eles são contraditórios. Assim, o laudo faz apenas considerações de ordem disciplinar, isto é, especifica somente sobre a quem cabe a responsabilidade de cuidar da criança e não leva em conta os aspectos psicológicos ou sociais envolvidos na questão dos cuidados às crianças.

Nos recortes dos laudos a seguir há, também, marcas da educação disciplinar associadas à inscrição de um sujeito psicológico, ou daquele sujeito que se constrói a partir de uma linguagem psi, a partir de uma linguagem que constrói, se naturaliza e se inscreve no interior do próprio sujeito, por meio de uma identificação a um construto psíquico, por meio do registro distinto e diferenciado de suas motivações, percepções, consciência e desenvolvimento como construções únicas, como efeito de suas diferenças individuais e das inscrições de sua história pessoal.

(L2§17): O SR.B.R. afirma que M.R., assim como ele, sempre concordou em não ter filhos, pois dão muito trabalho e atrapalham a vida do casal. Ele é o caçula e único filho homem. As irmãs até hoje se queixam que ele foi “mimado”, podendo fazer tudo “por que era homem”.

Ora, esse trecho apresenta traços atribuídos a um sujeito narcísico, centrado em seu próprio bem-estar, que não quer ter trabalho, não quer que sua vida seja atrapalhada (...*não ter filhos, pois dão muito trabalho e atrapalham a vida do casal*) e se liga por relação causal com a educação disciplinar falha (*mimado*), que não precisava seguir as regras (*podendo fazer tudo porque era homem*).

Essa descrição de sujeito narcísico vem acompanhada de explicações, de justificativas, de possível determinação de relações causa-efeito, como uma forma de se compreender que essa construção subjetiva é apropriada a um sujeito com sua história.

(L2§17): Ele é o caçula e único filho homem,

pode nos sugerir que esse filho foi muito esperado, talvez seja o caçula justamente por ser homem, quiçá porque se encerrava ali o desejo que, desde o início, se buscava realizar: ter um filho homem. Há uma redundância ainda: filho – homem. O filho já diz respeito ao gênero masculino, logo dispensaria o complemento – homem. Dessa forma, reforça-se a idéia de que, embora todos sejam filhos, esse é especial, é um filho – homem. Diferente e diferenciado das demais:

(L2§17): As irmãs até hoje se queixam que ele foi “mimado”, podendo fazer tudo “por que era homem”.

O verbo no presente “*queixam*” mais a locução adverbial “*até hoje*”, juntos, dão conta de um efeito de duração: o homem *mimado* que sempre pode fazer tudo, não apenas

em criança, mas também na vida adulta. O termo “*mimado*” pode identificar muitos comportamentos e atitudes diferenciados acerca dele mesmo e dos outros sobre ele, aqueles que o mimaram. Ser mimado pode significar ser muito amado; no entanto, pode, também, significar ser amado como um mimo, como um presente esperado, uma graça; ainda dentro desse viés de afeto, poderíamos compreender “amado como sujeito superprotegido”, ou cercado de mimos, tanto no sentido de cercado de presentes como cercado de bons afetos. Por outro lado, esse sujeito mimado acaba sendo percebido ou julgado como sujeito que não cumpre regras, privilegiado, preferido em relação aos seus demais pares, aquele a quem as disciplinas são aplicadas de forma mais leve. Vejamos:

(L3§1): Em decorrência de dificuldade de adaptação às regras e normas escolares de déficit de atenção, falta de estímulo, reprovações subsequentes, falta de socialização, atitudes suicidas impulsivas, excessiva agressividade, acusações de furtos e danos materiais a patrimônio da escola e de professores, bem como experiência de expulsão em várias escolas, o adolescente (Nome do adolescente) foi submetido à avaliação psicológica como condição necessária à sua permanência na atual escola onde estuda.

As regras, normalizadoras e normalizantes, são um parâmetro para se esquadriñar o comportamento do sujeito nas diversas atividades de sua vida, mas não só isso. Os arquivos permitem que um sujeito qualquer, como é o caso desse adolescente, sujeito não incomum nas nossas escolas, tenha seu nome incluído ou excluído do rol dos alunos regularmente matriculados na escola, por meio da classificação do rendimento disciplinar ou das características de sua própria identidade, também regulado pelos arquivos. Como no momento atual, no qual o discurso da inclusão impera na comunidade escolar, usa-se o termo “transferido” ou “encaminhado” quando, de fato, se exclui um aluno que não apresente

(L3§1): condição necessária à sua permanência na atual escola onde estuda.

Mas, podemos notar que esse adolescente já tinha experiência de expulsão em várias escolas, o que significa que a escola atual, mui generosamente, não o expulsaria

como as outras fizeram anteriormente, mas faria uma avaliação psicológica, uma avaliação para verificar sua condição de permanência ali. É possível que, neste caso, a justificativa final, para a exclusão, mais ou menos explícita, mais sutil ou camuflada pelos maquinários de vigilância e punição, seja baseada na linguagem psi, quer dizer, em linguagem psi é que se faz uma exclusão justificada, uma punição tecnicamente prescrita e uma readaptação planejada e controlada.

Mas, nesse caso, o problema disciplinar está ampliado, quer dizer, classifica além dos comportamentos relacionados ao controle do corpo e das atitudes desse sujeito. Vejamos os índices de queixa sobre esse adolescente, expressos na forma de sintomas psicológicos, indiferenciadamente:

(L1§1): dificuldade de adaptação às regras e normas ...de déficit de atenção, falta de estímulo, reprovações subsequentes, falta de socialização, atitudes suicidas impulsivas, excessiva agressividade, acusações de furtos e danos materiais a patrimônio da escola e de professores, bem como experiência de expulsão em várias escolas,

e, como esses sintomas são de várias ordens, poderíamos arquivá-los de formas distintas. Por exemplo: sintomas disciplinares, sintomas relacionados ao rendimento escolar e sintomas sociais. No entanto, outras formas de classificação poderiam responsabilizar a instituição pelos fracassos ou dificuldades do sujeito. Se o sujeito for considerado um efeito dos processos de subjetivação, o fracasso seria, também, uma produção da escola ou da sociedade e, assim, a responsabilidade pelo fracasso estaria deslocada do indivíduo para a instituição. Como não há esse interesse, esse arquivo admite como sintomas psicológicos toda essa mescla de comportamentos e situações. A avaliação psicológica deve apresentar, acima de qualquer outra expectativa, uma explicação psicológica, uma justificativa em linguagem psicológica ou expor uma regra psicológica que coloque o sujeito dentro de um ponto do quadro de distribuição de sujeitos que o disponha em algo compreensível à administração das almas.

A avaliação psicológica é um dos instrumentos do exame. O exame se relaciona com o controle da população enquanto parte do panóptico, isto é, o panóptico é uma modalidade do exercício do poder, um poder que vigia e esquadrinha cada indivíduo. O

exame se integra ao panóptico como elemento que permite não só vigiar, mas construir sobre o sujeito um saber. A esse respeito, Foucault (1999: 88 [1973]) destaca: “esta é a base do poder, a forma de saber-poder que vai dar lugar não às grandes ciências da observação como no caso do inquérito, mas ao que chamamos ciências humanas: Psiquiatria, Psicologia, Sociologia etc.”.

Quando o escritor do laudo L3 escreve,

(L3§1): Em decorrência de dificuldade de adaptação às regras e normas escolares de déficit de atenção,

notamos que surge um equívoco. “Déficit de Atenção” é um quadro diagnóstico sindrômico constante do DSM IV tr (2002: 118), cuja principal característica é a desatenção. Ora, não se pode relacionar, de forma lógica, déficit de atenção e normas escolares, ou, ainda, dificuldade de adaptação às regras a déficit de atenção. Mas, emerge nesse texto, logo na apresentação dos sintomas ou das características disciplinares do sujeito avaliado, esse diagnóstico. Houve aqui um equívoco, mas, certamente, podemos pensar que o adolescente avaliado não atenta às normas escolares. Dizer que o sujeito não está atento às normas é diferente de dizer que não se adapta ou tem dificuldades de adaptação às regras, o que, pressupõe que o sujeito seria adaptável em outras circunstâncias, desde que se tornasse mais atento. E é isso que se espera do aluno numa instituição: atenção, obediência, disciplina ...

Ainda em relação à adaptação, vimos em L4§1:

Diz não ter nenhum vício como fumo, álcool e drogas, como também, tem bom estado de saúde física. Apresenta boa adaptação aos empregos anteriores.

que o laudo trata de uma avaliação para um candidato ser contratado em um novo emprego; a relação com o trabalho se liga à adequação (*boa adaptação aos empregos*). Em termos disciplinares, isso significa produtividade, docilidade e também bons hábitos de vida (*Diz não ter nenhum vício*), que, somados a seu estado de saúde física, resulta, então, como bom fruto de uma educação disciplinar.

Nesse parágrafo, observam-se também as características da normalização, visto que há um parâmetro, neste caso, não explícito, de apresentar *bom estado de saúde*

física, que é bom estado em relação a uma norma, um parâmetro. Ou seja, comparando esse sujeito aos padrões considerados bons ou não, padrões construídos estatisticamente e sob a lógica dicotômica, esse sujeito se apresenta inserido em parâmetros médios.

A escrita dos laudos aponta para a lógica que rege a racionalidade moderna. Essa racionalidade se constitui pela lógica empírica, a lógica da observação de cada elemento, seja em suas partes ou em seu comportamento global e as dispõe em critérios estatísticos. Vale lembrar que a estatística se refere à ciência do Estado, que governa os corpos e as almas, que os enquadra em padrões de normalidade e segue daí outra conseqüência: a dicotomia entre a normalidade e a anormalidade, o adequado e o inadequado, o louco e o são, o racional e o irracional, o produtivo e o improdutivo.

Essas dicotomias funcionam como operadores sociais de inclusão ou exclusão, como permanecer ou não na escola, obter ou não emprego. Nos casos que estamos analisando, observamos que o primeiro caso (L1) dá aos avós a guarda de um neto enquanto as demais crianças, irmãos do neto em disputa, ficam com os pais. O enquadramento se faz pela avaliação dos pais, se adequados ou não para educar uma criança específica. O segundo caso (L2§34), faz pretensamente mediação numa separação, mas acaba sentenciando,

A requerente pode obter apoio financeiro do marido enquanto não adquire condições emocionais e laborais para depois, por si mesma, ser responsável por sua subsistência.

assumindo o papel do juiz, substituindo a escrita do juiz, o que acaba sendo uma deliberação, uma expressa orientação jurídica (obter apoio financeiro enquanto não adquire condições para ser responsável por sua subsistência), e não uma análise ou avaliação psicológica. O mesmo acontece nos demais laudos. No caso de L4§9,

Síntese: No momento considera-se o candidato apto para a função.

o raciocínio dicotômico gira em torno de apto ou inapto. Em L3§10,

Encaminhado para tratamento psicoterápico e acompanhamento psiquiátrico.

O diagnóstico e o encaminhamento nesses laudos são dispositivos de individualização e funcionam como poderosos instrumentos de exclusão, de juízo e de

normalização da população, visto que age não somente no estabelecimento da regra, mas também na condução da população às medidas centrais – a norma.

Outras funções ainda se observam. Em L5, surgem mais dados que misturam conceitos da psicopatologia e da educação disciplinar. Vejamos:

(L5§2): ...o periciando não alucina, não delira, não tem distúrbios de inteligência, de memória, da sensopercepção, do humor e da afetividade, é calmo, lúcido, atento, colaborante, não é agressivo...(L5§5): ...não goza de má reputação na cidade na qual nasceu e vive, vem de família bem constituída e unida.

(L5§6): Assim, pode-se dizer, com segurança, que está dentro dos padrões de normalidade mental,...

essas informações dicotomizam todo o comportamento, ora acentuando a ausência de sintomas (não alucina, não delira) e de comportamentos indesejáveis (não é agressivo), ora evidenciando a educação disciplinar (é calmo, atento, colaborante).

Essas mesmas dicotomias são observadas no registro dos comportamentos da moral social; como é possível perceber na seqüência seguinte:

(L5§5): não goza de má reputação na cidade na qual nasceu e vive, vem de família bem constituída e unida

são dicotomias que servem para corroborar os dados da avaliação calcada em critérios psicopatológicos. Quer dizer, além de não apresentar sintomas psiquiátricos, o sujeito não apresenta nenhuma anormalidade social, ou sintoma social. Mas, de fato, o que seria um sintoma social? Essa pergunta, que não se pretende responder, serve para apontar a naturalização, a dobra já instalada na linguagem, o externo que se torna interno e vice-versa, corroborada pelo raciocínio dicotômico: se ninguém nota qualquer anomalia, se socialmente o sujeito goza de boa reputação, se a família segue os parâmetros de normalidade, não há razão para se verificarem sintomas relativos à conduta moral do indivíduo.

Esse tipo de lógica de pensamento implica necessariamente na regra do ou ... ou. Não permite pensar que o sujeito pode ser visto pela lógica da conjunção “e”; que

implicaria em se pensar um sujeito que pode ter boa reputação, família bem constituída, e, ao mesmo tempo, apresentar problemas morais.

Essa lógica dicotômica que separa os elementos em polaridades, essa estatística que distribui os indivíduos em curvas normais, essa regra excludente que opera na oposição “ou ... ou” se instala no discurso científico tradicional, naquele discurso científico calcado no empirismo e na positividade. Essa ciência opera pelo enquadre e pela previsibilidade nos quadros estatísticos, que apontam tendências de normalidade e anormalidade, dentro de uma certeza estatística que permite enunciados como

(L5§6): Assim, pode-se dizer, com segurança, que está dentro dos padrões de normalidade mental,...

Em enunciados como esse, observam-se marcas do tipo “assim”, que funcionam como operadores de “consequência”, fazem o papel de, ao mesmo tempo, significarem “desse modo” ou “conseqüentemente”, funcionando como um elemento conclusivo, que é reforçado pelo modalizador apreciativo “com segurança” que, nesse caso, pode ser associado ao método cartesiano, ou seja, pode ser glosado por como cada elemento foi examinado, como o método prescrito foi seguido passo a passo, então, pode-se afirmar

(L5§6): com segurança, que está dentro dos padrões de normalidade mental,...

Desse modo, a lógica científica deixa marcas e dá segurança ao examinador, ou melhor, permite ao avaliador afirmar que aquilo que examinou seguiu um método que garante segurança de conhecimento positivo.

Com o registro da disciplinaridade ou do poder disciplinar, ocorre um deslocamento histórico do exercício do poder e da punição do crime para o criminoso (FOUCAULT, 1987). Não quero aqui dizer que haja crimes nos registros acima, apenas ratificar que cada sujeito examinado está sendo abordado em sua individualidade, enquanto singularidade responsável por toda a sua produção ou ausência dela.

Nesses registros, podemos relacionar e evidenciar a questão da loucura, analisada por Foucault (1997), na análise antropológica de sua tese *História da Loucura na Idade Clássica*, na qual o filósofo enuncia a loucura como desrazão e, conseqüentemente, também como índice da impossibilidade de produção e ausência de obra na modernidade. O

sujeito, então, passa a ser considerado pelas lógicas da razão, da produção e da disciplina individual, o que ocorre em L1§2,

Já os pais dizem que a deixaram lá para que cuidassem dela enquanto a mãe trabalhava, e mesmo assim isso só ocorreu após o desmame da menor e o nascimento do filho mais novo,

notamos não somente um relato incoerente da conduta da mãe (ou uma conduta incoerente relatada) que deixa um filho com os avós enquanto os outros não são citados, dando a entender que somente a filha em questão foi entregue aos avós e discriminada. Observe-se que tal incoerência não desperta nenhuma estranheza ou curiosidade no perito.

Talvez o foco da atenção seja de tal importância que a escuta do perito se fez somente em relação à criança que estava em disputa, um efeito provável da individualização. Mas, certamente, essa individualização é vista disciplinarmente como controle segmentado com fins ao bem coletivo, tal qual o controle do comportamento sexual, como observa Foucault (1988). E são de tal forma individualizadas as responsabilidades e as disputas, que há um deslocamento da noção de conflito. O problema, aqui, já não diz respeito à educação ou proteção das crianças nem às condições de vida da família ou das crianças. O tema de que se trata são as condições de um filho em separado, um caso individual.

O sistema jurídico trata cada caso com uma lógica tão disciplinar que cada demanda é vista separadamente, sem ver o conjunto das relações. A sentença se constrói em cada causa. Isso se percebe, também, na forma de ver o próprio conflito como disciplinar, como um conjunto inseparável de verdades sobre um único objeto. Então, temos uma solução disciplinar para cada desvio normativo e, conseqüentemente, um corretivo específico. O conflito jurídico tem, em seu final, a solução com uma sentença. Ao terminar um processo, para a justiça, termina também o conflito específico; não são levados em conta os conflitos que surgirão da própria sentença.

Entretanto, há formas de se interpretar e se relacionar com os conflitos. Estes, nas esferas jurídica e administrativa, são abordados de forma distinta daquela vista e abordada pelo campo da psicologia e, até certo ponto, são abordagens opostas.

Se, para a justiça, o conflito termina com a sentença, para a Psicologia, é o começo de um novo conflito. Que razão há, então, para a construção de laudos que encerram um conflito e imediatamente iniciam outros? Que razão há para uma escrita psicológica que, de uma certa forma, inicia novo conflito? Não nos esqueçamos: estamos diante de um poder que se caracteriza fortemente pela disciplinaridade. Nesse contexto, não se discute a resolução de conflitos, mas o controle disciplinar de cada indivíduo pela linguagem. Assim, a escrita do laudo psicológico fundamenta um ato jurídico disciplinar, por exemplo, de detenção, mas esse ato jurídico provoca alterações na vida social dos indivíduos e, conseqüentemente, torna aqueles que são alvos dessa alteração (detenção) e envolvidos indiretamente por esse ato social (filhos, pais etc.) tema de outros textos psicológicos.

A Psicologia, enquanto ciência de exame, a que constrói um saber sobre o sujeito que examina, nasce como um ramo do sistema jurídico-penitenciário⁴⁸, ou sistema disciplinar, visto que está mais preocupada na reeducação do indivíduo, ou no controle de seu corpo, já que de nada ajudaria no sistema disciplinar o perdão, a redenção ou, até mesmo, o aniquilamento de um sujeito indisciplinado.

Esse sujeito moderno precisa saber, então, que não escapa da escrita psicológica, forma construída para a expressão individualizada, instituída nos moldes da disciplina, da normalização e da vigilância: educar (formar) cada sujeito é promover o controle social normatizado; é, também, pôr em prática uma biopolítica relacionada à criação e à adequação de comportamentos individuais ou ao uso dos corpos; é, por fim, criar registros de enquadre padronizados segundo os arquivos que contêm o índice do que é de interesse do Estado.

Há, em L3, um lapso de linguagem que chama atenção pela naturalização do papel disciplinar da Psicologia. Diz o avaliador escolar:

(L3§10): Diagnóstico: O paciente apresenta transtorno de personalidade anti-social, CID-10: F60.2 + F91.3.

⁴⁸ Pode-se tomar o livro de Michel Foucault (coord.) *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...* (1977), como exemplo da prática da Psicologia como ciência disciplinar a serviço do sistema jurídico-penitenciário no séc XIX, portanto, trabalho do início da ciência psicológica moderna.

O avaliando foi designado *paciente*. É evidente que, como já vimos acima, todos os casos em que são identificados transtornos mentais, como hoje são chamados os desvios estatísticos da normalidade, são, certamente, encaminhados a tratamentos psicológicos, nos quais se busca com frequência a normalidade, a adequação, em outras palavras, a disciplinarização do sujeito. Mas, a palavra “paciente” também carrega outros efeitos de sentido. O paciente é o sujeito da paciência ou da passividade. O paciente, então, é o que padece, é aquele que está sujeito à ação de outrem, submetido ao controle do outro, sujeito do *Pathos*, do sofrimento e da paixão. Pode ser também o doente, sujeito ao tratamento profissional (BERLINCK, 1997; BERLINCK, 2005).

Qualquer desses significados remete o sujeito a uma posição sujeito, hierarquicamente posta abaixo do avaliador e sob uma doença. Paciente porque sujeito a outrem, numa hierarquia de relações pessoais, e sujeito a uma doença ou a um outro desvio da normalidade, numa relação com as suas próprias características. Nesse caso, é designado “paciente” porque está sujeito a uma avaliação profissional, a qual não pode recusar ou escapar, e paciente porque é portador de um transtorno mental, como se esse transtorno fosse algo externo que o atacou e que, agora, ele carrega, como um portador involuntário.

Então, o laudo psicológico, peça componente dos arquivos do Estado, registra em linguagem psi, mas, também, em discurso imbricado com os demais discursos disciplinares da administração das populações, os exames dos sujeitos disciplinares: em primeiro lugar, dos sujeitos que foram encaminhados por força de lei, sujeitos desviantes da norma – criminosos, doentes, desocupados...; em segundo lugar, dos sujeitos submetidos pelos trâmites administrativos do Estado e das instituições sociais, nos processos de seleção para o trabalho, na seleção dos candidatos a cargos públicos das áreas de segurança e saúde, entre outras, pelos exames de candidatos a habilitarem-se como motoristas, pelos processos de promoção ou retenção de escolares, entre tantos outros lugares, onde já se naturalizou o controle administrativo-disciplinar.

Em terceiro e último lugar, surge, nos laudos, o sujeito que se encaminha ao exame, aquele que, não compreendendo seu próprio desempenho ou sua condição social e por força do efeito da introjeção e da governamentalidade, procura espontaneamente os serviços psicológicos em busca de uma linguagem que explique, justifique ou,

simplesmente, ponha em discurso sua própria história; desta forma, tal discurso auxilia a criação de uma narrativa em linguagem psi, que é, hoje, a que mais identifica o sujeito disciplinar com as gramáticas administrativas e institucionais.

Assim, os arquivos do Estado são compostos, também, pelos conceitos psi; neles, pode-se localizar a história dos conceitos, além da história individualizada de cada sujeito e da história da distribuição das populações em quadros estatísticos - demonstrações da existência “real” destes conceitos. As estatísticas, resultados diretos dos registros dos exames disciplinares em linguagem psi, constroem as classificações, seja das normalidades, seja dos desvios.

Essa história dos arquivos é a história dos dispositivos de controle das populações. A normalidade, expressão da média estatística ou do comportamento desejado é, por consequência, a expressão da normalidade e os desvios são a raiz da primeira dicotomia administrativo-disciplinar: o normal e o patológico. O registro do exame da normalidade tem por finalidade classificar o sujeito e, preventivamente, encaminhá-lo às instituições mais apropriadas de educação, prevenindo o risco do desvio; todavia tem também por finalidade punir ou encaminhar às instituições de reeducação aqueles cujos desvios não interessam ao Estado. Esse encaminhamento configura-se como a exclusão legitimada da qual alguns jamais retornam.

Contudo, esse encaminhamento ainda é, pelo que foi observado nos laudos selecionados para nossa análise, resultado de exame disciplinar e, portanto, legitimador da responsabilidade individualizada. O sujeito é esquadrinhado como indivíduo, unidade autônoma, e não tomado como resultado de uma construção das tecnologias de subjetivação ou dos agenciamentos maquínicos institucionais do Estado.

5.2.4 – Biopoder: uma escrita sobre o corpo

Os textos dos Laudos apresentam marcas, já naturalizadas, nas relações e na racionalidade que se inscreve na lógica dos laços sociais e na regulação dos corpos, temas

que Foucault (1988) organiza na definição do que chamou de Biopoder. Nesse texto, *A história da sexualidade: a vontade de saber*, há muitos conceitos que nos permitem ver como os laudos, como os que estamos analisando, puderam ser escritos e, mais que isso, como puderam se constituir em produções de uma instituição como as jurídicas (nos fóruns), nos órgãos de proteção e controle social (conselhos tutelares), educacionais (escolas) e de trabalho (empresas).

A vontade de saber se traduz por uma série de dizeres considerados verdadeiros. Essas verdades ou esses saberes são produções (de uma sociedade) engendradas em lógicas e práticas, em dizeres e regras de produção e de funcionamento do próprio sujeito para torná-lo dócil e útil. Os mecanismos de regulamentação das populações tratam de articular os dispositivos de controle do sujeito com os mecanismos de controle das populações. Isso põe em relação mecanismos de sujeição individual e mecanismos de normalização da população.

O dispositivo do biopoder foi instalado na sociedade ocidental a partir do exame detalhado da sexualidade, com os objetivos de conhecimento de seus desejos mais íntimos e secretos e de controle da natalidade. Mas, progressivamente, foi ocupando mais e mais espaço nos dizeres.

Segundo esse ponto de vista, não há efetivamente um controle ou uma repressão da sexualidade, há, e de forma bastante palpável, controle dos dizeres, seja dos enunciados que regulam o que se pode dizer, seja das enunciações que indicam quem e quando se pode dizer. O dispositivo da confissão foi central no início do biopoder e a sexualidade tornou-se o cerne dos exames.

O biopoder, iniciado pela confissão católica, aos poucos e por meio dos discursos médicos e terapêuticos, foi se ampliando, se deslocando para os discursos morais, médico-psiquiátricos e, por essa via, chegou à psicanálise que, inicialmente, faz um exame do inconfessável, ou seja, do esquecido, do recalcado ou do inconsciente e, conseqüentemente, atinge um caráter mais científico. Para Foucault (1988), mesmo durante o período inicial da prática da confissão, não houve um mecanismo de repressão da sexualidade, mas, ao contrário, uma multiplicação dos discursos sobre a sexualidade; logo, no lugar da repressão, Foucault propõe que seja observada a produção de discursos, de

normalização social e de controle não somente do sujeito-indivíduo, mas, agora, do sujeito-espécie normalizado.

Alguns recortes permitem observar como operam os mecanismos de confissão. Observemos em L1 e L2:

(L1§4): ...Ela também confirmou que estava sob o efeito de bebidas alcoólicas no dia da briga com os avós, passando mal em frente a casa dos mesmos...

(L2§16): B.R. diz que não deveria ter “gastado dinheiro” com outras mulheres, diz que ela não pode exigir “que o homem não busque alternativas para ser feliz sexualmente, como todo homem faz”.

Por meio dos verbos “confirmar”: (*confirmou que estava sob efeito de bebidas*) e “dizer” (*diz que não deveria ter “gastado dinheiro”*), o laudo enfatiza o caráter confessional de tais afirmações. Utilizando-se do discurso indireto, a autora do laudo reforça sua argumentação: ao trazer a palavra do outro e destacá-la, entre aspas, legitima a autoridade do seu dizer e isenta-se do efeito de sentido da interferência direta; dá um efeito de verdade e aponta para o desejo de neutralidade e afastamento que garantem a autoridade do laudo. Essa estratégia discursiva (discurso indireto acoplado ao discurso direto) propicia ao autor criar uma narrativa confessional. Sabemos que, na confissão, há uma pergunta ou assertiva moral sobre o sujeito, sobre seus atos, o qual é impelido a responder de forma a admitir sua falta, admitir-se devedor moral ou em pecado, reconhecer-se culpado.

Esse caráter confessional se faz associado em L1 a dois aspectos do mesmo comportamento: a bebida e a briga. Fez uso da bebida, supõe-se, com exagero, pois passava mal em função de ter bebido e, por isso, também brigava. Podemos aqui inferir a falta de autocontrole, o que indica um aspecto moral e um aspecto do governo de si. Esses dois pontos indicam necessidade de corretivos na sociedade disciplinar, quais sejam: a disciplina e a medicalização da perversão. Isso implicaria em um encaminhamento psiquiátrico, pois a bebida em excesso indica falta de disciplina e de autocontrole, um problema associado, agora, à psiquiatria e não mais à religião ou à polícia, como até o século XVII. Em L2 (§8 e §16), a confissão se faz justamente em torno da questão da sexualidade, mas envolve também o governo de si no âmbito financeiro.

No recorte de L1§2, outro fator de controle sobre o corpo e o trabalho feminino é citado

(L1§2): Já os pais dizem que a deixaram lá para que cuidassem dela enquanto a mãe trabalhava, e mesmo assim isso só ocorreu após o desmame da menor e o nascimento do filho mais novo...

dá indícios de uma decisão que, não sendo a mais aceita, já vem com uma justificativa *...isso só ocorreu após o desmame*. Equivale a dizer que, sabendo do erro, optou por uma mal menor.

Na medida que o biopoder vai se disseminando, enquanto conjunto de mecanismos de controle da população, a medicina vai se reforçando como saber e como técnica administrativa. Foucault (1988), na última parte da obra *História da Sexualidade – vol. 1*, chega a falar dos poderes de deixar viver, deixar nascer, regulando a população em favor do poder e do equilíbrio do Estado.

Uma grande marca da medicalização emerge no texto, mas sequer uma menção é feita a ela. Um recorte de L1 da fala da avó (Sra B):

(L1§3):...Quando a sra L. engravidou de F., a sra B. diz ter insistido para que a sra L. procura-se um médico, já que a sra L. dizia não desejar a gravidez por falta de condições para criar a menor,...

aponta que, frente a um problema da vida, deve-se procurar um médico, buscar uma solução médica para o problema. Talvez o apagamento da medicalização do aborto, sugerido pelo registro da insistência para se procurar um médico devido à falta de desejo e também de condições para criar a menor, por parte da autora do laudo, com total denegação desse comportamento, denuncie resistência a uma velada proposta de aborto, quando foi sugerido o encaminhamento da grávida ao médico.

Ora, o aborto é ilegal no país, mas talvez isso ocorra por uma regra moral que atravessa as relações sociais, já que o aborto é cercado por um certo tabu: embora já se faça presente em textos que abordam teoricamente o tema, não está nos discursos do cotidiano das instituições de saúde, das repartições públicas, da educação, dos meios de controle social e não aparece como enunciado médico legal. Além disso, nas campanhas em defesa

da vida há discussões sobre a fertilização *in vitro* sem, no entanto, enunciarem que o problema do descarte do embrião possa ser caracterizado como aborto.

Contudo, o aborto surge apenas como uma inferência, porque uma avó que sugere um aborto indica que seu neto não é desejado por ela própria ou, pelo menos, que a gravidez não seria desejada naquele momento. Nesse caso, avó e mãe estariam de acordo com a rejeição dessa criança. Mesmo que não fosse o caso do aborto, mas um outro encaminhamento médico, a indicação de um profissional significa que ali há um problema que precisa ser resolvido por um especialista que pudesse propor uma solução médica. Há, aqui, resumidamente, uma equação: criança é igual a problema, e a resolução do problema se dá com a medicalização da questão.

Notamos, então, novamente, uma contradição não explorada: a mesma avó que, insistentemente, sugere o médico, pede agora que a criança permaneça sobre sua guarda, ou, pelo menos, não quer que a criança fique com sua mãe todo o tempo. Se não há um conflito há, ao menos, uma mudança de posição frente a essa criança. Se, de início, era rejeitada, agora é desejada.

A hipótese que apresentamos acerca da não menção de um possível mecanismo de defesa de formação reativa tem como causa o interesse central nos âmbitos da normalização da população. A escrita do laudo revela essa tendência normalizadora em detrimento do registro das condições de vida e da emergência do sujeito. Em outras palavras, nesse laudo, o trabalho disciplinar se sobrepõe totalmente ao da análise psicológica-psicanalítica. Nesse caso, o mecanismo de defesa de formação reativa, conceito psicanalítico (Laplanche; Pontalis, 2001: 200), indica que a avó, que não pode assumir sua rejeição ao neto devido a um rigor super-egóico, assume a função de protetora da neta e, não sendo espontânea sua reação, escapam sinais de desejo reprimido da rejeição que camufla, ou busca esconder, com uma superproteção constante.

O biopoder diz muito a respeito da procriação e da educação dos filhos e podemos identificar, nos 4 laudos escritos por psicólogos, algumas regularidades discursivas das vinculações morais e dos papéis masculino e feminino nesse campo. Em L2§:

(L2§11): A mulher queria ter filhos, mas B.R não aceitava, dizendo não ter tempo para crianças. (L2§17): O SR.B.R. afirma que M.R., assim como ele, sempre concordou em não ter filhos, pois dão muito trabalho e atrapalham a vida do casal[.]

é possível observar o papel da mulher em relação ao desejo da maternidade (queria ter filhos) e a resistência masculina (não ter tempo para crianças); além da prevalência da voz masculina indicada pela afirmação da concordância (sempre concordou em não ter filhos). No recorte de L1§3,

Além de F., a sra L.tem mais dois filhos, um mais novo que F. e uma mais velha,

podemos notar, como o problema se instaura, efetivamente, na esfera da maternidade e não da paternidade ou da parentalidade. Os filhos não são identificados como do casal, aparecem somente como filhos das mulheres, apontando, assim, para um aspecto moral ou para uma visão machista que impera em alguns segmentos da sociedade brasileira.

Essa articulação entre a escrita dos laudos e as regularidades discursivas, machistas ou de responsabilização e submissão feminina, nos casos acima, aponta para uma legitimação dos estigmas acerca do homem e da mulher. Essa naturalização dos papéis sociais, feminino(s) e masculino(s), cria uma realidade social na qual se agregam as responsabilizações morais e econômicas conseqüentes aos atos de cada gênero. Essa mesma articulação, ao discriminar tais responsabilidades, atribui valores distintos aos atos de cada gênero e, a partir dessa escrita, legitimam-se também os componentes morais, éticos e estéticos. Observe-se que há uma discriminação do papel da mulher atual que, neste momento histórico, acaba por ser visto como atributo natural feminino, na associação entre sexualidade, feminilidade e moralidade nos laudos.

A moralidade se evidencia nos recortes a seguir

(L4§1): Apesar de ser solteiro, tem uma filha que convive com ele.

(L3§3): particularmente em relação aos genitores, detectou-se na figura paterna dificuldades de se impor, tendo o mesmo história de dependência alcóolica. Na figura materna, observou-se uma excessiva autoridade.

O articulador argumentativo “*apesar*” (introdutor de uma oração concessiva) vem marcar essa posição moral, apontando, sobretudo, para um pré-conceito: solteiro não tem (ou não deve ter) filhos.

Há, também, estratégias discursivas no controle do comportamento feminino que abordam as relações de maternidade. Em L2§11, a mulher queria ter filhos, mas o marido não aceitava. Essa mulher (*M.A.*), que é apresentada como submissa - pois aceitava o desejo do marido- e como frágil - uma vez que não conseguia se impor -, sugere que a condição da mulher na sociedade é, de fato, inferior à do homem e que a repressão e a submissão são possíveis e legítimas, dadas as condições da própria natureza feminina, seja em relação à maternidade ou à força física e moral.

Caso essa estratégia de submissão e repressão falhe, resta à mulher o julgamento moral da imprevidência. Em L1§3, vemos que há uma filha mais velha que parece ser somente responsabilidade da mãe. Vemos, ainda, que no laudo, a filha mais velha é apresentada como *filha de outro relacionamento da sra L* e o filho mais novo aparece no enunciado como filho de seu atual relacionamento. Essas apresentações indicam que o autor do laudo sugere que essa mãe ora engravidada de um parceiro, ora de outro. Dessa forma, o outro relacionamento emparelha-se ao atual; assim, ambos parecem relacionamentos instáveis, uma vez que foram iniciados impulsivamente e parecem ser facilmente descartáveis, tudo isso porque são relacionamentos mantidos por essa mesma mulher, ela própria inconsequente em relação aos seus atos. Há aí um preconceito e um julgamento que indicam ocorrer um controle discursivo sobre o comportamento feminino.

A gravidez ou a não procriação, o aborto ou a preparação para a maternidade, a medicalização da vida reprodutiva e a moralização das condutas sexuais, principalmente as femininas e homoeróticas (em nosso meio), e, também, a normalização das condutas familiares podem ser compreendidas por meio do exame das construções discursivas. Com isso, observamos que não existe um desejo de gravidez ou um encaminhamento a um aborto que não sejam construções sociais estritas e que não funcionem como um dispositivo de controle e exercício de poder sobre as populações. Tudo isso se manifesta pela linguagem na forma de pré-conceitos.

Maternidade responsável, saúde reprodutiva, sexualidade, direitos reprodutivos, entre tantas outras expressões atuais, vêm nos mostrar como os discursos produzem sujeitos e, na esfera reprodutiva, todos esses termos se referem mais à mulher e muito pouco aos homens, criando um viés de responsabilidade e novas categorias de sujeito. Podemos ver claramente nos artigos de Catharino (2003), Catharino e Giffin (2002), e no de Ávila (2003) que há dispositivos de controle operando e como estão dispostos em esfera mundial. Ao se falar em problemas relativos ao aumento populacional, a mulher é colocada no centro das discussões, juntamente com as discussões sobre os métodos contraceptivos, temas quase indissociados.

A produção de discursos associada à vontade de saber se liga, a cada lance, às verdades que são compartilhadas pelos segmentos sociais e, também, às classificações das populações e indivíduos, e aos mecanismos de produção das subjetividades. Assim, podemos compreender que as questões das mulheres (como de qualquer outra população), embora pareçam a elas próprias questões genuínas e naturais, são construções históricas, nas quais o sujeito acredita que ele próprio seja o autor de si, mas isso é apenas efeito da governamentalidade, aqui ligada ao biopoder.

Estamos falando, nesses últimos parágrafos, das construções sobre a feminilidade, efeitos de biopoder, aplicadas à reprodução humana e à sexualidade. Esse é o dispositivo que Foucault chamou de biopolítica. Esse dispositivo não tem apenas implicações de nomeações, classificações e produção de sujeitos, mas cria novas regras de classificação e novas categorias de sujeito. Num primeiro momento, Foucault (1988) falou da histerização do corpo das mulheres e estamos frente a um texto que não fala de uma mulher ou de uma família, mas de um conjunto de condições próprias de muitos sujeitos e grupos sociais.

Essa construção social nos coloca agora frente a uma categoria nas classificações quanto à normalização dos sujeitos e, conseqüentemente, às novas classificações dos desvios dessa norma. Os textos contêm inúmeros recortes que justificam pensarmos numa nova categoria de sujeito.

Retomando o recorte L1§2:

...a deixaram lá para que cuidassem dela enquanto a mãe trabalhava, e mesmo assim isso só ocorreu após o desmame da menor e o nascimento do filho mais novo....

podemos notar que a essa mãe associam-se os verbos “trabalhar” e “amamentar” numa relação de consequência: como já havia ocorrido o desmame, pode trabalhar. Essa condição reflete valores modernos só possíveis à mãe trabalhadora, que exerce trabalho remunerado, o que, anteriormente, era tarefa exclusivamente masculina. Essa condição também é própria da mãe moderna, construção das últimas gerações, a quem compete a amamentação, anteriormente, tarefa das amas de leite (Ariès, 1986). Somente para mulheres da atual sociedade emerge o conflito entre trabalho e aleitamento materno; somente nessa nova posição surge essa condição subjetiva (SANDRE-PEREIRA, 2003).

Os recortes discursivos

(L1§3): ...a sra L. dizia não desejar a gravidez por falta de condições para criar a menor,...

(L2§11): A mulher queria ter filhos, mas B.R não aceitava, dizendo não ter tempo para crianças.

nos revela uma outra relação entre desejo consciente e condições de vida para arcar com suas consequências. Não vamos discutir o conceito psicanalítico de desejo, mas, o desejo é aqui tomado como uma categoria motivacional, como o que gera no sujeito uma vontade em relação a um objeto. Mesmo assim, vale ressaltar um conflito dessa nova construção social: a mãe que precisa ter condições sociais, econômicas de trabalho e ganho, para se sentir autorizada a gestar (L1). A percepção da criança como alguém que exige trabalho e consome tempo pode se associar à primeira no sentido de complementar essa lógica: a criança consome; por isso, são necessárias condições sólidas para tê-las.

Mas, no caso de L1, se não desejava, como e por que engravidou? Essa pergunta não estranharia a qualquer psicanalista clínico, habituado ao trabalho com o desejo. Essa gravidez, portanto, é fruto de um desejo inconsciente e não o resultado de um ato racionalizado, de um pensamento consciente, sob o controle do sujeito.

Quanto à relação com o marido, o recorte seguinte (L1§4):

...A Sra L. relata que permitiu que F. ficasse com os avós por insistência do marido, e porque F. era muito apegada a avó, porém nunca “deram a neta para os avós criarem”

mostra uma certa submissão feminina, pois acata a insistência do marido, mas, sobretudo, marca uma resistência por parte da mãe:

porém nunca “deram a neta para os avós criarem”

o que pode indicar a permissão da mãe, é o verbo permitir significando tolerar, abrir uma concessão, mas, o texto do laudo ressalta que não foi por desejo próprio da mãe que a criança ficou sob os cuidados dos avós nem só pela insistência do marido: essa criança também era muito apegada à avó. Resta saber como se formou esse apego⁴⁹, desde quando existe e quais as condições da mãe e da família, como um todo, que criaram a brecha para esse apego com a avó.

Apesar do efeito de fidelidade criado pelas aspas (“*deram a neta para os avós criarem*”) no enunciado acima analisado, a escrita do laudo recria a cena familiar, e ao recriá-la permanecem preocupações tipicamente ligadas à psicologia, como por exemplo: vinculação e apego (*apegada a avó*), que são traços das interferências da escrita psicológica sobre a cena familiar.

Também há marca da submissão feminina em L2, pois há uma diferença nos relatos do marido e da esposa quanto ao desejo de engravidar; a fala do marido, segundo o autor do laudo, é a seguinte:

(L2§17): O SR.B.R. afirma que M.R., assim como ele, sempre concordou em não ter filhos, pois dão muito trabalho e atrapalham a vida do casal.

Ainda, segundo o mesmo autor, a fala da esposa é:

(L2§11): A mulher queria ter filhos, mas B.R não aceitava, dizendo não ter tempo para crianças.

⁴⁹ Apego é um conceito da Psicologia do Desenvolvimento que expressa a tendência de um recém-nascido a utilizar-se de recursos que mantenham proximidade física de um adulto chamado de significativo, que é aquele que lhe dá segurança. Por exemplo: reflexo de preensão ou choro infantil, no caso humano. Ver Bowlby, John. *Apego, Reparação e Perda*. V. 1. São Paulo: Martins Fontes: 1993.

Ora, concordar com ele não significa desejar como ele. O que se entende dessas duas colocações acima citadas é que ela desejava filho(s), mas ele não; por isso, a voz dela foi apagada.

Outros efeitos relativos à histerização da mulher podem ser vistos nos excertos

(L1§4):...*Ela também confirmou que estava sob o efeito de bebidas alcoólicas no dia da briga com os avós, passando mal em frente a casa dos mesmos. E que foi procurar o conselho tutelar após esta briga, para obter seus direitos de mãe...*

(L2§9): *Inconformada M.R começou a gritar quando foi surpreendida por uma bofetada.*

(L3§3): *Na figura materna, observou-se uma excessiva autoridade, bem como comportamento ambivalentes nos métodos disciplinares utilizados com o filho, ora se mostrando indiferente, negligenciando nas condições essenciais de desenvolvimento, ora abusando do seu poder, com castigos físicos exagerados, ficando evidenciado o caráter conflituoso na interação familiar.*

(L5§7): *A mãe é culturalmente muito fechada, e, portanto, com predisposição psíquica para interpretações erradas sobre o sexo.*

L1 (§3 e §4) relata uma relação com o álcool que, mais tarde, na redação, será retomada como sendo de uso excessivo. No entanto, além do tom confessional em *Ela também confirmou que estava sob o efeito de bebidas alcoólicas...* temos um relato de descontrole, a sequência de enunciados indica que... *estava sob o efeito de bebidas → passando mal em frente a casa dos mesmos → foi procurar o conselho tutelar após esta briga → para obter seus direitos de mãe*, indica que ações foram desencadeadas sob o efeito do álcool, de forma indistinta e irrefletida. Sob efeito do álcool, essa mulher brigou com o sogro e a sogra e, como estava em frente a casa, dá a impressão de ter gerado um escândalo público. Todas essas atitudes são incompatíveis com a sobriedade disciplinar que se espera de quem reclama o direito de administrar a vida do filho, sob o ponto de vista da governamentalidade e da disciplinaridade. Contudo, veremos no próximo subitem de

análise, como tais atitudes são compatíveis com as concepções de sociedade do espetáculo, sujeito do consumo e pulsional.

Se, como vimos anteriormente, sobre essa mulher já haviam sido atribuídos problemas morais, agora, se atribuem problemas de disciplina e controle, que afetam até o corpo (*passando mal em frente a casa dos mesmos*), que provoca o efeito de conformidade de o quanto essa mulher era doente, desequilibrada, ou histérica.

L2§9 retrata uma cena identificada como de uma mulher histérica gritando, quando foi surpreendida por uma bofetada. Essa surpresa, a bofetada, tem o efeito de criar uma imagem de alguém que grita sem olhar nada em sua volta, razão da surpresa, pois se estivesse gritando, mas sob controle, não seria surpreendida.

Mais uma vez, associa-se o corpo feminino ao (des)controle e a imagem de alguém que precisa ser contido por outro, já que não se controla a si e ao próprio corpo. Observe-se que, tanto em L1, quanto em L2, há motivações ligadas à sexualidade e à moralidade, ou seja, há o implícito da repressão, que segundo o discurso psicanalítico já disseminado, está na origem do comportamento histérico.

L3§3 discorre sobre o comportamento materno ambivalente que ora age com displicência, ora com rigor excessivo, cabendo praticamente só a ela, segundo a autora do laudo, o caráter conflituoso na interação familiar. Entretanto, esse laudo também menciona o alcoolismo do pai (*detectou-se na figura paterna dificuldades de se impor, tendo o mesmo história de dependência alcóolica*), mas o apaga completamente ao relatar os conflitos familiares. Sem nos alongarmos no assunto, no recorte de L3 acima, o papel da mãe, inegavelmente, parece influenciar mais o comportamento do filho do que o alcoolismo do pai, segundo a autora do laudo.

L5 faz um apelo mais sutil, mas, por isso mesmo, mais pertinente a uma vinculação à genealogia da histeria. Essa menção a “*mãe culturalmente muito fechada*” (§7), remete-nos à história da repressão feminina, que, como vemos em Kehl (1998), está ligada a uma produção de um corpo histérico que, embora erotizado é impedido culturalmente de se expressar e deforma, assim, as interpretações sobre o sexo.

Em L1 (§3 e§4), a relação com o álcool dá significado de descontrole e implica em definir igualmente tanto a briga, quanto a procura do Conselho Tutelar, como desatinos

cometidos por alguém embriagado. Da forma como foi relatada a procura ao Conselho Tutelar:

(L1§4): ...E que foi procurar o conselho tutelar após esta briga...

parece que foi, ainda em embriaguez, procurar o Conselho Tutelar. Isso dá o efeito de sentido de uma busca de direitos sem amadurecer o suficiente o próprio desejo; dá o colorido pulsional do sujeito que busca a satisfação imediata a qualquer custo, um desatino, pois foi feito sob efeito do álcool e após uma briga em busca de seus direitos. Mas, seria isso mesmo ou justamente o contrário? Ou seja, seria o álcool a causa dos desatinos ou seria o sofrimento a causa do álcool? Enfim, essas perguntas não fazem parte da lógica vigente, o álcool, como outras drogas, é percebido como um problema em si, e não como um sintoma.

Mas o álcool ainda pode ser visto de outras formas. No recorte L1§7,

...O uso excessivo de bebidas alcoólicas pela sra L. e sr R. também deve ser considerado, já que segundo a fala da sra. B, isto prejudica a criação dos filhos do casal (fala esta também de autores em psicologia infantil). Porém, este fato pode sofrer modificação, já que agora o casal se diz estável e proprietários de uma casa, o que os faz acreditar serem capazes de cuidar de F...[,]

podemos observar uma outra lógica que afirma que *este fato pode sofrer modificação, já que agora o casal se diz estável*, enfim, agora a escrita sobre o álcool reaparece sob forma de sintoma, já que, se o casal se diz estável, então, não beberá tanto. Nesse recorte, observa-se a volta do discurso indireto que aponta para uma objetividade, assumida pelo psicólogo como postura de isenção, imbricando o discurso científico com o discursos da moral social e da educação. Ao recorrer aos *autores em psicologia infantil*, busca reforçar, também, a autoridade e isenção do texto (científico), dando-lhe maior caráter técnico e, portanto, não moralista e não opinativo ou parcial.

Nesse mesmo laudo (L1§7), vemos que

... isto prejudica a criação dos filhos do casal (fala esta também de autores em psicologia infantil)...

considerando o álcool como evento ou prática prejudicial, sem apontar quais são os prejuízos, o autor do laudo reafirma que a assertiva é também expressa por autores de psicologia infantil, sem citar, porém, nenhuma referência bibliográfica. Assim, a vontade de verdade se concretiza com uma observação de leigos, ou seja, quando uma experiência individual ou coletiva coincide com um dizer científico e ganha valor social. E, mesmo havendo uma indiferenciação sobre a consideração do álcool como sintoma ou como um problema primário, a vontade de verdade se faz presente novamente ao afirmar que

(L1§7): ...Porém, este fato pode sofrer modificação, já que agora o casal se diz estável e proprietários de uma casa...

O álcool é mencionado também em outros laudos, sempre associado à moral e ao autocontrole. Vejamos:

(L3§3): detectou-se na figura paterna dificuldades de se impor, tendo o mesmo história de dependência alcóolica

(L4§1): ...Apesar de ser solteiro, tem uma filha que convive com ele. Diz não ter nenhum vício como fumo, álcool e drogas,...

(L5§8): não fuma, não bebe bebida alcoólica (só socialmente e pouco), não joga jogos de azar.

Mais do que vontade de verdade, observa-se o exercício do poder da interferência na vida de cada sujeito. Afirmar que o consumo de álcool pode, em L1§7:

sofrer modificação já que agora o casal se diz estável...

é considerar-se poderoso o suficiente para prever o futuro do casal, é afirmar que há nexos causal entre estabilidade e consumo de álcool, é também afirmar que o consumo exagerado de álcool é sintoma de instabilidade, logo, indivíduos estáveis (proprietários de uma casa) são menos propensos ao consumo exagerado de álcool.

Entretanto, não aparece nexos causal entre o álcool e a estabilidade, em L3§10:

O paciente apresenta transtorno de personalidade anti-social, CID-10: F60.2 + F91.3.

Encaminhamentos: Encaminhado para tratamento psicoterápico e acompanhamento psiquiátrico.

mesmo o pai apresentando problemas de alcoolismo, sequer é mencionada qualquer influência ou relação entre o comportamento do adolescente ou do funcionamento familiar com esse fato. Somente o adolescente é diagnosticado e encaminhado: ter pai consumidor de álcool parece não ser considerado um problema familiar, pois na hora de se caracterizar o adolescente e o encaminhar, são feitos somente procedimentos centrados no filho. Observa-se, então, um parâmetro disciplinar ao dissociar o sujeito do seu ambiente e responsabilizá-lo, individualmente, pelo seu comportamento.

Embora esteja se considerando o álcool como um problema de comportamento, não se pode deixar de focalizá-lo como movimento típico da medicalização. E não se pode, também, deixar de observar que o discurso médico invade o discurso do comportamento; por isso, considera-se, na medicalização, não somente o comportamento em si, mas o sintoma a ele relacionado, e mais, até mesmo, a identidade do sujeito como passível de normalização médica (RUSSO; VENÂNCIO, 2006). Um sintoma é, sem dúvida, um efeito da leitura médica moderna que os próprios médicos chamam de semiologia médica, isto é, a interpretação de sinais e sintomas, segundo um referencial de padrão estrutural e funcional do corpo humano esquadrinhado, determina o grau médico de saúde do sujeito.

Chamar a leitura médica de semiologia produz o efeito de sentido de considerar cada fato ou evento como um dado empírico e natural a ser decodificado ou lido de forma técnica. Essa leitura, embora considerada técnica: - objetiva e neutra -, imediatamente dispõe os corpos em novos ângulos, em novas imagens computadorizadas antes jamais vistas ou imaginadas e em estatísticas que colocam o sujeito em quadros classificatórios. Esses dados não são considerados como índices de uma construção tecnológica e não são apreciados como elementos de uma cadeia de significados historicamente formados. Assim, forma-se uma nova cartografia do sujeito e, desse modo, o consumo de álcool ou de outra substância tóxica qualquer, o comportamento sexual ou a identidade sexual, os tumores ou disfunções de órgãos são passíveis de normalização e também de classificação clínica ou moral, mas ambas as classificações são consideradas índices médicos (RUSSO; VENÂNCIO, 2006; DALGALARRONDO, 2000; BIRMAN, 1978).

O biopoder e a biopolítica operam sobre cada sujeito novas cartografias, novos dispositivos, novas classificações e novas formas de subjetividade. Essas classificações se multiplicam e se estabelecem sobre cada população e cada categoria populacional: gênero, idade, condição sócio-econômica e padrão familiar e, enfim, sobre cada indivíduo. Não somente por essa via população é estatisticamente esquadrihada, mas também, cada indivíduo tem esquadrihado o corpo: peso, altura, condições de nascimento, alimentação etc. (WIENMANN, 2006). Como é possível observar em L1§3, L1§8, L2§3, L2§17, L3§2, L4§8 e L5§7.

A mulher, enquanto gênero discriminado, tem lugar assegurado nessas classificações e nas políticas específicas do Estado. Os Programas da Saúde da Mulher, Programa de Aleitamento Materno e de Doenças Sexualmente Transmissíveis são representantes dessa biopolítica, mas os programas de Saúde Mental não contêm especificidade de gênero, embora os manuais de estatística e classificações apresentem muitas categorias diagnósticas com prevalência superior entre as mulheres (DSM IV tr, 2002; CID 10, 1993).

As estratégias de controle das populações na sociedade disciplinar tiveram, segundo Foucault (1987 [1975]; 1999 [1973]), o panóptico como modelo, mas a sociedade desenvolveu novas estratégias de controle e, como vimos, quando nos apropriamos do conceito foucaultiano da governamentalidade, o sujeito passa a ter a impressão de que é seu próprio desejo e sua administração autônoma que comandam sua vida, suas decisões e suas motivações. Bauman (1999) nos fala do sinóptico como técnica de hipervigilância naturalizada, na qual todos são responsáveis pelo controle de seus circunstantes. No entanto, essas técnicas são mais disseminadas, descontínuas e desorganizadas do que supõem os observadores sociais.

A colocação anterior é feita a propósito do relato de L1§2:

...A Sra. L. A. M. procurou o Conselho Tutelar reivindicando os seus “direitos de mãe”...

e, então, como já naturalizada, essa procura é tida como algo desejado ou próprio do sujeito. O Conselho Tutelar não é propriamente um Órgão de Controle Social, mas, sim, um órgão de proteção, ligado aos Conselhos Municipais de Direitos das Crianças

e dos Adolescentes, estes, por outro lado, efetivamente entendidos como Órgão de Controle Social.

Souza (2001) e Martins (2001) apresentam textos que fundamentam o funcionamento dos Órgãos de Controle Social como avanço social, no qual o cidadão tem a possibilidade de controlar o próprio Estado. Muito resumidamente, pode-se dizer que uma comunidade elege representantes que compõem paritariamente com trabalhadores do serviço público, escolhidos pela autoridade do poder executivo, um Conselho que controla, fiscaliza e estabelece prioridades em cada área de serviços à população. Então, há conselhos de saúde, segurança, meio ambiente, da criança e do adolescente, da educação etc.

Fica evidente que, nessa configuração de Conselho, há uma falsa separação entre trabalhadores e usuários, entre Estado e comunidade. Mas o efeito disso é que os participantes dos Conselhos, da população civil e do poder público (como se fossem populações diferentes) controlam os programas sociais, o uso das verbas, a adesão da comunidade, enfim, controlam a população. Além disso, sendo um órgão também de representação da população, a própria comunidade solicita áreas e ações de controle sobre a população ou encaminha aos Conselhos seus próprios pleitos.

Abriremos um parêntese para ressaltar que chamar esses órgãos administrativos de Órgãos de Controle Social, que idealmente vigiam o Estado, ou pensá-los enquanto órgãos de controle da população, que vigiam a própria população, apaga o caráter disciplinar e individualizante sobre o indivíduo-sujeito, na medida que são mecanismos fiscalizadores e deliberativos, comunitários e democráticos. Segundo Bourdieu (*apud* DUFOUR, 2001), que cunha o conceito de indivíduo-sujeito, o neoliberalismo opera na destruição das estruturas coletivas e promove uma nova ordem sobre o sujeito-indivíduo isolado, mas ilusoriamente livre. Quer dizer, embora tenha um aspecto de caráter comunitário, seja na forma da escolha dos conselheiros, seja na concepção do próprio trabalho do conselheiro, vemos que todos os gestos são individuais: a procura do atendimento, o encaminhamento, a avaliação, a responsabilização etc.

Torna-se adequado, então, que uma mãe com problemas de relacionamento familiar, antes da existência desse equipamento social chamado Conselho Tutelar,

procurasse resolver seus problemas dentro dos limites da própria família, e agora ache natural que o conflito seja mediado por esse Conselho.

Contudo, ressaltamos, aqui, a naturalização não apenas da hipervigilância do sinóptico, mas, também, do desejo e da naturalização dessa hipervigilância em todos os ambientes: no trabalho, na escola, no comércio, nas ruas, significando esquadramento da produção, da aprendizagem, da saúde, do lazer, etc.. Já não é mais necessário que o governo exerça a vigilância disciplinar, ou que o Estado estabeleça mecanismos governamentais de controle: a própria população o faz por meio desses Conselhos democráticos, pela hipervigilância, e cobra, quando essa não se realiza a contento.

Finalmente, se esses Conselhos não funcionarem a contento, cada caso será encaminhado à justiça, que resolverá à sua maneira, e o próprio Conselho Tutelar será objeto de controle do Estado. Quer dizer, se o Conselho não desempenhar bem suas funções de controle, ele também será passível de investigação pelo Estado e punido ou disciplinado, e aqueles casos que, por ele passaram e não foram devidamente encaminhados ou enquadrados, serão controlados pela força da lei e dos dispositivos de controle estritos do Estado.

O controle da população fica, então, naturalizado como tarefa dos membros da comunidade a que pertencem. A família, que sofre transformações constantes nas suas características estruturais e em suas funções, exerce também um papel restritivo do comportamento de seus membros, para manter cada elemento em relação aos outros como um sistema (MINUCHIN, 1982). Não que essa seja uma família natural, mas uma construção da linguagem e essa forma de ver a família já a define como restritiva.

Seja como for, as definições são formadas de acordo com uma determinada gramática, com uma lógica de escrita e disciplina que constrói sujeitos, seja na sua individualidade ou na sua função familiar, e classifica o indivíduo administrativa, biológica e economicamente. Essas classificações distribuem os indivíduos dentro de um quadro estatístico e, assim, os enquadram frente aos padrões de normalidade da população (AYRES, 2001).

Todos os indivíduos são, então, passíveis de classificação frente a uma norma e, com esse procedimento, a descrição de cada sujeito já é feita em relação ao padrão modal.

Assim, a avaliação psicológica se mostra também uma avaliação em relação à norma, à disciplina, à adequação à regra ou padrão e, conseqüentemente, põe o sujeito em relação aos outros elementos que se tornam pontos de referência, no que diz respeito à sua inteligência, auto-estima, motivação, etc.

Os recortes

(L1§5): ...tem uma vida intelectual ampla, maturidade adequada a sua idade

(L3§8): Quanto à avaliação da inteligência... colocando-se acima da média para sua escolaridade e idade.

(L4§4): Encontrou-se um percentil classificado acima da média esperada para sua idade e escolaridade.

mostram como a idade é um parâmetro de normalidade, mas não consideram que o padrão de cada idade é construído socialmente; porém, a adequação à norma é tão desejável ao sujeito da atualidade, que ao afirmar o quanto alguém:

(L1§5): ...mostrou-se adaptada à rotina...

ou que

(L4§6): A expectativa de produção pode ser considerada alta, demonstrando certa prudência.

os laudos reforçam o princípio estatístico das observações psicológicas. Referem-se sempre a um padrão, mas, nos casos vistos acima, isso é feito sem nunca especificar o que seja essa *maturidade adequada à idade*, à média da inteligência, à *boa rotina* ou expectativa de produção. Isso pressupõe uma aceitação tácita da avaliação e do padrão estatisticamente determinados.

Mesmo que seja uma afirmação de algo da ordem do impossível da linguagem, ou seja, expressar o que se deseja ou o que se pensa, a assertiva em L1§5,

...expressa de forma adequada os seus conflitos...,

traz a marca da adequação, o que poderia representar, aqui, um ajustamento a uma norma, um amoldamento a um padrão desejado ou um assujeitamento a um padrão imposto pela cultura.

Entre outras classificações, há uma que aparece de forma recorrente, reapresento, a seguir, alguns trechos que versam sobre essa classificação:

(L1§3): ...J. alega que o casal ingere bebida alcoólica em excesso e ... (L1§7) O uso excessivo de bebidas alcoólicas pela sra L. e sr R. também deve ser considerado...

mas o uso é excessivo em relação a que padrão? Deve também ser considerado que um padrão é uma leitura com referência a uma tendência, às vezes tendência central (*média esperada*), às vezes tendência moral, e essa leitura determina não só o comportamento normal (*adequado*), como também o patológico, mas sempre com uma leitura a partir de um lugar de poder, que opera um corte na realidade (*certo e errado*), apagando outras possibilidades (CANGUILHEM, 2002; DALGALARRONDO, 2000; BIRMAN, 2000).

Relacionada, ainda, ao biopoder ou à biopolítica, consta uma referência à idade e à forma com que o casal inicia sua vida conjugal. O recorte de L1 afirma que

(L1§3): ... o casal se conheceu em um baile, após a saída do sr. R. do exército, namoraram e foram morar juntos.

A locução adverbial de tempo “*após a saída do sr. R. do exército*” indica que Sr R., imediatamente, iniciou seu relacionamento. Pode indicar, também, o sentido de erro, fruto de uma precipitação. A sequência dos fatos apontada no laudo é a seguinte: *saída (...)* *do exército* → *conheceu em um baile* → *namoraram* → *foram morar juntos*. Essa narrativa permite uma inferência quanto ao imediatismo, visto que os fatos acontecem rapidamente, sem amadurecimento. Em cada passo, o homem pode figurar como vítima, já que a expressão “*ao sair do exército*” pressupõe inexperiência, pois ele encontrou uma mulher que já era mãe - mãe-solteira -, logo, alguém já com alguma experiência de relacionamento sexual.

Se prolongarmos um pouco a sequência dos fatos relatados, teremos: *saída (...)* *do exército* → *conheceu em um baile* → *namoraram* → *foram morar juntos* → *cederam dois cômodos...para que o casal morasse* → *não aceitaram* → *indo morar com a mãe da sra. L* → *sra L. engravidou*. Se recortarmos essa sequência, podemos interpretar que, do primeiro encontro até a gravidez, talvez tenha ocorrido uma paixão juvenil ou, talvez, uma manipulação dos fatos, já que a mulher era mais experiente e pode ter premeditado.

Com base nessas narrativas sequenciais, algumas questões poderiam ser colocadas: Por que o casal não aceitou morar junto com os pais do Sr. R? Seria intencional distanciar o casal dos pais do Sr. R? Com que intenção? Houve algum controle de natalidade? Por que se diz *sra L. engravidou* e não que o casal engravidou? Assim, podemos responder a essas perguntas com um mesmo fio de raciocínio: irresponsável e espertamente, a Sra. L afastou o Sr. R dos pais, engravidou-se porque não se preveniu (mais uma vez) e distribuiu com os avós de seus filhos as responsabilidades que deveriam ser somente suas.

Em L2, podemos observar também marcas de moralidade, de juízo de valor e de preconceito:

(L2§6): Como sempre foi uma garota correta não aceitou que acontecesse algo entre eles. ...M.R relatou que os ex-namorados queriam manter relações sexuais com ela e o rapaz foi o único que a compreendeu e aceitou esperar pelo dia do casamento.

observe-se o uso do termo “correção” (garota correta) ligada a virgindade, o que exigia compreensão e espera pelo dia do casamento. Esse termo marca o correto e, por consequência, o incorreto, sendo um juízo de valor assumido como verdade pelo autor do laudo.

Em L5, outros traços ligados à normalidade e moralidade aparecem, sem qualquer contextualização. Vejamos:

(L5§8): Não fuma, não bebe bebida alcoólica (só socialmente e pouco) não joga jogos de azar. ... Não é dedicado a esportes, embora faça caminhadas, com certa constância. ...Não tem hobby, salvo um carro antigo reformado, em que gosta de passear, de capota arriada, e ouvir música do tipo MPB e romântica. Lê jornais e revistas, diariamente, pela Internet. ...Não tem passado criminal.

(L5§9): Não apresenta, no corpo, marcas cicatriciais, tatuagens, etc.

(L5§6) ... está dentro dos padrões da normalidade mental.

Trata-se de uma descrição que tenta definir um sujeito normal, correto, equilibrado, moralmente aceitável, portanto, insuspeito de qualquer conduta anormal,

excluindo, então, a fundamentação para uma prática sexual não padronizada socialmente. São, ao menos, esses os efeitos de sentido do L5.

Sabe-se que o discurso da moralidade atravessa a história da sociedade e constrói laços que firmam um controle; este inclui a participação de todos os componentes individuais e coletivos, do Estado e dos particulares, que tomam a normalização como parâmetro e a medicalização como instrumento. Isso não ocorre sem lutas ou resistências, de forma contínua e coerente, mas oferece à justiça novas formas de controle social, punição e prevenção aos desvios da ordem do poder.

Entendemos, por meio dessa breve análise, que a prática da confissão, instrumento inicial do dispositivo do Biopoder, se naturalizou e se encontra instalada nas relações entre o psicólogo e o sujeito avaliado. Além disso, a escrita do laudo mantém essa regularidade discursiva ao articular a palavra do autor do laudo com o discurso confessional do avaliado, dando, assim, credibilidade ao laudo. E, mais que isso, confere o valor de narrativa neutra, com cientificidade e imparcialidade dos dizeres. No entanto, é a partir dessa articulação que se constroem os controles discursivos e os novos saberes sobre a população.

Além dos discursos sobre a sexualidade e da histerização do corpo feminino, apontados por Foucault (1988), na genealogia do sujeito psicanalítico, e dos itens relacionados aos pecados como a gula, herdados da confissão católica, observam-se novos componentes nas estratégias de controle discursivo, em dois aspectos. O primeiro diz respeito ao aumento dos elementos sob controle - bebida e alcoolismo, amamentação e horários de trabalho - como índices de práticas mais ou menos saudáveis; relações entre peso, altura e condições de nascimento como controle preventivo à saúde; quocientes de inteligência, auto-estima, introversão e motivação como características psicológicas indicadoras de produtividade. O outro aspecto diz respeito à inserção da comunidade ao grupo de ouvidores da confissão, ou seja, na qualidade de órgãos de controle social, ela também pode figurar entre os habilitados à escuta, desdobrando, assim, os dispositivos de visibilidade e dizibilidade e apontando para a instalação mais difusa do sinóptico.

Esses novos índices de controle também disseminam a medicalização da sociedade e, cada vez mais, estabelecem-se, para além dos controles corporais concretos, os

índices abstratos de saúde: a vida mental ou o mundo interno do sujeito ganham também uma essencialidade (POLITZER, 1998).

5.2.5 - Lei vazia, Sujeito vazio.

Os laudos versam sobre sujeitos inseridos numa sociedade chamada de pós-moderna. Já vimos, nos laudos, características referentes ao narcisismo e ao consumismo, quando analisamos normalização, disciplinaridade e processos de subjetivação. A partir daqui, nossa análise considerará a pós-modernidade como um conjunto de valores e de condições de produção que permite um certo viés de concepção de mundo e de sujeito, caracterizada pela miscigenação de valores (MAFFESOLI, 2000), pela predominância do narcisismo nos vínculos sociais (LARSCH apud BIRMAN, 1998 e 2005; LIPOVETSKY, 2004(a) e 2004(b)), pela relação entre consumo e limites (MELANI, 2002; BAUMAN, 1999 e 2004), pelo cálculo do risco na tentativa da normalização do futuro e do controle das atividades produtivas (GIDDENS, 2006) e pelas construções da sociedade da imagem e do espetáculo (BRAGAGLIA, 2005; BAUDRILLARD, 2002; DEBORD, 1967 [2003]).

Há, nos laudos, narrativas caracterizadas pelos problemas contemporâneos, quer dizer, a escrita desses laudos, além de falar da Psicologia no momento atual e de seus autores, traz enunciados que marcam os problemas ditos pós-modernos, inclusive os motivos de suas escritas, como problemas disciplinares, vínculos familiares esgarçados, violência e adequação ao trabalho.

Há, no entanto, um núcleo sobre o qual nos debruçaremos - o sujeito contemporâneo: o vazio (ontológico), a ausência de discursos de referência e o indivíduo (como unidade), que permeiam as escritas dos laudos, como veremos.

Sendo o sujeito nosso principal foco, vamos analisar como ele é apresentado nos laudos.

(L3§1): Em decorrência de dificuldade de adaptação às regras e normas escolares de déficit de atenção, falta de estímulo, reprovações

subsequentes, falta de socialização, atitudes suicidas impulsivas, excessiva agressividade, acusações de furtos e danos materiais a patrimônio da escola e de professores, bem como experiência de expulsão em várias escolas, o adolescente (Nome do adolescente) foi submetido à avaliação psicológica como condição necessária à sua permanência na atual escola onde estuda.

Essa descrição remete, no primeiro plano, à disciplinaridade e à normalização do sujeito, pois a descrição da demanda se refere ao sujeito a partir desse princípio: *dificuldade de adaptação às regras e normas escolares*. As regras e as normas são o princípio constituinte e regulador e o sujeito se constitui, de forma mais adequada ou desviante, frente a essas regras e normas. A inclusão ou exclusão do sujeito, em seu próprio meio, depende (*condição necessária*) de sua capacidade de adaptação e do cumprimento disciplinar normalizado, como mostra o seguinte segmento:

(L3§1): foi submetido à avaliação psicológica como condição necessária à sua permanência na atual escola onde estuda.

Além disso, o critério da permanência ou inclusão é a dobra ou a internalização da regra, quer dizer, a avaliação psicológica sugere que há um instrumento capaz de desdobrar ou duplicar o sujeito em sujeito psicológico. A avaliação psicológica põe em relação, então, o dentro e o fora, não só no que concerne ao sujeito dentro ou fora de si, mas também ao sujeito dentro das regras de enunciar-se. O desejável é a internalização de um suposto conteúdo juntamente com as regras desse processo de internalização. Um sujeito, que cria a narrativa de si dentro de normas discursivas aceitas e desejadas, enuncia, por essa narrativa, os sinais de um sujeito que introjetou adequadamente as regras dessa formação subjetiva.

Esse último excerto de L3§1, que identifica a demanda do laudo ou aquilo a que o laudo deve responder, apaga que a Psicologia seja uma criação. Esse sujeito psicológico deve parecer tão natural e evidente quanto o sujeito disciplinar ou o sujeito adaptado a normas. Sendo essas construções partes de uma mesma perspectiva (onto)lógica, a Psicologia, a normalização e a disciplina se reforçam mutuamente como conceitos relativos a um ser natural e apagam suas características de criação moderna.

O processo de normalização e disciplinarização compõe uma certa lógica positivista, ou seja, uma lógica que pode ser expressa pela noção de um sujeito como um receptáculo que contém alguma coisa. Esse receptáculo retém algo; logo, o que está contido é o que torna esse conteúdo positivo. Esse é o sentido da positividade: algo contido, conhecido e controlado. O que não está contido, nessa forma do conhecido, é o negativo e não controlável ou controlado.

Assim, podemos esclarecer a noção de conhecimento na perspectiva das ciências positivistas e podemos exemplificar com o conceito de consciência, em relação ao sujeito disciplinar, aquele que se contém voluntariamente e controla, por meio de seu pensamento, suas reações. Cresce, nesse ponto de vista, o valor do dentro e do fora (de si)⁵⁰ e o valor do sujeito normal, quer dizer, que se mantém dentro ou fora das normas. É nesse contexto que o vazio e o saturado ou que a falta e o excesso se constituem.

Podemos observar as marcas da falta e do excesso na constituição desse sujeito (*falta de estímulo, falta de socialização, excessiva agressividade*) bem como na descrição quanto à possibilidade de estar ou não dentro da norma (*dificuldade de adaptação às regras e normas escolares, déficit de atenção*).

Essa narrativa nos lança diante daquilo que já foi teoricamente descrito e discutido como sujeito da pulsão e sujeito do desejo. O que caracteriza mais fortemente o sujeito pós-moderno é a sua dinâmica pulsional, que o torna identificado socialmente como sujeito do consumo e sujeito do excesso. Esse sujeito do excesso é simultaneamente vazio e saturado, pois sua dinâmica é esta: não impondo resistência ao consumo, o sujeito está sempre cheio e, ao mesmo tempo, esvazia-se sem resistência ou está vazio e consome sem limites, até preencher-se em excesso.

A forma de existir centrada no princípio do prazer traz em seu bojo o excesso e a intolerância à frustração, já que essa intolerância representa a impossibilidade do gozo. Logo, nesse princípio, o consumo não se restringe aos objetos, mas transforma também em objetos de consumo as relações pessoais.

⁵⁰ Sobre o uso dos termos “dentro de si” e “fora de si”, verificar Birman, 1998.

A condição de objetos permite que formulações que põem em mesmo nível objetos e pessoas não sejam estranhas aos ouvidos contemporâneos, nem sequer que sejam consideradas sinais de que haja uma barbárie⁵¹ nas relações pessoais.

Estas construções identificadas como pós-modernas podem ser percebidas com algumas variações nos laudos, mas nos permitem problematizar algumas impressões sobre o sujeito.

Vejamos nos laudos a seguir :

(L1§3): Sr. J. alega que o casal ingere bebida alcoólica em excesso e que vivem se separando, ...

em que beber álcool e recorrentes separações são postos como eventos excessivos, mas emparelhados, beber demais ou separar-se demais não parecem indicar gravidades diferentes. A separação do casal, dessa forma, parece ser da mesma importância de uma bebedeira. Ou ainda, pode-se pensar de quem bebe em excesso que não se pode esperar outra coisa: vai separar-se irrefletidamente.

Em

(L2§12): Na semana seguinte recebeu uma ligação da loja de celular na qual a vendedora disse que B.R. havia comprado um aparelho e deveria buscá-lo. M.R novamente sentiu que estava sendo enganada e quando descobriu que B.R saia com uma prostituta, mas que não era nada sério, apenas para satisfazê-lo sexualmente.

Pode-se observar que L2, nesse recorte, compara duas decepções da esposa de B.R.: a compra de um celular (que não deveria ter sido feita) e a traição do marido com uma prostituta, ambas no mesmo plano. Mas há, no laudo, um complemento que justifica a traição sexual (*não era nada sério, apenas para satisfazê-lo sexualmente*), que faz uma indiferenciação total entre os elementos envolvidos. A prostituta não tem valor por ser “utilizada” apenas para satisfação sexual. Aqui, pode-se inferir que essa seja uma relação de consumo e não de fruição de uma relação na qual o sujeito usufrua prazer, sem se destruir nessa relação. No entanto, observa-se, também, que o mesmo é casado, nos moldes

⁵¹ Barbárie é uma expressão tomada de Lipovetsky (2004a) em seu primeiro capítulo.

da família moderna, e mantém, simultaneamente, com uma prostituta, vínculo que vai além da relação sexual ou relação de consumo, visto que há continuidade e não descarte como a outro objeto de consumo. Embora encontremos, então, traços do sujeito pulsional e pós-moderno, ainda encontramos, nele mesmo, rastros do sujeito moderno e do desejo.

Ora, a satisfação sexual, no mundo pós-moderno, é posta como consumo autônomo, sem qualquer compromisso, sem qualquer consequência; é puro sexo, como sugere Bauman (2004), para definir a fragilidade dos laços humanos e a objetificação das relações, nas quais todos os desejos são, não caracterizados pela posse ou pela permanência, como na Antiguidade, mas pelo consumo.

Os valores modernos implicam numa não aceitação das tradições em favor do mais útil, mais prático e, supostamente, mais evoluído; há uma reciclagem permanente do passado e, como nos esclarece Lipovetsky (1989a), em seu livro “O império do efêmero”, a pós-modernidade vem por em declínio a sociedade disciplinar e propõe a noção de uma sociedade pós-disciplinar, na qual os indivíduos são levados a não mais serem controlados pela moda, mas impelidos a se comportarem como autônomos sociais e, dessa forma, as atitudes sedutoras e frívolas vão se incorporando aos gestos e estilos de vida, não os livrando dos controles, porém os engaja no desejo de se tornarem únicos, exclusivos e, portanto, especiais.

Essas mudanças também são vistas por Bauman (2003; 2005), que enuncia os conceitos de guetos voluntários e identidades-cabide, que se referem a esses estilos de vida autônomos e mutantes, adotados conforme a necessidade da situação imediata na qual está o sujeito e, logo, descartados.

Alguns traços dos laudos indicam como se fundem essas características, identificadas, pelos sociólogos acima referidos, à escrita psicológica. Em L3§3,

detectou-se na figura paterna dificuldades de se impor, tendo o mesmo história de dependência alcoólica... Na figura materna, observou-se uma excessiva autoridade, bem como comportamento ambivalentes nos métodos disciplinares utilizados com o filho, ora se mostrando indiferente, negligenciando nas condições essenciais de desenvolvimento[.]

As figuras paterna e materna são referidas como deficitárias e não disciplinadas: o pai é definido como dependente (*tendo... dependência alcoólica*), o que pode significar que sofre de ausência de autonomia ou falta de controle de sua própria conduta, visto que utiliza uma substância que o controla, ou melhor, a dependência da substância é mais forte que a possibilidade do controle de seu desejo. Já a figura materna ora é autoritária, ora negligente, o que pode expressar uma confusão, uma flutuação de estilos ou, ainda, uma variação segundo o momento em que vive, que dá vazão ao impulso imediato.

Mantêm-se, na escrita, algumas marcas que inscrevem esse laudo no rol dos textos psi. Ao iniciar o texto com o verbo “detectar” (*detectou-se na figura paterna*), podemos supor que emerge o efeito de sentido de revelação do que estava oculto, do que antes não se observava corretamente; a detecção do alcoolismo aparece no laudo como se fosse um trabalho técnico, um exame preciso no qual se pôde identificar algo relativo ao comportamento do pai do avaliando. Além disso, esse mesmo enunciado “*detectou-se na figura paterna dificuldades ...*” tem um efeito de comparação a uma figura paterna idealizada, ou seja, em relação a um modelo de pai, *detectou-se algo indesejável* na figura desse examinado.

Uma impressão que se pode depreender a partir dessa escrita é que as figuras se desfiguram, mas esse é um efeito da própria pós-modernidade na sua relação com as tradições, com a dessacralização das instituições, suas identidades amorfas e mutantes; mesmo que mantenham, por exemplo nos papéis de pai e mãe identidades mais ou menos marcadas pela tradição moderna.

As considerações sobre os laços sofrem também variações representantes das alterações pós-modernas. Vejamos, também, em L4§1,

mora sozinho, com participação ativa da família nuclear. Apesar de ser solteiro, tem uma filha que convive com ele.

que se trata de um pai solteiro, que mora só, mas busca uma aproximação com a família nuclear, sendo que essa família nuclear pode ser compreendida aqui como um padrão, ou que seu comportamento desviante (apesar de solteiro) pode ser remediado pela aproximação com a família nuclear. Em L2§14,

M.R. diz estar decidida a separar de B.R., considera que tem direito a indenização [,]

percebe-se uma equiparação de um casamento a uma sociedade comercial, na qual um dos sócios se considera prejudicado pela parceria e, ao findar o contrato comercial, considera ter direito a uma indenização, reparando sua perda. Essa formulação se torna possível pela transformação de laços de lealdade e fidelidade em vínculos mercantis, e converte as construções mútuas em operações de troca, coisificando os vínculos. De L1§8,

O que pode estar interrompendo este contato é a briga dos avós com os pais pela sua guarda, já que cada um, conforme os seus interesses, expõe fatos que convém a si e não ao bem estar da menor [.]

podemos abstrair uma denúncia de que mesmo no universo familiar a noção de indivíduo se sobrepõe à coletividade, já que cada um, conforme seus interesses, expõe *fatos que convêm a si*, e, mesmo que fossem em favor da criança em questão, não têm como referência a coletividade. O hiperindividualismo e o hipernarcisismo, características descritas por Lipovetsky (2004a), estão no cerne da questão e o problema que tem por motivo o enunciado narcísico

(L1§8): já que cada um, conforme os seus interesses,

não aparece como um componente da queixa em discussão, mas como uma condição familiar naturalizada. Esse enunciado sugere que agir conforme seus interesses é a forma esperada de ação. Lamentavelmente, cada um pensar em si e não na coletividade e na família, que tem por função a proteção das crianças, não é o que ocorre.

No entanto, há outra característica dos Laudos Psicológicos que faz oposição ao que estamos aqui argumentando: os laudos apresentam uma narrativa do sujeito moderno. Em L5§5,

Não goza de má reputação na cidade na qual nasceu e vive, vem de família bem constituída e unida.

há uma referência à tradição, à *família bem constituída e unida*, como uma garantia de que valores outros sejam agregados ao sujeito. Esse laudo, escrito por um assistente técnico da defesa, assume uma postura valorizadora das tradições, o que é contrário ao discurso pós-

moderno, que precisa se desfazer dos valores tradicionais para implantar novos hábitos e costumes, principalmente os relativos ao consumo descartável.

No entanto, essa postura de valorização da família estável é um recurso argumentativo que embasa a defesa de um sujeito acusado de atentar contra a própria família; indica, também, na sociedade disciplinar, que o indivíduo vinculado à família é um sujeito, só por esse motivo, confiável. Sugere, ainda, que alguém, ao manter valores familiares tradicionais - trabalhar em horário regular, ter residência fixa, praticar uma religião, exercer atividade física e acompanhar o desenvolvimento dos filhos -, jamais praticará atentados contra a própria família.

Um discurso de defesa de um réu se mistura a um discurso profissional, o que não se espera encontrar em um laudo. Uma argumentação favorável a um réu não é um laudo; em um laudo, deveria constar o resultado de um exame psi. Ora, se ao escrever, um perito troca, voluntariamente, o resultado de um exame por uma argumentação de defesa, teremos, na própria escrita, uma contradição de valores. Os valores profissionais do perito seriam nesse caso, simplesmente, uma escrita encomendada com fins específicos de defesa; uma escrita que atenderia a uma encomenda, comprada como um produto de mercado, com valor monetário, por um advogado de defesa. Seria, então, uma escrita, uma mercadoria que se compra como um outro objeto qualquer, exatamente o que a pós-modernidade faz com os valores: transforma-os em objetos comerciais e descartáveis.

A escrita do laudo constrói uma narrativa que, como qualquer outra, compõe uma ficção. O compromisso maior dessa escrita é o de re(a)presentar, em linguagem psi, o sujeito social capturado pelo dispositivo disciplinar. No entanto, inserido num universo, no qual as lógicas da modernidade e da pós-modernidade se sobrepõem, vimos que essa composição carrega marcas híbridas de um sujeito dinâmico e instável entre esses dois pontos.

Entre as atitudes frívolas e sedutoras, típicas da sociedade do espetáculo, insere-se a escritura do laudo. O estilo de escrita mais rebuscado ou mais objetivo, como produto de mercado e inserido em uma relação de espetáculos, já não apresenta somente o sujeito do consumo e da imagem, torna-se ele próprio um representante dessa cultura. O resultado do laudo é uma construção percebida como um produto esteticamente agradável e

seu conteúdo é vazio, produto do sujeito vazio ou, ainda, produto da sociedade das tecnologias da imagem e do consumo.

As narrativas relativas: aos homens que gozam, mulheres que sofrem, crianças abandonadas e sem limites, trabalhadores incansáveis e heróis desmascarados, entre os personagens dos laudos, revelam, também, uma falha de representação da pulsão que permite que o(s) outro(s) ou o(s) objeto(s) seja(m) percebido(s) como registros da existência em estados de falta ou excesso, apesar disso se apresentar como intensidade na subjetividade; as sensações de falta e excesso revelam, de fato, ausência de mediação entre o corpo e a escrita, entre a coisa e a sua representação. O corpo pode estar presente ou ausente; já a representação está sempre presente, com gradações ou significados diferentes.

Pode-se pensar que o sujeito vazio, sujeito sem referenciais, seja um tipo que a cada circunstância se apresenta com um novo valor: efêmero, substituto de outro, já esgotado. Pode-se até mesmo pensar que essa flexibilidade seja positiva. Na ausência de valores referenciais, de fato, a cada momento, um novo valor compõe o sujeito, mas não como sujeito de valor; simplesmente, o novo valor instaura-lhe uma nuance, uma sensação de existir; o conceito de identidade-cabide é portador também dessa concepção de sujeito vazio. Traços desse sujeito podem ser percebidos no laudo: o sujeito é personagem de uma escrita que, mesmo nos aparelhos de justiça do Estado, não será pensado como sujeito e sua identidade pouco mudará após essa escrita.

A lei e as instituições são, também, produtos dessa ordem na sociedade do espetáculo. Não se percebe nos laudos qualquer preocupação com a análise das instituições enquanto maquinários produtores de subjetividades: seja das instituições de onde surgiram suas demandas avaliativas, seja das instituições para onde se encaminham os avaliados.

Afirma-se, sobre o sujeito avaliado, algo que o caracterize enquanto imagem e se oferece, ao sistema que o contém, um sujeito estabilizado. O laudo, sem nele constar análise das instituições produtoras de subjetividades, não permite a percepção, também, da justiça ou das instituições de reeducação ou punição como produtoras ou transformadoras de subjetividades.

Assim, encaminha-se a um juiz, por exemplo, um laudo sem nenhum compromisso ético ou social, e a justiça, então, deve, ela própria, decidir sobre o sujeito ou

encaminhá-lo - pressupõe-se -, já que, no laudo, nada consta diferente disso. É como se fosse encaminhado um objeto qualquer, objeto que poderia ser depositado em um ou outro lugar, desconhecendo de que se trata de uma vida ou de que todo encaminhamento traz conseqüências humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas considerações, pretendemos, além de apresentar os resultados mais flagrantes desta pesquisa, problematizar a abrangência do *corpus* e das análises realizadas. Primeiramente, então, retornaremos à hipótese, às perguntas de pesquisa e aos objetivos para respondermos sobre aonde nos levou a presente investigação. Em seguida, apresentaremos uma breve reflexão sobre as bases conceituais. Finalmente, vamos ponderar sobre o alcance dos resultados das análises.

Nossa hipótese versa sobre a escrita do laudo psicológico como legitimadora de um sujeito hegemônico, ou seja, sobre a constituição de um lugar de discriminação, um dispositivo de poder para assegurar esse sujeito no centro dos processos de responsabilização social.

Observamos, a partir dessa hipótese, que a complexidade percebida nas análises dos laudos, mais do que a análise dos manuais de orientação para escrita dos laudos, leva-nos a, em parte, rejeitar essa hipótese no que diz respeito ao sujeito psicológico, mas, em parte, aceitá-la, levando-nos a sobrepor em seu enunciado uma pequena consideração: ao afirmar que a Psicologia constitui um sujeito hegemônico, tratamos do sujeito disciplinar e não do sujeito psicológico.

Refutamos, assim, a partir da investigação realizada, a idéia de uma escrita psicológica que constrói e põe no centro um sujeito psicológico hegemônico; no entanto,

considerando a sociedade disciplinar como efeito do dispositivo de poder nuclear na contemporaneidade, o sujeito hegemônico corresponde ao sujeito disciplinar. O discurso psi, veiculado pelos laudos, é um dos sustentáculos da sociedade disciplinar e versa, principalmente, sobre esse sujeito.

Dessa forma, a Psicologia, que é uma ciência disciplinar, e como tal, constrói juntamente com outras ciências disciplinares – entre as quais a Pedagogia e a Psiquiatria –, um sujeito disciplinar, atua como uma parte das tecnologias de si ou um agenciamento subjetivo na construção da noção de indivíduo. Essa operação ocorre uma vez que individualizar é um efeito da disciplinaridade: esquadrihar a sociedade e o sujeito, dando a esta a ilusão de unidade e controle de seus desejos e atitudes; individualizar é, também, um ato do governo disciplinar que rege a ética da responsabilidade e da produtividade, componentes do sistema de produção, de segurança e administração do governo das populações.

O valor depositado nos discursos psi é, hoje, determinante na concepção de um tipo de sujeito, a ponto de, em alguns momentos, termos a impressão de que todo sujeito é, essencialmente, um sujeito psicológico. A discursividade psi disseminou-se pelo século XX de tal maneira que se transformou em linguagem preferencial para descrever e diferenciar características individuais e em linguagem central na auto-expressão do sujeito: enunciar-se e fazê-lo com atributos psicológicos confere essencialidade e verdade ao sujeito contemporâneo.

Aliás, mesmo que, ao enunciar-se, o sujeito identifique-se com a linguagem psicológica, ou ainda, mesmo que esse seja o sujeito emergente dos laudos psicológicos, essa escrita é apenas uma regularidade do jogo da disciplinarização social: é o sujeito disciplinar que interessa ao laudo psicológico; as demandas são disciplinares, como, por exemplo, identificar, medir e encaminhar: o bom aluno, o marido adequado, o trabalhador produtivo e a mulher responsável pelos filhos; os encaminhamentos também são de responsabilidade da Pedagogia Ortopédica e da Psiquiatria, ou seja, disciplinaridade - o controle do corpo para o controle das mentes.

O sujeito psicológico, se o considerarmos tributário de teorias psicológicas cognitivistas ou gestálticas, pode ser identificado em textos científicos como sujeito da

cognição, da percepção ou da motivação e pode ser considerado, também, como sujeito do inconsciente ou sujeito da linguagem, se o subordinarmos ao pensamento psicanalítico; no entanto, o sujeito que se põe em circulação pelos laudos é o sujeito sócio-político, sujeito cidadão, aquele que se observa frente aos órgãos administrativos e de controle do Estado: adequado ou inadequado, normal ou anormal, produtivo ou improdutivo, em última análise, sujeito controlado pelo dispositivo da disciplina.

Não é por outro motivo que os laudos psicológicos são solicitados por administradores de empresas, pedagogos, médicos e juristas e a estes respondam de modo a classificar os sujeitos avaliados. As ciências disciplinares são complementares entre si, fazem circular verdades que atribuem sentidos aos sujeitos e aos modos de produção da sociedade moderna. Há, nessa rede de ciências disciplinares, uma tessitura discursiva que engendra saberes, sujeitos e práticas e, ao final do processo, classifica e controla as populações: trabalhadores, alunos, doentes, criminosos, atletas ... e gera sobre eles novos saberes.

As regras da escrita dos laudos compõem uma política de escrita disciplinar e permitem circular, em discurso psi, os atributos e as classificações dos corpos; possibilitam a distribuição dos sujeitos em quadros administrativos; individualizam e esquadrinham o sujeito em seu comportamento, seus hábitos de consumo, sua sexualidade e geram discursos identificatórios que são, simultaneamente, instrumentos das tecnologias de si e parâmetros de agenciamentos da coletividade. Esses elementos constituem o Biopoder que, através do controle dos corpos, controla, também, as relações de poder no Estado.

A política da escrita psicológica que analisamos a partir da instalação das Resoluções Normativas do Conselho Federal de Psicologia identifica-se com a política de valorização da língua oficial⁵², como instrumento disciplinar e, portanto, de categorização dicotômica do sujeito. Além disso, a concepção de unidade (UM), percebida nas noções de

⁵² Consideramos, em conformidade com Gnerre (1998), que a língua oficial é aquela identificada com a autoridade político-administrativa em um grupo, cuja norma é reconhecida e circula estabelecendo o padrão oficial daquele que está alojado no poder e, conseqüentemente, redige leis e documentos em nome do Estado, aprova livros didáticos e avalia candidatos nos concursos públicos, impregnando a língua de valores e tradições; além disso exclui aqueles que não a dominam, não a reconhecem ou com ela não se identificam.

texto e sujeito, aliada ao conceito de estrutura, contribui para a idéia (ilusória) de completude, seja do sujeito, seja do texto.

A escrita cria corpos disciplinares, porém outros textos atravessam esse corpo. O corpo torna-se, então, efeito heterogêneo, dinâmico, instável e híbrido, quando recriado pelo laudo psicológico. Assim, além das características da racionalidade moderna, há deslocamentos provocados pela sociedade da imagem e do consumo. O hipernarcisismo e o hiperindividualismo se misturam no sujeito subordinado às normas. Do ponto de vista da Psicanálise, podemos identificar um sujeito mestiço, regido, tanto pelo desejo quanto pela pulsão, sujeito cuja constituição se dá em campo sustentado por dupla partida de registros, onde imaginário e simbólico atuam com fronteiras difusas e mecanismos inconscientes que o formam tanto para atender e manter-se frente à imagem, quanto para atender à norma; os registros imaginário e simbólico são regidos, por um lado, pelo princípio do prazer e, por outro, pelas exigências da sociedade moderna.

O laudo torna-se, ele próprio, um elemento híbrido: em parte, uma escrita disciplinar; em parte, objeto de consumo, ou seja, em parte, perícia; em parte, peça de espetáculo, mas, também, documento jurídico e administrativo. Se o laudo reconstrói uma cena em linguagem jurídica, num imbricamento de discursos e práticas, constrói uma imagem que pouco esclarece sobre o sujeito, sobre seus processos e condições de formação subjetiva, sobre possibilidades de deslocamentos ou (des)instalações de verdades sobre ele e que o constituíram. Dessa forma, o laudo contribui para uma imagem fixa, uma construção imaginária mais ou menos estabilizada sobre o sujeito.

Sabemos que não se entra em um processo de pesquisa imune aos deslocamentos e atravessamentos que o próprio trabalho provoca e não se sai ileso dessa investigação e das elaborações realizadas durante a escritura. Certamente, paixões e aborrecimentos serão observados pelo leitor. Não é nosso objetivo, de forma alguma, ser imune aos deslocamentos provocados por essa escrita; pelo contrário, é a partir da angústia gerada por esses deslocamentos que se parte para a problematização do que está estabilizado. Problematizar a Psicologia e a formação de psicólogos é um dos objetivos; entretanto não foi sem dramas e rupturas que isso foi realizado, uma vez que, por estar em

pleno exercício da docência e da prática da clínica, as diferenças e rupturas provocadas por esses deslocamentos eram percebidas no próprio corpo e nas relações mais imediatas.

Concluímos, também, que os exercícios arqueológicos, da intersecção entre Ciência Psicológica e Disciplinaridade, e genealógicos, de desdobramento das políticas dos agenciamentos subjetivos foram objetivos alcançados, porém não como um alvo a ser atingido na área, ao contrário, muito mais como deslocamentos e exercícios que impelem a novos trabalhos no exercício político da profissão de formador de psicólogos.

A escrita dos laudos constituintes de nosso *corpus*, permite-nos levantar, ainda, algumas reflexões sobre esse arquivo. Se fizermos uma leitura linear desses laudos, temos a evidência de uma linguagem psicológica dominante e, como esses laudos, de fato, estão em circulação nas instituições públicas e nos Manuais de orientação, podemos afirmar que são legítimos representantes da escrita psicológica. Esses laudos são, portanto, representantes de um momento histórico, dizem um pouco da história da profissão e da história dos conceitos psicológicos. E, como são laudos aceitos, entendemos que são compostos por enunciados carregados de significados e verdades constituintes do lugar social da profissão de psicólogo na sociedade brasileira de hoje.

Contudo, a análise arqueológica exige que o documento seja analisado como monumento; isso significa uma análise que permite várias entradas e leituras não lineares. Nessa perspectiva, a análise dos laudos, por eixos, permite observar não só as regularidades discursivas como também, a partir de redirecionamentos, as distorções, as mudanças de direção e as descontinuidades que evidenciam as características híbridas dos laudos. Misturas de valores modernos e pós-modernos, discursos científico e popular, conceitos psicológicos e sociais, entre tantas outras fusões, revelam, na verdade, confusões típicas de todo discurso, mais especialmente, daquele discurso componente das bases da administração social do trabalho, do ensino, da família e, mais que isso, dos processos de exclusão e de sucesso nas mediações das relações sociais e institucionais.

Essa escrita mista, que disciplina e exclui, traz conseqüências éticas e sociais em todos os campos que a requerem. Ao manter a linguagem psi no centro da disciplinaridade, essa escrita psi cultiva a ética da normalização social e, conseqüentemente, das políticas de produção e consumo no cerne dos processos de

subjetivação. Por fim, ela própria vira produto de consumo e, ao banalizar a linguagem psi, enfraquece não só a profissão, os profissionais e sujeitos que já a incorporaram como valor, por efeito da governamentalidade, mas, junto com tudo isso, enfraquece, também, os processos jurídicos, educacionais, de saúde e trabalho baseados em seus princípios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIB, José Antonio Damásio. Prólogo à História da Psicologia. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 53-60, abr.2005. Trimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-377220050001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 fev. 2007.

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhaon de. **Metáforas da Desordem: o contexto social da doença mental**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 120 p.

AMARAL DIAS, Carlos. **Costurando as linhas da Psicopatologia Borderland: estados limites**. Lisboa: Climepsi, 2004. 166 p.

AMARAL DIAS, Carlos. A coisa e a Palavra. In:-----, **Um Psicanalista no Expresso do Ocidente**. Lisboa: Temas e Debates, 2003c. Cap. 1, p. 45-46.

AMARAL DIAS, Carlos. Dinheir-ame. In: -----, **Um Psicanalista no Expresso do Ocidente**. Lisboa: Temas e Debates, 2003a. Cap. 1, p. 64-65.

AMARAL DIAS, Carlos. Enunciados Falsos. In:-----, **Um Psicanalista no Expresso do Ocidente**. Lisboa: Temas e Debates, 2003b. Cap. 4, p. 187-188.

AMARAL DIAS, Carlos. **Falas Públicas do Inconsciente**. Lisboa: Quarteto, 2000. 366 p. (Coleção Psicologia e Saúde).

AMARAL DIAS, Carlos. **O Negativo ou o Retorno a Freud**. Lisboa: Fim de Século, 1999. 135 p. (Coleção Margens).

AMARAL DIAS, Carlos; ZIMERMAN, David; REZENDE, Antônio M. de **Bion Hoje**. Lisboa: Fim de século, 1998. 184 p. (Coleção Margens).

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **A Psicologia no Brasil**: leitura histórica sobre sua constituição. 4 ed. São Paulo: Unimarco/Educ, 2005. 129 p.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a Crítica do Sujeito**. Curitiba: UFPR, 2001. 220 p.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Falksman. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara: 1986. 280 p.

ARISTÓTELES. Poética. Tradução de Baby Abrão. In: **Aristóteles**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. Cap. 2, p. 33-75. (Coleção Os Pensadores).

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1994. 111 p. (Coleção Travessia do Século).

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras Incertas**: As não-coincidências do dizer. Tradução de Mônica Zoppi-Fontana; Pedro de Souza; Maria Onice Payer; Luiz Francisco Dias; Claudia R. Castellanos Pfeiffer; Gilieade Pereira de Godoi; Rosângela Morello Rodrigues; Suzy Lagazzi.. Campinas, SP: UNICAMP, 1998. 200 p.

ÁVILA, Maria Betânia. Direitos Sexuais e Reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2 (Supl), p.465 - 469, fev. 2003. Mensal. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000800027. Acesso em: 16. dez. 2006.

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. Sujeito, Intersubjetividade e Práticas de Saúde. **Ciências e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 2001. Bimestral. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232001000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23/Dez/ 2006.

BADIOU, Alain. **Para Uma Nova Teoria do Sujeito**: conferências brasileiras. Tradução de Emerson Xavier da Silva e Gilda Sodré. Revisão técnica de Ari Rotman e Paulo Becker. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 116 p.

BANDEIRA, Maria Márcia Badaró. Linhas de Fuga. **Psicologia**: Ciência e Profissão – Diálogos (Ed. Esp.). Conselho Federal de Psicologia e Sistema Conselhos: Brasília. Ano 2, n. 2, mar.2005. Trimestral.

BARTHES, Roland. **Aula**. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. 7 ed. São Paulo: Cultrix, 1996. 89 p. (Primeira edição de 1978).

BAUDRILLARD, Jean. **Tela-Total: Mito-ironias do virtual e da imagem**. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2002. 174 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 112 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 192 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca de segurança no mundo atual**. Tradução de Plínio Dentzein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 144 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 148 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Ética Pós-Moderna**. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997. 286 p. (Coleção Critério Éticos).

BEHR, Kênia M.B. Apresentação à edição brasileira *In: BLEICHMAR, Silvia. Nas Origens do Sujeito Psíquico: do mito à história*. Tradução de Kênia M.B Behr. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. p. VI – XIII.

BENEVIDES, Regina; PASSOS, Eduardo. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 2005. Trimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17.dez.2006.

BENTO, Conceição Aparecida. A escrita e o sujeito: uma leitura à luz de Lacan. **Psicologia - USP**. v.15, n.1-2, São Paulo, jan./jun.2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psp/v15n1-2/a20v1512.pdf> (Artigos originais: produção dos alunos de pós-graduação do Prof. Luiz C. Nogueira, 2002- FFLCH/USP).

BERLINCK, Manoel Tosta. O Ensino da Psicopatologia: problemas e perspectivas. **PULSIONAL - Revista de Psicanálise**, (n. esp. Conclusões), p.166-178, mai.2005. Trimestral.

BERLINCK, Manoel Tosta. O que é Psicopatologia Fundamental. **Psicologia: Ciência e profissão**. Ano 17, n. 2, p. 33-36, 1997. Trimestral.

BION, Wilfred Ruprecht. **Conferências Brasileiras 1: São Paulo – 1973**. Tradução de Paulo Dias Corrêa. Rio de Janeiro: Imago, 1975. 140 p.

BIRMAN, Joel. **Arquivos do Mal-estar e da Resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 420 p. (Coleção Sujeito e História).

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na Atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 304 p. (Coleção Sujeito e História).

BIRMAN, Joel. **Entre Cuidado e saber de Si: Sobre Foucault e a Psicanálise**. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000. 108 p. (Coleção Conexões).

BIRMAN, Joel. Subjetividade, contemporaneidade e educação. In: CANDAU, Vera Maria. **Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender**. Rio de Janeiro: DP&a, 2000. Cap. 2, p. 11-28.

BIRMAN, Joel. A Psicopatologia na Pós-Modernidade: As alquimias no mal-estar da atualidade. (Paris, 1998). **Psico**. Disponível em: <http://psicopatologia.tripod.com.br/lsmoderno.htm>. (Artigo oferecido aos alunos da disciplina Psicopatologia do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no *Site* da universidade). Acesso em 30.ago.2005.

BIRMAN, Joel. **Freud e a Interpretação Psicanalítica: a constituição da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1991. 248 p.

BIRMAN, Joel. **A Psiquiatria como Discurso da Moralidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. 456 p. (Série biblioteca de Saúde e Sociedade).

BLEICHMAR, Norberto M.; BLEICHMAR, Celia Leiberman de. Lacan: Teoria do Sujeito, entre o outro e o Grande Outro (Cap. 7) *in*: -----, **A Psicanálise Depois de Freud**. Tradução de Francisco Franke Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. p. 138–169.

BOWLBY, John. **Apego e Perda: Volume I: Apego**. Tradução de Álvaro Cabral. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990. 3 v. (Série Psicologia e Pedagogia).

BRAGAGLIA, Ana Paula. A sociedade das imagens e seus modelos de subjetividade. **Semiosfera**. Revista eletrônica da Escola de Comunicação da UFRJ, ano 5, n. 8, S/D. (Online). Disponível em: www.eco.eufrj.br/semiosfera. Acesso em 13.jul.2007. Semestral.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. (Ed.). Atenção Psicólogos!: Fiquem atentos aos cuidados necessários na elaboração de Laudos psicológicos. **Seção: Ciência e Ética. Jornal do Federal: Informativo do Conselho Federal de Psicologia**, Brasília, n.60, p. 06-06. dez. 1999.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução n. 07/2003**: Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação

psicológica e revoga a Resolução CFP 17/2002. Disponível em: <www.pol.org.br/resolucoes>. Acesso em: 08. ago. 2003.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução n. 17/2002:** Manual de Elaboração de Documentos. Disponível em: <www.pol.org.br/resolucoes>. Acesso em: 08. ago. 2003.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução n. 25/2001:** Define teste psicológico como método de avaliação privativo do psicólogo e regulamenta sua elaboração, comercialização e uso. Disponível em: <www.pol.org.br/resolucoes>. Acesso em: 08. ago. 2003.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução n. 30/2001:** Institui o Manual de Elaboração de Documentos, produzidos pelo psicólogo, decorrentes de Avaliações Psicológicas.. Disponível em: <www.pol.org.br/resolucoes>. Acesso em: 08 ago. 2003.

BRUM, Evanisa Helena Maio de. Patologias do Vazio: um desafio à prática clínica contemporânea. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 24, n. 2, p.48 - 53, dez.2004. Trimestral.

CANGUILHEM, Georges et al. **Le normal et le pathologique – Actualité**. Paris: Institut Synthélabo, 2002. 140 p.

CASTRO, Eliana de Moura. **Psicanálise e Linguagem**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992. 80 p. (Série Princípios).

CATHARINO, Tânia Ribeiro. Gravidez na adolescência e realidade brasileira: Considerações sobre alguns discursos no campo da psicologia e afins. **Encontro: Revista de Psicologia**, UNIA, Santo André-SP, jul.dez 2003, v. 8. n. 8, p. 9 - 18. Semestral. Disponível em: www.unia.br/revistaencontro/revista8.pdf. Acesso em 03.abr.2007.

CATHARINO, Tânia Ribeiro; GIFFIN, Karen. Gravidez e Adolescência: investigação de um problema moderno. (Online). Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/com_JUV_ST7_Catharino_texto.pdf Aceso em 18.abr.2007.

CAVALCANTI, Marilda do Couto. **Interação leitor-texto:** aspectos de interpretação pragmática. Campinas, SP: Unicamp, 1989. 271 p.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é Ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 1984. 125 p. (Coleção Primeiros Passos).

CID 10 - **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID 10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas**. Coordenação: Organização Mundial da Saúde. Tradução de Dorgival Caetano. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. 352 p.

COIMBRA, Cecília M. B.; CUNHA, Roseana C. Da. Visões Críticas das Práticas. **Psicologia: Ciência e Profissão – Diálogos**, Ed. Especial. Conselho Federal de Psicologia e Sistema Conselhos: Brasília. Ano 2, n. 2, mar.2005. p. 20–23. Trimestral.

COIMBRA, Cecília M. B.; LEITÃO, Maria Beatriz S. Das Essências às Multiplicidades: Especialismo Psi e Produções de Subjetividades. **Psicologia & Sociedade: Revista da ABRAPSO - Associação Brasileira de Psicologia Social**. São Paulo. v. 15, n. 2, jul-dez.2003. p. 6–17. Semestral.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. **A Celebração do Outro: memória, arquivo e identidade**. Línguas (materna e estrangeira), plurilingüismo e tradução. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2007. 247 p.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. **A memória em Derrida: uma questão de arquivo e de sobre-vida**. Unicamp, IEL/DLA. Fragmentos. (no prelo).

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. **Um Fazer Persuasivo: O Discurso subjetivo da Ciência**. São Paulo: Educ; Campinas: Pontes, 1991. 216 p.

COSTA, Ana Maria Medeiros da. **A Ficção do si mesmo: interpretação e ato em Psicanálise**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998. 134 p.

COSTA, Ana Maria Medeiros da. **Corpo e Escrita: Relações entre memória e transmissão da experiência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001. 168 p.

COSTA, Lígia Militz da. **A Poética de Aristóteles: Mímese e Verossimilhança**. São Paulo: Ática, 1992. 80 p. (Série Princípios).

COSTA, Marisa Vorraber . Sujeitos e Subjetividades nas tramas da linguagem e da cultura. In: Candau, Vera Maria (org.) **Cultura, Linguagem e Subjetividade no Ensinar e Aprender**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 29-46.

COSTA, Rogério da. Sociedade de Controle. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo. v. 18, n. 1, jan-mar.2004. (Online) Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392004000100019&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em 21/09/2005.

CUNHA, Antonio Geraldo da. Psic(o)logia. In: Cunha, Antonio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1997. p. 464-465.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2000. 271 p.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Versão eletrônica produzida por Coletivo Periferia. <http://www.geocities.com/projetoperiferia> (online), Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.com/eLibris/socespetaculo.html> 1/2/2003 - Acesso em 15.mai.2007. Original de 1967

DELEUZE, Gilles. **Conversações: Sociedade do Controle** (anexo). Rio de Janeiro: 34, 1992. Disponível em: <http://netart.incubadora.fapesp.br/portal/midias/controle.pdf>. Acesso em 30.set. 2005.

DELEUZE, Gilles. O que é um Dispositivo? *In*: DELEUZE, Gilles. **O Mistério de Ariana**. 2 ed.Tradução de Edmundo Cordeiro. Lisboa: Vega, 2005. p. 83–96

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia**, Vol. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. Rio de Janeiro: 34, 1995. 96 p. (Coleção TRANS). (1ª. Edição de 1980)

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia**, Vol. 2. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. Rio de Janeiro: 34, 1997. 110 p. (Coleção TRANS). (Data da 1ª. Edição, 1980)

DERRIDA, Jacques. **Torres de Babel**. Tradução de Junia Barreto. Belo Horizonte: UFMG, 2002. 74 p. (1ª. edição de 1987).

DERRIDA, Jacques. **Estados de Alma e Psicanálise: O impossível para além da soberana crueldade**. Tradução de Antonio Romane Nogueira e Isabel Kahn Marin.São Paulo: Escuta, 2001a. 83 p.

DERRIDA, Jacques. **Papel-Máquina**. Tradução de Evando Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. 360 p.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo: Uma impressão Freudiana**. Tradução de Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume-dumará, 2001b. 132 p. (Coleção Conexões).

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia** Tradução de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. 386 p. (Coleção Estudos). Original de 1967.

DERRIDA, Jacques. **A Farmácia de Platão**. Tradução de Rogério da Costa. 3 ed. São Paulo: Iluminuras, 1991. 128 p.

DERRIDA, Jacques. *Sémiologie et Grammatologie: Entretien avec Julia Kristeva*. **Positions**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1972. p.27-50.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 33 – 100. Coleção Os Pensadores. (1ª. edição de 1637).

DOMÉNECH, M; TIRADO, F.R e GÓMEZ, L. O Mito da Interioridade em Psicologia. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Nunca Fomos Humanos: Nos Rastros do Sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. Cap. 3, p. 112 -136.

DSM IV tr – **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais** (texto revisado) - Associação Psiquiátrica Americana. Tradução de Claudia Dornelles. 4 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002. 830 p.

DUFOUR, Dany-Robert. Os Extravios do Indivíduo-Sujeito. Tradução de Selvino José Assmann. (Online). Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/dufour.htm>. Acesso em 16.abr.2007.

ELIA, Luciano. **O Conceito de Sujeito**. Rio de Janeiro: JZE, 2004. 81 p. Coleção Psicanálise passo-a-passo.

FARIAS, Francisco R. de; DUPRET, Leila (orgs.) **A Pesquisa nas ciências do Sujeito**. Rio de Janeiro: Revinter, 1998. 197 p.

FÁVERO, Leonor Lopes. **As Concepções Lingüísticas no Séc XVIII**: a gramática portuguesa. Campinas: Unicamp, 1996. 309 p.

FERREIRA, May Guimarães, **Concepções de Subjetividade em Psicologia**. Campinas, SP: Pontes; São Luiz, MA: CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão, 2000. 112 p.

FERREIRA, Pedro Peixoto. **Máquinas Sociais**: o filo Maquínico e a sociologia da Tecnologia. CteMe – IFCH/Unicamp – Fapesp, 2004. (Online) Disponível em: www.ifich/unicamp.br/dteme/Pedro_atp.pdf. Acesso em 29.out.2005.

FIGUEIREDO, Ana Cristina; TENÓRIO, Fernando. O Diagnóstico em Psiquiatria e Psicanálise. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 5, n. 1, p.29-43, mar.2002. Trimestral.

FORRESTER, John. **As Seduções da Psicanálise**: Lacan Freud e Derrida. Tradução de Marcos S. Nobre. Campinas, SP.: Papyrus, 1990. 256 p.

FOUCAULT, Michel. Sobre a Arqueologia das Ciências: Resposta ao Círculo de Epistemologia. Tradução de Elisa Monteiro. In: -----, **Ditos e Escritos II**: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 82-118. (Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta – Texto original de 1969).

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, Freud, Marx. Tradução de Elisa Monteiro. In: -----, **Ditos e Escritos II**: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. 2 ed.

Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 40-55. (Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta – Texto Original de 1967).

FOUCAULT, Michel. Foucault Explica seu último livro. *In: -----*. **Ditos e Escritos II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de Pensamento**. Tradução de Elisa Monteiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 145-159. (Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta – texto original de 1969).

FOUCAULT, Michel (Org.). **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: Um caso de parricídio do século XIX**. Tradução de Denize Lezan de Almeida. 7 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003. 294 p. (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências). (Original de 1977a).

FOUCAULT, Michel **O Nascimento da Clínica**. Tradução de Roberto Machado. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2003. 241 p. (Original de 1963)

FOUCAULT, Michel. A “Governamentalidade”. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. *In: -----*. **Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 281-305. (Organização e Seleção de Textos de Manoel Barros da Motta -Texto original de 1978)

FOUCAULT, Michel. Poder e Saber. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. *In: -----*. **Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 223–240. (Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta - Texto original de 1977a).

FOUCAULT, Michel. A vida dos Homens Infames. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. *In: -----*. **Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 203 -222. (Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta - Texto original de 1977b).

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002a. 396 p. (Original de 1969).

FOUCAULT, Michel. Apresentação. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. *In: -----*. **Ditos e Escritos I: Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002b. p. i–liv (Organização e Seleção de Textos de Manoel Barros da Motta).

FOUCAULT, Michel. Filosofia e Psicologia. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. *In: -----*. **Ditos e Escritos I: Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002b. p. 220 –231. (Organização e Seleção de Textos de Manoel Barros da Motta).

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**: curso no collège de France (1974/1975). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 580 p. (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, Michel. **Doença Mental e Psicologia**. Tradução de Lílían Rose Shalders. 6 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000. 104 p. (Original de 1962).

FOUCAULT, Michel **As palavras e as Coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 542 p. (Original de 1966).

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. 2 ed. Rio de Janeiro: Nau, 1999. 158 p. (Original de 1973).

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. 555 p. (Coleção Estudos). (Original de 1961).

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no collège de France pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Santiago. 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996. 79 p. (Original de 1971).

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**, Vol. 1: A Vontade de Saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 155 p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 24 ed. Petrópolis, RJ.: Vozes, 1987. 288 p. (Original de 1975).

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**, Vol. 3: O cuidado de si. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. 246 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. 16 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 295 p.

FREUD, Sigmund. **A Interpretação das Afasias**. Tradução de António Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1977. (Original de 1891).

FREUD, Sigmund. **Carta 52** (de Freud a Fliess). Edição *Sandart* Brasileira. Vol. I. Tradução de José Luis Meurer. Rio de Janeiro: Imago, 1980. p. 317-324. (Original de 1896).

FREUD, Sigmund. **A Interpretação de Sonhos.** Edição *Standard* Brasileira. Vol.V – Cap.7. Tradução de Walderedo Ismael de Oliveira. Rio de Janeiro: Imago, 1980. (Original de 1900).

FREUD, Sigmund. **A Psicopatologia da Vida Cotidiana.** Edição *Standard* Brasileira. Vol.VI. Tradução de Klaus Scheel. Rio de Janeiro: Imago, 1980. (Original de 1901).

FREUD, Sigmund. **A Questão da Análise Leiga.** Edição *Standard* Brasileira Vol. XVIII. Tradução de Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1980. (Original de 1926).

FREUD, Sigmund. **Além do Princípio do Prazer.** Edição *Standard* Brasileira Vol. XVIII. Tradução de Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1980. (Original de 1920).

FREUD, Sigmund. **Formações em Análise.** ESB Vol. XXIII. Tradução de Jose Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1980. (Original de 1937).

FREUD, Sigmund. **Luto e Melancolia.** ESB Vol.XIV. Tradução de Themira de Oliveira Brito, Paulo Henriques Britto e Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1980. (Original de 1915).

FREUD, Sigmund. **Fausse Reconnaissance (Déjà Raconté) no Tratamento Psicanalítico.** ESB Vol.XIII. Tradução de Órizon Carneiro Muniz. Rio de Janeiro: Imago, 1980. (Original de 1914).

FREUD, Sigmund. **Moisés e o Monoteísmo: Três ensaios.** ESB Vol. XXIII. Tradução de Jose Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1980. (Original de 1939).

FREUD, Sigmund. **O Estanho.** Edição *Standard* Brasileira Vol. XVII. Tradução de Jose Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1980. (Original de 1919).

FREUD, Sigmund. **Sexualidade Feminina.** ESB Vol. XXI. Tradução de Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1980. (Original de 1931).

FREUD, Sigmund. **Totem e Tabu.** Edição *Standard* Brasileira Vol. XIII. Tradução de Órizon Carneiro Muniz. Rio de Janeiro: Imago, 1980. (Original de 1913).

GIDDENS, Anthony. **O Mundo na era da globalização.** Tradução de Saul Barata. 6 ed. Lisboa: Presença, 2006. 92 p.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, Escrita e Poder.** 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 115 p.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos.** Tradução de Dante Moreira Leite. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. 316 p. (Original de 1961).

GOLDEMBERG, R. A Fronteira se diz na Língua do Outro. **Psi – Jornal de Psicologia**. CRP/SP, Ano 18. n. 123, Jul/ago. 2000 (resenha) KOLTAI, C. Política e Psicanálise: O estrangeiro. São Paulo: Escuta, 2000. 154 p.

GRICE, H.P. **Logic and Conversation**. In: Cole, P e J. Morgan, Syntax and Semantics, v.3, New York, Academic Press, 1975. Disponível em: <http://www.umd.edu/~israel/Grice75.pdf>. Acesso em 12/03/2008.

GRIGOLETTO, Evandra. **O Discurso de Divulgação Científica**: um espaço discursivo intervalar. 2005. 269 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os Limites do Sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2002. 94 p.

HACKING, Ian. **Philosophie et Histoire des Concepts Scientifiques**. Résumé des Cours (Online): Façonner les gens – 2001/2002. Disponível em: www.College_de_france.fr/media/phi_his/upl51957hackingR01_02. Acesso em 07.set.2005.

HEGEL, Georg W.F. **Fenomenologia do Espírito**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 291–392. (Coleção Os Pensadores). (Original de 1807).

HÜNING, Simone Maria; GUARESCHI, Neuza M. de Fátima. Tecnologias de Governo: constituindo a situação de risco social de crianças e adolescentes. **Currículo sem Fronteiras**, v.2, n.2, p.41-56, Jul.dez.2002, (Online). Disponível em: www.curriculosemfronteira.org/vol2iss2articles/simoneuza.pdf. Acesso em 10.dez.2006.

IZQUIERDO, A. Javier. Antropismo Social, Reflexividad Estadística y Liberalismo Avanzado: más allá de la globalización económica. In: Ramos, R. y. Garcia-Selgas, F. (dirs). **Globalización, Riesgo, Reflexividad. Tres temas de la Teoría Social contemporánea**. Madrid: CIS, 1999. p. 521-556. Disponível em: www.uned.es/dpto-sociologia-I/Izquierdo-Antropismo%20social.pdf. Acesso 23.ago.2005.

JAMESON, Fredric. Cultura e Capital Financeiro (cap. 7). In: -----**A Virada cultural**: reflexões sobre o pós-modernismo. Tradução de Carolina Araújo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 217–254.

KANT, Emmanuel. **Crítica a Razão Pura**. Tradução de J. Rodrigues de Mereje. 2 ed. Rio de Janeiro: Brasil Ed, 1971. (Coleção: Clássicos de Ouro - Alemães). (Edição Original de 1787).

KANTORSKI, L.P. A Reforma Psiquiátrica: Um estudo parcial acerca da produção científica. **Revista eletrônica de enfermagem**. (Online) Goiânia, v.3, n.2, jul-dez.2001. Disponível em: www.fen.ufg.br/revista.html. Acesso em 30.ago.2005.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do Feminino**: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago, 1998. 348 p.

KOCH, Ingedore G.V.; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e Coerência**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 1997. 112 p.

LACAN, Jacques. O inconsciente freudiano e o nosso. *In*: ----- **O Seminário – Livro 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Versão brasileira de M.D. Magno. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1988. p. 23–32. (Original de 1964).

LACAN, Jacques. O Tempo Lógico e a Asserção da certeza antecipada – um novo sofisma. *In*: ----- **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998. p. 197-213. (Original de 1966).

LACAN, Jacques. Subversão do Sujeito e Dialética do Desejo no Inconsciente Freudiano. *In*: ----- **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p. 807-842. (Original de 1960).

LACAN, Jacques. **O Seminário – Livro 5 – As formações do Inconsciente**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 1999. (original de 1957-1958).

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, J-B. **Vocabulário de Psicanálise**. Tradução de Pedro Tamen. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 552 p.

LARSH, Cristhofer. The culture of Narcissism. New York: Warner bases book, 1979. *in*: BIRMAN, Joel. **Mal-estar na Atualidade**: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 304 p.

LAYRARGUES, Ph. Pomier. Sociologia do Risco. Discurso Cientificista a respeito da energia atômica ameaça a democracia: razão e emoção em torno da tecnologia nuclear. **Revista Ciência Hoje**, set.2001, (Online) Disponível em: [Http://ich.unito.com.br/materia/resources/files/chmais/pass/ch175/ensaio.pdf](http://ich.unito.com.br/materia/resources/files/chmais/pass/ch175/ensaio.pdf) Acesso 30.ago.2005.

LE GAUFEY, Guy. **L' Incompletude du Symbolique**: de René Descartes à Jacques Lacan. Paris: EPEL, 1996. 244 p. (Tradução pessoal para estudo).

LEFFA, Vilson J. **Aspectos da Leitura**: uma perspectiva Psicolinguística. Porto Alegre: Sagra, Dc Luzzato, 1996. 110 p. (Coleção Ensaios)

LEONI, G.D. *Prefácio de Kant, Emmanuel. Crítica a Razão Pura*. Tradução de J. Rodrigues de Mereje. 2 ed. Rio de Janeiro: Brasil Ed., 1971. (Coleção Clássicos de Ouro - Alemães). (Edição Original de 1787).

LIPOVETSKY, Gilles. **A Era do Vazio**: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Lisboa: Relógio D' Água, 1989(b). 204 p.

LIPOVETSKY, Gilles. **Metamorfoses da Cultura**: ética, cultura e empresa. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2004(b). 88 p.

LIPOVETSKY, Gilles. **O Império do Efêmero**: a moda e seus destinos nas sociedades modernas. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989a. 294 p

LIPOVETSKY, Gilles. **Os Tempos Hipermodernos**. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Barcarolla, 2004(a). 136 p.

LONGO, Leila. **Linguagem e Psicanálise**. Rio de Janeiro: JZE, 2006. 73 p.

LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna**. 5 ed. Tradução de Ricardo Correa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998. 132 p.

MACHADO, J.P. Salário In: MACHADO, J.P. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Lisboa: Editorial Confluência, 1939. 2 vol.

MAFFESOLI, Michel. Um Desenho Geral da Pós-Modernidade. **Libero**: Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, v. 3, n. 5, p.4-11, jun.2000. Semestral. Revista Acadêmica de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero.

MAINGUENEAU, Dominique. **Os Termos-Chave da Análise do Discurso**. Tradução de Maria Adelaide P.P. Coelho Silva. Lisboa: Gradiva, 1997. 112 p.

MAJOR, René. **Lacan com Derrida**. Tradução de Fernanda Abreu. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 254 p. (Coleção Sujeito e História).

MANNONI, Maud. **O Nomeável e o Inominável**. Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995. 151 p.

MARTINHO, José. O Falo, a falta e a fala. **Revista Portuguesa de Psicanálise**. Porto, Pt. n.10/11, abr.1992. p. 103-108. Semestral.

MARTINS, Aline de Carvalho. Conselhos de Direitos: Democracia e Participação Popular. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina.

Política Social, Família e Juventude: Uma questão de Direitos. São Paulo: Cortez, 2004. Parte III, Cap.2, p. 189-206.

MELANI, Ricardo. – Fragmentação e doença do corpo na sociedade de consumo. **REVISTA PUCVIVA:** Publicação Acadêmica Informativa dos Professores da PUC-SP, n. 22, out-dez.2004. Trimestral (Online), Disponível em: www.apropucsp.org.br/revista/r22_r07.htm-51K - acesso em 10.dez.2006.

MELMAN, Charles. **Alcoolismo, Delinquência, Toxicomania:** Uma Outra forma de Gozar. 2ª. Edição. São Paulo: Escuta, 1992. 159 p.

MELMAN, Charles. **O Homem sem gravidade:** Gozar a qualquer preço: entrevistar por Jean-Pierre Lebrum. Tradução de Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003. 211 p.

MEZAN, Renato. Uma arqueologia inacabada: Foucault e a Psicanálise. In: RIBEIRO, Renato Janine (Org.). **Recordar Foucault:** os textos do colóquio Foucault. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 95-125.

MILLER, Gerard (org.). **Lacan.** Tradução de Luiz Forbes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999. 140 p.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias:** Funcionamento e Tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982. 238 p.

MONDIN, Batista. **Curso de Filosofia:** os filósofos do ocidente. 7 ed. São Paulo: Paulus, 1981. 2 v. 212 p.

MORAES, Thiago Drumond; NASCIMENTO, Maria Livia do. Da norma ao risco: transformações na produção de subjetividades contemporâneas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 1, p.91-102, jan-jun.2002. Semestral. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722002000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20.ago.2005.

NANCY, Jean-Luc. Um Sujeito? In: MICHELS, A.; Nancy, J-L. SAFOUAN, M.; *et al.* **O Homem e o Sujeito.** Tradução de Francisco R. de Farias. Rio de Janeiro: RevinteR, 2001. p. 25–74.

Ó, Jorge Ramos do. Government of the Soul and Genesis of Modern Educational Discourse (1879-1911). **Paedagogica Historica.** vol. 41, n. 1&2, Feb. 2005, p.243-257.

Ó, Jorge Ramos do. **O Governo de Si Mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do Século XIX – meados do Século XX).** Lisboa: Educa e Autor, 2003.

Ó, Jorge Ramos do. **O Governo dos Escolares:** Uma aproximação Teórica às perspectivas de Michel Foucault. (Cadernos Prestige 4). Lisboa: Educa e Autor, 2001. 44 p.

OCARIZ, Maria Cristina. O Dispositivo Psicanalítico no Começo do Século XXI. **Percursos:** Revista de Psicanálise. Ano XV, n. 29, dez.2002. p. 33-40, Semestral.

OLIVEIRA, Marcus Vinícius de. Diretos Humanos - Referência Ética para uma Psicologia Brasileira: Entrevista. **Psicologia:** Ciência e Profissão - Diálogos, Ed. Esp. Direitos Humanos: subjetividade e inclusão Brasília, v. 2, n. 2, p.6-11, mar. 2005. Trimestral.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso:** uma crítica a afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi *et al.* Campinas, SP: Unicamp, 1988. 317 p.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e Filosofia da Diferença:** Uma introdução. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 91 p.

POLITZER, Georges. **Crítica dos Fundamentos da Psicologia:** a psicologia e a psicanálise. Tradução de Marcos Marcionilo e Yvone Maria de C. T. da Silva. Piracicaba, SP.: Unimep, 1998. 194 p. (Edição original de 1968).

PRADO FILHO, Kleber; TRISOTTO, Sabrina. A Psicologia como disciplina da norma nos escritos de M. Foucault. **Dossiê Foucault.** n. 3; dez.2006/mar.2007. (Online). Disponível em: www.unicamp.br/~aulas/pdf3/KLEBER.pdf . Acesso em 31-dez-2007.

QUELHAS, Ana Cristina. **Raciocínio Condicional:** Modelos Mentais e Esquemas Pragmáticos. Lisboa: ISPA, 1996. 297 p.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Entrevista. In: XAVIER, Antonio Carlos; CORTEZ, Suzana. **Conversas com Lingüistas:** virtudes e controvérsias da lingüística. São Paulo: Parábola, 2003. p. 175-182.

RASSIAL, Jean-Jacques. Questões Pós-modernas e psicanálise: Entrevista a Andréa Carvalho, Bela Sister, Maria Selaibe, Maria Cristina Ocariz, **Percursos:** Revista de Psicanálise, São Paulo, v. 16, n. 31/32, p.135-148, dez.2003/jun. 2004. Semestral.

REIS Filho, Ézio dos. Depressão na Atualidade. **Boletim do Depto. Formação em Psicanálise,** Ano X, v. 10, n.1/1, .jan-dez.2001. (Online) Disponível em: http://sedes.org.br/Departamentos/formacao_Psicanalise/depressao_na_atualidad... Acesso em 30.abr.2005.

REZENDE, Antonio Muniz de. **A identidade do Psicanalista:** função e fatores. Taubaté,SP: Cabral Universitária, 2000. 252 p.

REZENDE, Antonio Muniz de. **A questão da Verdade na Investigação Psicanalítica**. Campinas, SP.: Papyrus, 1999a. 248 p.

REZENDE, Antonio Muniz de. **Ser e não ser: sob o vértice de “O”**. Taubaté, SP.: Cabral Universitária, 1999b. 216 p.

ROSE, Nikolas. Como se deve fazer a história do EU? **Educação & Realidade**: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre, v. 26, n. 1, p.33-57, jun/jul, 2001. Semestral.

ROSE, Nikolas. Inventando Nossos Eus. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Nunca Fomos Humanos: Nos Rastros do Sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. Cap. 4, p. 137-204.

ROSE, Nikolas. Power and Subjectivity: Critical History and Psychology. In : Graumann, C.F. e Gergen, K.J. (eds) **Historical Dimensions of Psychological Discourse**. Cambridge University Press. 1996a. Disponível em: www.academyanalyticarts.org/rose1.htm. Acesso em 23.ago.2005.

ROSE, Nikolas. Power in Therapy: Tecne and Ethos. In : Graumann, C.F. e Gergen, K.J. (eds) **Historical Dimensions of Psychological Discourse**. Cambridge University Press. 1996b. Disponível em: www.academyanalyticarts.org/rose2.htm. Acesso em 23.ago.2005.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Tradução de Vera Ribeiro e Lucy Magalhães; Supervisão de Marco Antonio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 874 p.

ROZITCHNER, Leon. **Freud e o Problema do Poder**. Tradução de Marta Maria Okamoto e Luiz Gonzaga Braga Filho. São Paulo: Escuta, 1989. 190 p.

RUSSO, Jane. **O Mundo PSI no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. 90p. (Coleção Descobrindo o Brasil).

RUSSO, Jane; VENÂNCIO, Ana Tereza A.. Classificando as Pessoas e suas Perturbações: a "revolução terminológica" do DSM III. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 9, n. 3, p.460-483, set. 2006. Trimestral.

SAFATLE, Vladimir. Auto-reflexão ou Repetição: Bento Prado Jr. e a crítica ao recurso frankfurtiano à psicanálise. Rio de Janeiro. **Agora: Estudos em Teoria Psicanalítica**. v. 7, n. 2, jul-dez.2004. Semestral. Disponível em: www.scielo.br/pdf/agora/v7n2/v7n2a07.pdf . Acesso em 29.out.2005.

SANDRE-PEREIRA, Gilza. Amamentação e Sexualidade. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 11, n 2, p. 467-491. jul.dez, 2003.Semestral. Disponível em:

<www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000200007&ing=en&nrm=iso> Acesso em: 18.dez.2008.

SÃO PAULO. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - 06. Conselho Federal de Psicologia (Ed.). **Relatório do II Encontro com Psicólogos Peritos e Assistentes Técnicos**. Auditório do CRP – 6ª. região, 17 de dezembro de 2005. Disponível em: <www.crpsp.org.br/a_comis/etica/Relatorio_II.htm>. Acesso em: 07 nov. 2006.

SÃO PAULO. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - 06. Conselho Federal de Psicologia (Ed.). **Relatório do I Encontro com Psicólogos Peritos e Assistentes Técnicos**. Auditório do CRP - 6a. região, 06 de maio de 2005. Disponível em: <www.crpsp.org.br/a_comis/etica/Relatorio_I.htm>. Acesso em: 07 nov. 2006.

SÃO PAULO. Conselho Regional de Psicologia. Conselho Federal de Psicologia (Ed.). **Práticas alternativas: campo da Psicologia?**. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia - 6a. Região –São Paulo., 1998. 94 p.

SÃO PAULO. Conselho Regional de Psicologia. Conselho Federal de Psicologia (Ed.). **Manual do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo**. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia - 6a. Região -São Paulo., 1999. 124 p.

SÃO PAULO. Conselho Regional de Psicologia. Conselho Federal de Psicologia (Ed.). **Laudos influenciam as decisões judiciais. Jornal de Psicologia: CRP-SP**, São Paulo, mar. 2002. p. 03-03.

SÃO PAULO. Conselho Regional de Psicologia. Conselho Federal de Psicologia (Ed.). **Psicologia acrescenta subjetividade ao Judiciário. Jornal de Psicologia: CRP-SP**, São Paulo, out.1999. p. 07-08.

SATHLER, Conrado Neves. Limite e Afeto na Educação de Crianças: revisão psicodramática. **Revista de Ciências da Educação**. Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Ano 03, n. 04, p. 195–208, ago. 2001. Semestral.

SATHLER, Conrado Neves. **O Sujeito Vazio**. (Comunicação Temática) Anais do VII Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada. ALAB. São Paulo: Out. 2004.

SILVA, Patrícia Regina da Matta; BARROS, Carolina de Carvalho; FERREIRA, Joyce Mendes *et al.* Além dos muros e dentro da tela: o discurso psi, a mídia e o cotidiano. **Psicologia para América Latina**. n.5, 2006. p.0-0. (Online). Disponível em: http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_artes&pid=s1870-350X2006000100010&Ing=pt&nrm=iso. Acesso em 08.fev.2008.

SOARES, Luiz Eduardo. **A invenção do Sujeito Universal: Hobbes e a política como experiência dramática do sentido**. Campinas, SP: Unicamp, 1995. 314 p.

SOLER, Colette. A hipótese Lacaniana. **Percurso**: Revista de Psicanálise, São Paulo, Ano XV, v. 2, n. 29, p.5-13, dez. 2002. Semestral.

SOUZA, Rodriane de Oliveira. Participação e Controle Social. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina. **Política Social, Família e Juventude**: Uma questão de Direitos. São Paulo: Cortez, 2004. Parte III, Cap.1, p. 167-187.

VAISBERG, Tânia Maria José Aiello. A Função Social da Psicologia Clínica na Contemporaneidade. **Psicologia**: Teoria e Prática, São Paulo, v. 3, n. 1, p.93-99, jun. 2001. Semestral. Conferência de Abertura do I Congresso de Psicologia Clínica, realizado entre os dias 14 e 18 de maio de 2001, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Disponível em: <<http://www4.mackenzie.com.br/4774.html>>. Acesso em: 06.mai. 2005.

VILUTIS, Isabel Mainetti de. A Construção do Dispositivo Analítico. **Percurso**: Revista de Psicanálise, São Paulo, v. 2, n. 29, p.27-32, dez.2002. Semestral.

VIOLANTE, Maria Lucia Vieira. Psicanálise: uma ilusão sem futuro? **Percurso**: Revista de Psicanálise, São Paulo, v. 2, n. 25, p.119 – 121, dez.2000. Semestral. Resenha de Joel Birman, Mal-estar na atualidade, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, 300 p.

WEINMANN, Amadeu de Oliveira. Dispositivo: um solo para a subjetivação. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p.16-22, dez. 2006. Quadrimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822006000300003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 12.abr. 2007.

WERTHEIMER, Michael. **Pequena História da Psicologia**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 6. ed. São Paulo: Nacional, 1982. 200 p.

ZIMERMAN, David E. **Vocabulário Contemporâneo de Psicanálise**. Porto Alegre: Artmed, 2001. 459 p.

ANEXOS

	Laudo 1
	LAUDO PSICOLÓGICO PERICIAL⁵³
	Preâmbulo
L1§1	<i>Exercício didático elaborado por alunos da disciplina Psicologia Jurídica do 4º ano do curso de Psicologia de universidade do interior do estado de São Paulo. Ação de pedido de modificação de guarda. Requerentes: Sra. L.A.M. e Sr. R.A.S. Requeridos: Sr. J.S. e Sra. B.A.S. Dezembro de 2006.</i>
	Histórico
L1§2	A Sra. L. A. M. procurou o Conselho Tutelar reivindicando os seus “direitos de mãe”. Esses direitos referem-se a guarda da menor F. M. S., que se encontra sob a guarda dos avós paternos, sr. J. S. e sra. B. A. S. Segundo entrevista com os avós, a menor reside com eles desde seu sétimo dia após o nascimento, e desde um ano e meio de idade, segundo os pais, a sra. L. e seu marido o sr. R.A.S. Os avós dizem que a menor foi deixada lá, sem conhecimento ou comunicação prévia. Já os pais dizem que a deixaram lá para que cuidassem dela enquanto a mãe trabalhava, e mesmo assim isso só ocorreu após o desmame da menor e o nascimento do filho mais novo.
L1§3	Segundo o Sr. J. e sra B., o casal se conheceu em um baile, após a saída do sr. R. do exército, namoraram e foram morar juntos. A princípio, o sr. J. e a sra B. cederam dois cômodos da casa para que o casal morasse, porém não aceitaram indo morar com a mãe da sra. L. Quando a sra L. engravidou de F., a sra B. diz ter insistido para que a sra L. procura-se um médico, já que a sra L. dizia não desejar a gravidez por falta de condições para criar a menor, e ela acompanhou toda a gestação de F.. A sra. B. também nega que a sra. L. tenha amamentado F. Além de F., a sra L.tem mais dois filhos, um mais novo que F. e uma mais velha, filha de outro relacionamento da sra L. Sra B. diz que o casal (sr R. e sra L.) foi contemplado no sorteio de casas populares, e por isso se acham em condições de cuidar de F. Sr. J. alega que o casal ingere bebida alcoólica em excesso e que vivem se separando, e que seria na última briga do casal que sra L. teria ido a casa dos avós de F. requerendo sua guarda, o que não foi aceito pelo sr J. Os avós dizem que em meio a discussão citada, sra L. teria dito que “acabaria com a moleza da menor, que em sua casa ela iria aprender á trabalhar, limpando casa”.
L1§4	Em entrevista, sra L. e sr R. confirmam a atenção dada pelos avós paternos durante a gestação de F. Dizem ter morado um tempo com sr J e sra B, mas que hoje moravam com a mãe da sra L. Ela (sra L.) diz ter amamentado F. até um ano e meio e devido as exigências do seu trabalho (sra L trabalha como empregada doméstica) e com o nascimento do filho mais novo, deixava F. com os avós no período em que trabalhava. Com a entrada na escola, F. freqüentava uma escola perto da casa dos avós e então começou a ficar lá durante a semana, vindo para a casa dos pais na sexta-feira à noite e voltando para a casa dos avós no domingo à noite, quando o sr J. ia buscá-la. A Sra L. relata que permitiu que F. ficasse com os avós por insistência do marido, e porque F. era muito apegada a avó, porém

⁵³ A transcrição deste material mantém integralmente a grafia de seu autor.

	nunca “deram a neta para os avós criarem”. Sra. L. diz que os avós sempre ajudaram a cuidar de F., porém estavam cientes de que, ao adquirirem a casa própria, levariam a menor. Ela também confirmou que estava sob o efeito de bebidas alcoólicas no dia da briga com os avós, passando mal em frente a casa dos mesmos. E que foi procurar o conselho tutelar após esta briga, para obter seus direitos de mãe. Sra L. diz também, que F. tem boa convivência com os irmãos, sentindo-se bem na casa de seus pais, mas que ela (F.) sente muita falta da avó, dizendo que mora em qualquer lugar, desde que a sra B. vá junto.
	Descrição
L1§5	Foram realizadas entrevistas com os avós paternos da menor, sr J.S., 59 anos, técnico em radiologia, e sra B. A. S., 55 anos, serviços do lar; e com os pais da menor, sr. R.A.S., 31 anos, marceneiro e sra L.A.M., 31 anos, empregada doméstica, que resultaram nos dados citados no histórico acima. Foi feita também uma entrevista com F.M.S., 10 anos, estudante da 4ª série do ensino fundamental, onde F. mostrou-se retraída, porém responsiva. F. disse saber o motivo de estar ali, mas diz não saber com quer ficar, embora encontre na casa dos avós conforto e segurança. Mostrou-se adaptada à rotina da casa dos avós, estando empenhada e envolvida nas atividades escolares e extra-escolares (aulas de música e computação). Foram aplicados os testes Casa Árvore Pessoa (HTP) e Desenho da Família, onde F. mostrou-se atenta, motivada e interessada nos testes. Mostrou-se estável e coerente durante o inquérito e em relação à aplicação da técnica. O resultado dos testes indica que F. tem uma vida intelectual ampla, maturidade adequada a sua idade, contato com a realidade, auto-sustentação, integração, receptividade, fantasia e pensamentos adequados ao seu intelecto. Expressa de forma adequada os seus conflitos, embora tenha pouco contato ou contato interrompido com o mundo externo. Especialmente no teste do desenho da família, F. não desenha os irmãos, mostrando pouca intimidade com estes. Com isso, F. está, neste momento, emocionalmente e intelectualmente adaptada a sua rotina e a sua idade.
	Discussão
L1§6	Considerando a avaliação psicológica feita por F. e as entrevistas realizadas com os pais e avós paternos, a questão da guarda da menor tem que ser considerada sob o seguinte prisma: se a mudança de ambiente será benéfica para F. e se ela se faz necessária. Segundo o resultado dos testes usados, F. está emocionalmente e intelectualmente adaptada ao seu meio, porém sofre restrições. Estas restrições apontam para as relações familiares, já que no desenho da família ela ignora a presença dos irmãos. Os avós são intelectualmente estimulantes, o que não se pode afirmar dos pais, estimulando F. a freqüentar aulas extracurriculares de música e informática. Sr J. e sra B. têm um relacionamento conjugal estável, afirmação que não se aplica a sra L. e sr. R. Contudo, para o adequado desenvolvimento de F. se manter, faz-se necessário um maior contato dela com os pais e irmãos, estimulando-se o contato com o mundo externo.
L1§7	O uso excessivo de bebidas alcoólicas pela sra L. e sr R. também deve ser considerado, já que segundo a fala da sra. B, isto prejudica a criação dos filhos do

	casal (fala esta também de autores em psicologia infantil). Porém, este fato pode sofrer modificação, já que agora o casal se diz estável e proprietários de uma casa, o que os faz acreditar serem capazes de cuidar de F.
	Conclusões
L1§8	A partir dos dados levantados acima, conclui-se que F. está intelectualmente e emocionalmente adequada a sua idade e ao ambiente da casa dos avós, percebendo restrições em comunicar-se e contatar-se com o mundo externo, o que se relaciona com o pouco convívio com os pais e irmãos. Tem uma vida comum a uma menina de 10 anos, tendo como atividade principal os estudos. Para que se mantenham esses aspectos positivos colhidos pela avaliação psicológica, se faz necessário uma mudança na postura dos pais, para que F. perceba a casa destes como sua casa também. O que pode estar interrompendo este contato é a briga dos avós com os pais pela sua guarda, já que cada um, conforme os seus interesses, expõe fatos que convém a si e não ao bem estar da menor.
L1§9	Assim, nas atuais circunstâncias, conclui-se que F. está adaptada ao ambiente em que atualmente vive - a casa dos avó, e sente-se confusa porém protegida e cuidada na casa dos mesmos, com grande apego a sra B.

	LAUDO 2
	LAUDO PSICOLÓGICO PERICIAL
	PREÂMBULO
L2§1	Exercício didático elaborado por alunos da disciplina Psicologia Jurídica do 4 ° ano do curso de Psicologia de universidade do interior do estado de São Paulo. Ação de pedido de separação/ indenização. Requerente: Sra. M.R.T. Requerido: Sr. B.R. Dezembro de 2006.
	ENTREVISTA COM SRA.M.R.
	Nome: M.R.T.
	Data de nascimento: 17/08/1967
	Idade: 39 anos
	Escolaridade: segundo grau incompleto
	Profissão: serviços do lar.
	EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS
L2§2	M.R. chora bastante durante a entrevista, dizendo ser casada a 10 anos e sofrer humilhações do marido.
L2§3	A requerente explica que sua mãe era muito religiosa e perdeu seu pai quando tinha 11 anos, foi criada pela sua mãe com dinheiro da pensão e trabalhos artesanais.
L2§4	Quando conheceu o marido, trabalhavam juntos numa empresa. Ele era noivo e M.R. jamais imaginava que poderia se envolver futuramente com ele.
L2§5	Eram amigos e conversavam sobre tudo. Numa ocasião, ela sofreu um acidente e

	recebeu um buquê de rosas do rapaz, foi quando começou a perceber o interesse. Como sempre foi uma garota correta não aceitou que acontecesse algo entre eles.
L2§6	M.R relatou que os ex-namorados queriam manter relações sexuais com ela e o rapaz foi o único que a compreendeu e aceitou esperar pelo dia do casamento.
L2§7	Algum tempo depois se casaram, no início parecia valorizá-la bastante mas, nos últimos cinco anos começou a traí-la com outras mulheres, e ao mesmo tempo exigia que ela realizasse praticas sexuais que ela não gostava, humilhando-a.
L2§8	M.R. relata que o marido saiu de casa alegando ir numa festa com os amigos, mas, a mulher foi no local e não o encontrou. Quando ele chegou em casa confessou que estava saindo com outra mulher.
L2§9	Inconformada M.R começou a gritar quando foi surpreendida por uma bofetada.
L2§10	M.R. resolveu dar uma chance para o marido, afinal ele pediu desculpas dizendo que não voltaria mais a encontrar com a moça.
L2§11	A mulher queria ter filhos, mas B.R não aceitava, dizendo não ter tempo para crianças.
L2§12	Na semana seguinte recebeu uma ligação da loja de celular na qual a vendedora disse que B.R. havia comprado um aparelho e deveria buscá-lo. M.R novamente sentiu que estava sendo enganada e quando descobriu que B.R saia com uma prostituta, mas que não era nada sério, apenas para satisfazê-lo sexualmente.
L2§13	M.R. ao buscar nos pertences do marido alguma prova da traição, diz ter encontrado uma carta amorosa endereçada para uma ex-namorada e atual amante. Nesta carta, seu marido dizia que não continuaria pagando as contas da amante porque descobriu que ela estava saindo com outro homem.
L2§14	M.R. diz estar decidida a separar de B.R., considera que tem direita a indenização, uma vez que parou de trabalhar pressionada por ele.
	ENTREVISTA COM SR.M.R.
	Nome: B.R.
	Data de nascimento: 04/10/1971
	Idade: 35 anos
	Escolaridade: segundo grau completo
	Profissão: gerente de vendas
	EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS
L2§15	B.R. relata estar bastante constrangido e abalado com a presente situação. E afirma não querer a separação e que já esta sendo punido devido o comportamento descontrolado da esposa que está exagerando os fatos.
L2§16	B.R. diz que não deveria ter “gastado dinheiro” com outras mulheres, diz que ela não pode exigir “que o homem não busque alternativas para ser feliz sexualmente, como todo homem faz”.
L2§17	O SR.B.R. afirma que M.R., assim como ele, sempre concordou em não ter filhos, pois dão muito trabalho e atrapalham a vida do casal. Ele é o caçula e único filho homem. As irmãs até hoje se queixam que ele foi “mimado”, podendo fazer tudo “por que era homem“. BR. acha que as irmãs exageram, já que eles recebiam carinho e atenção dos pais. Os pais vivem bem até hoje, com algumas brigas cujo motivo ignora.

L2§18	Considera que M.R.nunca trabalhou depois de casada. Ele nunca a obrigou a trabalhar ou buscar emprego. Ela, relata BR, sempre pareceu bastante feliz, dizendo ser “sortuda”, tendo tudo que precisa. Conta que as irmãs casadas de M.R. criticavam essa postura, dizendo que ela um dia podia precisar trabalhar.
L2§19	B.R. conheceu a esposa na empresa que ambos trabalhavam e que ela sabia de seu noivado com outra moça. B.R. acabou o noivado com a ex-namorada para ficar com M.R. A última afirmava que ele não poderia ficar com as duas. Relata que M.R era muito recatada e que valorizou bastante o fato dela ter casado virgem.
L2§20	Acredita que seu comportamento sexual é normal e não “exagerado” como sua esposa o considera. Afirma que a esposa é muito moralista e vê problemas em fazer certas coisas que ele considera normais “entre quatro paredes”, sendo eles casados.
L2§21	B.R. relata arrependimento por ter se envolvido com a ex-namorada e diz que M.R. “até agüentou muito”, pois ele já havia “pisado na bola” antes. Ele acredita que ter comprado coisas (eletrodomésticos) para sua ex-namorada enquanto estavam juntos, foi o que levou sua esposa a querer a separação e pedir indenização, sentindo-se lesada e magoada. Afirma que pretende “ficar tranquilo” não se “metendo em mais nenhuma encrenca com mulheres”.
L2§22	Finalizando afirma querer se reconciliar com a esposa e que ela não precisa agir como estava fazendo, exigindo coisas e “lavando roupa suja em público”.
	DESCRIÇÃO
L2§23	Durante os atendimentos realizados com as partes, foi utilizada técnica de entrevista e observação.
L2§24	M.R apresentou uma postura passiva diante da situação que vivencia e, apesar de chorar com muita frequência, não tomou uma decisão imediata, a qual mudaria este quadro. Aceitou por um período de tempo a traição, já que sabia que B.R havia saído com uma prostituta e com uma mulher que conheceu na internet. Também sofreu agressões físicas por parte do marido.
L2§25	B.R. durante as entrevistas realizadas apresentou uma postura de quem acredita estar com toda razão, manifestado ter direito de se relacionar com outras mulheres. Porém, mostra-se arrependido de ter se relacionado com a ex-namorada, o que acredita ter levado ao fim do casamento. Por várias vezes fica irritado pelo fato da esposa ter tomado essa atitude e nervoso perante as acusações levantadas pela mesma.
	DISCUSSÃO
L2§26	Durante as entrevistas realizadas nesse período foi possível perceber alguns aspectos importantes aos quais pode-se verificar a desestruturação no relacionamento do casal.
L2§27	M.R. apresenta um estado de insegurança diante da perda, sentindo-se indecisa e com sentimentos de menos valia. Dessa maneira, aceitou de forma passional as duas traições anteriores. Agindo assim, a requerente pode ter apenas aparentemente superado essas traições. O fato do requerido ter respeitado a decisão dela em se manter virgem até a noite de núpcias parece ter, para ela, grande relevância para a existência e permanência do relacionamento. Sendo assim, isto

	pode ter sido, em grande parte, o que a fez permanecer neste relacionamento, a despeito de sentir-se humilhada pelo marido.
L2§28	O requerido demonstrou um comportamento voltado para seus desejos, não se importando com as outras pessoas. Neste sentido, não conseguiu compreender as implicações que envolvem um casamento, não respeitando os desejos e limites concernentes a esta união.
L2§29	Ambos possuem uma “boa” capacidade lingüística, conseguindo relatar suas vivências e suas decisões perante o ocorrido.
	CONCLUSÃO
L2§30	Através dos contatos mantidos e das observações realizadas pode-se concluir que as dificuldades existentes no relacionamento exposto prejudicam o desenvolvimento e realização tanto da requerente como do requerido.
L2§31	Aspecto relevante foi encontrado durante as entrevistas: foi possível perceber o empenho de M.R. em procurar ajuda para sair dessa situação conflituosa.
L2§32	Algumas divergências foram encontradas nos relatos das partes.
L2§33	A requerente tomou a decisão de se separar depois de algum tempo de sofrimento, enquanto o requerido entende, mas não quer a separação.
L2§34	Sugere-se que ambos tenham um acompanhamento psicológico para conseguir elaborar suas vivências e desenvolverem a capacidade de resolver e nomear seus próprios conteúdos internos. A requerente pode obter apoio financeiro do marido enquanto não adquire condições emocionais e laborais para depois, por si mesma, ser responsável por sua subsistência.

LAUDO 3	
	1. Identificação
	Nome: Data de nascimento: _____ Idade: _____ Estado civil: _____ Natural: _____ Escolaridade: _____ Profissão: _____ Filiação: _____ Responsável: _____ Solicitante: Escola Estadual _____ Finalidade: Diagnóstico Psicológico
	2. Descrição da Demanda
L3§1	Em decorrência de dificuldade de adaptação às regras e normas escolares de déficit de atenção, falta de estímulo, reprovações subsequentes, falta de socialização, atitudes suicidas impulsivas, excessiva agressividade, acusações de furtos e danos materiais a patrimônio da escola e de professores, bem como experiência de

	expulsão em várias escolas, o adolescente (Nome do adolescente) foi submetido à avaliação psicológica como condição necessária à sua permanência na atual escola onde estuda..
L3§2	A família tem total conhecimento do comportamento do adolescente, afirmando que desde pequeno o mesmo apresentava dificuldade no seu desenvolvimento social. Gostava de ficar isolado, de quebrar seus brinquedos e atear fogo em objetos. Não conseguia se envolver emocionalmente com os membros da família, parecendo distante de todos.
L3§3	Ainda em relação à família, particularmente em relação aos genitores, detectou-se na figura paterna dificuldades de se impor, tendo o mesmo história de dependência alcoólica. Na figura materna, observou-se uma excessiva autoridade, bem como comportamento ambivalentes nos métodos disciplinares utilizados com o filho, ora se mostrando indiferente, negligenciando nas condições essenciais de desenvolvimento, ora abusando do seu poder, com castigos físicos exagerados, ficando evidenciado o caráter conflituoso na interação familiar.
	3. Métodos e Técnicas
L3§4	Nas primeiras sessões de avaliação, o examinado demonstrou excessiva tensão, irritabilidade, agitação, ansiedade, auto estima negativa, pensamento auto destrutivo e revolta em relação à sua mãe.
L3§5	Passado o período de comprometimento emocional, procedeu-se à aplicação dos testes buscando a investigação dos campos de percepção familiar, personalidade, inteligência e memória.
L3§6	No teste de percepção familiar, demonstrou desarmonia familiar, insegurança, introversão e sentimento de inferioridade. Foi observado distanciamento entre os familiares, rejeição ou desvalorização dos membros. No interrogatório, os conteúdos apresentados demonstraram bastante desinteresse pela vida.
L3§7	A avaliação de personalidade foi realizada através da observação e da aplicação dos Testes A - percepção Temática (T A T), Rorschach e Casa, Árvore, Pessoa (HTP). Observou-se total conhecimento da realidade vivida por ele. Os principais traços encontrados foram: introversão, imaturidade, auto-estima negativa, egocentrismo, ambivalência de comportamento, oscilação de humor, insegurança, agressividade, falta de objetivos e interesse, excessiva fantasia, fixação por objetos, insatisfação com as normas e regras sociais, imprudência, satisfação com as situações de perigo, gosto pela velocidade, forte tendência piromânica e bastante capacidade para planejar ações.
L3§8	Quanto à avaliação da inteligência, os resultados obtidos através do R-1 e do Raven demonstraram boa capacidade intelectual, colocando-se acima da média para sua escolaridade e idade. Porém, em relação à memorização, verificou-se dificuldades no campo da memória auditiva e visual, classificando-se em categoria inferior ao esperado.
	4 -Conclusão:
L3§9	Através dos dados analisados no psicodiagnóstico não foram verificados indícios de Deficiência Mental, porém, dificuldades de ordem social e afetiva, piromania, fixação por objetos, obsessão, pensamento auto-destrutivo e oscilação de humor.

L3§10	Diagnóstico: O paciente apresenta transtorno de personalidade anti-social, CID-10: F60.2 + F91.3. Encaminhamentos: Encaminhado para tratamento psicoterápico e acompanhamento psiquiátrico.
-------	---

	LAUDO 4
	Modelo 2
	1 - Identificação Nome: _____ Data de nascimento: _____ Idade: _____ Estado civil: _____ Natural: _____ Escolaridade: _____ Solicitante: (Nome) Gerente de Recursos Humanos da Indústria Cargo que concorre : Médico do Trabalho Finalidade: Avaliação para Seleção de Pessoal
	2 - Descrição da Demanda
L4§1	O candidato é formado em medicina desde 1986, com especialização em Clínica Médica, Neurologia e Medicina do Trabalho, participa de congressos e eventos na área, demonstra bastante experiência profissional, tanto em serviço público como em empresas particulares. Já atuou em hospitais, clínicas e grandes empresas. Hoje, trabalha numa Instituição pública e em consultório particular, mas acredita poder conciliar seu trabalho com o novo horário proposto pela empresa. Segundo suas informações mora sozinho, com participação ativa da família nuclear. Apesar de ser solteiro, tem uma filha que convive com ele. Diz não ter nenhum vício como fumo, álcool e drogas, como também, tem bom estado de saúde física. Apresenta boa adaptação aos empregos anteriores.
	3 - Métodos e Técnicas
L4§2	Na entrevista, apresentou-se com bom aspecto físico, firmeza e seriedade. Não demonstrou ansiedade excessiva, como também nenhum descontrole emocional, mostrando-se colaborador, interessado e atento a todo o processo de avaliação.
L4§3	Através dos instrumentos psicométricos procedeu-se à investigação dos campos de inteligência, saúde mental, personalidade e atenção.
L4§4	No teste de Atenção Concentrada da bateria Vetor e de Atenção Concentrada Nomes e Números, apresentou boa capacidade de concentração para atividades que requeiram repetição. Encontrou-se um percentil classificado acima da média esperada para sua idade e escolaridade.
L4§5	Em relação ao perfil sintomalógico do avaliado, utilizou-se o Questionário de Saúde Geral de Golberg, concebido para avaliar a saúde mental de não psicóticos.

	Não foi detectada a presença de indicadores de distúrbios momentâneos. Nenhum valor significativo foi encontrado em relação aos fatores analisados.
L4§6	Quanto aos aspectos cognitivos, apresentou facilidade de aprendizagem, Inteligência Mediana (obtida pela Escala Geral de Raven), raciocínio rápido e boa capacidade de memorização. Os aspectos da personalidade foram analisados através do Teste do Desenho Casa, Árvore e Pessoa (HTP) / Palográfico. Observou-se dificuldade no relacionamento social, valorização dos aspectos externos, vaidade, vivacidade e preocupação com a aparência. A expectativa de produção pode ser considerada alta, demonstrando certa prudência. Apresentou rigidez de conduta, pontualidade, adaptação ríspida ao meio, habilidade motora, sobriedade de atitudes, como também características que levam à programação, controle, sistematização de atitudes e diplomacia.
L4§7	Para se verificar a relação interpessoal foi realizada dinâmica de grupo com mais cinco candidatos a variados cargos na empresa. Observou-se certa introversão, seriedade, segurança e respeito aos outros membros. Mostrou-se com iniciativa nas atividades e capacidade de liderança, sem demonstrar autoritarismo exagerado.
	4 - Conclusão
L4§8	Diante dos dados analisados no processo de Avaliação Psicológica, colhidos na entrevista, nos testes, na dinâmica de grupo e na observação, não se verificou nenhum distúrbio que no momento possa interferir no seu desempenho profissional. Pode-se considerar o candidato com boa capacidade de aprendizagem, memorização e raciocínio, bastante interesse em conciliar as funções a que se propõe, com características rígidas que demonstram compromisso, introversão e dificuldades de ordem social e pessoal que necessariamente, neste período, não repercutem significativamente na sua profissão.
L4§9	Síntese: No momento considera-se o candidato apto para a função.

	LAUDO 5⁵⁴
L5§1	Sua Excelência, o Meritíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito, determinou realização de perícia, nomeando uma ilustre Perita, do Fórum..., para a função de instruir o Juízo, facultando às partes indicarem os seus Assistentes Técnicos, havendo sido a nós o indicado pela parte de..., missão mui honrosa a que estamos dando incumbência.(...)
L5§2	(...) o periciando não alucina, não delira, não tem distúrbios de inteligência, sensopercepção, do humor e da afetividade... não possui registros em seu heredofamiliar de casos de socioneuropsicopatias ...

⁵⁴ De L5 reproduzimos apenas os excertos analisados para evitar a identificação da família descrita neste laudo.

L5§3	Por esse motivo a psiquiatria forense compreende.....,
L5§4	(O periciando) Examinado na cadeia pública na qual está recolhido, apresenta-se ao exame em bom estado de higiene e asseio corporal, penteado, barba feita. ... Está calmo, lúcido, atento, colaborante, orientado globalmente.
L5§5	Por outro lado, o periciando não alucina, não delira, não tem distúrbios de inteligência, de memória, da sensopercepção, do humor e da afetividade, é calmo, lúcido, atento, colaborante, não é agressivo... ...não goza de má reputação na cidade na qual nasceu e vive, vem de família bem constituída e unida.
L5§6	Assim, pode-se dizer, com segurança, que está dentro dos padrões de normalidade mental,...
L5§7	A mãe é culturalmente muito fechada, e, portanto, com predisposição psíquica para interpretações erradas sobre o sexo.
L5§8	Não fuma, não bebe bebida alcoólica (só socialmente e pouco) não joga jogos de azar. ... Não é dedicado a esportes, embora faça caminhadas, com certa constância. ...Não tem hobby, salvo um carro antigo reformado, em que gosta de passear, de capota arriada, e ouvir música do tipo MPB e romântica. Lê jornais e revistas, diariamente, pela Internet. ...Não tem passado criminal.
L5§9	Não apresenta, no corpo, marcas cicatriciais, tatuagens, etc.
L5§10	É preciso que seja encaminhada a uma boa psicóloga infantil, de preferência escolhida pelo pai, e que a mãe também tenha acesso e participação. Assim, juntos, traçarão o caminho seguro.